



PROTEÇÃO E ISOLAMENTO EM PERSPECTIVA

EXPERIÊNCIAS DO PROJETO PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL DE POVOS
INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO NA AMAZÔNIA



PROTEÇÃO E ISOLAMENTO EM PERSPECTIVA

EXPERIÊNCIAS DO PROJETO PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL DE POVOS
INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO NA AMAZÔNIA

SUMÁRIO

1. PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO NA AMAZÔNIA

1.1 Apresentação	16
1.2 A política de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato do Estado brasileiro	20
1.3 PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROJETO	33
• Apoio às ações da Funai de localização e monitoramento de registros de indígenas isolados na Amazônia brasileira	34
• Aprimoramento metodológico da investigação e gestão da informação sobre os registros de povos indígenas isolados	39
• Incremento da interlocução com povos indígenas e populações do entorno de territórios dos povos indígenas isolados	
• Ampliação da participação da sociedade civil em agendas internacionais para a proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato em países da bacia amazônica	41
• Capacitação de servidores da Funai em política indigenista, metodologias de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato e temas correlatos	42
2. POVOS E TERRITÓRIOS	45
2.1 ACRE	47
Mapa da região com área de atuação do projeto	49
Quadro de povos e terras indígenas	50
OS “BRABOS” OU “DESCONFIADOS” DO ACRE	51
Memórias da borracha	55
Dinâmicas transfronteiriças	57
Rotas de isolados e narcotraficantes	57
Contato no Xinane	58
Estradas x Isolados	59
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	62
Levantamento e atualização de informações sobre dinâmicas territoriais no rio Envira	63
Fortalecimento da ASPARE	70
Iniciativas indígenas para a proteção de isolados	74
<i>TI Kaxinawa do Rio Humaitá</i>	74
<i>TI Mamoadate</i>	76
<i>Intercâmbio no Jordão</i>	77
Formação da equipe da FPPEE/Funai e diagnósticos	78
<i>Oficinas temáticas</i>	78
<i>O povo de recente contato do Xinane</i>	79
<i>Quem são os Mashco?</i>	79

2.2 MÉDIO PURUS-MADEIRA	83
Mapa da região com área de atuação do projeto	84
Quadro de povos e territórios	88
A REGIÃO DO MÉDIO PURUS – MADEIRA	89
Povos indígenas isolados e de recente contato em risco	92
Histórico de colonização e pressões contemporâneas	93
Os povos madi do interflúvio Purus-Piranha	95
Intervenções indigenistas nos territórios indígenas do Médio Purus	98
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	104
Planejamento conjunto	105
Monitoramento territorial indígena	108
Planos de vigilância	110
Compartilhamento territorial	113
Encontro Hi Merimã	116
Povos indígenas isolados na bacia do rio Madeira	122
<i>Qualificação e localização de registros de indígenas isolados</i>	122
<i>I Encontro Kagwahiva</i>	123
Subsídios para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato no Médio Purus – Madeira	123
<i>Diagnóstico Suruwaha</i>	123
<i>Diagnóstico sobre a presença de povos indígenas isolados na bacia do rio Madeira</i>	123
<i>Diagnóstico Hi Merimã (Médio Purus – Amazonas)</i>	123
2.3 MADEIRINHA-JURUENA	126
Mapa da região com área de atuação do projeto	128
Quadro de povos e territórios	129
OS KAWAHIVA DO RIO PARDO	133
Processo de regularização fundiária	134
Arco do desmatamento	136
Disputa de poder	139
Acuados pela exploração	140
Sobreviventes	141
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	152
Pressão na Resex	153
Capoeiras indígenas	153
Interlocução regional	154
Mosaico do Apuí e Mosaico da Amazônia Meridional	155
Os “Apiaká Isolados” e outros “brabos”	156

Educação socioambiental	158	Interesses minerários	229
Territórios tradicionais	159	Rede de relações e isolamento	237
Interação com extrativistas na Base Kawahiva	160	Contato Karapawyana e riscos aos isolados	239
Oficina de cartografia com extrativistas da Resex	162	Preocupações sobre os isolados	241
2.4 MARANHÃO	165	Gestão territorial e fronteiras	243
Mapa da região com área de atuação do projeto	167	Avanço no processo de regularização fundiária da TI Kaxuyana-Tunayana	244
Quadro de povos e territórios	170	PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	246
OS AWÁ-GUAJÁ RESISTEM	165	Interlocução com o entorno	248
Pressão e fuga	167	Oficinas no rio Nhamundá	251
Novo contato	170	Os isolados do igarapé Venyo	252
Barulho que não vem da mata	177	Evidências e investidas no Pitinga	253
Impactos, impasses e sucessivos acordos	178	Diagnóstico da produção de castanha	254
Monitoramento territorial indígena	179	Extração ilegal de seixo e areia na TI Kaxuyana-Tunayana	257
Floresta incendiada	180	Território, história e ameaças	260
Pressão madeireira	184	Oficinas no Mapuera	261
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	186	Monitoramento territorial no Mapuera	262
Diálogo com lideranças Guajajara	187	Oficinas no Trombetas	264
Assessoria aos Awá	188	Reocupação do território	265
Encontros com isolados	190	Turismo de pesca	267
Políticas indigenistas	190	Monitoramento territorial, perigo e sonhos no rio Kaxpakuru	270
Comissão da Terra	194	Garimpo ameaça isolados e comunidades indígenas no alto Trombetas	271
Operação Awá	196	Oficinas no rio Jatapu	273
Cercados pelo fogo	196	Relatos de isolados próximo às aldeias	273
Operação Turiaçu	200	Oficinas no rio Cachorro	275
Centro de Saber	202	Apoio a assembleias	277
Agenda com a Vale	203	Protocolos de relação com povos isolados	279
Plano Básico Ambiental - Componente Indígena	204	Apoio a ações de monitoramento e proteção territorial na TI Zo'é	281
Associativismo Awá	205	2.6 VALE DO JAVARI	285
Conhecimento da mata	207	Mapa da região com área de atuação do projeto	287
Criação de associações	207	Quadro de povos e territórios	290
Histórias do contato	208	CONTEXTO DA REGIÃO	291
Gestão integrada	209	Histórico de exploração	294
Formação e monitoramento	211	Pós-demarkação	294
2.5 NORTE DO PARÁ	213	Algumas das pressões atuais sobre os isolados da TI Vale do Javari	297
Mapa da região com área de atuação do projeto	215	<i>Garimpo</i>	297
Quadro de povos e territórios	218	<i>Narcotráfico</i>	298
O CONTEXTO DE ATUAÇÃO DO PROJETO NO NORDESTE AMAZÔNICO	219	<i>Outras pressões e ameaças</i>	298
Missionários, militares e grandes projetos - um breve histórico dos interesses sobre os territórios indígenas na região	223	Compartilhamento territorial e participação indígena na política de proteção de povos isolados e de recente contato	306

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	314		
Planejamento local	314		
Apoio à FPEVJ/Funai para a localização e monitoramento de indígenas isolados	315		
Oficinas sobre a política de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato do Estado brasileiro	318		
Compartilhamento territorial com isolados	320		
<i>Ações junto ao povo Matis</i>	320		
<i>Isolados no rio Ituí</i>	323		
Vigilância e monitoramento territorial indígena	324		
<i>Fortalecimento da Vigilância e Monitoramento Territorial Matsés</i>	324		
<i>Fortalecimento da Vigilância e Monitoramento Territorial Matis</i>	332		
Proteção e promoção dos direitos dos Tyohom Dyapá de recente contato, dos Kanamari e de isolados no alto Jutai	333		
Fortalecimento do protagonismo das organizações indígenas na proteção e defesa dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato	337		
3. OLHARES E FRONTEIRAS	341		
3.1. POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NA AMÉRICA DO SUL	344		
Alianças regionais para a proteção de povos indígenas isolados	346		
Panorama da presença de povos indígenas isolados na região	350		
Bolívia	350		
Brasil	352		
Colômbia	354		
Equador	356		
Paraguai	358		
Peru	360		
Venezuela	373		
Iniciativas indígenas para a proteção de povos indígenas isolados	371		
3.2. AÇÕES DO PROJETO	372		
Espaços de articulação transfronteiriça e incidência política	372		
<i>GTT Isolados Acre-Madre de Dios</i>	372		
<i>Fórum Binacional Yanomami e Ye'kwana</i>	373		
<i>Reuniões Binacionais Matsés Brasil-Peru</i>	374		
<i>Intercâmbio Brasil – Colômbia – Peru</i>	376		
<i>Desafios para a proteção dos direitos de povos isolados e de recente contato na Amazônia</i>	377		
<i>Reunião sobre diretrizes e recomendações internacionais para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato</i>	378		
<i>Audiência temática da CIDH</i>	379		
<i>Atividade temática no Fórum Social Mundial 2018</i>	381		
Olhares sobre as políticas de proteção aos povos isolados e de recente contato	381		
I Encontro Internacional	382		
		<i>Fronteira Brasil-Peru</i>	383
		<i>Maranhão</i>	384
		<i>Norte do Pará</i>	384
		II Encontro Internacional	392
		<i>Instrumentos de gestão territorial e povos indígenas isolados e de recente contato</i>	393
		<i>Consulta e participação indígena</i>	394



**PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL
DE POVOS ÍNDÍGENAS ISOLADOS
E DE RECENTE CONTATO
NA AMAZÔNIA**



APRESENTAÇÃO

Na Amazônia brasileira vive o maior número de povos indígenas isolados e de recente contato conhecido no planeta. Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), há 114 registros da presença de indígenas em isolamento no país, 28 deles confirmados, e mais de 20 povos considerados de recente contato¹. Resguardadas as muitas diferenças socioculturais, da história de cada um desses povos e do contexto em que vivem atualmente, todos têm em comum um alto grau de autonomia, de seletividade nas trocas que estabelecem com outros coletivos (expressa, por exemplo, na recusa em manter certos modos de contato) e também de vulnerabilidade, sobretudo territorial e epidemiológica.

São povos (ou grupos de determinado povo) que adotaram diferentes estratégias de isolamento em resposta ao violento processo de colonização do continente e às profundas transformações em seus territórios e nas redes de relação indígenas nas quais estavam inseridos. Esse processo perdura até os dias atuais e seus modos de vida e territórios se encontram pressionados e ameaçados pela expansão de fronteiras extrativistas e do agronegócio, pela exploração predatória da floresta, pela implantação de projetos de infraestrutura, pelo proselitismo religioso e pelo risco de contágio de doenças associado a essas atividades. Essa situação tem motivado diversos setores da sociedade civil, de governos e de organismos internacionais a desenvolver ações e estabelecer marcos normativos voltados à sua proteção ao longo das últimas décadas.

No Brasil, o Estado é responsável pela proteção e pela preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar e reprodução física e cultural desses povos. Ao longo de décadas, desenvolveu e consolidou uma política e metodologias de trabalho

1. As Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) da Funai atuam diretamente junto a 14 povos considerados de recente contato: Akuntsu, Arara, Araweté, Awa-Guajá, Kanoê, Korubo, Parakanã, Piripkura, Povo de Recente Contato do Igarapé Xinane, Suruwahá, Yanomami e Ye'kuana, Waimiri Atroari e Zo'é. Além disso, a Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai presta apoio técnico e financeiro a Coordenações Regionais do órgão que atuam junto aos Avá-Canoeiro, Pirahã, Juma, Dãw, Nadëb, Hupd'ãh, Yuhupdeh, Tyohom Dyapá, Madiha (Kulina) e Enawenê-nawê.

próprias para isso. Essa trajetória foi marcada por contradições, conflitos, violações e pelo extermínio de diversos povos e populações indígenas no país, em muitos casos pela própria ação do Estado, articulada a interesses econômicos privados sobre as terras indígenas e seus recursos.

Tendo como pano de fundo o processo de redemocratização do país e diversas transformações na sociedade brasileira, o final da década de 1980 marcou o rompimento com a orientação tutelar e integracionista da política indigenista do Estado brasileiro que vigorara até então. A maior expressão dessa mudança foi a Constituição Federal de 1988, que reconheceu aos povos indígenas “sua organização política, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

Nesse contexto, as ações desenvolvidas pela Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC) e as Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) da Funai para a proteção dos povos indígenas isolados e recente contato passaram a ser pautadas pelo respeito à autonomia e autodeterminação desses povos – incluindo o respeito à sua opção pelo isolamento. A política e as ações do Estado brasileiro voltadas à proteção de povos indígenas isolados e de recente contato se tornou referência para outros países da América do Sul e para a elaboração de recomendações e diretrizes internacionais.

No entanto, além de o Estado brasileiro historicamente não alocar recursos humanos e financeiros suficientes para a plena realização dessa política, o êxito dela também depende de uma maior participação das populações vizinhas a esses povos na formulação e implementação das estratégias e ações de proteção de sua vida e territórios, sobretudo em contextos de compartilhamento territorial entre povos indígenas contatados e isolados. E, não menos importante, do efetivo reconhecimento e respeito a diversas políticas indígenas que pautam as relações entre esses povos. Esse diálogo é fundamental para o enfrentamento de novos e velhos desafios relacionados à proteção e garantia dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato – e para a superação de assimetrias nas relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas.

Essa foi uma das questões centrais que motivaram o projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, realizado pelo CTI em cooperação técnica com a Funai, com apoio do Fundo Amazônia/BNDES, de 2015 a 2019. Sua elaboração teve como base os resultados e aprendizagens de trabalhos desenvolvidos pelo CTI nesta temática desde a década de 1980, incluindo projetos em cooperação técnica com o órgão indigenista a partir dos anos 1990². Sua elaboração teve como base os resultados e aprendizagens de trabalhos desenvolvidos pelo CTI nesta temática desde a década de 1980, incluindo projetos em cooperação técnica com o órgão indigenista a partir dos anos 1990.

O projeto teve como objetivo o apoio à proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato e de seus territórios na Amazônia brasileira. Suas ações foram estruturadas em cinco componentes:

2. A primeira parceria entre o CTI e a Funai para a proteção de indígenas isolados se deu em 1994, com financiamento da empresa de energia Furnas, no contexto da construção da UHE Serra da Mesa (GO), que atingiu o território do povo Ava Canoeiro. Em 1999 teve início o primeiro projeto executado em parceria com o então DII/Funai na região do Vale do Javari, o Programa Etno-Ambiental do Vale do Javari, com apoio da Comissão Europeia (CE) e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (Aecid). Entre 2004 e 2008, a parceria teve continuidade por meio do projeto Sistema de Proteção de Terras Indígenas, apoiado pela Fundação Gordon & Betty Moore (que também contemplou as Frentes de Proteção Etnoambiental Rio Envira, no Acre, e Guaporé, em Rondônia). Entre 2008 e 2011, o CTI apoiou a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato no Vale do Javari, no Médio Purus e na região do Madeirinha (MT), por meio de projeto financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). Além dessas iniciativas em cooperação com a Funai, nas décadas de 2000 e 2010 foram desenvolvidos projetos voltados à afirmação dos direitos e à proteção dos povos indígenas isolados na fronteira Brasil-Peru com apoio da Fundação Rainforest da Noruega, que fomentaram a articulação transfronteiriça de diversas organizações indígenas e da sociedade civil dos dois países e contemplaram ações no Vale do Javari.

1 – Apoio às ações da Funai de localização e monitoramento de registros de indígenas isolados na Amazônia brasileira.

2 – Aprimoramento metodológico da investigação e gestão da informação sobre os registros de povos indígenas isolados.

3 – Incremento da interlocução com povos indígenas e populações do entorno de territórios dos povos indígenas isolados para a elaboração e implementação de estratégias de gestão territorial que contribuam para a proteção destes.

4 – Ampliação da participação da sociedade civil em agendas internacionais para a proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato em países da bacia amazônica.

5 – Capacitação de servidores que atuam nas Frentes de Proteção Etnoambiental (FPEs) da Funai em política indigenista, metodologias de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato e temas correlatos.

A presente publicação apresenta as principais experiência e resultados desse trabalho, que envolveu diversos povos e organizações indígenas, organizações da sociedade civil, pesquisadores, especialistas, órgãos de Estado e organismos multilaterais. A cooperação e engajamento dessas pessoas e instituições foi fundamental para a realização do projeto.

A primeira parte da publicação, Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia, contém informações gerais sobre os povos indígenas no Brasil e a política do Estado brasileiro para a sua proteção, além de um resumo dos resultados alcançados pelo projeto, estruturados pelos seus componentes. A segunda parte, Povos e territórios, apresenta as principais ações desenvolvidas nas seis regiões que foram foco do trabalho junto a povos indígenas e populações do entorno de territórios de povos indígenas isolados: Acre, Madeira-Purus, Madeirinha-Juruena, Maranhão, Norte do Pará e Vale do Javari. A terceira e última parte, Olhares e fronteiras, traz informações sobre a presença de povos indígenas isolados e de recente contato na América do Sul e um resumo dos antecedentes e das principais ações realizadas para a ampliação e fortalecimento da participação da sociedade civil em agendas regionais voltadas à proteção e promoção dos direitos desses povos.

Os textos foram elaborados a partir de relatórios, conteúdos do Boletim Povos Isolados na Amazônia e outros produtos do projeto. Esperamos que as informações aqui apresentadas contribuam para fomentar o debate e a reflexão sobre a problemática dos povos indígenas isolados e de recente contato na América do Sul, e para o aprimoramento de ações voltadas à sua proteção.



Povos de recente contato Zo'é (acima), Yanomami (ao lado) e Awa Guajá (abaixo).



A POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO DO ESTADO BRASILEIRO³

Há pouco menos de 30 anos o Estado brasileiro viveu um importante ponto de inflexão em sua relação histórica com os povos indígenas. Se no plano geral a promulgação da Constituição Federal de 1988 consagrou o fim da ditadura civil-militar e foi o mais importante marco no processo de redemocratização do país, no que diz respeito aos direitos indígenas significou a ruptura com o paradigma da tutela e com a perspectiva integracionista que pautavam as políticas públicas dirigidas aos povos indígenas até então.

No que concerne especificamente aos povos indígenas isolados, em 1987 já havia sido operada internamente à Fundação Nacional do Índio (Funai) uma mudança crucial de orientação na ação indigenista até então adotada por este órgão de Estado (e, anteriormente, pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI). Diante das graves consequências das práticas de “atração” e de inúmeros contatos forçados promovidos pelo Estado ao longo de décadas – que causaram centenas de mortes e até mesmo o desaparecimento de povos inteiros –, um grupo de sertanistas propôs aquelas que seriam as bases para a institucionalização da política de proteção de povos indígenas isolados, tendo como diretrizes fundamentais o imperativo do não-contato e o desenvolvimento de ações de proteção territorial. Data deste momento o conjunto de portarias que instituiu o Sistema de Proteção ao Índio Isolado, aprimorado posteriormente por meio de outros atos administrativos do órgão indigenista e decretos relacionados à estrutura do órgão indigenista (ver BOX Política do Estado brasileiro de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato).

3. Texto adaptado de relatório encaminhado pelo CTI, pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (disponível no endereço <https://bit.ly/1QxBOV>).



Equipe da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema/Funai em expedição de localização realizada em 2015.

Todo o conjunto de práticas acumulado e empregado até então pelo Estado para contatar povos ou grupos em isolamento foi reorientado para o desencadeamento de ações visando à sua localização, monitoramento e proteção territorial, respeitando a manifesta recusa desses povos em estabelecer contatos permanentes. Essa mudança de perspectiva foi sendo gradativamente incorporada às ações do órgão indigenista e aprimorada ao longo dos anos subsequentes. Esse processo teve como principais resultados o avanço no processo de investigação e sistematização de informações sobre povos indígenas isolados, consolidando uma metodologia que é ainda hoje referência no tema; a constituição de Frentes de Proteção Etnoambiental em substituição às antigas Frentes de Atração e Frentes de Contato; a ampliação de ações permanentes de proteção territorial em diferentes regiões da Amazônia brasileira; e avanços na regularização fundiária de terras indígenas com a presença confirmada de indígenas isolados.

No que diz respeito às políticas de pós-contato e à promoção dos direitos dos povos indígenas de recente contato, embora ainda restem desafios imensos para o seu desenvolvimento e implementação à luz dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, também houve avanços significativos. Isso é atestado, por exemplo, pela baixa mortalidade verificada nos processos de contato ocorridos desde 1996, em comparação com inúmeros contatos promovidos pela Funai e pelo SPI em décadas anteriores; e pela construção de programas específicos com alguns desses povos, respeitando e valorizando seus anseios, suas territorialidades, modos de vida e processos de transmissão de conhecimento.

Esse conjunto de mudanças conferiu ao Brasil papel de destaque no desenvolvimento de políticas públicas de proteção e promoção de direitos de povos indígenas isolados, inspirando outros países na América do Sul e servindo de referência em processos de consulta que subsidiaram a elaboração de recomendações e diretrizes sobre o tema no plano internacional⁴ (ver parte 3 – Olhares e Fronteiras).

AMEAÇAS E DESAFIOS

É importante destacar que os avanços mencionados não se deram de maneira uniforme em todas as regiões onde há registros sobre a presença de indígenas isolados no Brasil e povos de recente contato, tampouco foram suficientes para reverter de forma homogênea as violações de direitos sofridas por esses povos no país. O número de registros de indígenas isolados, de Frentes de Proteção Etnoambiental e sua área de atuação sofreram oscilações ao longo do tempo, deixando povos e seus respectivos territórios sujeitos a diversos tipos de violência e pressão.

Ainda hoje há 86 registros não confirmados, 35 deles fora de TIs reconhecidas. Destes, 17 encontram-se em regiões com altas taxas de desmatamento e/ou afetadas por empreendimentos de infraestrutura no norte do estado do Mato Grosso, no oeste do estado do Maranhão, no centro-sul do estado do Pará e em Rondônia⁵.

Chaco e a Região Oriental do Paraguai e no relatório Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial nas Américas: Recomendações para o Respeito Integral a Seus Direitos Humanos.

4. De que são exemplo os seminários e consultas realizados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que culminaram, respectivamente, na elaboração das Diretrizes de Proteção para os Povos Indígenas em Isolamento e em Contato Inicial da Região Amazônica, o Grande Chaco e a Região Oriental do Paraguai e no relatório Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial nas Américas: Recomendações para o Respeito Integral a Seus Direitos Humanos.

5. Amorim, F. 2017. *Subsídios à CIDH/ONU: situação dos povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil* (Informação Técnica – Funai. Brasília: Funai.



O garimpo, a atividade madeireira, a caça e pesca ilegais e a expansão da atividade agropecuária sobre áreas de floresta são algumas das pressões e ameaças aos povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia na atualidade





Registro fotográfico do contato entre indígenas do Povo de Recente Contato do Xinane e os Ashaninka da aldeia Simpatia, no alto rio Envira, em 2014.



Maloca e roçado de um grupo do povo Korubo na TI Vale do Javari.

Levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental⁶ identificou 56 obras de infraestrutura em operação impactando 28 TIs, 13 unidade de conservação (UC) federais, 04 UCs estaduais e 05 áreas sem proteção, territórios onde estão localizados 67 registros de povos indígenas isolados – 09 confirmados, 15 em estudo e 44 informações. O mesmo estudo apurou que 900 mil hectares foram desmatados até 2018 em áreas com presença de indígenas isolados; que a metade dos registros confirmados sofre alguma pressão ilícita (garimpo, extração madeireira, grilagem de terras, dentre outras atividades) ou tem interesses minerários incidentes sobre seus territórios.

Por outro lado, mesmo em contextos em que a regularização fundiária e ações permanentes de fiscalização e monitoramento territorial reduziram consideravelmente as pressões sofridas pelos povos indígenas por parte de frentes extrativistas e de colonização, transformações nas dinâmicas territoriais indígenas passaram a impor novos desafios para a política de proteção de povos indígenas isolados. O número crescente de relatos sobre a presença de indígenas isolados próximo a aldeias de povos ou grupos vizinhos contatados, de avistamentos e saques em diferentes regiões da Amazônia indicam risco iminente de possíveis contatos e conflitos, e a necessidade de aprimoramento da política de proteção, sobretudo nesses contextos de vizinhança/compartilhamento territorial.

Os cinco processos de contato ocorridos entre 2014 e 2019 (ver Povos e Territórios – Acre, Maranhão e Vale do Javari) colocaram em evidência alguns dos desafios relacionados às crescentes pressões sobre os territórios indígenas e à complexidade de contextos de compartilhamento territorial na atualidade. Para além do necessário fortalecimento da capacidade operacional do órgão indigenista, essas situações e os alertas

6. *Cercos e resistências: povos indígenas isolados na Amazônia Brasileira*, Instituto Socioambiental, 2019 (disponível no endereço <https://bit.ly/1o1oNj>).

trazidos por diferentes povos, comunidades e organizações nos últimos anos também colocam em evidência a necessidade de se intensificar e aprimorar mecanismos e espaços de participação indígena na política de proteção e promoção de direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato. Não apenas em caráter informativo, ou na condição de colaboradores em determinadas atividades de campo, mas também no debate, formulação, tomada de decisão e implementação das estratégias e ações voltadas à proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato.

Esse tem sido um dos focos de atuação do CTI e constituiu um dos objetivos do projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia. Ao longo desta publicação, são apresentadas informações sobre as principais ações desenvolvidas com esse propósito e seus resultados, em diferentes regiões da Amazônia brasileira e também no âmbito de agendas regionais voltadas à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato na América do Sul.

É importante assinalar, contudo, que a proteção desses povos depende de investimentos contínuos por parte do Estado, e o que tem se verificado nos últimos anos no Brasil é o inverso disso. Os avanços na proteção de povos indígenas isolados e de recente contato logrados nas últimas décadas se encontram gravemente ameaçados na atual conjuntura brasileira, que é a mais desfavorável aos direitos indígenas desde a ditadura civil-militar nos anos 1960-1980. O recrudescimento de ataques a esses direitos, o aumento de pressões sobre as terras indígenas, o acirramento de conflitos envolvendo povos indígenas, o enfraquecimento da Funai e da política indigenista têm impactado severamente os povos indígenas isolados e de recente contato, e constituem riscos para sua sobrevivência.

POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

PRINCIPAIS ATOS ADMINISTRATIVOS

- Portaria Funai no 1900/87 – Estabelece as Diretrizes para o Departamento de Índios Isolados – DII (substituída pela Portaria Funai no 281/2000)
- Portaria Funai no 1901/87 – Cria o Sistema de Proteção ao Índio Isolado – SPII e aprova competência do Departamento de Índios Isolados (substituída pela Portaria Funai no 290/2000, que estabelece que a execução da política de localização e proteção de índios isolados seja efetivada pela Frentes de Proteção Etnoambiental, dentre outras providências)
- Portaria Funai no 1047/88 – Regulamenta o Sistema de Proteção ao Índio Isolado
- Portaria Funai no 277/2000, de 20 de abril de 2000 – Altera a nomenclatura das Frentes de Contato para Frentes de Proteção Etnoambiental
- Portaria Funai no 230/2006 – Constitui Comitê de Gestão com a finalidade de apoiar, coordenar e assessorar nas atividades, a nível nacional, pertinentes à localização e proteção dos grupos indígenas isolados e de recente contato
- Portaria Funai no 501/2016 – Institui o Conselho da Política de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato
- Decreto no 9.010, de 23 de março de 2017 – Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional do Índio, além de outras alterações em substituição ao Decreto no 7.778, de 27 de julho de 2012.
- Portaria Funai no 666, de 17 de julho de 2017 – Aprova o Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio
- Portaria Conjunta Ministério da Saúde e Funai no 4.094, de 20 de dezembro de 2018 – Define princípios, diretrizes e estratégias para a atenção à saúde dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato

Atualmente existem 11 Frentes de Proteção Etnoambiental em funcionamento: FPE Vale do Javari, FPE Madeira-Purus, FPE Madeirinha-Juruena, FPE Guaporé, FPE Uru-Eu-Wau-Wau, FPE Awa Guajá, FPE Envira, FPE Médio Xingu, FPE Yanomami e Ye'kuana, FPE Cuminapanema e FPE Waimiri-Atroari.

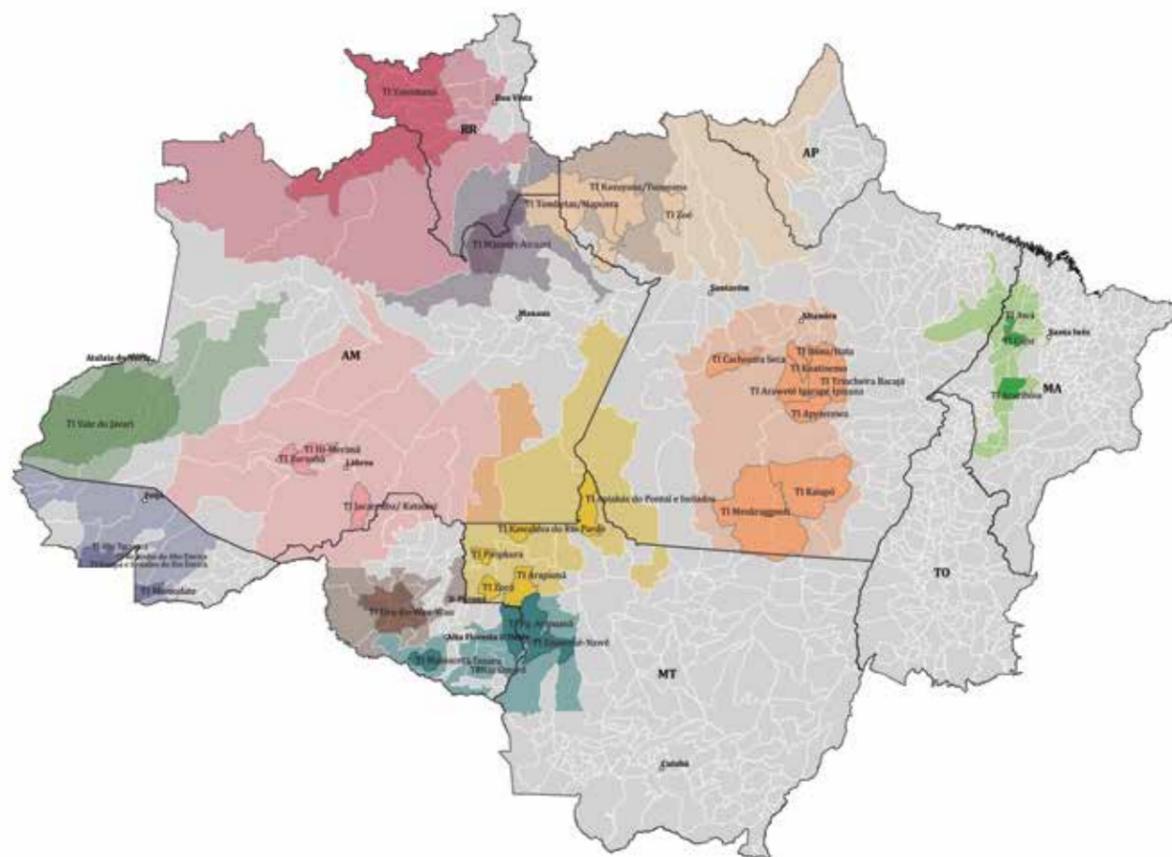
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA – A COORDENAÇÃO GERAL DE ÍNDIOS ISOLADOS E RECÉM CONTATADOS (CGIIRC) E AS FRENTE DE PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL (FPE) DA FUNAI

A Funai, por meio da sua Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC), é a responsável pelo planejamento, supervisão e normatização das ações de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil. As Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) são unidades do órgão especializadas em implementar ações de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil.

As FPE estão distribuídas em distintas regiões da Amazônia Legal e têm como missão assegurar a proteção física e sociocultural desses povos, por meio de ações de localização, monitoramento, vigilância e fiscalização dos seus territórios – e, em casos específicos, de contato: quando a iniciativa partir do próprio povo ou grupo indígena em isolamento, ou em situações em que for constatado risco iminente de seu extermínio em função de pressões externas e não controláveis por outros meios.

Essas unidades também são responsáveis pela implementação das ações da Funai junto a alguns dos povos de recente contato no Brasil, visando à promoção e defesa dos seus direitos. Atualmente existem 11 Frentes de Proteção Etnoambiental em funcionamento: FPE Vale do Javari, FPE Madeira-Purus, FPE Madeirinha-Juruena, FPE Guaporé, FPE Uru-Eu-Wau-Wau, FPE Awa Guajá, FPE Envira, FPE Médio Xingu, FPE Yanomami e Ye'kuana, FPE Cuminapanema e FPE Waimiri-Atroari.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS FPE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Áreas de Atuação das Frentes de Proteção Etnoambiental da Funai

Legenda

- Cidades sedes das FPEs
- Municípios da Amazônia Legal
- Municípios com jurisdição sobreposta
- Limite Estadual

FPE Vale do Javari

- TIs com jurisdição da FPE
- Municípios com atuação da FPE

FPE Madeira - Purus

- TIs com jurisdição da FPE
- Municípios com atuação da FPE

FPE Madeirinha - Juruena

- TIs com jurisdição da FPE
- Municípios com atuação da FPE

FPE Guaporé

- TIs com jurisdição da FPE
- Municípios com atuação da FPE

FPE Uru-Eu-Wau-Wau

- TIs com jurisdição da FPE
- Municípios com atuação da FPE

FPE Awa Guajá

- TIs com jurisdição da FPE
- Municípios com atuação da FPE

FPE Envira

- TIs com jurisdição da FPE
- Municípios com atuação da FPE

FPE Médio Xingu

- TIs com jurisdição da FPE
- Municípios com atuação da FPE

FPE Yanomami Ye'kuana

- TIs com jurisdição da FPE
- Municípios com atuação da FPE

FPE Cuminapanema

- TIs com jurisdição da FPE
- Municípios com atuação da FPE

FPE Waimiri-Atroari

- TIs com jurisdição da FPE
- Municípios com atuação da FPE

↑ N Escala: 1 : 10.000.000

Fontes:
Limites Municipais Estaduais, IBGE 2015
Terras Indígenas e áreas de jurisdição das Frentes de
Proteção Etnoambiental, Funai 2015

Resp. Téc.: Carolina Boccato Dias de Góes
Elaboração: Parceria: Apoio:

REGISTRO DA PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NO BRASIL

Registro é a unidade básica utilizada pela Funai no processo de investigação e sistematização de dados sobre a presença (comprovada ou não) de indígenas isolados. Tendo em vista que o principal critério de organização dos registros é a localização geográfica desses dados, diferentes registros podem se referir a grupos de um mesmo povo⁷. A metodologia de investigação utilizada pela Funai envolve, dentre outras atividades, a pesquisa documental e bibliográfica, levantamento de relatos junto a populações indígenas e não indígenas, análise de imagens de satélite, sobrevoos e expedições em campo.

Os registros são classificados de acordo com sua situação, que corresponde ao grau de conhecimento que se tem sobre a presença de indígenas isolados em determinada região, fruto da pesquisa sistemática realizada pelas FPEs vinculadas à CGIIRC:

INFORMAÇÃO – Relatos previamente qualificados sobre a presença de indígenas isolados em determinada região, mas que demandam investigação mais aprofundada para que sejam considerados registros Em estudo (ou Referência em Estudo, na nomenclatura utilizada anteriormente pela Funai).

EM ESTUDO – Conjunto de dados que passaram por um processo mais aprofundado de qualificação e indicam a presença de indígenas isolados em determinada região, embora ainda não confirmada; a confirmação ou refutação de sua existência ainda depende da realização de trabalhos de campo por parte da CGIIRC/FPEs.

CONFIRMADOS – Correspondem aos povos ou grupos isolados (e, em certos casos, a apenas um ou poucos indivíduos) cuja existência foi administrativamente comprovada pela Funai por meio de atividades de localização.

QUANTITATIVO GERAL

REGISTROS DA PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NO BRASIL

Confirmados	28
Em estudo	26
Informações	60
TOTAL	114

Fonte: Funai, 2017

35 Registros fora de Terras Indígenas reconhecidas
(24 Informações, 9 Em estudo e 2 Confirmados)

Há registros de isolados
em pelo menos 50 TIs

20 TIs com presença
confirmada de indígenas isolados

7. Deste modo, informações sistematizadas pela Coiab indicam que os 28 registros confirmados de indígenas isolados no Brasil correspondem a 16 povos ou segmentos de povos – ver Informe Regional Pueblos Indígenas em Aislamiento – Territórios y desarrollo em la Amazonía y Gran Chaco, produzido pela organização Land is Life com um conjunto de organizações indígenas e da sociedade civil da América do Sul, sob coordenação de Antenor Vaz (2019) – disponível no endereço <https://bit.ly.com/Rj5Kh>.

REGISTRO	NOME	STATUS	TERRA INDÍGENA	UF
71	Mashco Piro do Chandless	Confirmada	-	AC
72	Rio Iquê	Informação	Enawenê-Nawê	MT
73	Serra do Cachimbo	Informação	-	PA
74	Urucum	Informação	-	AM
75	Rio Coti	Em estudo	-	AM
76	Serra da Estrutura	Confirmada	Yanomami	RR
77	Médio Jatapu	Informação	Trombetas/Mapuera – Waimiri Atroari	AM
78	Cabeceira do rio Camanaú	Em estudo	Waimiri Atroari	AM
79	Médio Macucuau	Informação	-	RR
80	Igarapé Jararaca	Informação	Alto Turiaçu	MA
81	Rio Arraias	Informação	Krikati	MA
82	Cana Brava	Informação	Cana Brava	MA
83	Rio Corumbiara	Informação	-	RO
84	Manicorezinho	Informação	-	AM
85	Igarapé Preto	Informação	Tenharim do Igarapé Preto	AM
86	Rio Maici	Informação	Pirahã	AM
87	Rio dos Peixes	Informação	Apiaka/Kayabi	MT
88	Igarapé Bom Jardim	Em estudo	Arawete do Igarapé Ipixuna	PA
90	Rio Esquerdo	Confirmada	Vale do Javari	AM
91	Igarapé São José	Confirmada	Vale do Javari	AM
92	Igarapé Pedro Lopes	Informação	Vale do Javari	AM
93	Surucucu/Kataroa	Informação	Yanomami	RR
94	Parawa u	Informação	Yanomami	RR
95	Auaris/fronteira	Informação	Yanomami	RR
96	Surucucu/Watho u	Informação	Yanomami	RR
97	Igarapé Tiradentes	Informação	Uru Eu Wau Wau	RO
98	Baixo Cautário	Informação	Uru Eu Wau Wau	RO
99	Alto Tapajós	Em estudo	Munduruku	PA
100	Amajari	Informação	Yanomami	AM
101	Rio Branquinho	Informação	Yanomami	RR
102	Cab. do rio Cuniuá	Informação	Deni	AM
103	Igarapé Papavo	Em estudo	Kaxinawa/Ashaninka do rio Breu	AC
104	Ilha do Bananal	Em estudo	Iñawébohona	TO
105	Karapawiana	Em estudo	Trombetas/Mapuera	PA/RR/AM
106	Akuriyó do rio Mataware/Alto Jari	Informação	Parq. do Tumucumaque	PA
107	Pitinga/Nhamundá-Mapuera	Em estudo	Kaxuyana-Tunayana	PA
108	Alto Urucuriana/Alto Curuá/Alto Maicuru	Informação	-	PA
109	Rio Citaré	Informação	Parque do Tumucumaque	PA
110	Igarapé Ipiaçava	Em estudo	Ituna-Itatá (Restrição de Uso)	PA
111	Rio Jamanxim	Informação	Sawré Muybu (Pimental)	PA
112	Rio Abacaxis	Informação	-	PA
113	Mossoró	Informação	-	PA
114	Serra da Providência	Informação	-	RO
115	Alto Rio Humaitá	Confirmada	Kaxinawa do Rio Humaitá – Kulina do Rio Envira	AC
116	Mashko do Rio Envira	Confirmada	Kampa e Isolados do Rio Envira	AC
117	Arinos/Sangue	Informação	-	MT
118	Capot/Nhinore	Informação	Menkragnoti	PA/MT
119	Alto Xingu/Curisevo	Informação	Parque do Xingu	MT
120	Alto Xingu	Informação	Parque do Xingu	MT
121	Médio Jatapu	Em estudo	-	AM
122	Ponekuru/Acapu/Baixo Água Fria	Informação	-	PA

REGISTROS QUE CONSTAVAM EM TABELAS ANTERIORES E QUE SE REFEREM A POVOS OU GRUPOS DE RECENTE CONTATO (FONTE: FUNAI/2017)

REGISTRO	NOME	POVO	TERRA INDÍGENA	UF
17	Igarapé Urucubaca	Tyohom Dyapá	Vale do Javari	AM
24	Korubo do Igarapé Quebrado	Korubo	Vale do Javari	AM
30	Xinane e Igarapé D'Ouro	Povo de Recente Contato do Xinane	Kampa e Isolados do Rio Envira	AC
38	Zo'é	Zo'é	Zo'é	PA
52	Akuntsu do Vale do Rio Omerê	Akuntsu	Omerê	RO
62	Kanoe do Vale do Rio Omerê	Kanoe	Omerê	RO
69	Zuruaha	Suruwaha	Zuruahã	AM
89	Rios Ituí/Itaquai	Korubo	Vale do Javari	AM

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROJETO

O projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente contato na Amazônia foi realizado em uma conjuntura desfavorável aos direitos indígenas no país, o que constituiu o principal desafio para sua implementação. Desde a formulação até o término do projeto houve uma deterioração desse quadro, caracterizada, dentre outros aspectos, pelo aumento de ataques a esses direitos e pressões sobre as terras indígenas, o acirramento de conflitos envolvendo povos indígenas e o enfraquecimento da Funai e da política indigenista, com efeitos diretos sobre os povos indígenas isolados e de recente contato no país.

Cortes orçamentários sucessivos, mudanças na gestão do órgão indigenista e seu reduzido quadro de recursos humanos constituem riscos preocupantes para o futuro da política de proteção e promoção dos direitos desses povos. Nesse contexto, a implementação do projeto foi decisiva para assegurar ações fundamentais voltadas à sua proteção e para reduzir os impactos da atual conjuntura sobre seus territórios.

A articulação interinstitucional e parcerias estabelecidas ao longo do desenvolvimento do projeto possibilitaram a potencialização de iniciativas voltadas à proteção de povos indígenas isolados e de recente contato. A metodologia participativa e regionalizada de planejamento das atividades⁸ e a grande interação entre a equipe do projeto e os principais atores envolvidos na sua implementação proporcionaram um processo contínuo de avaliação das ações realizadas, de socialização de informação, mapeamento de propostas e demandas, atualização, adequação e pactuação dos planos de trabalho.

No que diz respeito à localização de indígenas isolados, o projeto proporcionou condições para que a Funai realizasse expedições e sobrevoos, aumentando expressivamente o número destas atividades e de registros qualificados. Diante de dificuldades apresentadas pelo órgão indigenista para a realização das atividades previstas, foram adotadas diversas medidas para garantir que os objetivos do projeto fossem alcançados.

A ampliação do escopo das expedições e sobrevoos, de modo a contemplar também registros confirmados, foi uma dessas medidas – o foco principal, que era a qualificação de registros não confirmados, foi mantido, mas foi possível também apoiar trabalhos essenciais para o monitoramento de registros confirmados. O apoio a atividades de pós-contato no Acre e Vale do Javari (AM) e a ações emergenciais como o combate a incêndios e o monitoramento de indígenas isolados na TI Arariboia (MA) são outros exemplos.

O projeto também resultou em ampla produção de conhecimento sobre povos indígenas isolados e de recente contato e de subsídios técnicos para a sua proteção, agregando ao quadro de recursos humanos notadamente deficitário da Funai aportes substanciais por parte de profissionais qualificados de diferentes áreas e com reconhecida experiência. Por sua vez, o desenvolvimento e a implementação do *Sistema de Informações sobre Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil (SI3RC)* aprimoraram a gestão

8. O planejamento anual foi realizado em rodadas regionais envolvendo a coordenação e equipes das FPE da Funai, representantes e lideranças de organizações e comunidades indígenas e, sempre que possível, membros de outras unidades da Funai e de outras instituições cuja atuação apresentava interface com as ações desenvolvidas.

da informação da CGIIRC/Funai, constituindo uma importante ferramenta para a política de proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato.

Contudo, um dos principais êxitos do projeto foi o fortalecimento do protagonismo e participação indígena na proteção de povos isolados e de recente contato. Embora a política e metodologias de trabalho do Estado brasileiro para a proteção destes povos tenham se constituído como referência internacional em anos recentes, após o rompimento com a orientação tutelar e integracionista que vigorou até os anos 1980, este componente da política indigenista permaneceu relativamente marginal às conquistas de protagonismo e participação dos povos indígenas e às pautas de suas organizações.

Os resultados alcançados pelo projeto por meio das ações realizadas junto a comunidades indígenas e populações do entorno de territórios de indígenas isolados e de recente contato, organizações indígenas e da sociedade civil contribuíram expressivamente para preencher essa lacuna. O fortalecimento da atuação dos povos indígenas e da sociedade civil nessa agenda contribui para um maior e melhor controle social sobre essa políticas públicas, e constitui um importante contrapeso frente aos retrocessos verificados no presente. Colabora, portanto, para maior resiliência dos avanços alcançados na proteção de povos indígenas isolados e de recente contato nas última décadas.

Ao fomentar sua participação e protagonismo na proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato, em diferentes escalas e âmbitos, o projeto também colaborou para a efetivação dos principais marcos legais relacionados ao tema⁹. Adicionalmente, cooperou para iniciativas e instrumentos relevantes do Estado brasileiro referentes ao ordenamento territorial e às contribuições do Brasil para a redução de desmatamento, a conservação e manejo sustentável de florestas naturais, como a PNGATI e o próprio Fundo Amazônia.

A seguir são apresentados os principais resultados do projeto, por componente:

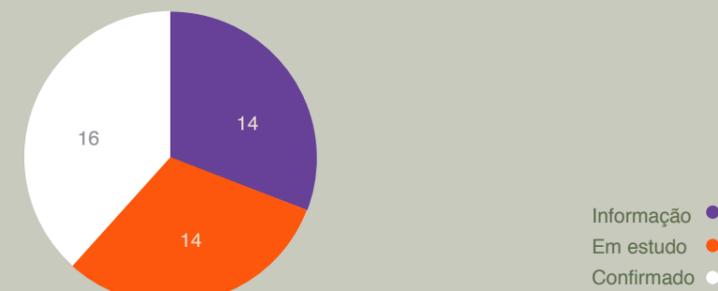
APOIO ÀS AÇÕES DA FUNAI DE LOCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE REGISTROS DE INDÍGENAS ISOLADOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

O projeto previa o apoio à Funai para avançar nos trabalhos de localização de pelo menos 20 registros não confirmados de indígenas isolados (informações e referências em estudo), por meio de 12 expedições e de 200 horas de sobrevoo. Durante a execução do projeto, o escopo dessas ações foi ampliado de modo a também contemplar expedições e sobrevoos de monitoramento de registros confirmados. Ao todo foram realizadas 47 expedições (32 de localização e 15 de monitoramento), além de sobrevoos que totalizaram 198 horas/voo.

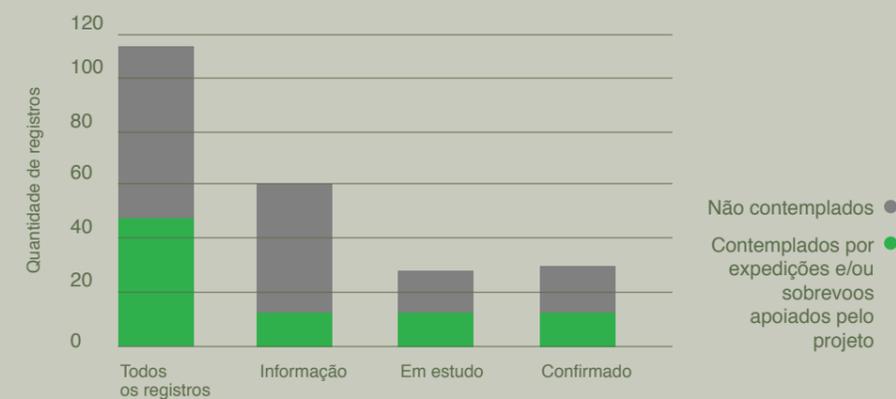
9. Constituição Federal de 1988 (sobretudo artigos 231 e 232), Estatuto do Índio (Lei nº 6.000/1973), Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, diretrizes de proteção para os povos indígenas em isolamento e contato inicial das Nações Unidas e recomendações da CIDH sobre o tema.

Tendo como base a última atualização do quadro de registros de povos indígenas isolados no Brasil disponibilizada pela Funai (2017), 44 registros foram contemplados por expedições e sobrevoos realizados no âmbito do projeto (o que corresponde a 39% do total de registros de indígenas isolados no Brasil): 14 informações, 14 referências em estudo e 16 referências confirmadas (que correspondem a 23%, 54% e 57% das respectivas categorias de registro). No período de implementação do projeto, 14 registros tiveram alguma alteração de status ou foram incluídos no quadro oficial de registros de indígenas isolados no Brasil (12% do total de registros).

REGISTROS DE INDÍGENAS ISOLADOS CONTEMPLADOS POR ATIVIDADES DE LOCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO NO ÂMBITO DO PROJETO, POR CATEGORIA



REGISTROS DA PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS CONTEMPLADOS POR ATIVIDADES DE LOCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DA FUNAI NO ÂMBITO DO PROJETO (2015-2019)



Levando em conta apenas os registros que contaram com expedições e/ou sobrevoos da Funai no período de 2015-2017¹⁰, as atividades de localização e monitoramento apoiadas pelo projeto contemplaram 85% destes registros – analisando cada categoria de registro separadamente, este número corresponde a 100% das informações, 93% das referências em estudo e 94% das referências confirmadas contempladas por expedições e/ou sobrevoos do órgão no período.

A maior parte dos 44 registros contemplados por ações do projeto está localizada no estado do Amazonas (59%), seguido pelo Pará (16%), Acre (7%) e Mato Grosso (5%), enquanto 11% estão localizados no Amapá, Maranhão, Rondônia, Roraima e Tocantins e 2% correspondem a registro situado na área limítrofe dos estados do Pará, Amazonas e Roraima. 12 deles (27%) estão localizados fora de terras indígenas reconhecidas (7 informações, 3 referências em estudo e 2 referências confirmadas), o que reforça a necessidade urgente de assegurar a continuidade dos trabalhos de investigação, das ações de proteção territorial e a regularização fundiária.

Em 2015, primeiro ano do projeto, as expedições apoiadas pelo CTI corresponderam a 22% do total de expedições realizadas pela Funai (38% das expedições de localização e 10% das expedições de monitoramento realizadas pelo órgão indigenista).

O número de expedições de localização dobrou em relação ao ano de 2014 (de 4 para 8) e o número total de expedições aumentou em 157% (de 7 para 18).

Em 2016, 59% das expedições realizadas pela Funai se deram no âmbito do projeto (a totalidade das 12 expedições de localização e 10% das de monitoramento). O número de expedições de localização aumentou 50% (de 8 para 12) e o número total de expedições foi 22% superior em relação ao ano anterior (de 18 para 22).

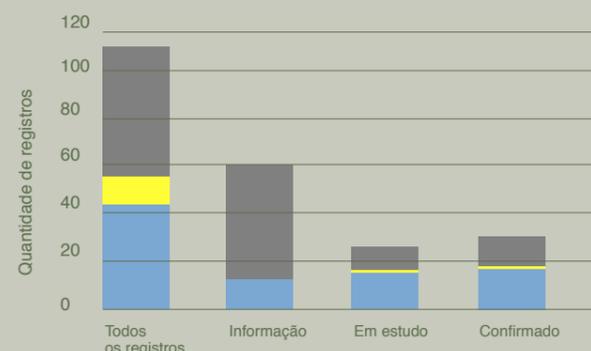
Em 2017 o CTI apoiou 71% das expedições realizadas pela Funai (a totalidade das 9 expedições de localização e 50% das 12 de monitoramento). Em relação ao ano anterior, o número de expedições de localização diminuiu em 25%, e o número total de expedições, em 5% (de 22 para 21).

Em 2018 o CTI apoiou 7 expedições de localização e 7 de monitoramento; e em 2019, uma expedição de localização de indígenas isolados foi apoiada. Não foram disponibilizados dados consolidados da Funai para estes dois anos, deste modo o comparativo entre as ações apoiadas pelo projeto e o número total de expedições realizadas pelo órgão compreende apenas os anos de 2015 a 2017.

Além das expedições e sobrevoos, 13 levantamentos socioambientais e estudos voltados à caracterização de dinâmicas territoriais de povos indígenas isolados e de recente contato resultaram em expressiva qualificação de informações sobre esses povos, seus territórios e entorno, constituindo importantes subsídios para os trabalhos desenvolvidos pelas Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) e a Coordenação Geral de

10. Quando o projeto foi finalizado, ainda não haviam sido encaminhados dados consolidados da Funai para os anos de 2018 e 2019 que permitissem um comparativo com dados do projeto neste período.

REGISTROS DA PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS CONTEMPLADOS POR EXPEDIÇÕES DE LOCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DA FUNAI ENTRE 2015 E 2017*



● Não contemplados por expedições no período
● Contemplados por expedições fora do âmbito do projeto
● Contemplados por expedições apoiadas pelo projeto

EXPEDIÇÕES DA FUNAI - LOCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE INDÍGENAS ISOLADOS (2014-2017*)



● FUNAI
● Projeto FAM isolados
— número de expedições

EXPEDIÇÕES DA FUNAI - MONITORAMENTO DE INDÍGENAS ISOLADOS (2014-2017*)



EXPEDIÇÕES DA FUNAI - LOCALIZAÇÃO DE INDÍGENAS ISOLADOS (2014-2017*)



● FUNAI
● Projeto FAM isolados

*Quando o projeto foi finalizado, ainda não haviam sido encaminhados dados consolidados da Funai para os anos de 2018 e 2019 que permitissem um comparativo com dados do projeto neste período.

Índios Isolados e Recém Contatados da Funai (CGIIRC). Seu escopo foi definido a partir do contexto de atuação de cada FPE e de demandas apresentadas pela Funai, junto com equipes técnicas do órgão. Em seu conjunto, os produtos contemplaram diversos registros de povos indígenas isolados, povos de recente contato e regiões na Amazônia, incluindo contribuições voltadas especificamente à elaboração, pela Funai, de planos de proteção de povos indígenas isolados – atendendo demanda do órgão relacionada a meta prevista no Programa Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas/PPA 2016-2019.

REGISTROS DA PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS CONTEMPLADOS POR EXPEDIÇÕES E/OU SOBREVOOS NO ÂMBITO DO PROJETO

Nº	NOME	SITUAÇÃO (FUNAI, 2017*)	UF
6	Baixo rio Cauaburis	Referência em Estudo	AM
10	Alto Rio Canumã	Referência em Estudo	AM
12	Katawixi	Referência em Estudo	AM
13	Hi-Merimã	Confirmada	AM
15	Igarapé Nauá	Confirmada	AM
16	Rio Itaquai	Confirmada	AM
18	Igarapé Alerta	Confirmada	AM
19	Igarapé Inferno	Confirmada	AM
20	Rio Bóia/Curuena	Confirmada	AM
21	Igarapé Lambança	Confirmada	AM
22	Rio Pedra	Informação	AM
23	Rio Coari	Confirmada	AM
25	Rio Quixito	Confirmada	AM
26	Igarapé São Salvador	Informação	AM
27	Igarapé Cravo	Referência em Estudo	AM
28	Igarapé Amburus	Referência em Estudo	AM
29	Igarapé Flecheira	Referência em Estudo	AM
33	Mashco Piro do Iaco e Mamoodate	Confirmada	AC
35	Rio Cachorro/Cachorrinho	Informação	PA
36	Rio Kaxpakuru/Igarapé Água Fria	Informação	PA
41	TI Araribóia	Confirmada	MA
70	Kaidjuwa	Referência em Estudo	AM
71	Mashco Piro da Cabeceira do Rio Iaco e Acre	Confirmada	AC
75	Rio Coti	Referência em Estudo	AM
76	Serra da Estrutura	Confirmada	RR
77	Médio Jatapu	Informação	AM
85	Igarapé Preto	Informação	AM
88	Igarapé Bom Jardim	Referência em Estudo	PA
90	Rio Esquerdo	Confirmada	AM
91	Igarapé São José	Confirmada	AM
92	Igarapé Pedro Lopes	Informação	AM
104	Ilha do Bananal	Referência em Estudo	TO
105	Karapawyana	Referência em Estudo	PA/RR/AM
107	Pitinga/Nhamundá-Mapuera	Referência em Estudo	PA
108	Alto Urucuriana/Alto Curuá/Alto Maicuru	Informação	AP
110	Igarapé Ipiaçava	Referência em Estudo	PA
113	Mossoró	Informação	PA
114	Serra da Providência	Informação	RO
115	Alto Rio Humaitá	Confirmada	AC
117	Rio Arinos/Sangue	Informação	MT
118	Capot/Nhinore	Informação	PA
119	Alto Xingu/Curisevo	Informação	MT
121	Médio Jatapu	Referência em Estudo	AM
122	Ponekuru/Acapu/Baixo Água Fria	Informação	AM

* Atualização realizada pela CGIIRC/Funai em dezembro 2017

APRIMORAMENTO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE OS REGISTROS DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS

Elaborado e implementado pelo projeto, o Sistema de Informações sobre Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil (SI3RC) consiste em um Sistema de Informações Geográficas (SIG) desenvolvido em software livre, customizado de modo a atender as especificidades e a complexidade do trabalho da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai. Seu processo de construção se deu em estreito diálogo com a equipe técnica da CGIIRC e envolveu também outros setores da Funai, como a Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação (Cogeti) e a Coordenação Geral de Geoprocessamento (CGGEO).

A estrutura e fluxos de dados, os perfis de usuário, regras de acesso, diretrizes de segurança e todos os demais aspectos do sistema foram definidos pela Funai, de modo a resguardar informações sensíveis inerentes ao trabalho de proteção de povos indígenas isolados e recém contatados. O SI3RC possui uma interface de administração que permite a adição de camadas de dados espaciais como, por exemplo, as disponíveis na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde), o que propicia maior integração do amplo conjunto de dados envolvidos no trabalho de proteção e promoção de direitos de povos indígenas isolados e de recente contato. Além de dados espaciais, envolveu a organização e digitalização do acervo histórico e documental da CGIIRC, e a compatibilização desses dados com ferramentas de busca, proporcionando maior agilidade de acesso à informação, pesquisa de conteúdo, correlação de dados e o aprimoramento metodológico da política de proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato.

Além do desenvolvimento e implementação do SI3RC, o projeto proporcionou o processamento e análise de dados geográficos e a elaboração de materiais cartográficos relativos às atividades de localização e monitoramento, dentre outros subsídios técnicos para o processo de qualificação de registros de povos indígenas isolados.

INCREMENTO DA INTERLOCUÇÃO COM POVOS INDÍGENAS E OUTRAS POPULAÇÕES DO ENTORNO DE TERRITÓRIOS DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS

A proteção dos povos isolados e de recente contato tem relação direta com a situação das populações vizinhas e com o envolvimento delas nas estratégias e ações voltadas a proteger esses povos e seus territórios. Este componente do projeto teve como objetivo fortalecer (1) a participação dessas populações na política pública de proteção e promoção de direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato e (2) estratégias de gestão territorial e ambiental que contribuem para a proteção destes, com enfoque prioritário em contextos de compartilhamento de terras indígenas (ou complexos de terras indígenas) entre isolados e contatados.

As ações tiveram como recorte geográfico seis regiões na Amazônia: Vale do Javari (AM), Rio Envira (AC), Médio Purus (AM), Madeirinha (MT), Complexo

de TIs do Trombetas (Norte do PA e AM) e Maranhão (TIs Awa, Caru e Arariboia). As atividades tiveram as seguintes linhas de ação: i) planejamento e articulação institucional com a Coordenação Geral de Índios Isolados (CGIIRC/Funai) e Frentes de Proteção Etnoambiental (FPEs) a ela vinculadas, Coordenações Regionais (CRs/Funai) e Coordenações Técnicas Locais (CTLs/Funai); ii) planejamento e articulação institucional com organizações indígenas e parceiros locais; iii) interlocução e assessoria técnica a povos indígenas e populações do entorno, por meio da realização de oficinas temáticas, apoio a demandas comunitárias relacionadas à gestão territorial e ambiental e acompanhamento técnico em agendas de controle social; iv) monitoramento territorial e vigilância indígena; v) produção de estudos e subsídios técnicos sobre as formas de uso e ocupação e estratégias de compartilhamento territorial com isolados.

As atividades foram perpassadas pela promoção do diálogo entre a política de proteção de povos isolados e de recente contato do Estado brasileiro e políticas indígenas, fundadas e transformadas no histórico de relações entre esses povos, em diversos contextos amazônicos. A promoção e fortalecimento desse diálogo teve como objetivo a reflexão, pactuação e desenvolvimento de estratégias de gestão territorial compartilhada com isolados em cada um desses contextos, visando à proteção física e territorial desses povos.

As ações envolveram a realização de 122 oficinas temáticas e a promoção do debate sobre a proteção de isolados junto a povos indígenas e outras populações vizinhas, em diferentes espaços (encontros, assembleias, intercâmbios, reuniões), somando mais de 6,5 mil participantes. Também envolveram o apoio à elaboração e implementação de planos e atividades de monitoramento territorial e vigilância por estas populações, e o levantamento e sistematização de informações sobre povos isolados junto a comunidades indígenas vizinhas (abordando, dentre outros aspectos, as relações históricas e atuais entre esses grupos; relatos de avistamentos, contatos e conflitos; vulnerabilidades e pressões sobre seus territórios; dinâmicas de compartilhamento/vizinhança territorial).

Em linhas gerais, os seguintes resultados foram alcançados por meio dessas ações, superando as metas do projeto, quantitativa e qualitativamente:

- diálogo entre povos e organizações indígenas e Frentes de Proteção Etnoambiental da Funai ampliado e fortalecido;
- povos e organizações indígenas mais atuantes na proteção territorial e defesa de direitos de indígenas isolados e de recente contato;
- informações sobre indígenas isolados e de recente contato ampliadas, aprofundadas e sistematizadas junto a populações vizinhas destes povos;
- estratégias de proteção de indígenas isolados com a participação de comunidades indígenas vizinhas fortalecidas;
- monitoramento territorial indígena fortalecido em TIs com presença de povos isolados e/ou de recente contato.

AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM AGENDAS INTERNACIONAIS PARA A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO EM PAÍSES DA BACIA AMAZÔNICA

Este componente do projeto teve como objetivos: (1) fomentar a troca de experiências voltadas à proteção de povos indígenas isolados e de recente contato, por meio de intercâmbios e encontros internacionais com enfoque prioritário em organizações indígenas da bacia amazônica; (2) potencializar a incidência de povos e organizações indígenas sobre órgãos de Estado e organismos internacionais em agendas relacionadas à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato; e (3) produzir e difundir informações qualificadas sobre a temática dos povos indígenas isolados e de recente contato, por meio do *Boletim Povos Isolados na Amazônia*¹¹.

As duas edições do encontro internacional *Olhares sobre as políticas de proteção aos povos indígenas isolados e de recente contato* com representantes indígenas e de organizações da sociedade civil do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela e os 12 intercâmbios realizados contaram com a participação de mais de 650 pessoas. Estas atividades envolveram diversos povos e contextos representativos do tema na América do Sul, e parcerias com diferentes instituições (organizações indígenas, organizações da sociedade civil, órgãos de Estado, organismos multilaterais), o que contribuiu para os resultados alcançados pelo projeto no fortalecimento de agendas regionais voltadas à proteção de povos indígenas isolados na bacia amazônica.

O Boletim Povos Isolados na Amazônia constituiu um importante veículo de produção e difusão de conteúdos sobre os povos isolados e de recente contato na América do Sul. As 12 edições publicadas ao longo do projeto (que compreenderam dezenas de reportagens e a produção de material audiovisual) contribuíram para promover, junto a um público abrangente, a circulação de informações qualificadas sobre a problemática desses povos em diferentes contextos na região.

Os seguintes resultados foram alcançados por meio das atividades no âmbito desse componente do projeto:

- articulação entre organizações indígenas e organizações da sociedade civil que têm atuação neste tema em diferentes países ampliada e fortalecida;
- experiências de trabalho compartilhadas entre organizações indígenas e diversas instituições de diferentes países;
- incidência sobre órgãos de Estado e organismos internacionais ampliada;
- divulgação de informações qualificadas sobre o tema ampliada.

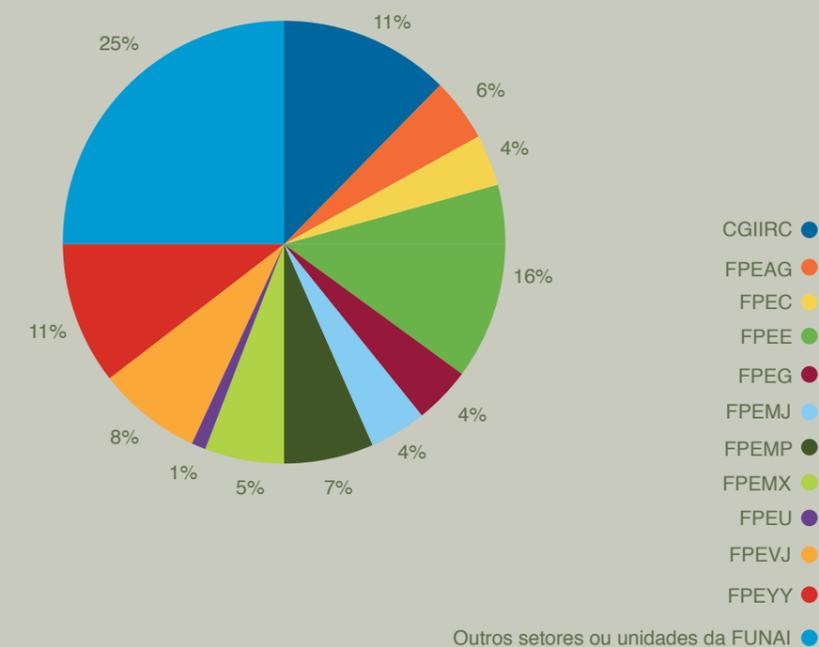
11. <https://bitly.com/XbNEs>.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA FUNAI EM POLÍTICA INDIGENISTA, METODOLOGIAS DE PROTEÇÃO DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO E TEMAS CORRELATOS

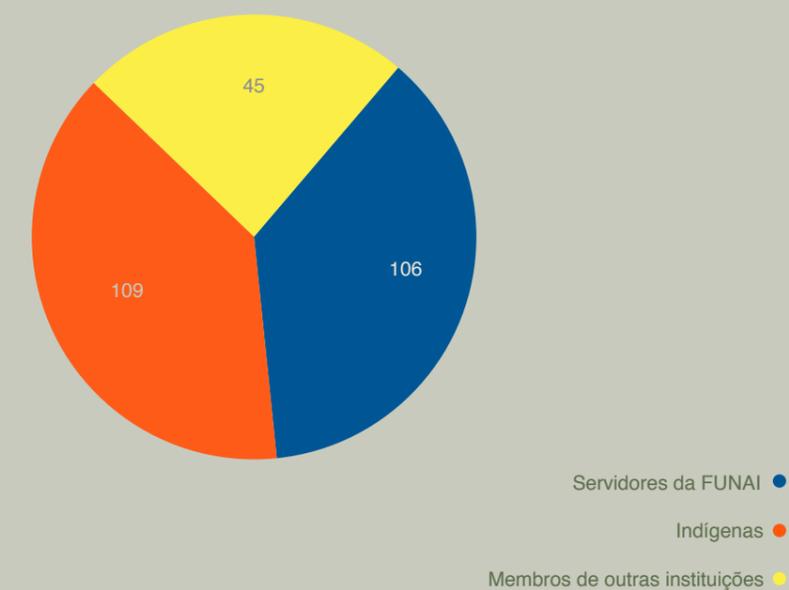
As atividades foram planejadas a partir de demandas identificadas junto às equipes da Funai, e orientadas para as especificidades do contexto de atuação de cada FPE e da CGIIRC, bem como à aplicabilidade dos conteúdos por estas equipes em seu cotidiano de trabalho. Foram ministradas por profissionais de diversas áreas do conhecimento e com reconhecida experiência, abordando conteúdos relacionados à legislação, linguística, etnologia, política indigenista, cartografia, tecnologia da informação, dentre outros temas relevantes ao trabalho de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato.

Ao todo, 106 servidores do órgão indigenista foram capacitados por meio de 19 atividades (18 oficinas temáticas e um seminário voltado à promoção dos direitos de povos indígenas de recente contato). Além dos servidores da Funai, participaram das atividades 109 indígenas e 45 membros de outras instituições (como, por exemplo, organizações indígenas, Secretaria Especial de Saúde Indígena e universidades públicas). Dada a relevância desses atores para o trabalho desenvolvido pelas FPEs, sua participação e envolvimento nas capacitações, embora não previstos inicialmente, foram um importante resultado deste componente do projeto. O número total de participantes, portanto, foi de 260 pessoas, superando a expectativa inicial.

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNAI QUE PARTICIPARAM DAS CAPACITAÇÕES (POR FPE E OUTROS SETORES OU UNIDADES DO ÓRGÃO)



PARTICIPANTES DAS CAPACITAÇÕES





2.1
ACRE

Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira
Terra Indígena Riozinho do Alto Envira
Terra Indígena Kulina do Rio Envira
Terra Indígena Jaminaua/Envira

Proteção e Isolamento em Perspectiva

Acre

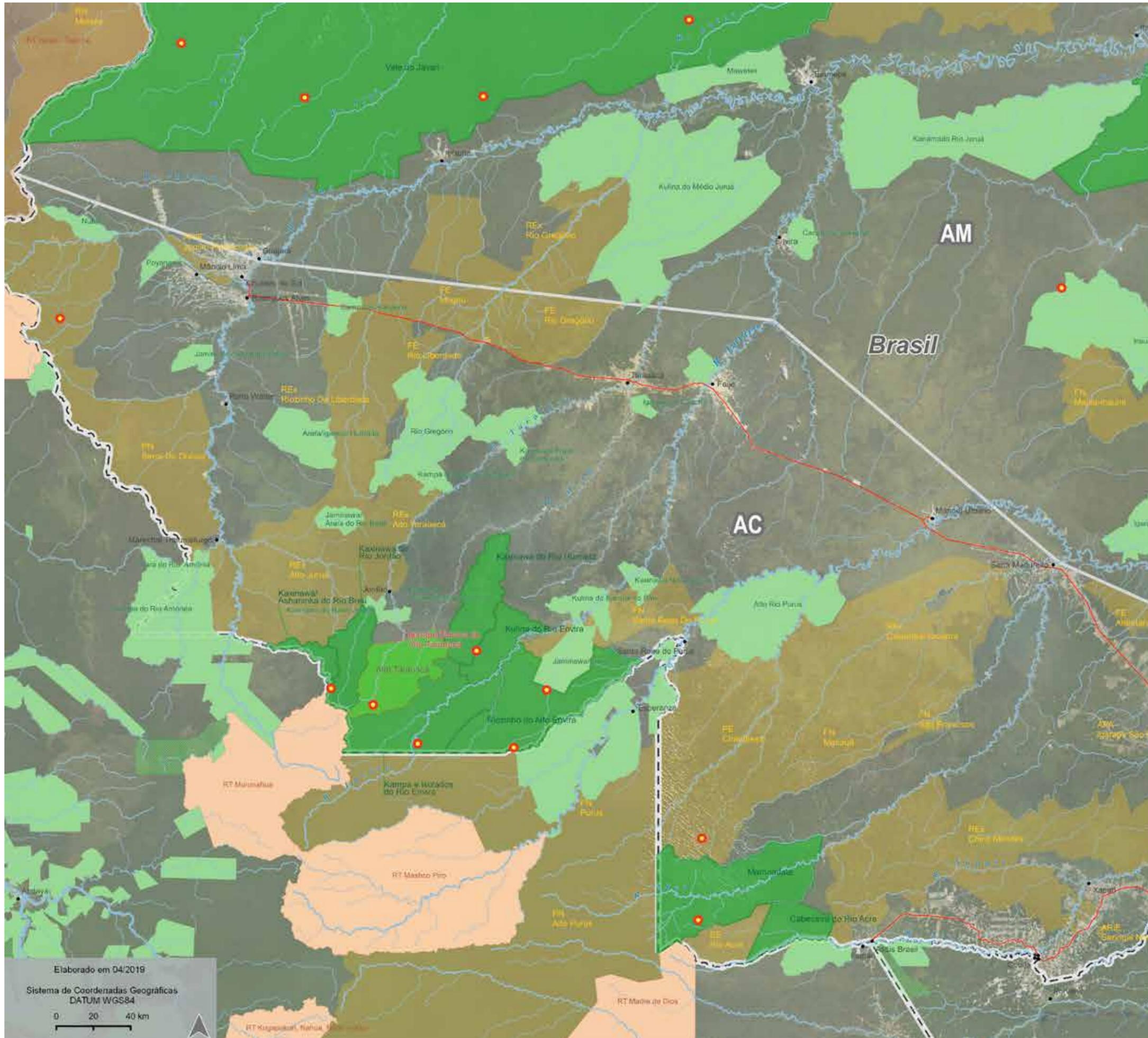


Legenda

- Referência de povos isolado e de recente contato (Brasil)
- Terra Indígena habitada exclusivamente por povos isolados
- Terra Indígena com restrição de uso
- Terra Indígena com registro de povos isolados
- Reserva Territorial para povos isolados e de recente contato (Peru)
- Proposta de Reserva Territorial para povos isolados e de recente contato (Peru)
- Territórios indígenas reconhecidos oficialmente
- Territórios indígenas sem reconhecimento oficial
- Área natural protegida (Peru) e Unidades de Conservação (Brasil)
- Hidrografia
- Rodovia
- Sede Municipal
- Capital Estadual
- Limite Estadual
- Limite Internacional

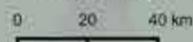
Fontes:
 Terras Indígenas no Brasil - FUNAI, 2017
 Territórios Indígenas na América Latina e Áreas Naturais Protegidas - RAISG, 2018
 Limites Estaduais Sedes Municipais e Capitais - IBGE, 2018
 Rodovias - DNIT, 2018
 Ferrovias - ANTT, 2018
 Hidrografia - ANA, 2108
 Limite Internacional - GeoSUR, 2018

Realização Parceria Apoio



Elaborado em 04/2019

Sistema de Coordenadas Geográficas
 DATUM WGS84



ÁREA FOCAL PRIORITÁRIA DO PROJETO

TERRA INDÍGENA	POVOS	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO	ÁREA
Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Povo de Recente Contato do Igarapé Xinane Isolados	335	Regularizada	232.795 hectares
Riozinho do Alto Envira	Ashaninka Isolados	115	Homologada	260.972 hectares
Kulina do Rio Envira	Kulina (Madiha) Isolados	349	Regularizada	84.365 hectares
Jaminaua/Envira	Ashaninka Kulina (Madiha)	290	Regularizada	80.618 hectares

OUTRAS TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM INTERFACES NAS AÇÕES DO PROJETO

TERRA INDÍGENA/ UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	POVOS	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO TI / DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO UC	ÁREA
TI Kaxinawa do Rio Humaitá	Kaxinawa (Huni Kuin) Isolados	418	Regularizada	127.384 hectares
TI Kaxinawa do Rio Jordão	Kaxinawa (Huni Kuin) Isolados	1.549	Regularizada	87.294 hectares
TI Kaxinawa do Baixo Rio Jordão	Kaxinawa (Huni Kuin)	513	Regularizada	8.726 hectares
TI Kaxinawa Seringal Independência	Kaxinawa (Huni Kuin)	415	Regularizada	11.584 hectares
TI Alto Tarauacá	Isolados	Desconhecida	Regularizada	142.619 hectares
TI Igarapé Taboca do Alto Tarauacá	Isolados	Desconhecida	Restrição de uso	287 hectares
TI Mamoadate	Manchineri Jaminawa Isolados	1076	Regularizada	313.647 hectares
TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Ashaninka Kaxinawa (Huni Kuin) Isolados	642	Regularizada	31.278 hectares
TI Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa Isolados	324	Regularizada	78.513 hectares
Parque Estadual Chandless			Dec. Estadual nº 10670/2004	695.303 hectares
Estação Ecológica do Rio Acre			Dec. Estadual nº 86.061/1981	79.395 hectares
Parque Nacional Serra do Divisor			Decreto nº 97.839/1989	837.555 hectares

Fontes de dados populacionais: Funai, 2016 (TI Kampa e Isolados do Rio Envira); Sesai, 2013 (TIs Riozinho do Alto Envira, Kulina do Rio Envira, Jaminaua/Envira e Cabeceira do Rio Acre); CPI-Acre, 2016 (TIs Kaxinawa do Rio Humaitá e Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu); CPI-Acre, 2015 (TI Mamoadate); CPI-Acre, 2014 (TIs Kaxinawa do Rio Jordão, Kaxinawa do Baixo Rio Jordão e Kaxinawa Seringal Independência).

OS “BRABOS” OU “DESCONFIADOS” DO ACRE¹

Das 36 terras indígenas no estado do Acre, 11 são permanente ou sazonalmente habitadas por povos indígenas isolados. A maioria delas se situa nos altos cursos de afluentes das bacias do Purus e Juruá, na região de fronteira com o Peru. Esses territórios também são ocupados tradicionalmente pelos povos Ashaninka, Jaminawa, Kaxinawá (Huni Kuin), Kulina (Madiha) e Manchineri. Além disso, a presença de isolados é verificada em unidades de conservação, em alguns casos próximo a comunidades ribeirinhas na região. Em conjunto com a Terra Indígena Vale do Javari, com áreas naturais protegidas e reservas para indígenas isolados e de recente contato no Peru, formam o maior corredor contínuo de florestas habitadas por povos em isolamento no planeta.

Em 1987, com o recrudescimento de conflitos entre indígenas isolados, Ashaninka, Kaxinawá e seringueiros nas bacias dos rios Envira e Jordão, foi criada a Frente de Atração Rio Jordão. Tendo como ponto de apoio uma base estabelecida na foz do igarapé Xinane, no ano seguinte passou a se chamar Frente de Contato Envira (FCE), denominação que seria alterada em 2000, para Frente de Proteção Etnoambiental Envira (FPPE). Desde a sua criação, esta Frente trabalha na proteção territorial e na promoção dos direitos dos indígenas isolados no Acre, desenvolvendo, dentre outras ações, atividades continuadas de localização e monitoramento dos registros sobre sua presença e de vigilância dos seus territórios.

Subordinada à Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Fundação Nacional do Índio, a FPPE atua hoje em uma extensa área de mais de dois milhões de hectares, abrangendo terras indígenas e unidades de conservação nos municípios de Feijó, Tarauacá, Jordão, Cruzeiro do Sul, Assis Brasil, Sena Madureira, Rodrigues Alves, Mâncio Lima e Manoel Urbano. Para o desenvolvimento de suas ações, a FPPE tem como ponto de apoio duas Bases de Proteção Etnoambiental: Base Xinane, localizada na TI Kampa e Isolados do Rio Envira, e Base D’ouro, na TI Alto Tarauacá.

Em décadas passadas, a Funai considerou a existência de quatro grupos indígenas isolados diferentes no estado, conhecidos como “Isolados do Humaitá”, “Isolados do Riozinho”, “Isolados do Xinane” e “Mascho Piro”. Este último grupo percorre amplas extensões de floresta nos dois lados da fronteira Brasil-Peru. Como resultado do trabalho de qualificação de informações sobre a presença de índios isolados realizado pela FPPE desde a sua criação, atualmente a Funai identifica em sua base de dados oito registros de índios isolados no Acre, seis deles confirmados e dois em estudo. Além do trabalho continuado de localização e monitoramento desses registros, a Frente é responsável pela pesquisa de uma série de relatos sobre a presença de isolados que ainda precisa ser qualificada, e pelas ações do órgão indigenista junto ao povo de recente contato do Igarapé Xinane (cujo contato ocorreu em 2014).

1. Adaptado a partir do texto “Envira: das correrias aos projetos de integração econômica”, publicado na Edição #01 do Boletim Povos Isolados na Amazônia (disponível no endereço <https://bit.ly/31BGIHe>), e do “Diagnóstico de caracterização das dinâmicas territoriais da população indígena isolada Mashco na fronteira Brasil-Peru”.



Aldeia Nova
Floresta,
TI Riozinho
do Alto Envira.



Base Ximane,
da FPEE/Funai

MEMÓRIAS DA BORRACHA

A memória de contatos traumáticos é um traço comum aos povos indígenas no Acre. Antes da chegada e estabelecimento da população não indígena na região, esses povos, em sua maioria falantes de línguas pano, arawak e arawa, ocupavam as bacias dos rios Acre, Iaco, Chandless, Purus, Envira e Juruá. A chegada das frentes de exploração do caucho e seringa marcaram profundamente a vida dos povos indígenas e a paisagem social dessa região de fronteira.

Durante o boom da economia da borracha na Amazônia, na virada dos séculos XIX-XX, intensificaram-se os encontros, conflitos e alianças de muitos povos da região com integrantes dessas frentes extrativistas do Brasil e Peru, na medida em que elas avançavam sobre os territórios indígenas. As estratégias de isolamento de alguns povos guardam relações com os frequentes conflitos com esses novos ocupantes e com os efeitos das epidemias por eles introduzidas.

Ao longo desse processo foi comum a prática de correrias contra grupos indígenas que resistiam à presença dos invasores – matanças de indígenas organizadas e financiadas por patrões seringalistas para liberar os seringais sob seu controle da presença de indígenas “hostis” à presença dos novos trabalhadores e moradores. Alguns grupos indígenas conseguiram se refugiar em áreas de cabeceira dos rios e interflúvios.

Mas a fuga nem sempre era possível diante da violência das correrias e epidemias, como sarampo e gripe. Em uma guerra desigual, muitos se entregaram e passaram a ser explorados como mão de obra nos seringais na região – até décadas recentes, alguns indígenas mais velhos ainda traziam a pele marcada com as iniciais de seus “patrões”, como se faz com gado. Aqueles grupos que não se entregaram e conseguiram escapar das correrias e doenças formam a população atualmente em isolamento na região.



Isolados
do Alto Rio Humaitá

DINÂMICAS TRANSFRONTEIRIÇAS

Com o declínio da economia da borracha e diversas transformações socioespaciais ocorridas nas últimas décadas, alguns grupos isolados passaram a se recompor em termos populacionais e a reocupar partes de seus territórios tradicionais. O reconhecimento e regularização fundiária de terras indígenas – resultado de mobilizações dos povos indígenas e seus aliados a partir de meados dos anos 1970 – e o trabalho de proteção realizado pela FPEE desde o final dos anos 1980 foram decisivos para essa recomposição. Mas isso não significou que as pressões deixaram de existir.

A partir da década de 2000 houve um aumento expressivo da atividade madeireira e do narcotráfico no lado peruano da fronteira, inclusive em áreas protegidas, como o Parque Nacional Alto Purus e a Reserva Territorial Murunahua (criada para a proteção de indígenas isolados). Desde então, vêm acontecendo reacomodações territoriais de grupos de isolados, e mudanças nas suas dinâmicas de ocupação e deslocamento, como consequência da pressão sobre as áreas de floresta onde vivem. São cada vez mais recorrentes as “visitas” e saques de isolados em aldeias e acampamentos de indígenas e ribeirinhos, gerando apreensão nas comunidades e risco de situações de conflito.

Em 2008, ao realizar um sobrevoo pela área das cabeceiras do Igarapé Xinane, próxima ao paralelo 10°S, no alto rio Envira, a Funai localizou duas novas malocas, apontando a possibilidade de migração de indígenas isolados para o Brasil devido à pressão da exploração ilegal de madeira nas cabeceiras do rio Envira, no Peru.

Em anos anteriores, a FPEE havia encontrado pranchas de madeira e produtos oriundos de acampamentos madeireiros clandestinos descendo o rio e atravessando a fronteira. Além da atividade clandestina, no lado peruano da fronteira os territórios indígenas não são de usufruto exclusivo desses povos, com diversos casos de sobreposição de concessões de exploração outorgadas pelo Estado a favor de terceiros, tanto madeiras como mineradoras e petrolíferas.

ROTAS DE ISOLADOS E NARCOTRAFICANTES

Outra ameaça crescente aos povos isolados dessa região de fronteira é o tráfico de drogas, que tem se intensificado nos últimos anos. O Peru está entre os maiores produtores de cocaína do mundo e a fronteira terrestre com o Acre é uma das rotas preferenciais para o escoamento da produção na atualidade. Os caminhos usados pelos transportadores da cocaína cruzam ou mesmo coincidem com varadouros utilizados pelos índios isolados, atravessando seus territórios e os de povos vizinhos, como os Manchineri, Jaminawa, Ashaninka e Kulina.

Em 2011, a equipe da Funai foi obrigada a abandonar a Base do Xinane, instalada na TI Kampa e Isolados do Rio Envira, após ter sido constatada a presença de homens armados no local. No acampamento utilizado pelos narcotraficantes naquela ocasião, a Polícia Federal encontrou, dentre outras coisas, flechas que pertenciam aos isolados, um forte indício de que teria havido contato entre o grupo e os índios. Nos anos seguintes, sucessivas invasões e a constatação de sinais de grupos armados na mesma área levaram ao fechamento da Base Xinane. Em 2016, o narcotraficante internacional Joaquim

Antônio Custódio Fadista, de nacionalidade portuguesa, foi preso pela terceira no local.

Fica cada vez mais evidente que o narcotráfico vem provocando alterações nas dinâmicas de ocupação de povos isolados na faixa de fronteira, e aumentando a ocorrência de contatos e conflitos nos últimos anos.

CONTATO NO XINANE

Entre junho e julho de 2014, ocorreu o contato de um grupo até então considerado isolado pela Funai – que até então era identificado como o Registro nº 30 na base de dados da CGIIRC/Funai, denominado “Isolados do Xinane” – com indígenas do povo Ashaninka na aldeia Simpatia, no alto rio Envira. O contato foi acompanhado por uma força-tarefa formada por servidores da Funai, intérpretes do povo Jaminawa, funcionários da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e um médico da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (EPM/Unifesp). A prioridade da equipe era realizar a assistência à saúde do grupo. A Base Xinane foi reativada na ocasião e serviu de ponto de apoio para o acompanhamento médico do grupo no imediato pós-contato.

Nos primeiros diálogos intermediados por indígenas Jaminawa, o grupo (também pertencente à família linguística Pano) afirmou que estava sofrendo atos de violência por forasteiros nos últimos anos. José Correia Tunumã, cacique do povo Jaminawa, atuou como tradutor e conta que os isolados com quem conversou temiam ser alvo de novos ataques, lembrando dos contatos traumáticos com madeireiros e narcotraficantes que resultaram na morte de muitos indígenas.

Hoje, os indígenas de recente contato² que habitam as imediações do Igarapé Xinane ainda relatam a ocorrência de encontros violentos com homens que portavam armas de fogo, e que teriam vitimado membros de seu grupo, atualmente composto por 35 pessoas. Também há evidências de que conflitos entre diferentes povos e grupos de isolados nesta área de fronteira estão sendo potencializados pela ação de invasores.

Os indígenas de recente contato que habitam as imediações do Igarapé Xinane relatam a ocorrência de encontros violentos com homens que portavam armas de fogo, e que teriam vitimado membros de seu grupo, atualmente composto por 35 pessoas.



Registro fotográfico do contato entre indígenas do Povo de Recente Contato do Xinane e os Ashaninka da aldeia Simpatia, no alto rio Envira, em 2014.

ESTRADAS X ISOLADOS

Nessa região da Amazônia, destacam-se também iniciativas de fomento à integração de infraestrutura regional, que incluem a construção de estradas, ferrovias e hidrelétricas, e a exploração de petróleo e gás. Desde 2001, políticas públicas interestaduais articuladas ao setor privado, como a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da União de Nações Sul-Americanas (Cosiplan/Unasul), têm promovido projetos que visam ao desenvolvimento regional, sem considerar de maneira adequada os impactos ambientais e as formas de vida e particularidades culturais dos povos indígenas da região.

Na última década, a pavimentação da estrada Interoceânica Sul (ou Estrada do Pacífico), que liga o estado do Acre aos departamentos peruanos de Madre de Dios, Cusco e Puno, conectando a Amazônia aos Andes e à costa do Pacífico, vem impactando as áreas onde vivem grupos isolados Mashco Piro, com efeitos sobre seus padrões de comportamento e deslocamento territorial.

Com a conclusão da obra em 2011, se intensificaram muitos problemas relativos à concentração fundiária, ao aumento do desmatamento, à migração desordenada e ao tráfico de drogas na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru, além de impactos negativos à saúde da população da região. A facilidade de acesso gerada pela construção da estrada, somada à

2. Evitando possíveis denominações equivocadas, até o momento a Funai tem adotado o termo “Povo de Recente Contato do Xinane” para designar o grupo de indígenas contactado em 2014.

subida do preço do ouro no mercado internacional, intensificou o movimento de migrantes de diversas partes do Peru à região de Madre de Dios em busca de trabalho nos garimpos ilegais às margens da rodovia.

A construção da estrada também impulsionou a projeção de uma outra via entre os municípios peruanos de Puerto Esperanza e Iñapari, que pretende atravessar territórios reservados para indígenas isolados no Peru, além de passar a poucos quilômetros dos limites das TIs Cabeceira do Rio Acre e Mamoadate, da Estação Ecológica do Rio Acre e do Parque Estadual Chandlles, no Brasil.

Desde 2005, projetos de lei têm sido apresentados no Congresso da República do Peru com esse objetivo. No entanto, essas proposições foram sendo arquivadas pelo congresso, após pareceres negativos de diversas instituições governamentais e não governamentais peruanas, em razão do traçado proposto cortar o Parque Nacional Alto Purus e a Reserva Territorial Madre de Dios.

No lado brasileiro da fronteira, a abertura de estradas e ramais também representa ameaça a povos indígenas isolados. A estrada Jordão – Novo Porto é um exemplo, constituindo novo vetor de desmatamento e de pressão sobre territórios e recursos de isolados e do povo Huni Kuin. Conectando a sede do município de Jordão, no alto rio Tarauacá, à localidade de Novo Porto, no rio Muru, a estrada foi aberta sem o devido processo de licenciamento ambiental, próximo a áreas que concentram diversos relatos recentes (anos 2000-2010, mesmo período de construção da estrada) sobre a presença de isolados: vestígios, saques e



Garimpo em Madre de Dios (Peru), próximo à estrada Interoceânica Sul (Estrada do Pacífico).



Caminhões com toras de madeira no Peru, na região da Estrada Interoceânica Sul (Estrada do Pacífico).

avistamentos³. Diante da abertura da estrada e com o intuito de reduzir seus impactos, a Associação dos Povos Indígenas do Rio Humaitá (Aspirh) apresentou uma série de propostas ao poder público para o monitoramento e proteção territorial de isolados, que se articulam ao trabalho que os Huni Kuin da TI Kaxinawá do Rio Humaitá já vêm realizando nesse sentido.

Historicamente, existem diversas propostas na pauta dos governos nacionais, regionais e locais para a conexão viária (estrada ou ferrovia) entre Brasil e Peru na região do Alto Juruá. A ligação entre as cidades de Cruzeiro do Sul e Pucallpa está prevista há alguns anos na carteira de projetos da IIRSA/Cosiplan. Em novembro de 2014, foi criado um Grupo de Trabalho trilateral entre Brasil, Peru e China para estudar a viabilidade das obras, que afetariam diretamente territórios de indígenas isolados.

Se por um lado a integração econômica e de infraestrutura tem tido grande respaldo dos governos brasileiros e peruanos, por outro, a cooperação bilateral para a proteção dos territórios de povos indígenas isolados não é vista com o mesmo interesse e prioridade. O contraponto são iniciativas das organizações indígenas e de organizações da sociedade civil, que nos últimos anos têm contribuído para pautar as políticas públicas no que tange à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas na região de fronteira Brasil-Peru (ver capítulo 3). É nesse contexto que o projeto têm início no Acre.

3. A publicação "Boletim Informativo nº 4 / julho 2014 – Povos Indígenas Isolados" apresenta informações sistematizadas sobre essas ocorrências, e também sobre a estrada Novo Porto-Jordão. O documento foi elaborado em parceria pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), pela Frente de Proteção Etnoambiental Envira/Funai e o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

As atividades fomentaram o debate e a reflexão com as comunidades indígenas sobre as relações de vizinhança/compartilhamento territorial com isolados, o papel da FPEE e a política de proteção destes povos, produzindo subsídios para as ações da Funai e de outros órgãos e instituições.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO PROJETO

O trabalho com comunidades indígenas vizinhas aos territórios de povos/grupos isolados foi o principal foco da atuação do projeto no Acre. Diversas ações buscaram fortalecer o diálogo entre a equipe da FPEE da Funai e essas populações indígenas, sobretudo na região do alto Envira. O fortalecimento de iniciativas que já se encontravam em curso e que contribuem para a proteção territorial dos povos indígenas isolados e de recente contato também foi objeto das ações do projeto.

Algumas delas foram importante referência para as ações desenvolvidas: grupos de trabalho, reuniões e fóruns transfronteiriços articulados por organizações da sociedade civil; mapeamentos e oficinas realizados junto a comunidades indígenas e não indígenas; planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas. Dentre essas iniciativas destacam-se, por exemplo, as ações de monitoramento territorial de isolados que vêm sendo desenvolvidas pelos Huni Kuin na TI Kaxinawa do Rio Humaitá e pelos Manchineri na TI Mamoadate; e, ainda, as oficinas e mapeamentos realizados pela CPI/Acre em parceria com a FPEE/Funai.

O projeto envolveu diálogo continuado com as principais instituições e atores envolvidos nesse conjunto de iniciativas, o que contribuiu para a definição de prioridades e potencialização das ações. Contudo, os principais resultados alcançados no Acre só foram possíveis pelas relações de confiança e parceria construídas ao longo de quatro anos com as comunidades Ashaninka e Kulina (Madiha) no alto rio Envira, área prioritária de atuação do projeto.

De modo geral, as atividades realizadas no Acre podem ser divididas nas seguintes linhas de atuação:

- levantamento e atualização de informações históricas e atuais sobre os Ashaninka e Kulina (Madiha) no alto Envira e as dinâmicas territoriais envolvendo esses povos e os isolados;
 - apoio e assessoria à Associação do Povo Ashaninka do Rio Envira (Aspare), com o foco em demandas comunitárias e temas que têm interface com o projeto;
 - apoio a iniciativas indígenas de monitoramento territorial;
 - intercâmbios temáticos sobre a proteção territorial, defesa e afirmação dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato;
 - apoio às ações de localização e monitoramento de indígenas isolados realizadas pela FPEE/Funai;
 - formação dos servidores e colaboradores da FPEE/Funai.
- A seguir são apresentadas informações sobre algumas das atividades desenvolvidas.

LEVANTAMENTO E ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE DINÂMICAS TERRITORIAIS NO RIO ENVIRA

Em contextos em que a presença de indígenas isolados é verificada em terras indígenas compartilhadas com outros povos, sua efetiva proteção depende ainda mais da situação em que vivem seus vizinhos e das relações estabelecidas entre ambos. Parte das ações realizadas de 2015 a 2018 foi voltada a levantar e atualizar informações sobre a situação das aldeias no alto Envira e sobre o compartilhamento territorial entre os Ashaninka, Madiha e isolados⁴.

Por meio de oficinas, reuniões e diversas atividades nas aldeias e moradias das terras indígenas Jaminauá/Envira, Kulina do Rio Envira, Riozinho do Alto Envira e Kampa e Isolados do Alto Envira, foram levantados dados qualitativos sobre o histórico de ocupação da região, incidentes relacionados à presença de isolados, acesso a serviços básicos, sistemas produtivos e o uso de recursos naturais.

Essas atividades propiciaram uma melhor compreensão sobre as dinâmicas de uso do território e recursos, vulnerabilidades, bem como sobre a situação das aldeias, trazendo subsídios para as ações da Funai (FPEE e Coordenação Regional Vale do Juruá) e de outros órgãos e instituições. Por outro lado, fomentaram o debate e a reflexão com as comunidades indígenas sobre as relações de vizinhança/compartilhamento territorial com isolados, o papel da FPEE/Funai e a política de proteção destes povos, bem como sobre outras políticas públicas afetas a elas.

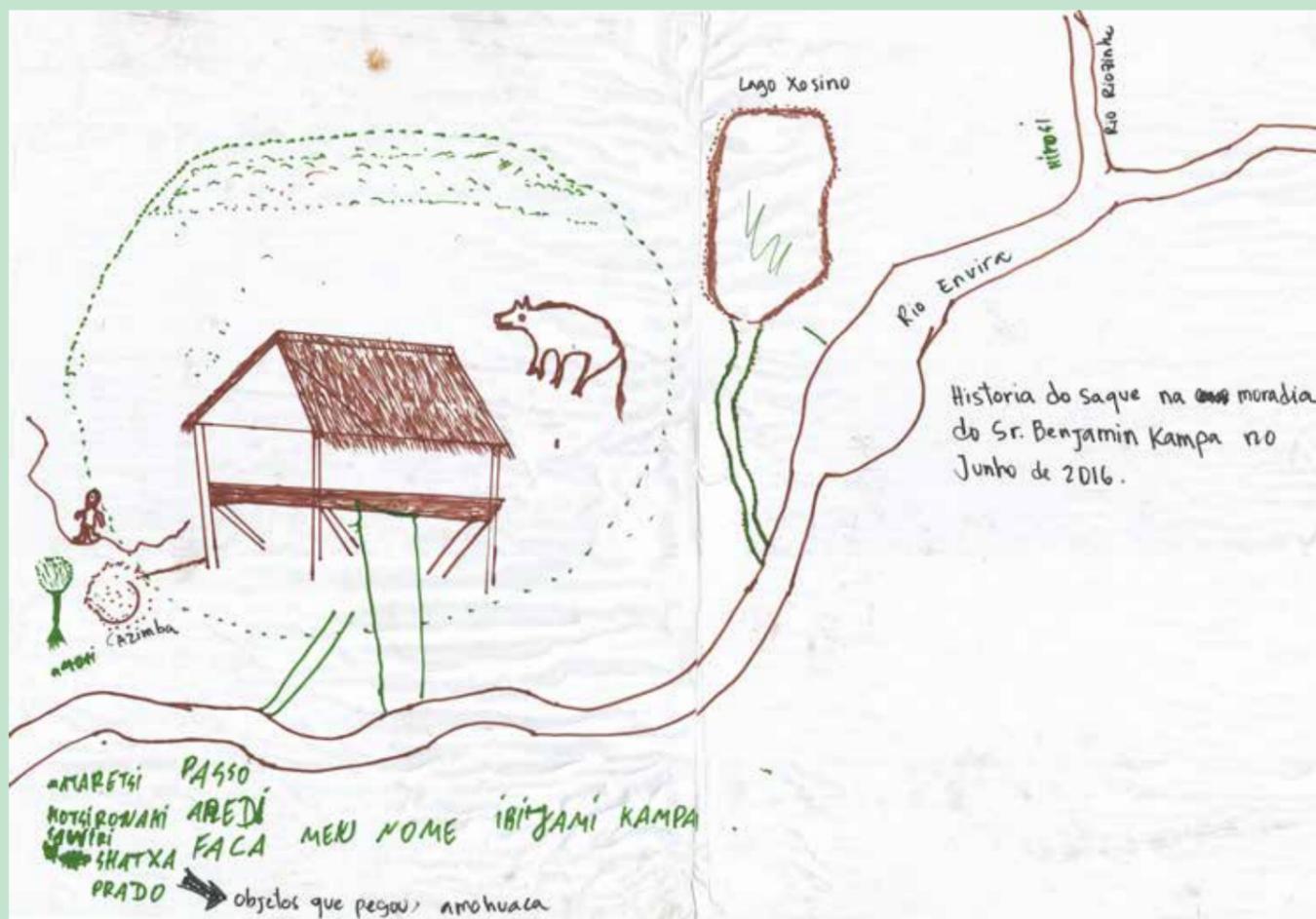
Além da produção de informações com os Ashaninka e Madiha, o projeto apoiou diversas iniciativas comunitárias definidas em planejamentos conjuntos nas aldeias. Paralelamente a estas atividades, uma importante linha de ação foi voltada ao apoio e assessoria à Associação do Povo Ashaninka do Rio Envira (Aspare). Um dos principais resultados desse trabalho foi o fortalecimento das relações entre essas comunidades e a equipe da FPEE/Funai.

Além da produção de informações, as ações envolveram o apoio à Associação do Povo Ashaninka do Rio Envira (Aspare) e a diversas iniciativas comunitárias definidas em planejamentos conjuntos nas aldeias. Um dos principais resultados desse trabalho foi o fortalecimento das relações entre essas comunidades e a equipe da FPEE/Funai.

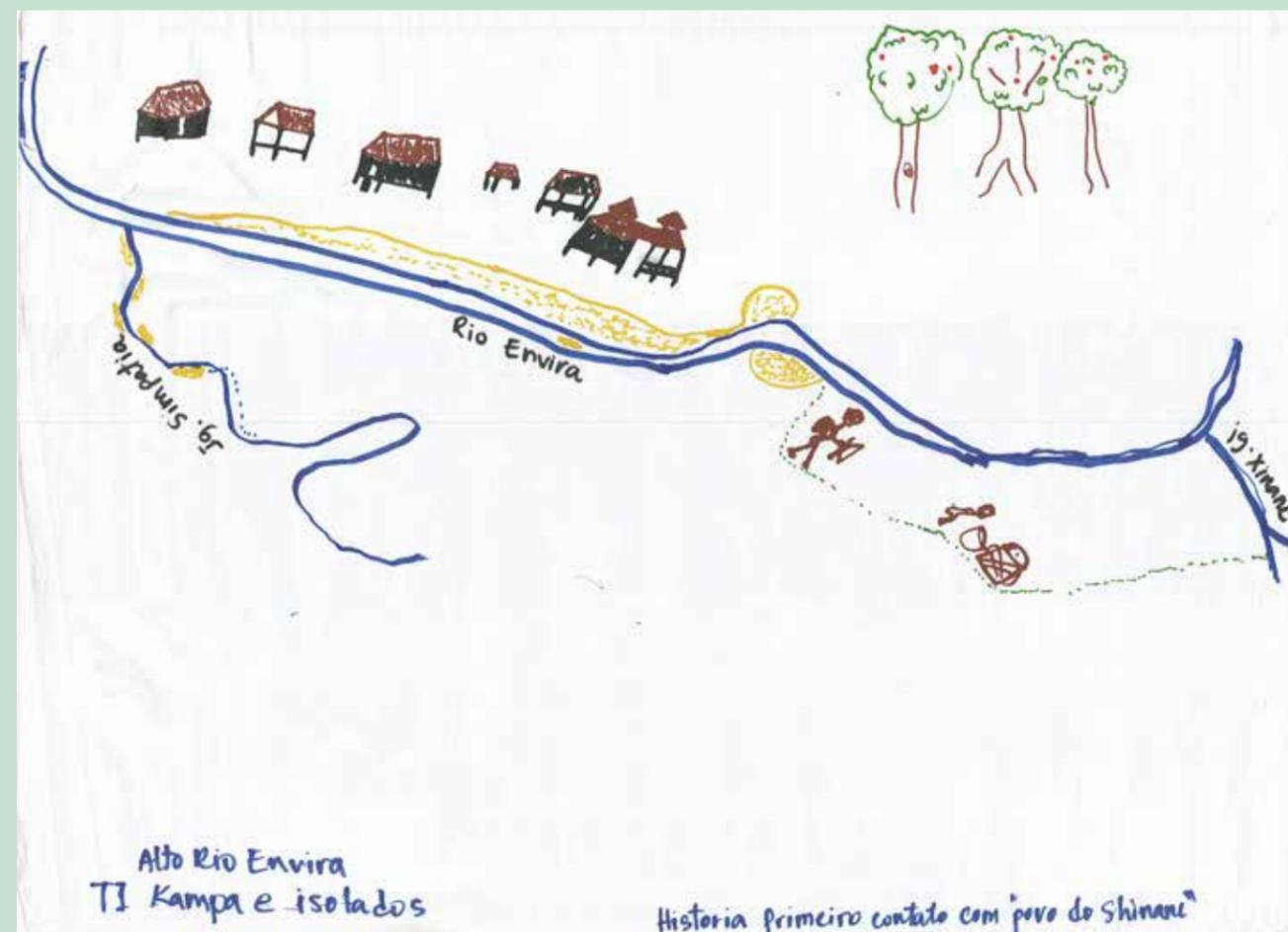
4. Um importante trabalho nesse sentido já havia sido realizado de 2009 a 2013 pela Comissão Pró-Índio do Acre em parceria com a FPEE/Funai e o Governo do Estado do Acre, por meio das "oficinas de informação e sensibilização sobre índios isolados", nas terras indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e Kaxinawá do Seringal Independência. Esse trabalho foi registrado no filme "Nós e os Brabos", de Nilson Tuwe Huni Kuin, e seu resultado foi sistematizado em diversos materiais produzidos pela CPI/Acre e no "Boletim Informativo nº 4 / Julho 2014 – Povos Indígenas Isolados", do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Jovens Ashaninka durante oficina no alto rio Envira.





Mapa mental Ashaninka sobre saque na casa de Benjamin Kampa na TI Kampa e Isolados do Rio Envira.



Mapa mental Ashaninka sobre saques ocorridos em 2010 e 2011, na moradia do Sr. Macambira na TI Riozinho do Alto Envira.

FORTALECIMENTO DA ASPARE

O apoio e assessoria continuados à Associação do Povo Ashaninka do Rio Envira (Aspare) foram um foco importante das ações do projeto no Acre. A participação na assembleia da Aspare em junho de 2015 foi o pontapé inicial desse trabalho, que teve seguimento por meio de diversas atividades realizadas até 2018 nas aldeias do povo Ashaninka no alto Envira e também nas cidades de Feijó, Cruzeiro do Sul e Rio Branco.

As ações envolveram a realização de oficinas temáticas sobre associativismo e gestão da associação, apoio à realização de reuniões, assembleias e intercâmbios, bem como assessoria para a elaboração e apresentação de projetos e para o acompanhamento de questões junto à Coordenação Regional do Vale do Juruá/Funai e ao Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Rio Juruá/Sesai.

Em maio de 2018, por ocasião da Assembleia da Aspare na aldeia Nova Floresta (TI Riozinho do Alto Rio Envira), foi realizado um intercâmbio com a Associação Ashaninka do Rio Amônia – Apiwtxa. A atividade teve o intuito de fortalecer a articulação política do povo Ashaninka no Acre e já vinha sendo gestada desde 2016, quando uma comitiva de lideranças das comunidades no rio Envira se reuniu com representantes da Apiwtxa em Cruzeiro do Sul. Desde a sua criação no início dos anos 1990, a Apiwtxa construiu uma trajetória exitosa e se consolidou como uma organização indígena de referência não apenas entre os Ashaninka e demais povos e comunidades na região do alto Juruá, mas em âmbito nacional e internacional.

O intercâmbio proporcionou a troca de experiências entre os Ashaninka do Envira e alto Juruá sobre suas estratégias de organização política, dentro e fora de suas comunidades. O papel de uma associação e de cada um dos seus membros, seu funcionamento, as responsabilidades e formas de participação da comunidade foram alguns dos temas debatidos durante o intercâmbio.

Além de pautas relacionadas às principais necessidades e demandas das aldeias e ao funcionamento da Aspare, as assembleias constituíram importante espaço de debate sobre a proteção e as relações de vizinhança/compartilhamento territorial com isolados e o povo de recente contato do Xinane. Ao propiciarem momentos de discussão sobre o trabalho desenvolvido pela Funai a partir das Bases Xinane e D'Ouro e questões como a participação indígena nos trabalhos da FPEE/Funai, estas ocasiões colaboraram para o fortalecimento das relações de parceria entre as comunidades Ashaninka e a equipe da Frente.

As ações assessoria à Aspare também contribuíram para a elaboração, apresentação e aprovação do projeto “Desenvolvimento sustentável e cultural dos Ashaninka do rio Envira”, financiado no âmbito do Programa Global REDD+ for Early Movers, por meio de acordo de cooperação entre o banco alemão KfW e o Governo de Estado do Acre. O tesoureiro da ASPARE, Airton Kampa, esclareceu que, dado o tempo de criação da associação, era uma grande vitória terem aprovado o projeto: “Estamos aprendendo, bem devagarinho, a andar sozinhos. Precisamos que a comunidade continue apoiando nosso fortalecimento, porque estamos aprendendo. É muito difícil lidar com recurso, com pagamentos, orçamentos, notas fiscais, prestação de contas. Às vezes demora, tem problemas fiscais, de contador, coisas que a gente nem sabe que tem que fazer. O apoio do CTI nesses anos foi muito importante pra nós, Ashaninka”.

Além de pautas relacionadas às principais necessidades e demandas das aldeias e ao funcionamento da Aspare, as assembleias constituíram importante espaço de debate sobre a proteção e as relações de vizinhança/compartilhamento territorial com isolados e o povo de recente contato do Xinane.





Oficinas nas aldeias Ashaninka no rio Envira



INICIATIVAS INDÍGENAS PARA A PROTEÇÃO DE ISOLADOS

TI KAXINAWA DO RIO HUMAITÁ

Embora as ações do projeto no Acre tenham tido como principal foco a região do alto Envira, algumas atividades foram direcionadas a apoiar iniciativas voltadas à proteção territorial de isolados que já se encontravam em curso em outras terras indígenas. Uma dessas iniciativas tem sido desenvolvida pelos Huni Kuin (também conhecidos como Kaxinawá) na TI Kaxinawá do Rio Humaitá e seu entorno, envolvendo, dentre outras ações, a realização de acordos internos de não utilização de áreas nas cabeceiras do rio Humaitá onde há presença de isolados, reuniões de sensibilização junto a comunidades ribeirinhas e “indenizações” de saques praticados por isolados.

Numa tentativa de diminuir a pressão dos saques em suas aldeias, uma das medidas adotadas foi a construção de um “tapiri de brinde” em um ponto estratégico, onde são colocados instrumentos como terçados, panelas e também itens da cultura material huni kuin. No entorno do tapiri, também foi feito um roçado para os isolados com macaxeira, banana, milho e melancia. A ideia dos Huni Kuin é tentar atender às necessidades de troca buscadas pelos isolados em suas andanças, sinalizar que sua intenção e presença é pacífica e ao mesmo tempo resguardar suas comunidades contra saques praticados por eles.

Em junho de 2016, uma atividade do projeto possibilitou reuniões entre a equipe da FPPEE/Funai e os moradores Huni Kuin dessa região. O objetivo foi levantar informações atualizadas sobre vestígios e encontros com os índios isolados conhecidos como “cabeludos”, além de acompanhar e apoiar as iniciativas de monitoramento e vigilância realizadas pelos indígenas.

Na aldeia Boa Vista, o cacique Chico Bayma relatou histórias antigas de aparecimento de “brabos” e também o aparecimento de muitos vestígios nos últimos meses. No entanto, nos eventos mais recentes não teria ocorrido nenhum saque, o que indicaria um comportamento novo dos isolados: “no roçado do outro lado do rio, eles levaram bananas sem estragar o cacho, sem derrubar nenhuma bananeira”.

Outros moradores da aldeia também contaram que escutam a movimentação dos isolados andando e também quando imitam alguns animais, como macucau, mutum azul, mutum galinha. Na aldeia São Vicente, a liderança Jocemir Sabóia Kaxinawá explicou que a convivência com os “brabos” é antiga, e que todos estão percebendo esse “novo jeito deles”: “eles não saqueiam mais, ficam apenas pesquisando, observando a comunidade”.



TI MAMOADATE

Na TI Mamoadate, o projeto apoiou a realização de atividade conjunta entre os Manchineri e a FPPEE/Funai em setembro de 2017, que teve como objetivo qualificar informações sobre a presença de isolados Mashco e realizar reuniões em duas aldeias. A atividade foi proposta pelos Manchineri a partir de relato sobre a presença dos isolados relativamente próximo à aldeia Extrema, no rio Iaco. Há anos os Manchineri monitoram a presença dos Mashco, tendo também estabelecido acordos internos de não utilização de área da TI utilizada sazonalmente pelos “desconfiados”, dentre outras estratégias e ações. Otávio Brasil Manchineri, que participou da atividade, relatou mudanças no calendário de passagem dos Mashco pela TI Mamoadate: “todos os anos eles passam em data diferente, cada vez mais perto da comunidade”. Para ele, essa mudança de padrão se deve possivelmente à pressão de madeireiros e narcotraficantes no lado peruano da fronteira.

INTERCÂMBIO NO JORDÃO

Os Huni Kuin da TI Kaxinawá do Rio Jordão também relatam frequentemente avistamentos, assobios e arremedos de bichos pela mata, rastros de varadouros e outros vestígios na cabeceira desse rio. Atendendo a uma demanda das comunidades Huni Kuin, em maio de 2016 foi realizado um intercâmbio entre servidores da Funai e Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). A atividade ocorreu na aldeia São Joaquim e foi organizada em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAI-AC), a Funai (FPPEE e Coordenação Técnica Local Jordão) e a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC).

Os AAFIs no rio Jordão têm longa experiência acumulada em ações de monitoramento territorial. O intercâmbio teve como objetivo colaborar para o mapeamento de informações atualizadas sobre isolados e pressões territoriais nessa região, e para a pactuação de protocolos de trabalho entre os AAFIs e a FPPEE para o monitoramento e proteção dos isolados.



Vestígios (pegadas) de isolados Mashco na TI Mamoadate, registrados durante atividade conjunta da FPPEE/Funai com os Manchineri

FORMAÇÃO DA EQUIPE DA FPEE/FUNAI E DIAGNÓSTICOS

OFICINAS TEMÁTICAS

Um conjunto importante de ações do projeto foi voltado à formação da equipe da FPEE/Funai e à elaboração de estudos que subsidiassem suas ações junto ao povo de recente contato do Xinane e o monitoramento de isolados. Buscando atender essas demandas, foram realizadas diversas oficinas, ministradas por consultores especializados, abrangendo os seguintes temas: política indigenista, metodologias e ferramentas para a proteção de indígenas isolados, antropologia e etnologia, noções básicas de linguística.

As primeiras oficinas apresentaram um panorama histórico e crítico da política de Estado para a proteção de povos isolados, além de abordarem questões instrumentais relativas ao trabalho de uma FPE (relatoria de atividades e sistematização de informações, documentação de campo, principais leis e normas, procedimentos a serem observados, dentre outros tópicos).

Os servidores da FPEE também foram capacitados em noções básicas de linguística e documentação de línguas indígenas. O conteúdo do curso abordou as diferentes línguas e famílias linguísticas no Brasil, com foco em línguas da família Pano. Exercícios práticos buscaram propiciar aos servidores maior familiaridade com técnicas e metodologias de aprendizagem e registro de línguas indígenas, incluindo técnicas de gravação em áudio e vídeo, e de organização de acervo digital.

Já o curso de antropologia e etnologia foi realizado em duas etapas e buscou aproximar os participantes de alguns dos principais conceitos-chave e debates da disciplina, com enfoque na etnologia de povos de língua pano, especialmente dos “Pano do Purus”. A primeira aconteceu em outubro de 2017, em Rio Branco, e a segunda foi realizada na Base Xinane, o que possibilitou ampla participação de servidores e colaboradores indígenas e não-indígenas que compõem a equipe da FPEE. As oficinas abordaram aspectos relacionados ao parentesco, organização social e processos de contato, e também à corporalidade, doença e saúde. Foram realizados exercícios práticos de pesquisa e uma análise comparativa do contato no Xinane com outros casos de contato dessa região de fronteira: Yaminawa do Iaco (Acre), Yaminawa do Rio Mapuya, Nahua e Txitonawa (Peru).

O POVO DE RECENTE CONTATO DO XINANE

A partir de demanda apresentada pela Coordenação de Políticas para Povos de Recente Contato da Funai, foi produzido no âmbito do projeto o primeiro estudo antropológico sobre o povo de recente contato do Xinane. O documento aborda os seguintes aspectos: contextualização histórica e sociológica; análise de dados populacionais e atualização do censo por família e por aldeia; atividades produtivas, caracterização da cultura material e expressões estético-artísticas, situação de saúde, relação com povos do entorno. O estudo também propõe diretrizes para a atuação junto a este povo, associadas à saúde, gestão ambiental, processos educativos/de formação, troca de bens e para a construção de protocolos em possíveis novos casos de contato com isolados.

QUEM SÃO OS MASHCO?

Outra demanda da FPEE foi a qualificação de informações dos registros referentes ao povo indígena isolado Mashco (ou Mashco Piro), que vive entre os territórios fronteiriços de Brasil e Peru. A contratação de uma consultoria técnica para o levantamento e sistematização de informações e dados geográficos sobre presença dos Mashco no lado brasileiro da fronteira, com enfoque prioritário nos altos rios Acre, Iaco, Chandless, Envira e Purus⁵, permitiu uma análise preliminar sobre suas dinâmicas territoriais e vulnerabilidades na região.

Os Mashco são caracterizados por se organizar em diferentes grupos e subgrupos, que se deslocam sazonalmente em um extenso território de floresta. No inverno amazônico, época de chuvas, ocupam as zonas altas e terras firmes das cabeceiras. No verão seco, descem às margens dos igarapés e os altos cursos dos rios, deslocando-se entre as fronteiras internacionais.

Reconhecidos como caçadores e coletores, os Mashco falam uma língua da família Arawak (ou Aruak) próxima àquela falada pelo povo Yine no Peru e Manchineri no Brasil. São sobreviventes das correrias praticadas no auge da exploração do caucho, na virada dos séculos XIX-XX, que se refugiaram nas áreas de difícil acesso da floresta, onde não havia borracha.

5. A região do alto Purus, em território brasileiro, foi incluída como área de abrangência do diagnóstico após a notícia de avistamentos de índios isolados na TI Alto Purus.



Intercâmbio entre servidores da Funai e Agentes Agroflorestais Indígenas no rio Jordão



Indígenas Mashco avistados nas proximidades da comunidade Monte Salvado, rio Las Piedras (Madre de Dios, Peru).

A caracterização do padrão de ocupação, uso e deslocamento dos Mashco apresentada no diagnóstico embasou a recomendação de estratégias e ações que garantam a sua integridade territorial, física e cultural. Para o coordenador da FPEE, William Costa, a consultoria possibilitou “o diálogo técnico entre países no que tange à proteção desta população indígena”, subsidiando a construção de políticas transfronteiriças para a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato na fronteira Brasil-Peru.

Na avaliação geral de William, o projeto, “além de apoiar no planejamento e na viabilização de ações de monitoramento e vigilância territorial executadas pela FPEE, também contribuiu para o estabelecimento de um diálogo com o povo Ashaninka a respeito de questões territoriais sobre os povos isolados e de recente contato que ali habitam. Por meio do diálogo contínuo, fortaleceram a ASPARE, importante instrumento de articulação política”. Ricardinho Kampa, cacique da Aldeia Nova Floresta e Presidente da ASPARE, completa: “O projeto ajudou a saber onde vamos buscar nossos direitos, pra quem vamos reclamar. É muito bom. Nossa comunidade Ashaninka está alegre”.





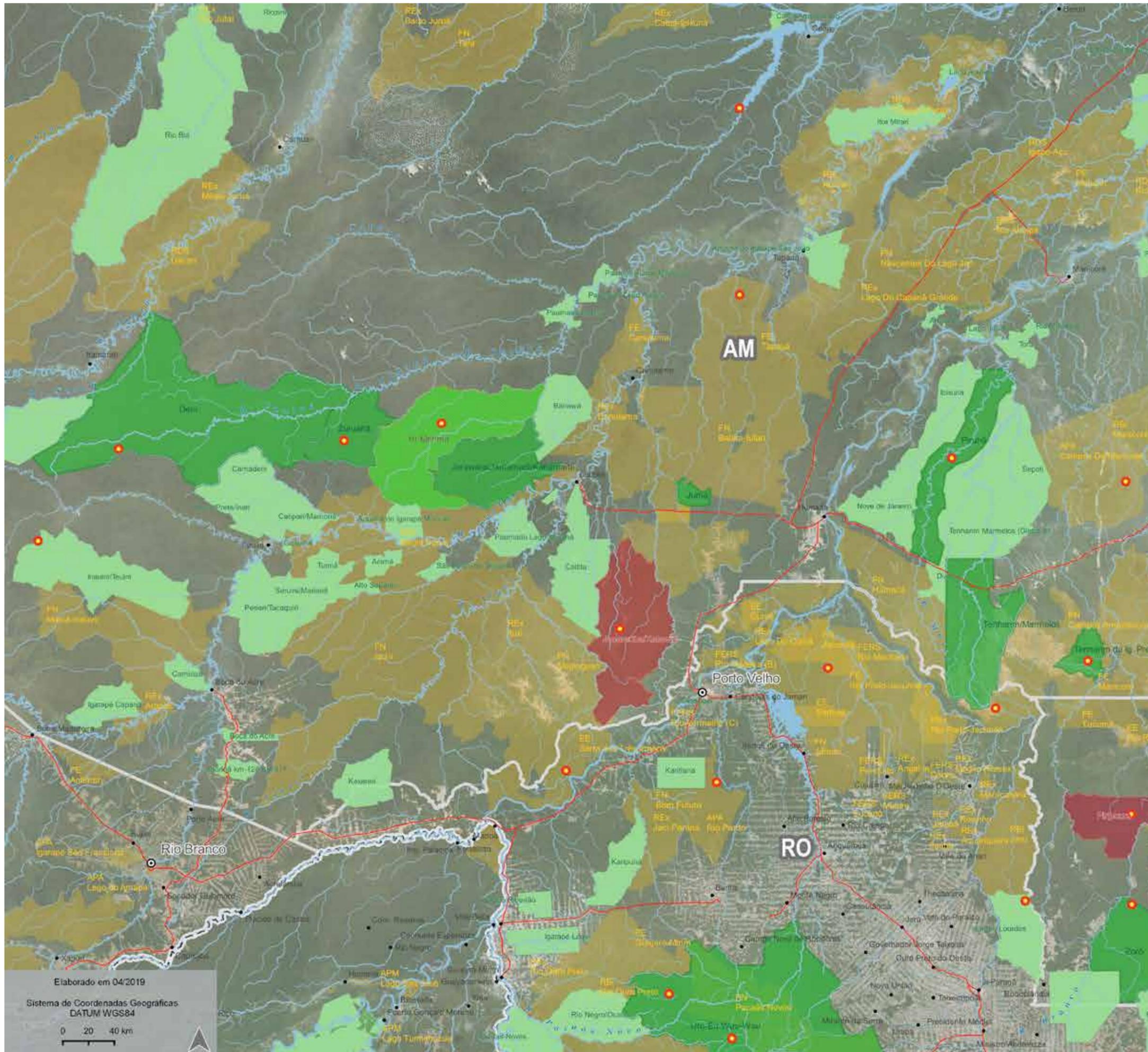
2.2

MÉDIO PURUS MADEIRA

Terra Indígena Banawa
Terra Indígena Jarawara/Jamamadi/Kanamati
Terra Indígena Hi-Merimã

Proteção e Isolamento em Perspectiva

Médio Purus - Madeira



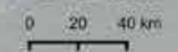
Legenda

- Referência de povos isolado e de recente contato (Brasil)
- Terra Indígena habitada exclusivamente por povos isolados
- Terra Indígena com restrição de uso
- Terra Indígena com registro de povos isolados
- Reserva Territorial para povos isolados e de recente contato (Peru)
- Proposta de Reserva Territorial para povos isolados e de recente contato (Peru)
- Territórios indígenas reconhecidos oficialmente
- Territórios indígenas sem reconhecimento oficial
- Área natural protegida (Peru) e Unidades de Conservação (Brasil)
- Hidrografia
- Rodovia
- Sede Municipal
- Capital Estadual
- Limite Estadual
- Limite Internacional

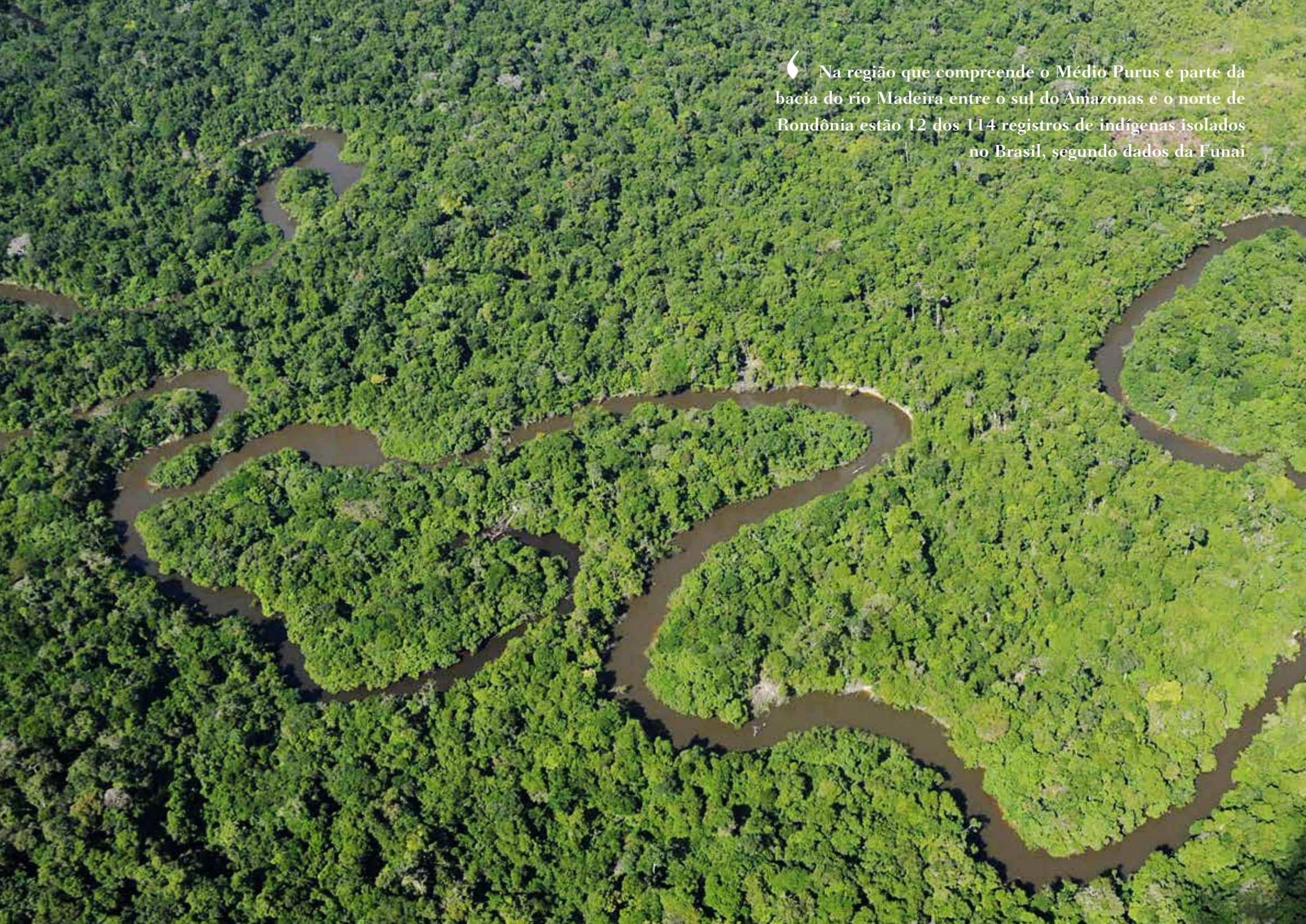
Fontes
Terras indígenas no Brasil - FUNAI, 2017
Territórios Indígenas na América Latina e Áreas Naturais Protegidas - RAISG, 2018
Limites Estadual Sedes Municipais e Capitais - IBGE, 2018
Rodovias - DNIT, 2018
Ferrovias - ANTT, 2018
Hidrografia - ANA, 2108
Limite Internacional - GeoSUR, 2016

Elaborado em 04/2019

Sistema de Coordenadas Geográficas
DATUM WGS84



Realização: Parceria: Apoio:

An aerial photograph showing a dense, vibrant green forest. A river with a dark, muddy brown color winds through the forest in a meandering pattern, creating several large, rounded loops. The forest canopy is thick and uniform in color, with some small variations in shade. The river's path is clearly defined against the green background.

Na região que compreende o Médio Purus e parte da
bacia do rio Madeira entre o sul do Amazonas e o norte de
Rondônia estão 12 dos 114 registros de indígenas isolados
no Brasil, segundo dados da Funai

ÁREA FOCAL PRIORITÁRIA DO PROJETO

TERRA INDÍGENA	POVOS	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO	ÁREA
Banawa	Banawá	207	Regularizada	192.660 hectares
Jarawara/Jamamadi/Kanamati	Jamamadi Jarawara	387 275	Regularizada	390.233 hectares
Hi-Merimã	Isolados	Desconhecida	Regularizada	677.840 hectares

OUTRAS TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM INTERFACES NAS AÇÕES DO PROJETO

TERRA INDÍGENA/ UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	POVOS	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO TI / DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO UC	ÁREA
Zuruahã	Suruwahá	155	Regularizada	239.070 hectares
Jacareúba/Katawixi	Isolados	Desconhecida	Restrição de uso	647.386 hectares
Tenharim do Igarapé Preto	Tenharin	174	Regularizada	87.413 hectares
Tenharim Marmelos	Tenharin	737	Regularizada	497.522 hectares
Pirahã	Pirahã	669	Regularizada	346.911 hectares
Reserva Extrativista do Médio Purus	-	6.000	Decreto s/nº de 08/05/2008.	604.231 hectares
Parque Nacional Mapinguari	-	-	Decreto s/nº de 05/06/2008; Lei nº 12.249/2010; Lei nº 12.678/2012	1.776.914 hectares
Parque Nacional Campos Amazônicos	-	-	Decreto s/nº de 21/06/2006; Lei nº 12.678/2012	961.371 hectares
Estação Ecológica Serra dos Três Irmãos	-	-	Decreto nº 4.584/1990; Lei Complementar nº 633/2011; Lei Complementar nº 974/2018	87.409 hectares
Floresta Nacional do Bom Futuro	-	-	Decreto nº 96.188/1988; Lei nº 12.249/2010	100.075 hectares
Floresta Nacional de Jacundá	-	-	Decreto s/nº, de 01/12/2004	221.217 hectares
Reserva Biológica de Manicoré	-	-	Decreto s/nº, de 11/05/2016	359.137 hectares

Fontes de dados populacionais: Sesai, 2014 (TI Banawa); Sesai, 2013 – Jarawara – e Karen Shiratori, 2015 – Jamamadi – (TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati); Sesai, 2017 (TI Zuruahã); Sesai, 2018 (TIs Tenharim do Igarapé Preto e Pirahã); Funai, 2012 (TI Tenharim Marmelos); ICMBio, 2014 (Resex do Médio Purus).

A REGIÃO DO MÉDIO PURUS – MADEIRA¹

Na região que compreende o Médio Purus e parte da bacia do rio Madeira entre o sul do Amazonas e o norte de Rondônia estão 12 dos 114 registros de indígenas isolados no Brasil, segundo dados da Funai – 01 referência confirmada (que corresponde ao povo Hi Merimã, que vive na TI homônima), 04 referências em estudo e 07 informações. Essa extensa área de florestas corresponde à área de atuação da Frente de Proteção Etnoambiental Madeira-Purus (FPEMP/Funai) e abriga grande diversidade sociocultural, de ecossistemas e paisagens, incluindo formações de cerrado amazônico. Nela vivem atualmente povos das famílias linguísticas Arawa (Banawá, Deni, Hi Merimã, Jamamadi, Jarawara, Paumari e Suruwaha), Arawak (Apurinã), Tupi Kagwahiva (Djahui, Juma, Parintintin, Tenharin), Mura (Pirahã) e Arikén (Karitiana, único povo remanescente desta família linguística)², às quais possivelmente também pertencem povos indígenas em isolamento cuja existência ainda não foi confirmada pelo Estado brasileiro.

Parte dessa diversidade se encontra relativamente protegida pelo reconhecimento de 33 terras indígenas e a criação de 18 unidades de conservação federais e 09 unidades de conservação estaduais³ nas últimas décadas. Algumas dessas áreas protegidas não tiveram seus processos de regularização fundiária concluídos ou não foram devidamente implementadas até o presente, o que, somado à insuficiência de ações de fiscalização, as deixa mais vulneráveis às pressões e ameaças que caracterizam a região no presente. Além disso, há territórios tradicionais de povos indígenas ainda não reconhecidos e os 11 registros de indígenas isolados não confirmados demandam ações continuadas de localização pela Funai.

1. Texto adaptado a partir da Edição #01 do Boletim Povos Isolados na Amazônia – “Médio Purus: resistência à expansão das frentes econômicas” (<https://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br/2015/12/09/medio-purus-resistencia-a-expansao-das-frentes-economicas/>), de relatórios de atividades da equipe do projeto e dos seguintes produtos elaborados no âmbito do projeto: “Diagnóstico da presença dos povos isolados Kagwahiva na bacia do rio Madeira” e “Diagnóstico Hi-Merimã (Médio Purus – Amazonas)”, elaborados por Karen Shiratori; “Diagnóstico Suruwaha”, elaborado por Miguel Aparício; relatórios do seminário “Diálogo sobre isolamento e contato: os Hi-Merimã e os povos do seu entorno”, elaborados por M. Aparício e K. Shiratori.

2. O recorte apresentado não contempla a totalidade de povos e famílias linguísticas nas bacias dos rios Purus e Madeira, e se baseia na área de atuação da Frente de Proteção Etnoambiental Madeira-Purus (FPEMP/Funai) e nas relações conhecidas até o presente entre os povos citados e os registros sobre a existência de indígenas isolados circunscritos a esta FPE. Deste modo, não são indicados outros povos Tupi Kagwahiva como os Karipuna, Uru Eu Wau Wau, Amondawa e os isolados Kawahiva do Rio Pardo e Piripkura; tampouco os Kaxarari (de língua da família Pano) e os Mura (da família linguística homônima), bem como outros povos do alto Purus, alto Madeira e áreas de interflúvio com outras grandes bacias hidrográficas, como o Jurua e Tapajós.

3. As 12 TIs atendidas pela Coordenação Regional Madeira/Funai, as 21 TIs atendidas pela CR Médio Purus/Funai e as seguintes UCs: (federais) Flona Mapiá-Inauini, Flona Purus, Flona Iquiri, Flona Balata-Tufari, Resex Arapixi, Resex Médio Purus, Resex Ituxi, Parna Mapinguari, no médio Purus; Flona do Bom Futuro, Flona do Jamari, Flona de Jacundá, Flona de Humaitá, Resex Lago do Cuniã, Esec de Cuniã, Parna Campos Amazônicos, APA dos Campos de Manicoré, Rebio Manicoré, Flona do Aripuanã, na bacia do rio Madeira; (estaduais) Flota de Tapauá, Flota de Canutama, Resex Canutama, no Médio Purus; Esec de Samuel, Flota Rio Preto/Jacundá, Esec Serra dos Três Irmãos, Flota Rio Madeira, Flota Rio Machado, Flota Manicoré, na bacia do rio Madeira. Nem todas essas áreas contaram com ações do projeto. Outras TIs e UCs na região não compõem esse recorte por estarem distantes dos registros de indígenas isolados sob jurisdição da FPEMP/Funai.

Dança durante
Assembleia
da Federação
das Organizações
Indígenas do Médio
Purus (Focimp)



Menino Kagwahiva
tocando flauta.



Bido,
liderança
do povo
Banawá



Criança
Jamamadi

POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO EM RISCO

Dos 12 registros de indígenas isolados sob jurisdição da FPEMP/Funai, 06 estão localizados dentro das TIs Hi-Merimã, Jacareúba/Katawixi, Tenharim do Igarapé Preto, Pirahã e Deni; 05 estão localizados em UCs (na Flota Tapauá, Flona do Bom Futuro, Flona de Jacundá, Esec Serra Três Irmãos e Rebio do Manicoré); e 01 está fora de TIs reconhecidas e de UCs, próximo aos limites da TI Inauini/Teuini. Além disso, a Frente é responsável pela implementação das ações do órgão indigenista junto aos Suruwahá de recente contato.

Mesmo no interior de áreas protegidas, todos esses registros se encontram ameaçados pela extração ilegal de madeira, o garimpo, a expansão da atividade agropecuária, a grilagem de terras, queimadas e projetos de infraestrutura. Empreendimentos hidrelétricos, interesses minerários, caça e pesca comerciais, atividades extrativistas e narcotráfico também compõem o quadro de pressões e ameaças aos povos e às florestas da região. Os eixos rodoviários constituem o principal vetor de desmatamento, degradação florestal e transformação do uso do solo na região.

O proselitismo religioso é outro foco de pressão sobre povos indígenas isolados e de recente contato. São constantes as investidas e o assédio de missionários evangélicos buscando estabelecer contato com os Hi-Merimã em isolamento e atuar junto aos Suruwahá de recente contato no Médio Purus, incluindo a realização de expedições ilegais, campanhas e lobby junto à bancada evangélica no Congresso Nacional.



A caça e pesca ilegais e a captura de quelônios para fins comerciais, a extração ilegal de madeira e o avanço da atividade agropecuária sobre áreas de floresta são algumas das pressões e ameaças aos povos indígenas da região.



HISTÓRICO DE COLONIZAÇÃO E PRESSÕES CONTEMPORÂNEAS

O início do processo de colonização das bacias dos rios Madeira e Purus remonta ao século XVII, quando têm início o estabelecimento de missões religiosas e incursões voltadas ao reconhecimento territorial, ao povoamento de caráter militar, ao extrativismo de drogas do sertão e à escravização de populações indígenas “hostis” à presença dos colonizadores. Ao longo dos dois séculos seguintes, a presença não indígena na região permaneceu esparsa e pouco interiorizada, embora tenha sido suficiente para provocar drástica depopulação e reconfigurar a ocupação indígena.

Apartir de meados do século XIX, a incorporação da região ao mercado internacional e sua exploração por contingentes populacionais não indígenas foram intensificados, processo que foi impulsionado pelo primeiro período de expansão da economia da borracha. A exemplo do que ocorreu em diversas partes da Amazônia, a implantação de seringais e seu sistema de aviamento transformaram profundamente a vida dos povos indígenas e a paisagem social da região. Epidemias, massacres, incorporação como força de trabalho nos seringais, perdas territoriais e populacionais foram alguns dos impactos sofridos por esses povos, com consequências sobre seu modo de vida, dinâmicas territoriais e as redes de relação interétnicas. A atual configuração da ocupação indígena e as estratégias de isolamento de povos como os Hi-Merimã têm relação direta com essas transformações.

Resguardadas as muitas mudanças e oscilações na economia da borracha, em linhas gerais o sistema de aviamento perdurou como elemento central da organização socioespacial e econômica da região até a segunda metade do século XX, envolvendo também outros produtos florestais como a castanha. Com o definitivo declínio da empresa seringalista, verificou-se um processo de esvaziamento de muitos dos antigos seringais, e a migração de parte de sua população para os centros urbanos da região e para comunidades localizadas às margens ou mais próximas dos grandes rios.

A abertura das rodovias BR-364, BR-319, BR-317 e BR-230 entre as décadas de 1960-70 e projetos de colonização promovidos pela ditadura militar transformaram a região. O desmatamento explodiu em escala e velocidade sem precedentes a partir dos anos 1980, seguindo os principais eixos rodoviários, uma multiplicidade de ramais que se originaram como via de penetração e exploração, e também a abertura de novas áreas de garimpo. A atividade agropecuária passou a definir progressivamente a lógica de ocupação e organização do espaço, os fluxos e dinâmicas socioeconômicas, e a constituir as principais forças políticas regionais.

Com a consolidação desse modelo e a indisponibilidade de novas áreas em Rondônia e no sul do Acre, a frente agropecuária tem avançado para o sul do Amazonas, onde se verifica uma pressão crescente nos últimos anos. Esse processo tem se caracterizado pelo acirramento de conflitos fundiários, grilagem de terras, degradação ambiental e desterritorialização de povos e populações, não raras vezes associados ao trabalho escravo.

Na região conhecida como “arco do desmatamento”, Lábrea é o município campeão de perdas de áreas de floresta no estado do Amazonas desde 2002, registrando uma extensão acumulada de 4.785,3 km² (ou 478.530 hectares) desflorestados até 2018, segundo dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

(Prodes/Inpe). Dos dez municípios amazonenses onde atua a FPEMP⁴, sete estão entre os vinte municípios que mais desmataram no Amazonas até 2018. A área de atuação da Frente abrange ainda os municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari, em Rondônia, respectivamente o 1º e 13º municípios que mais desmataram neste estado até 2018. Em conjunto, os doze municípios onde atua a FPEMP perderam 2.360.320 hectares de florestas até 2018. Se levarmos em conta também o município de Boca do Acre, dada sua importância como vetor do desmatamento no sul do Amazonas e na bacia do rio Purus, a área desflorestada acumulada até 2018 é de 2.622.240 hectares.

Projetos de aproveitamento hidrelétrico constituem outro foco de pressão sobre populações e territórios na região. Após a construção das usinas de Samuel (na década de 1980), Santo Antônio e Jirau (nas décadas de 2000-2010), está em curso atualmente o processo de licenciamento da UHE Tabajara, no rio Ji-Paraná (ou rio Machado), que impacta o povo Tenharin e áreas com registro de indígenas isolados.

4. Lábrea, Tapauá, Canutama, Pauini, Itamarati, Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Tefé e Coari.



Avanço do desmatamento no sul do Amazonas

OS POVOS MADI DO INTERFLÚVIO PURUS-PIRANHA⁵

Os Jamamadi⁶, os Jarawara, os Banawa e os Hi Merimã contemporâneos se constituíram a partir de uma rede de grupos falantes de dialetos de uma mesma língua madi, da família Arawá, habitantes do interflúvio Purus-Piranha, interagindo num mesmo sistema de comunicação e intercâmbio político, econômico e ritual. Essa rede sofreu cortes e alterações drásticas com o avanço da economia extrativista sobre os territórios indígenas. A pressão exercida pelas sucessivas frentes exploratórias, as correrias, epidemias e guerras resultaram em sucessivos deslocamentos, grandes baixas demográficas e processos de reagrupamento, fissão e ruptura, definindo a constituição atual dos povos indígenas no Purus. Os etnônimos hoje utilizados por eles e entre eles são indícios da magnitude e multiplicidade dessa rede no passado.

De um modo geral, as referências históricas ao nome “jamamadi” são esparsas e pouco precisas, principalmente quanto à localização de suas habitações. O termo “jamamadi” era aplicado a diversos povos do Médio Purus que habitavam, preferencialmente, as terras firmes não alagáveis, evitando as margens e os cursos d’água mais caudalosos. Seu caráter generalizante revela não ser possível determinar com precisão se todas as referências se aplicam aos Jamamadi atuais do Médio Purus, dado que o termo era usado para identificar uma miríade de grupos, muitos dos quais foram exterminados, enquanto outros hoje são conhecidos segundo etnônimos diferentes. No entanto, esse aspecto permite retratar informações sobre o contato e as relações entre os povos do Purus. Menos que um etnônimo, “jamamadi” era uma qualificação inclusiva aplicada à multidão de pequenos agrupamentos que habitavam as florestas. Assim, os Jamamadi, os Banawá (também chamados de Jamamadi do Apituã no passado), os Jarawara, os Hi-Merimã e também os Sivakoedeni e os Jamamadi madiha, eram todos identificados sob o termo “Jamamadi”.

Documentos do SPI das décadas de 1930 e 1940 fazem menção à presença de indígenas Jamamadi e Marimã no Posto Indígena Pedro Dantas; a indígenas Jamamadi no igarapé Duque, afluente do rio Mamoriá; aos Katukina, Mamori, Pauquiri, Tucumanduba e Beidamam nos rios Tapauá e Cuniuá; aos Jamamadi, Canamati e Jarawara no rio Piranha; aos Jamamadi e Araçadeni no rio Curiá; e aos Marimã no Riozinho. Há indicação de que perfaziam um total de mil indivíduos, segundo aquele órgão indigenista. Os relatórios dão conta das sucessivas investidas e chacinas sistemáticas que levaram ao extermínio dos Mamori, Katukina e Ximarimã, no rio Cuniuá; dos Jamamadi, no rio Pauini, e dos Juma, do rio Mucuim e seus afluentes. Possivelmente, os Marimã, Beidamam, Marimam e Ximarimã de que tratam os relatos sejam os Hi-Merimã.

A presença dos brancos acirrou e estimulou conflitos preexistentes entre os grupos madi, os Juma e os Apurinã, constituindo um fator adicional para o abandono dos territórios tradicionais e a fuga para regiões mais protegidas no interflúvio Piranha-Purus. Uma delas corresponde às imediações do rio Curiá, localizado numa parte mais afastada dos grandes rios e que, por isso, tornou-se a região de concentração e encontro

5. Texto adaptado a partir dos seguintes documentos produzidos no âmbito do projeto: relatórios do seminário “Diálogo sobre isolamento e contato: os Hi-Merimã e os povos do seu entorno” elaborados por Karen Shiratori e Miguel Aparício; e plano de trabalho da Consultoria especializada para elaboração de diagnóstico sobre o povo indígena isolado Hi-Merimã, para subsidiar a construção do Plano de Proteção de Povos Indígenas Isolados no sul do Amazonas, elaborado por Karen Shiratori.

6. Atualmente a designação “Jamamadi” se refere tanto ao povo de língua madi que vive na TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati (também chamados de Jamamadi orientais), quanto ao de língua madiha que vive na TI Capana e na TI Inauini/Teunini (nesta última, conhecidos como Sivakoedeni).

dos remanescentes dos grupos *madi* que formam os atuais Jamamadi. A respeito deste tema, os relatos desse povo pouco variam, contam que seus pais e avós desceram os rios e igarapés abandonando as antigas malocas onde viviam seus antepassados: dos Nakanike, sobraram poucas pessoas da epidemia de sarampo que assolara uma grande maloca que existia na cabeceira do Sabuhã; dos Hawa, Boti, Kosiba e Hi-Merimã, restaram apenas poucas pessoas cujos trajetos feitos em fuga mal podem ser reconstituídos. O grupo derradeiro a se juntar aos demais foi o Wayafi, vindo do Apaha, afluente do igarapé Mamoriazinho, em razão de um conflito com os Apurinã que os dispersou em duas direções: um grupo partiu rumo ao Curiá e se juntou aos Jamamadi, e o outro alcançou os Jarawara no Cainã.

Relatos dos Banawa também indicam uma trajetória marcada por movimentos de recuo para áreas do interflúvio Purus-Piranha após conflito com seringueiros e patrões do rio Purus na década de 1930, como medida de segurança perante a expansão seringueira que controlava as várzeas deste rio. Na década de 1950, com o avanço da frente extrativista no rio Piranha em busca de látex de sorva, castanha, óleo de copaíba, peles de animais e quelônios, se dá o contato entre os Banawá e Firmino Cunha, então o principal patrão naquele rio. Se servindo dos Jamamadi para estabelecer o contato e as primeiras negociações com os Banawa, Firmino logra incorporá-los às suas atividades extrativistas, que tinham o barracão na localidade de Palhalzinho como centro de referência. Tabora Made (que, em português, os Banawa traduzem como “A Maloca Grande”) gradativamente adquire uma configuração de aldeia e alguns Banawa se instalam temporariamente nas localidades de Ressaca da Onça, Palhalzinho, São José, Ouricuri e Santa Cruz, em estreita convivência com os sorveiros regionais. Firmino morreu por volta de 1970, deixando aberto um espaço para diversos patrões e regatões da região.

Outro fator decisivo para a reunião dos remanescentes desses grupos e sua sedentarização foi a chegada, na década de 1960, de missionários do Summer Institute of Linguistics (SIL) e seu estabelecimento junto aos Jamamadi. A presença da Missão, com seus medicamentos e infraestrutura de apoio, contribuiu para a formação de agrupamentos cuja duração, dimensão e densidade demográfica contrariam o padrão de residência dos assentamentos dos grupos *madi*, como é o caso da aldeia São Francisco. Na década de 1980, o SIL estende o mesmo modelo aos Banawa. Pequenos grupos residenciais dispersos são congregados no aldeamento da foz do Yatifa, dando origem à atual aldeia Maloca. Outro grupo se consolidou nas comunidades Paraíba e Ressaca da Onça, preferindo reforçar os laços com o circuito extrativista do rio Piranha. Já os Jamamadi vivem hoje em seis aldeias permanentes na TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati (Pauzinho, Embaúba, São Francisco, Seringal, Vitória e Kosi), além de uma dezena de aldeias menores de ocupação intermitente, para onde vão as famílias extensas sobretudo durante o inverno e nos períodos das expedições de extração do óleo de copaíba.

A história dos povos *madi* do médio Purus e a imbricada relação entre eles aportam importantes elementos para analisar o isolamento dos Hi Merimã – sobretudo no caso dos Jamamadi, tendo em vista a sociabilidade intensa mantida entre esses dois grupos no passado. Atualmente os Jamamadi abarcam os remanescentes de alguns grupos falantes de dialetos da mesma língua *madi* que viviam na região compreendida no interflúvio entre o rio Piranha, o igarapé Mamoriazinho e o rio Purus. Os mais

mencionados são: os Hawa, do igarapé Aripuanã; os Nakanike, do igarapé Sabuhã; os Boti, do igarapé Mamoriazinho; os Wayafi, do Apaha; os Kosiba, do rio Curiá; os Hi-Merimã, do alto Riozinho e do Mamoriazinho; os Banawá, da bacia do rio Piranha; por fim, alguns mencionam ainda os Wadi, que teriam vivido na região do igarapé Mamoriazinho, no entanto, são vagas as informações acerca desse grupo.

Além de vizinhos no presente, os Hi-Merimã são, portanto, um dos grupos remanescentes que constituem os Jamamadi contemporâneos. De acordo com Yima, Anieo, Saba e Regina Jamamadi, filhos de Ermina Hi-Merimã, eles seriam os únicos sobreviventes de um grupo vindo do Sabuhã e que, como seus vizinhos Nakanike, foram quase exterminados em sua totalidade por uma das muitas epidemias.

A partir de relatos de indígenas Jamamadi, Apurinã e de ribeirinhos, é possível conjecturar que os Hi-Merimã contemporâneos correspondam a mais de um grupo isolado, a saber: aqueles que teriam habitado o igarapé Sabuhã e o rio Piranha, e aqueles das cabeceiras do igarapé Mamoriazinho. Os primeiros seriam aqueles que foram atacados por Madokih Nakanike a mando do patrão Sérgio Lopes por volta da década de 1940, enquanto os segundos seriam aqueles que conviveram mais próximos dos Wayafi, do igarapé Mamoriazinho. As diferentes descrições físicas dos Hi-Merimã com os quais já se encontraram (uns de baixa estatura e pele morena, outros, altos de pele alva) corroboram esta suposição.

Os Banawa também falam de encontros passados com os Hi Merimã, principalmente na região do rio Branco, tributário do Piranhas. Relatam episódios violentos de extrativistas que, por volta dos anos 1970, produziram mortes entre os Hi Merimã, e momentos de aproximação deles ao centro extrativista do patrão Firmino no Palhalzinho. A partir dessas narrativas é possível inferir a dispersão dos Hi Merimã em vários grupos. Os Banawa consideram que os Hi Merimã abandonaram a região do rio Branco e se trasladaram a regiões do alto Piranha. Eles descrevem a vida hi merimã com semelhanças significativas com a vida de seus próprios antepassados nos tempos do igarapé Waa, numa época de itinerância permanente na rede de caminhos e igarapés do interflúvio Purus-Piranha.

 **A história dos povos *madi* do médio Purus e a imbricada relação entre eles aportam importantes elementos para analisar o isolamento dos Hi Merimã - sobretudo no caso dos Jamamadi, tendo em vista a sociabilidade intensa mantida entre esses dois grupos no passado.**

INTERVENÇÕES INDIGENISTAS NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS DO MÉDIO PURUS

A primeira intervenção de um órgão indigenista do estado brasileiro na região do Médio Purus se deu na década de 1920, quando o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) estabeleceu os Postos Indígenas Marienê (também chamado de Pedro Dantas ou Seruini), no rio Sepatini, e Manauacá, no rio Tuini. Estes postos teriam funcionado até os anos de 1950 e 1945, respectivamente⁷, mas a atuação do SPI nesse período não significou maiores mudanças no sistema de funcionamento dos seringais e seus impactos sobre os povos indígenas.

O mesmo se dera com relação às tentativas de estabelecimento de missões na segunda metade do século XIX. Apesar dos intentos missionários e da presença do SPI, os povos indígenas do Médio Purus estiveram submetidos aos padrões seringalistas no período que se estende de meados do século XIX até a década de 1970, sujeitos a diversos tipos de violência e exploração.

Nesse contexto de ausência de políticas e ações do Estado favoráveis aos povos indígenas, as intervenções nos territórios e assentamentos indígenas no Médio Purus a partir da década de 1960 foram protagonizadas por organizações missionárias ou ligadas à igreja: Summer Institute of Linguistics (SIL), Jovens Com Uma Missão (Jocum), Operação Amazônia Nativa (Opan, que à época era denominada Operação Anchieta) e Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Enquanto o trabalho das duas últimas se vinculava a mobilizações crescentes de setores da sociedade civil ligados à igreja católica voltadas ao reconhecimento, defesa e afirmação de direitos dos povos indígenas nos anos 1970-80, a atuação das evangélicas tinha como finalidade a catequese – atuação esta que perdura até os dias atuais no Médio Purus e constitui uma das maiores ameaças aos povos indígenas isolados e aos Suruwaha de recente contato. O caso Suruwaha ilustra bem esse contexto de omissão do Estado e atuação missionária (ver box “Contato e ação missionária: o caso Suruwaha”).

A década de 1990 trouxe importantes mudanças nesse quadro, na esteira dos avanços nos direitos indígenas assegurados pela Constituição Federal de 1988. A partir das mobilizações pelo reconhecimento e regularização de seus territórios, os povos e o movimento indígena se fortaleceram e passaram a se organizar institucionalmente. A maior parte das terras indígenas da região foi demarcada entre os anos 1990 e meados dos anos 2000, no âmbito do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas na Amazônia Legal (PPTAL), componente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) – marco de vital importância para o avanço da regularização fundiária de terras indígenas na Amazônia brasileira. No final dos anos 1990 também foram estabelecidas políticas públicas específicas voltadas ao atendimento à saúde e à educação indígena.

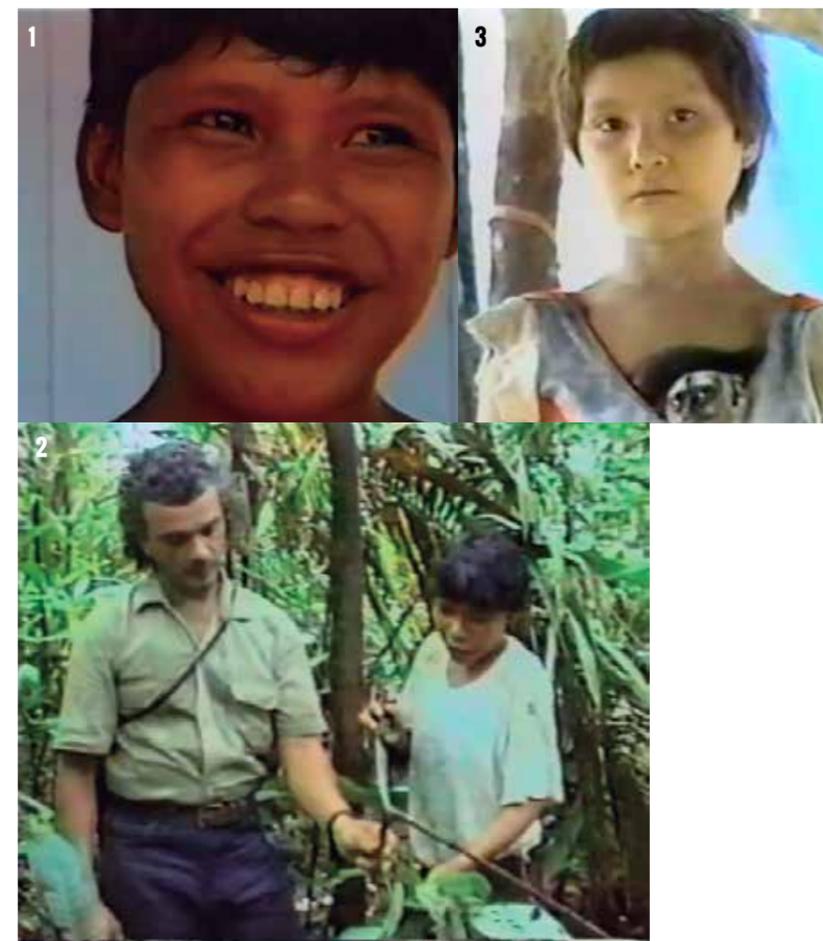
Na década de 1990 também teve início um trabalho mais sistemático de localização de indígenas isolados por parte da Funai, realizado pela então Frente de Contato Rio Purus. Esse trabalho foi fundamental para assegurar a sobrevivência dos últimos remanescentes do povo Juma (que vinha sendo massacrado ao longo de décadas) e para a proteção dos isolados Hi-Merimã, cuja terra indígena seria regularizada posteriormente, em 2005. Apesar dos avanços mencionados, a Funai permaneceu com recursos humanos e estrutura mínimos para atuar na extensa e complexa região do Médio Purus ao longo das décadas de 1980-90 e início dos anos 2000.

7. Conforme indicado no *Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus II – Paumari do Lago Marahã, Paumari do Rio Ituxi e Jarawara/Jamamadi/Kanamati* (Funai/PPTAL/GTZ, 2008).

Após curto período de existência, a Frente de Contato Rio Purus foi desativada – embora tenha sido renomeada para Frente de Proteção Etnoambiental Rio Purus em 2000⁸, no ano seguinte já não constava na relação de frentes ativas do órgão indigenista.

A reativação da Frente Purus teve início em 2004, mediante um acordo de cooperação técnica entre o CTI e a Funai que possibilitou o apoio financeiro da Fundação Gordon e Betty Moore a atividades voltadas à proteção de povos indígenas isolados e de recente contato na região. Em 2007 foram retomadas ações permanentes com foco prioritário na proteção dos isolados Hi Merimã e dos Suruwaha de recente contato. Entre 2008 e 2011, esse apoio do CTI foi reforçado por meio de projeto que contou com o apoio financeiro da Usaid. Em 2010, a Funai criou a Frente de Proteção Etnoambiental Madeira, responsável pela localização de registros situados no norte de Rondônia e Sul do Amazonas. Em 2014 a FPE Madeira foi incorporada à FPE Purus, que passou a se designar Frente de Proteção Etnoambiental Madeira-Purus. Além desta FPE, a partir de 2010 a estrutura da Funai na região foi reforçada com a criação das coordenações regionais Médio Purus (sediada em Lábrea-AM) e Madeira (sediada em Humaitá-AM).

Contudo, a atuação da Funai vem sendo impactada por sucessivos cortes orçamentários, quadro deficitário de recursos humanos e pressões políticas, sobretudo nos últimos dois anos, o que têm dificultado o cumprimento de sua missão institucional frente às ameaças, pressões e desafios que caracterizam o atual contexto regional.



1. Atxu, membro de um grupo de dez Hi Merimã que estabeleceu contato com ribeirinhos em 1986. Seis membros do grupo morreram nos meses seguintes ao contato e as quatro crianças sobreviventes foram adotadas por ribeirinhos. Atxu auxiliou os trabalhos de localização dos Hi Merimã realizados pela antiga Frente de Contato Rio Purus, da Funai. Fotos extraídas do filme “Isolados no Purus” (1991, disponível no endereço <https://cutt.ly/Za24urA>).

2. Atxu Hi Merimã e o indigenista da Funai Adolpho Kilian, que coordenava a Frente de Contato Rio Purus, observam vestígios dos Hi Merimã isolados. Foto extraída do filme “Isolados no Purus” (1991, disponível no endereço <https://cutt.ly/Za24urA>).

3. Sobreviventes do povo Juma em registro realizado pela Frente de Contato Rio Purus/Funai no início da década de 1990. Fotos extraídas do filme “Isolados no Purus” (1991, disponível no endereço <https://cutt.ly/Za24urA>).

8. Portaria FUNAI nº 277, de 20 de abril de 2000.



CONTATO E AÇÃO MISSIONÁRIA: O CASO SURUWAHA

Com a quebra dos circuitos indígenas regionais provocada pelo avanço extrativista no início do século XX, os Suruwaha se refugiaram em áreas de seu território mais distantes das principais rotas fluviais controladas pelos extrativistas e mantiveram-se em situação de isolamento entre as décadas de 1930-80. Esse isolamento foi quebrado entre 1978 e 1980, quando expedições de sorveiros nas bacias do Tapauá e Cuniuá realizaram contatos tensos com os Suruwahá e atingiram suas áreas residenciais.

Diante dessa situação, em 1980 uma equipe da Prelazia de Lábrea e do Cimi estabelece contato com os indígenas e inicia uma série de ações protecionistas. A partir de 1984, tem início o “Projeto Zuruahã”, realizado pelo Cimi em colaboração com a Opan. A atuação conjunta dessas instituições junto aos Suruwaha durou até 1996.

A atuação da Funai teve início em 1983, com a realização da “Operação Coxodoá”, que teve o objetivo de efetivar o “contato oficial” com esse povos indígena. No mesmo ano foi instituído o GT de identificação da TI Zuruahã, que viria a ser homologada em 1988. No marco da colaboração havida entre indigenismo de Estado e missões evangélicas em décadas passadas, em 1984 a Funai introduziu missionários da Jocum (Jovens Com Uma Missão) no território Suruwaha.

Perante a omissão das instituições governamentais, que estiveram ausentes do território desde a demarcação até os anos 2000, a Jocum atuou junto aos Suruwaha com o propósito de evangelizá-los, utilizando o aprendizado e estudo da língua e a assistência sanitária como principal meio para essa finalidade. Sua ação proselitista era realizada abertamente por equipes de pastores, através de intervenções rituais, exorcismos e liturgias cristãs. As atividades missionárias também envolveram tentativas de formar pastores indígenas e de implantar um programa escolar de alfabetização escolar (que fracassou diante da falta de interesse dos Suruwaha pelo aprendizado do português e pelas crônicas bíblicas).

No ano de 2003, o Ministério Público Federal determinou a suspensão de todas as atividades missionárias e a retirada de não indígenas da TI Zuruahã, determinando que a Funai e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) assumissem suas responsabilidades no trabalho indigenista e no atendimento



Família
Suruwahá
em pescaria.

à saúde, respectivamente. A implementação de um programa efetivo em área, com equipe de indigenistas da Funai em campo e com infraestrutura adequada, somente se efetivou entre 2007 e 2008. Desde então, as ações de proteção e promoção dos direitos do povo Suruwaha são realizadas pela Frente de Proteção Etnoambiental, sob coordenação da CGIIIRC/Funai.

Impossibilitados de ingressar na TI Zuruahã, os missionários da Jocum inauguraram uma nova estratégia em escala nacional – que perdura até hoje –, focada principalmente na criminalização de práticas denominadas de “infanticídio”. Promoveram a remoção de indígenas a Porto Velho e Brasília, conseguiram a adoção legal de crianças suruwaha e criaram a ONG Atini – Voz pela Vida, que promove campanhas, vídeos e articulações com a bancada evangélica no Congresso Nacional⁹.

9. Um dos resultados do lobby da Jocum junto à bancada evangélica foi a elaboração do Projeto de Lei nº 1057/2007, conhecido como “Lei Muwaji”. O nome faz alusão à família de Uniawa (também chamada de Muwaji) mulher suruwaha que acabou estabelecendo-se em Brasília com seus filhos Igianani (diagnosticada com paralisia cerebral) e Ahuhuari – e, durante um tempo, com seu irmão Zumari. A problemática específica que envolvia a família de Muwaji foi usada como álibi da Jocum, gerando impasses que se prolongam até hoje. O PL 1057/2007 foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 26 de agosto de 2015 e aguarda tramitação no Senado. Outro caso que gerou repercussão foi a produção do filme Hakani (2008), que pode ser considerada uma das medidas mais extremas e agressivas que a Jocum desenvolveu nesta campanha de estigmatização dos Suruwaha e dos povos indígenas no Brasil.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

A partir de definição conjunta com a Funai, organizações indígenas e parceiros locais, a interlocução com povos e populações vizinhas aos territórios de indígenas isolados nessa extensa região teve como recorte prioritário a parte do entorno da TI Hi Merimã compreendida pelas TIs Jarawara/Jamamadi/Kanamati e Banawá, no Médio Purus. Além da contiguidade territorial entre essas TIs, os Jamamadi, Banawa e Jarawara têm relações históricas com os Hi-Merimã e, sobretudo no caso dos Jamamadi, compartilham com eles importantes aspectos de sua organização social, cultura e cosmologia.

Para além desse recorte prioritário, um conjunto amplo de atividades envolveu diversos povos, terras indígenas e registros sobre a presença de isolados na região do Médio Purus-Madeira:

- apoio a expedições da Funai para a localização e monitoramento de indígenas isolados;
- levantamento e sistematização de informações sobre a presença de indígenas isolados, ameaças e pressões sobre seus territórios e dinâmicas de compartilhamento/vizinhança territorial com outros povos;
- elaboração de estudos técnicos para subsidiar o trabalho de proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato;
- apoio a iniciativas indígenas de monitoramento territorial;
- realização de oficinas temáticas junto aos povos e comunidades do entorno de territórios de indígenas isolados e de recente contato e a promoção do debate sobre a sua proteção em diferentes espaços (encontros, assembleias, intercâmbios, reuniões);
- realização de oficinas temáticas voltadas à formação da equipe da FPEMP/Funai;
- assessoria a organizações indígenas.

A seguir são apresentadas informações sobre algumas dessas atividades.

As ações proporcionaram a qualificação de informações sobre o histórico de ocupação indígena e as relações entre os Hi-Merimã em isolamento e povos vizinhos, no passado e no presente. Também foram apoiadas iniciativas de vigilância e monitoramento territorial das comunidades vizinhas à TI Hi Merimã que colaboram para a proteção dos isolados.

PLANEJAMENTO CONJUNTO

As ações na região tiveram início com uma rodada de planejamento que envolveu representantes da Funai (FPEMP, Coordenação Regional Médio Purus e Coordenações Técnicas Locais), de comunidades e organizações indígenas e parceiros locais. Essa metodologia de planejamento e avaliação foi mantida nos anos seguintes, propiciando participação dos principais atores envolvidos nas ações, além de maior sinergia entre iniciativas promovidas por diferentes instituições. No primeiro ano do projeto, o apoio e assessoria técnica às etapas locais da I Conferência Nacional de Política Indigenista também contribuíram para a definição conjunta de prioridades e o estreitamento da relação com os povos indígenas do Médio Purus. As atividades foram realizadas em estreita parceria com a Funai (FPEMP e CR Médio Purus) e com a Federação das Organizações Indígenas do Médio Purus (Focimp).

Em oficinas realizadas na Base de Proteção Etnoambiental Canuaru (da FPEMP/Funai) em aldeias Jamamadi, Jarawara e Banawá, foram levantadas as principais demandas comunitárias e informações sobre ameaças e vulnerabilidades territoriais. Algumas das atividades envolveram também ribeirinhos da Resex Médio Purus, que faz limite com as TIs Jarawara/Jamamadi/Kanamati e Hi-Merimã. Uma das principais demandas apresentadas foi o apoio a iniciativas comunitárias de monitoramento territorial e vigilância.

Dentre os tópicos relacionados a esse tema, foram destacados a necessidade de assessoria e formação no uso de novas tecnologias, em aspectos da legislação, formas de abordagem no trabalho de monitoramento e o fortalecimento dos canais de diálogo e de articulação com a Funai e outros órgãos responsáveis pela fiscalização de terras indígenas e unidades de conservação na região.

Por um lado, essas atividades possibilitaram a identificação e mapeamento das principais pressões, a definição de áreas prioritárias e a construção de estratégias de monitoramento territorial específicas a cada contexto, que colaborassem com a proteção da TI Hi-Merimã e dialogassem com as ações da FPEMP/Funai. Por outro lado, proporcionaram a qualificação de informações sobre o histórico de ocupação indígena e as relações entre os Hi-Merimã em isolamento e povos vizinhos, no passado e no presente. Este ponto foi aprofundado em outras ações, como a Oficina Hi-Merimã e a elaboração de diagnóstico antropológico sobre este povo, que contaram com a participação e colaboração de lideranças banawa e jamamadi.

No que diz respeito às informações sobre a presença de indígenas isolados na bacia do Madeira, o projeto apoiou expedições de localização da Funai e proporcionou a elaboração de estudos técnicos e a participação de indígenas nestas atividades.

Oficinas de construção dos planos de vigilância dos povos Banawá, Jamamadi e Jarawara.



MONITORAMENTO TERRITORIAL INDÍGENA

Após a identificação das demandas dos povos e comunidades indígenas vizinhos dos Hi-Merimã e pactuação de prioridades, foram realizadas oficinas temáticas sobre monitoramento territorial indígena e vigilância. Além de moradores das aldeias, algumas das atividades contaram com a participação de lideranças indígenas de outros povos da região, de extrativistas da Resex Médio Purus, de servidores da Funai e de membros de instituições parceiras.

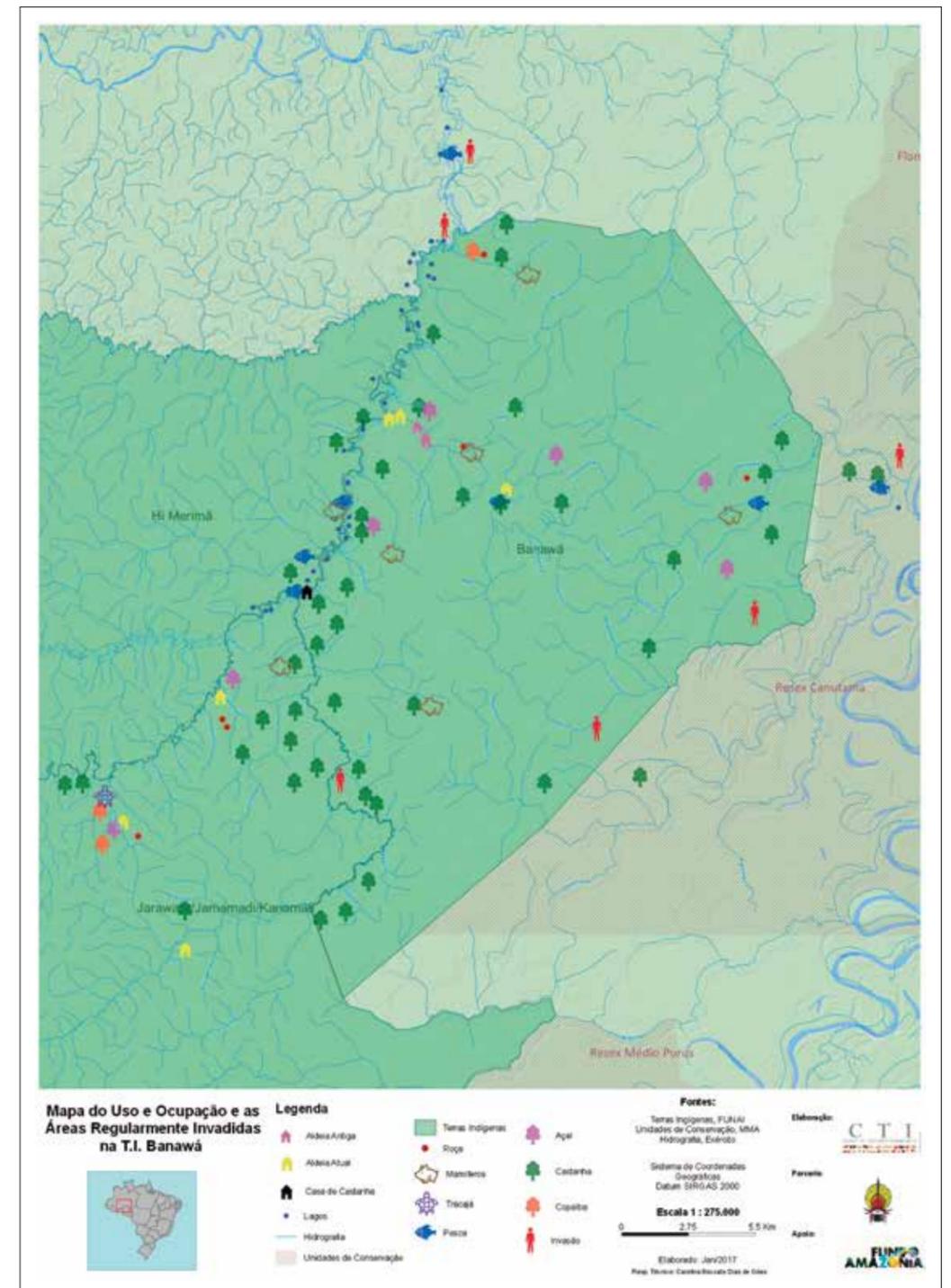
As ações buscaram dar continuidade a iniciativas prévias do CTI voltadas à proteção de povos indígenas isolados na região (no âmbito de projeto realizado também em cooperação técnica com a Funai entre 2008 e 2011, mencionado anteriormente) e dialogar com iniciativas de outras instituições – como o processo de construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) Jamamadi, realizado por este com apoio da Opan em anos anteriores; e a construção do PGTA Jarawara, promovida pela CR-Médio Purus/Funai.

Por meio de mapeamentos participativos nas aldeias, foram levantadas e atualizadas informações sobre o uso do território, vulnerabilidades territoriais, invasões e o compartilhamento territorial com os isolados Hi-Merimã. As oficinas também proporcionaram a discussão sobre políticas públicas, como ‘proteção’, ‘vigilância’, ‘fiscalização’, ‘demarcação’, ‘monitoramento’ e ‘gestão territorial’, e em que medida eles dialogam com as territorialidades dos povos Jarawara, Jamamadi e Banawá.

Estes momentos propiciaram reflexões sobre diferenças de entendimento a respeito do isolamento, de questões-chave relacionadas à proteção territorial, bem como do papel e atuação de órgãos de Estado, das comunidades e associações indígenas e de organizações da sociedade civil. A partir dessas discussões, foram abordados marcos legais e outros aspectos relacionados à proteção das terras indígenas, em interface com a política de proteção de povos indígenas isolados.

Parte das atividades consistiu na realização de exercícios práticos com ferramentas de registro (GPS, câmeras fotográficas/filmadoras, gravadores). Com base em casos concretos apresentados pelos participantes, foram simuladas situações como a constatação de atividade de pesca e caça ilegais e o encontro de vestígios de isolados.

Essas atividades possibilitaram elaborar propostas sobre medidas a serem adotadas pelas comunidades e o fluxo de comunicação com a Funai nessas situações, dentre outras ações voltadas ao fortalecimento de estratégias de gestão territorial das comunidades que contribuem para a proteção dos Hi-Merimã. O ciclo de oficinas realizadas nas comunidades Banawá, Jamamadi e Jarawara teve como principal encaminhamento a construção e o apoio à implementação de planos de vigilância dos povos Banawá, Jamamadi e Jarawara.



Mapa construído com os Banawa sobre ocupação do território e áreas da TI Banawa frequentemente invadidas para a exploração de seus recursos

PLANOS DE VIGILÂNCIA

Como resultado das oficinas realizadas ao longo de 2015 e 2016, em 2017 o projeto apoiou a elaboração e implementação de planos de vigilância Banawá, Jamamadi e Jarawara, em diálogo e articulação com as ações da FPEMP/Funai. O objetivo dos planos foi a pactuação de estratégias e ações para a proteção das TIs Banawá e Jarawara/Jamamadi/Kanamati, contribuindo, consequentemente, para a proteção territorial dos Hi-Merimã em isolamento.

Na TI Banawá, além do levantamento de informações sobre o uso histórico e atual de áreas da TI Hi Merimã no limite constituído pelo rio Piranha e da formação de indígenas, as atividades envolveram a aquisição de equipamentos para atividades de vigilância e o apoio à mobilização dos Banawá para a construção de Casas de Vigilância – uma delas, no igarapé Quaru, servindo também de local para armazenamento de castanha, de modo a vincular a vigilância territorial com as atividades de coleta desse recurso. Também foram mapeados locais e rotas estratégicos para a proteção territorial e o manejo da castanha. Os castanhais do sudeste da TI Banawá sofrem frequentes invasões, principalmente na região do igarapé Quaru. Há muitos anos o roubo de castanha por extrativistas de Canutama e das comunidades ribeirinhas do Purus origina tensão entre os Banawa e os invasores – historicamente, a relação com o extrativismo do Purus foi mais convulsa do que a relação com o extrativismo dos rios Piranha e Cuniuá.

Na TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati, a pactuação envolveu o apoio à mobilização de indígenas para a construção de casa de vigilância no igarapé Pauzinho, a aquisição de equipamentos para as atividades de vigilância e a articulação com o trabalho vigilância realizado pela FPEMP/Funai a partir da Base Canuaru. A indicação, pelos Jamamadi, de nomes para compor o cronograma de escala de colaboradores indígenas desta base de proteção etnoambiental e o planejamento das ações de vigilância foram algumas das questões tratadas. Em um contexto de iminente fechamento da Base Canuaru em razão de cortes orçamentários sofridos pela Funai, o processo de construção e pactuação do plano de vigilância Jamamadi foi fundamental para que a Funai conseguisse assegurar a continuidade das ações realizadas a partir desta Base, em cooperação com os Jamamadi.

Durante as atividades, os Jarawara, Jamamadi e Banawa também relataram inúmeros casos de invasão das terras indígenas. O levantamento dessas informações possibilitou a atualização do quadro de pressões enfrentadas por esses povos, contribuindo para o desenho das estratégias para a proteção de seus territórios e dos Hi Merimã em isolamento.

O processo de construção dos planos de vigilância também envolveu atividades de reforço no uso de ferramentas de registro, a simulação de ações de vigilância e respectivos encaminhamentos a serem adotados em cada caso, conforme pactuações prévias – como, por exemplo, a constatação de pesca ilegal no igarapé Canuaru (que constitui um dos limites entre a Resex Médio Purus e as TIs Hi Merimã e Jarawara/Jamamadi/Kanamati); de caça ilegal nas TIs; encontro com os Hi Merimã dentro da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati; extração ilegal de madeira por indígenas, dentre outras possíveis ocorrências.

As ações realizadas ao longo do projeto possibilitaram a construção e estruturação das casas e flutuantes de vigilância do igarapé Pauzinho (Jamamadi), furo do Taunã e boca do igarapé Preto (Jarawara), igarapés São José e Quaru (Banawa); a formação de indígenas em tecnologias voltadas ao registro de invasões; a realização



Curso de vigilância com o povo Jarawara, em parceria com a Funai e Focimp.

de acordos internos às comunidades sobre a dinâmica de trabalho das equipes indígenas de vigilância e o uso de equipamentos e insumos, e também de acordos relacionados ao fluxo de comunicação entre estas equipes de vigilância e a Funai.

Ao término do projeto, foi realizado um encontro entre representantes das comunidades indígenas, da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp), da Funai e de instituições parceiras para a apresentação e avaliação dos resultados alcançados. Durante o evento também foram propostos e pactuados encaminhamentos visando à continuidade das ações de vigilância e monitoramento territorial nos rios Mamoriazinho e Curiá, no paraná Cainã e igarapé Quaru, bem como a replicação da estratégia construída ao longo do projeto em outras áreas, a partir de demandas apresentadas por outras comunidades - como os Apurinã no igarapé Grande.



COMPARTILHAMENTO TERRITORIAL

As oficinas temáticas junto aos povos e comunidades do entorno de territórios de indígenas isolados e de recente contato e a promoção do debate sobre a sua proteção em diferentes espaços (encontros, assembleias, intercâmbios, reuniões) proporcionaram momentos privilegiados de reflexão e diálogo sobre o isolamento, as relações entre esses povos no passado e no presente, a atuação da FPEMP/Funai e a política indigenista.

O histórico da relação entre a FPEMP/Funai e os Jamamadi e Banawa é permeado por tensionamentos e desconfianças mútuas. Conforme apontado anteriormente, as relações imbricadas entre os povos madi do Médio Purus são um elemento central para a proteção dos Hi Merimã. A instalação das bases de proteção etnoambiental Canuaru e Piranha e a forma como a Frente passou a exercer o controle de acesso à TI Hi Merimã nesses dois rios se deram de maneira impositiva segundo muitos Jamamadi e Banawa, ao considera-los como um empecilho ou mesmo ameaça – e não vizinhos aliados – à proteção dos isolados. Os Banawa afirmam com veemência a sua autonomia no controle territorial do rio Piranha, e parte da TI Hi Merimã é também de uso tradicional dos Jamamadi, onde realizam a coleta de óleo de copaíba e expedições de caça.

O diálogo escasso e o não compartilhamento das informações obtidas nas expedições de monitoramento e atividades de vigilância da Funai os mantiveram por muito tempo afastados da atuação do órgão e de seus propósitos. A desconfiança foi reforçada pela presença de missionários junto aos Jamamadi e Banawa, desqualificando o trabalho da Funai e incentivando o contato com os Hi Merimã – em 1995, uma equipe da Funai chegou a interromper uma expedição ilegal realizada por missionários da Jocum na região do rio Branco com o objetivo de contatar e evangelizar os Hi Merimã; em finais de 2018, nova investida de missionário sobre a TI Hi Merimã levou a Funai a acionar a Polícia Federal e o Ministério Público.

A compartimentação da atuação da Funai é outro elemento que contribuiu para alimentar o distanciamento das comunidades do entorno em relação à política e às ações voltadas à proteção dos isolados até recentemente. Se por um lado a FPEMP é a unidade do órgão com presença mais constante e de maior proximidade com estas comunidades, por outro verifica-se certa indiferença em relação às demandas delas quando não incluem diretamente os isolados, por não se enquadrarem no foco de atuação específico da Frente – situação, aliás, que é recorrente em outros contextos de compartilhamento territorial entre isolados e “contatados” para além do Médio Purus.

Esses ruídos que atravessaram a relação entre a Frente de Proteção Etnoambiental e os povos e comunidades vizinhos também impediram por muito tempo uma discussão qualificada a respeito das diferentes perspectivas e entendimentos sobre o isolamento dos Hi Merimã. Alguns Jamamadi, por exemplo, questionam de forma mais ou menos assertiva a política da Funai de não fazer o contato com os Hi-Merimã. Diversos fatores embasam esse posicionamento. Um deles, já mencionado, é a duradoura presença missionária, cujo proselitismo estimula o contato. No entanto, há outros aspectos não tão evidentes que contribuem pra isso. A interrupção abrupta da outrora intensa circulação de pessoas entre os grupos madi, expressa nos laços de parentesco, no xamanismo e em práticas rituais comuns, é considerada com pesar pelos Jamamadi. Findada a época dos conflitos intensos e das epidemias, causas decisivas das migrações do passado,

os Jamamadi argumentam que não haveria motivos atualmente para prosseguir os incessantes deslocamentos. Além disso, a evitação do contato é também tomada como a reafirmação da moralidade característica dos brancos, cujo traço maior seria a avareza, expressa na recusa em compartilhar as tecnologias que somente eles detêm.

Um dos principais resultados do projeto no Médio Purus foi justamente contribuir para reverter esse cenário, facilitando o diálogo e abrindo canais de colaboração entre a FPEMP/Funai, os Banawa, Jamamadi e Jarawara, e também as organizações indígenas. Em seu conjunto, as diversas atividades realizadas possibilitaram uma melhor compreensão das relações entre esses povos e os Hi Merimã, o debate sobre as diferentes perspectivas em relação ao isolamento e a socialização de informações sobre as expedições e demais ações de monitoramento dos Hi Merimã realizadas pela Funai. Também proporcionaram maior participação dos indígenas nas ações desenvolvidas pela Frente e o fortalecimento do seu protagonismo na proteção de seus territórios e dos povos indígenas isolados.

Para José Raimundo Pereira Lima, mais conhecido como Zé Bajaga Apurinã, ex-coordenador da Federação das Organizações Indígenas do Médio Purus (Focimp) e liderança da aldeia Idecorá (TI Caititu):

Quando temos povos que compartilham um mesmo território, que vivem se topando e isso não traz nenhum transtorno, não há porque sufocar essas trocas. Vemos claramente que a maior ameaça aqui na região é a extração dos recursos naturais de nossos territórios pelos não indígenas. O desafio é fazer com que as pessoas que vêm de fora entendam isso. Elas devem aprender sobre como vivemos, nosso cotidiano, não chegar achando que sabem tudo. Nós, que estamos no entorno [dos territórios de povos isolados], não somos ameaça, nós colaboramos para que as pessoas de fora não adentrem o território e façam coisas que vão agredir a todos os povos que vivem ali. Quando fazemos do nosso jeito, há um equilíbrio”.

JOSÉ RAIMUNDO PEREIRA LIMA, mais conhecido como Zé Bajaga Apurinã, ex-coordenador da Federação das Organizações Indígenas do Médio Purus (Focimp) e liderança da aldeia Idecorá (TI Caititu)



ENCONTRO HI MERIMÃ

Um dos momentos de destaque do projeto no Médio Purus foi o encontro Diálogos sobre isolamento e contato: os Hi Merimã e os povos do seu entorno, realizado na Base Rio Piranhas, da FPEMP/Funai. O evento reuniu indígenas Banawa, Jamamadi e, em menor escala, também alguns Jarawara, Paumari e Apurinã, além de membros das equipes da FPEMP/Funai, do CTI e antropólogos que desenvolvem pesquisas etnográficas com os povos indígenas vizinhos dos Hi Merimã. A atividade propiciou um reencontro significativo entre os próprios Banawa e os Jamamadi, povos que têm profundos laços de intercâmbio social, político e ritual, e que tiveram a oportunidade de relembrar e refletir sobre as suas trajetórias e suas visões sobre a vida dos Hi Merimã.

Para o antropólogo Miguel Aparício, que trabalha há décadas com os povos indígenas no Médio Purus, o encontro “foi um momento raro nas agendas indigenistas, em que a pauta não apareceu dominada pelos lugares-comuns do âmbito das políticas públicas, com sua linguagem e burocracia frequentemente estranhas ao cotidiano das aldeias”. As lideranças tradicionais, velhos especialistas locais, marcaram seu protagonismo e colocaram em destaque suas lembranças e experiências, as mitologias e narrativas que constroem a memória coletiva banawa e jamamadi.

A escolha do local do encontro – dentro da terra indígena, porém fora das aldeias – também possibilitou que, além dos caciques e das lideranças, pessoas menos afeitas e estimuladas a frequentar reuniões pudessem participar, como os rapazes e moças jovens. Nesse sentido, o evento também proporcionou um rico processo de transmissão desses conhecimentos aos jovens, que desconheciam a maioria das narrativas contadas (esse processo de esquecimento tem relação direta com a presença missionária).

A apresentação de informações sobre os Hi Merimã pela Funai e sobre o trabalho desenvolvido pela FPEMP estimulou o entusiasmo e o interesse indígenas, tornando o diálogo muito mais aberto e denso. O interesse em participar de maneira mais efetiva das atividades de vigilância realizadas pelo órgão indigenista em seus territórios foi outro ponto de confluência. Mesmo questões mais sensíveis, como o uso de recursos em áreas compartilhadas com os isolados e desacordos em relação ao isolamento puderam ser expostas e debatidas. O encontro contribuiu, em suma, para dissipar antigos desentendimentos e tensões, e para a construção de um diálogo pautado no reconhecimento da autonomia e da importância das pautas específicas dos povos vizinhos dos Hi Merimã, fundamental para o êxito de sua proteção no contexto do Médio Purus.

👉 O encontro contribuiu para dissipar antigos desentendimentos e tensões com a FPEMP/Funai, e para a construção de um diálogo pautado no reconhecimento da autonomia e da importância das pautas específicas dos povos vizinhos dos Hi Merimã, fundamental para o êxito de sua proteção no contexto do Médio Purus.



RELATOS SOBRE OS HI MERIMÃ

Durante as oficinas, encontros e outras atividades realizadas ao longo do projeto, diversos relatos sobre os Hi Merimã evidenciavam as relações entre este povo em isolamento e seus vizinhos, sobretudo Jamamadi e Banawa. Essas narrativas permitem conhecer um pouco dessa história e reconstituir fragmentos das trajetórias marcadas por visitas, encontros, trocas, conflitos, relações de parentesco e diversos elementos que conectam o passado e o presente dos povos madi no Médio Purus. A seguir são apresentados pequenos trechos de alguns desses relatos.

JOSÉ JAMAMADI, da aldeia Kosi, relatou um encontro que ocorrera alguns anos atrás com os Hi-Merimã em um igarapé afluente do Canuaru. Ele estava na companhia de seu sobrinho Eduardo, ambos estavam olhando as folhas das copaíbas quando ouviram um canto. Seguindo na direção da música, avistaram um grupo de mulheres num grande acampamento: umas se balançavam em suas maqueiras [redes], outras cozinhavam patauá. De acordo com sua descrição, elas eram baixinhas, de pele alva e com a franja do cabelo bem cortada. Após deixarem suas armas, os dois foram na direção do grupo. A princípio, apenas gesticularam, em seguida passaram a conversar com elas e conseguiram compreendê-las. Como estavam com fome, apontaram para suas barrigas e pediram um pouco do patauá que elas estavam preparando numa panela de barro. As mulheres pediram os terçados que eles levavam. Seu sobrinho aproveitou para pedir a preguiça que uma das mulheres criava, porém, ela se recusou a entregá-la. José conta que seu coração bateu forte quando uma das mulheres pegou na sua mão e olhou detidamente para seu corpo, como se estivesse inspecionando. Além do patauá que elas pilaram, as mulheres também ofereceram carne de macaco moqueada. *“Onde estão os maridos de vocês?”*, eles queriam saber. Elas explicaram que os homens haviam saído para colocar timbó no igarapé, mas que no final do dia estariam de volta. José e Eduardo prometeram retornar no dia seguinte para encontrá-los. Ele fez um gesto indicando a posição em que o sol estaria quando retornassem e as mulheres compreenderam. Ao chegarem no acampamento, José e Eduardo contaram para os outros companheiros Jamamadi sobre o encontro. No dia seguinte, bem cedo, todos eles partiram rumo ao acampamento dos Hi-Merimã. Não havia mais ninguém quando chegaram, somente uma panela de barro com patauá e um moquém com um pouco de carne. Eles imaginaram que a comida havia sido deixada para eles, porém, eles não comeram com medo de que houvesse veneno.

TATI JAMAMADI, da aldeia Kosi, conta que estava em um igarapé afluente do Canuaru com Mateo e Eduardo pescando quando seu cachorro sentiu cheiro

de queixada e correu. Seguindo o cachorro, eles acabaram encontrando um acampamento hi-merimã e o queixada era um dos animais que eles criavam. Os homens eram grandes e estavam todos com suas flechas, por isso, os Jamamadi resolveram afastar-se o mais rápido possível sem chamar a atenção deles. No dia seguinte, contudo, resolveram voltar, mas só encontraram duas mulheres no acampamento. Elas abraçaram Tati. Eles deram seus terçados de presente, as ensinaram como manejá-los e como afiá-los com a lima. Em troca, as mulheres Hi-Merimã deram panelas de barro para eles. Até recentemente, Tati conta, era muito comum encontrar acampamentos e vestígios da passagem dos Hi-Merimã nessa região.

SALGADO JAMAMADI, que já trabalhou como colaborador da FPEMP/Funai, contou que uma vez, andando na mata, viu um acampamento dos isolados com panela de barro, e que Bido Banawa, quando trabalhava com Rieli (Franciscato, sertanista da Funai que coordenou a antiga Frente de Contato Purus), também já achou cemitério dos Hi Merimã com muita panela em cima, sabendo assim que se tratava de uma mulher enterrada. *“Quando morre um homem, são colocadas coisas de homem, como arco e flechas, por exemplo”*. Outro relato de Salgado descreveu um encontro com os Hi Merimã: *“Há três anos os Hi Merimã entraram na terra jamamadi, na aldeia Niterói, e comeram farinha por lá. Eram dois homens, jovens, com cabelo de cuia. Foram entregues a ele botas e terçados. Naquele tempo a aldeia era só roçado e os Hi Merimã comeram todas as goiabas. Os Jamamadi foram no caminho deles, tentaram amansar, mas eles foram embora”*. Salgado disse ainda que ouviu um pouco do que eles falavam e que a língua era parecida com a Jamamadi. O encontro aconteceu próximo à cabeceira do rio Piranha, onde o Bido já encontrou flechas deles.

De acordo com **GASPARINO JAMAMADI**, os Hi Merimã comiam todo tipo de bicho. Eles são pajés fortes, brigavam muito e tinham grandes roçados. A fuga dos Hi Merimã teria sido resultado de um conflito com os Apurinã no Mamoriazinho. Na época em que os seus avós eram vivos, os Hi Merimã iam com grande frequência visitar as aldeias Wayafi e Jamamadi, mas não as Jarawara. Uma anedota narrada por Gasparino, cujos pais eram Wayafi, revela tanto a proximidade quanto a diferença entre os Hi-Merimã e os Wayafi: *“Papai, Kao, encontrou com um conhecido Hi-Merimã, isso aconteceu quando eles moravam lá no Apaha [afluente do Mamoriazinho]. Naquela época, eles faziam grandes roçados e plantavam os mesmos yamata [cultivares agrícolas]. Papai não compreendia muito bem a língua do companheiro dele, que era um bocado diferente. Eles foram juntos para o roçado para tirar pupunha madura, então, o Hi-*

Merimã olhou para o papai e falou assim para ele: 'tosi, tosi!'. Ele não entendeu o que o Hi-Merimã queria porque 'tosi' para os Wayafi é o movimento que as pessoas fazem na dança [balançando o corpo de um lado para o outro]. Como o companheiro dele insistia, papai começou a dançar, mexendo o quadril do jeito que as pessoas fazem no ritual ayaka. Ele não entendeu, mas achou que o companheiro queria fazer festa. O Hi-Merimã começou a rir muito! Ele só estava pedindo uma vara, que nós chamamos awa, e que na língua dele é tosi, para poder tirar a pupunha madura."

BADÁ JAMAMADI, da aldeia São Francisco, conta que "os índios isolados não ficam parados. Eles andam para todos os lugares por não encontrarem comida fácil", diz Badá. Por causa disso, acabam obrigados a andar constantemente. Nas palavras do antigo cacique: "nos igarapés, eles param para pescar e moquear peixes. Esse é o trabalho deles, andar para procurar comida. As pessoas, hoje em dia, não tem o mesmo conhecimento do mato, elas não sabem o que podem comer. Já os isolados comem yamo, kenero, taiya, kiya, soba, mafiyu, bocawa [bacaba], hawa [patauá], movi [castanha]. As pessoas têm medo de comer as frutas por não conhecer. Eles [isolados] andam por todo território e conhecem tudo".

BIDO BANAWA, uma das principais lideranças desse povo, narrou um encontro que teve com alguns Hi Merimã quando o patrão Firmino Cunha os levou para seu barracão no Palhalzinho: "Os Hi Merimã apareceram faz tempo. Primeiro nós trabalhávamos na casa de Bernaldo, de Firmino [Firmino Cunha foi o principal patrão no rio Piranha entre as décadas de 1950-70; Bernaldo era seu filho]. Os Hi Merimã vararam no igarapé da Panela. Vararam atravessando o igarapé do Gato, vai varar no rio Branco. Firmino era patrão, nós trabalhávamos com ele. Mandaram nós, Carlos, meu irmão. (...) O patrão foi com Manoel Machado Paumari, Raimundo Pirau Paumari, Firmino patrão, meu irmão Baka do Banawa foi também. Eram quatro. Foram lá, dormiram lá. De manhã eles subiram, às oito horas encontraram os Hi Merimã à beira do rio Branco, na praia mesmo. (...) Chamaram, pegaram lá, os trouxeram.

– Como é seu nome, na sua língua?

– Meu nome é Sussu [– respondeu o Hi Merimã]. (...)

– Nós te levamos na canoa, cabe. Embarca tua mulher, embarca teu pessoal todinho. Tu não tens companheiro para cima, não? [– perguntou Firmino.]

– Não, só tem no alto Piranhas... Tem muito no alto do Piranhas. Eu só vim mesmo espiar o mato. Nós queríamos voltar de novo e encontraremos vocês.

– Está bom. Outro verão eu te levo ao alto Piranhas para procurar teus parentes – Firmino falou.

Trouxeram. Baixaram, baixaram. (...) Às cinco horas chegaram ao Palhalzinho, acima da boca do rio Branco, chegaram lá. (...) A mulher do patrão,

Melina, nos chamou. (...):

– Bido, o patrão está chamando! Firmino trouxe parentes de vocês, Hi Merimã. Firmino trouxe outros índios! Ele está chamando para vocês conversarem com eles. Deixe as manivas, não plante mais, trabalhe mais não. (...) Nós fomos lá, chegamos à barraca. (...)

– Onde moram os parentes de vocês?

– Moram longe no alto do Piranhas! Só nós oito viemos pelo mato! Atravessamos muitos igarapés para varar no rio Branco. Nós queríamos espiar o mato e viemos para cá – disse Sussu.

A conversa dele era assim como Jamamadi, meu parente, nós compreendíamos a língua deles. (...) Ficamos, passamos cinco dias no Palhalzinho. Hi Merimã queria andar no mato lá do [igarapé] Banawa. (...) Saíram todos, foram embora. As mulheres também foram embora [caçar]. Nós fomos plantar roçado. Os Hi Merimã encontraram, mataram macaco, macaco-preguiça, nós chamamos yao, flecharam yao e trouxeram. (...) Nós conversamos, comeram. Sobrou carne, guardaram. (...) Botaram a boia, tamparam a panela. Ficaram cinco dias. (...)

– Eu vou te deixar no rio Branco. Quando tu fores de novo, vais buscar teu companheiro lá. Volta no outro verão, [quando estiver] seco tu atravessas o Piranhas comigo. (...) [Tu sabes onde é a minha casa aqui no Palhalzinho. O pai de Bido é Firmino, assim é também meu nome: Firmino. O nome dele é Sawa, nós chamamos de Firmino, o meu nome é Firmino também.

Dormiram. O patrão ofereceu mercadoria dele: oito terçados, cinco machados amolados, isqueiros também. (...) Nós dormimos. Firmino os deixou no igarapé do Matrinxã, parece que acima do igarapé do Matrinxã. Voltaram. Manoel Machado foi também, os deixaram lá. Nós ficamos até que o inverno começou, até o Piranhas ficar cheio."

Embora os relatos Jarawara não indiquem relações com os Hi Merimã como as registradas entre os Banawa e Jamamadi, falam sobre a ocupação indígena da região no passado e conflitos com outros povos. Segundo **EDMAR JARAWARA**, "os Hi Merimã ficam mais perto do Piranha, os Jarawara não encontravam muito eles". Ele contou ainda que Kamiri era o nome dos Apurinã bravos, que hoje quase não existem mais, mas que guerreavam com os Wajãfi no rio Apaã. "Quando as guerras aconteciam, todos os povos se espalhavam". **MAKABI JARAWARA**, cacique da aldeia Água Branca, contou que "antigamente os povos daqui não brigavam entre si, só com os Juma. Os Jarawara não conheciam os Hi Merimã, e viviam todos espalhados pelo território, em muitas aldeias, mudando bastante de lugar. Antigamente não tinha demarcação da terra. Não tinha faca ou machado, e se usava dente de cotia. A gente se pintava de urucum, fazia roçado grande. De primeiro os Jarawara ficavam andando só na terra firme, mudando seus acampamentos. Branco também não tinha".

POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NA BACIA DO RIO MADEIRA

Embora o recorte prioritário das ações de interlocução com povos e comunidades vizinhas de territórios de indígenas isolados tenha sido parte do entorno da TI Hi-Merimã, no Médio Purus, um conjunto de atividades do projeto foi direcionado à bacia do rio Madeira, com o intuito de contribuir para a qualificação e localização de registros de indígenas isolados nesta região. As atividades compreenderam expedições de localização realizadas pela FPEMP/Funai, a elaboração de diagnóstico sobre a presença de povos em isolamento na bacia do rio Madeira e a realização do I Encontro Kagwahiva.

QUALIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE REGISTROS DE INDÍGENAS ISOLADOS

Das oito expedições da FPEMP/Funai realizadas no âmbito do projeto, sete foram voltadas à localização de registros de indígenas isolados na bacia do rio Madeira, contemplando os Registros CGIIRC/Funai nº 12 - Katawixi, nº 70 - Kaidjuwa, nº 75 - Rio Coti e nº 85 - Igarapé Preto. Além destas atividades de localização, foi elaborado um diagnóstico sobre a presença de indígenas em isolamento na região que corresponde à circunscrição da antiga Frente de Etnoambiental Madeira, criada em 2010 e incorporada à área de atuação da então FPE Médio Purus em 2014 – formando a FPE Madeira-Purus.

Atendendo à demanda da FPE Madeira-Purus, foram priorizados registros e relatos que se encontravam em fase inicial de qualificação e levantamento de campo, com enfoque no contexto etnográfico dos povos Kagwahiva setentrionais. Desse modo, o diagnóstico contemplou os registros nº 70 - Kaidjuwa, nº 85 - Igarapé Preto, nº 84 Manicorezinho, nº 86 - Rio Maici, nº 47 Cachoeira do Remo e nº 45 - Bom Futuro, além de dados que



sugerem a possível atualização do número de registros de isolados na região. Seu recorte geográfico abrangeu as TIs Tenharin Marmelos, Tenharin do Igarapé Preto, Pirahã, Karitiana, seu entorno e outras áreas que estão fora dos limites de terras indígenas demarcadas no sul do Amazonas e norte de Rondônia.

A elaboração do diagnóstico envolveu pesquisa de campo nos municípios de Humaitá e Porto Velho, nas aldeias na TI Tenharim Marmelos e a realização de entrevistas durante o I encontro Kagwahiva e o ritual Mbotawa realizado na aldeia Trakuá. Também envolveu a pesquisa e levantamento de documentos disponíveis em diferentes bases de dados da Funai (CGIIRC, FPEMP, CR Médio Purus, CR Madeira, Museu do Índio) e de outras instituições (Cimi, Cedi/Isa e bases internacionais das bibliotecas do Musée du Quai Branly e Musée de L'Homme provenientes das expedições do antropólogo Claude Lévi-Strauss junto aos Kagwahiva em Rondônia na década de 1930), bem como de materiais bibliográficos e do arquivo pessoal de pesquisadores que trabalham junto a povos Kagwahiva. Além da qualificação de relatos e dados sobre a presença de indígenas em isolamento, foram levantadas informações atualizadas sobre as ameaças, pressões e situação de vulnerabilidade de cada registro.

I ENCONTRO KAGWAHIVA

O I Encontro Kagwahiva foi realizado em 2018, na aldeia Marmelos, localizada na TI Tenharim Marmelos. Reuniu mais de duzentas pessoas, entre representantes e lideranças dos povos Tenharin, Jiahui, Parintintin, Juma, Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna, e das seguintes organizações indígenas: Associação do Povo Indígena Tenharin Morangitã (Apitem), Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto (Apitipre), Associação do Povo Indígena Jiahui (Apij), Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas (Opipam) e Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira OPIAM. Também participaram do encontro indigenistas de instituições que desenvolvem trabalhos com estes povos. Ao longo de três dias foram realizadas diversas apresentações culturais de dança e de cantos tradicionais, além da exibição de vídeos e mesas de debate sobre as principais pautas do evento.

O fortalecimento político dos povos Kagwahiva e de suas organizações, os impactos de empreendimentos e o aumento de invasões e pressões exercidas por madeireiros, garimpeiros e por outras atividades ilegais sobre seus territórios foram alguns dos temas discutidos. O encontro proporcionou a ampliação e aprofundamento do debate sobre a presença de indígenas Kagwahiva em isolamento na região, sobre os trabalhos de localização realizados pela FPEMP/Funai e a importância da parceria com os povos vizinhos para a proteção desses grupos.

SUBSÍDIOS PARA A PROTEÇÃO DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO NO MÉDIO PURUS - MADEIRA

Uma das ações do projeto na região Médio Purus – Madeira consistiu na elaboração de estudos técnicos para subsidiar o trabalho de proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato realizado pela FPEMP/Funai. O escopo e objetivos dos diagnósticos foram definidos em conjunto com esta FPE, com base nas suas demandas prioritárias relacionadas à produção de conhecimento,

levantamento e sistematização de dados sobre esses povos. Produzidos por consultores técnicos especializados, os estudos constituem importante material de referência para o desenvolvimento de ações voltadas à proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato na região.

DIAGNÓSTICO SURUWAHA

Teve como objetivo a produção de subsídios à Funai para uma atuação específica junto aos Suruwaha, levando em conta as concepções e práticas desse povo de recente contato, bem como as questões mais relevantes que marcaram seu itinerário recente, especialmente a partir do contato indigenista realizado em 1980. O diagnóstico abordou questões como a dinâmica demográfica, a economia, a cultura material, expressões estético-artísticas e as relações com os povos do entorno. Também foi traçado um perfil da atuação das agências institucionais que intervieram junto aos Suruwaha (Cimi, Opan, Jocum, Funai, Sesai), acompanhado de um levantamento bibliográfico e documental exaustivo. Com base em expedições de campo e na interlocução com a Funai (FPMP e CGIIRC) e a Sesai (DSEI Médio Purus), foram analisados elementos relacionados à situação de saúde e segurança alimentar dos Suruwahá. O estudo propõe diretrizes de atuação e identifica os principais desafios territoriais contemporâneos enfrentados pelos Suruwahá.

DIAGNÓSTICO SOBRE A PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NA BACIA DO RIO MADEIRA

Diagnóstico sobre a presença de indígenas em isolamento na região que corresponde à circunscrição da antiga Frente de Etnoambiental Madeira, e que hoje é parte da área de atuação da FPMP. Voltado a subsidiar os trabalhos desta FPE na bacia do Madeira, o estudo reúne e sistematiza os dados disponíveis sobre cada registro de indígenas isolados foco do diagnóstico, obtidos em relatórios e documentos de diversas instituições, estudos antropológicos, entrevistas, dentre outras fontes. Abrange elementos históricos e antropológicos, informações sobre vulnerabilidades e pressões territoriais e apontamentos sobre a territorialidade de povos Kagwahiva.

DIAGNÓSTICO HI MERIMÃ (MÉDIO PURUS – AMAZONAS)

Diagnóstico específico sobre o povo indígena isolado Hi Merimã (que corresponde ao Registro CGIIRC nº 13), elaborado com o objetivo de fornecer subsídios à Funai para a construção de um plano de proteção para os povos indígenas isolados no sul do Amazonas. A partir do levantamento e sistematização de informações obtidas junto a povos indígenas vizinhos dos Hi Merimã (Jamamadi, Banawá e, em menor medida, Suruwahá), em etnografias e na documentação produzida em diferentes épocas e por diferentes instituições sobre a região e seus povos, o estudo analisa aspectos da sociabilidade e do modo de vida desse povo indígena, suas dinâmicas territoriais, padrão de mobilidade, pressões sobre o seu território, práticas de manejo da floresta, histórico de isolamento e relações com povos vizinhos, visando à adoção de medidas protetivas adequadas frente às ameaças ao seu modo de vida, autonomia e território.



Encontro
Kagwahiva



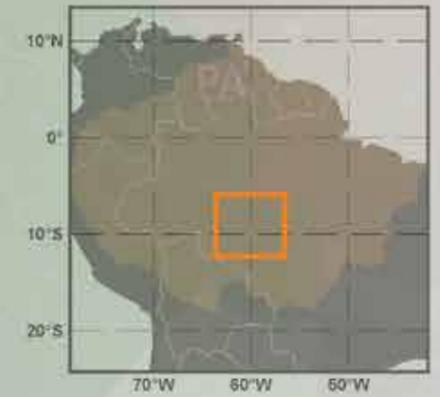
2.3.

MADEIRINHA-JURUENA

Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo
Terra Indígena Piripkura

Proteção e Isolamento em Perspectiva

Madeirinha - Juruena



Legenda

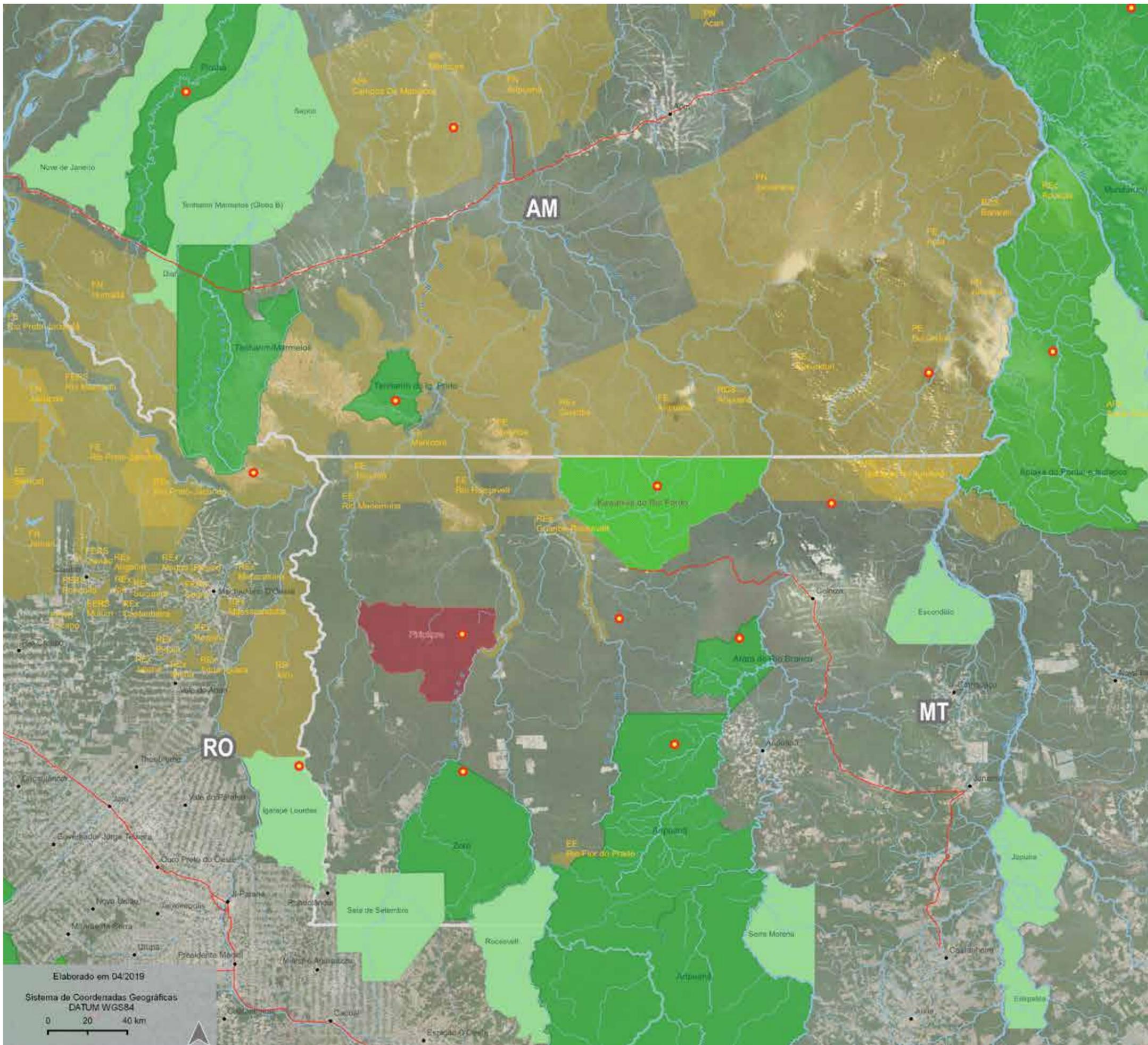
- Referência de povos isolado e de recente contato (Brasil)
- Terra Indígena habitada exclusivamente por povos isolados
- Terra Indígena com restrição de uso
- Terra Indígena com registro de povos isolados
- Reserva Territorial para povos isolados e de recente contato (Peru)
- Proposta de Reserva Territorial para povos isolados e de recente contato (Peru)
- Territórios indígenas reconhecidos oficialmente
- Territórios indígenas sem reconhecimento oficial
- Área natural protegida (Peru) e Unidades de Conservação (Brasil)
- Hidrografia
- Rodovia
- Sede Municipal
- Capital Estadual
- Limite Estadual
- Limite Internacional

Fontes
 Terras Indígenas no Brasil - FUNAI, 2017
 Territórios Indígenas na América Latina e Áreas Naturais Protegidas - RAISG, 2018
 Limites Estadual Sedes Municipais e Capitais - IBGE, 2018
 Rodovias - DNIT, 2018
 Ferrovias - ANTT, 2018
 Hidrografia - ANA, 2108
 Limite Internacional - GeoSUR, 2016

Realização

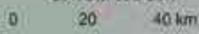
Parceria

Apoio



Elaborado em 04/2019

Sistema de Coordenadas Geográficas
 DATUM WGS84





ÁREA FOCAL PRIORITÁRIA DO PROJETO

TERRA INDÍGENA	POVOS	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO	ÁREA
Kawahiva do Rio Pardo	Isolados	Desconhecida	Declarada	411.844 hectares
Piripkura	Isolados	Desconhecida	Restrição de Uso	242.500 hectares

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM INTERFACES NAS AÇÕES DO PROJETO

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	POPULAÇÃO	DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO	ÁREA
Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt	Sem dados consolidados	Decreto nº 59/2015	164.244 hectares
Reserva Biológica Jaru	-	Decreto nº 51.024/1961	353.335 hectares



Isolados Kawahiva do rio Pardo em registro de vídeo feito pela FPEMJ-Funai



OS KAWAHIVA DO RIO PARDO¹

A história dos isolados Kawahiva do rio Pardo revela a luta de um povo indígena para sobreviver diante das pressões que avançam sobre seus territórios, destruindo suas áreas de ocupação tradicional e recursos naturais fundamentais para a sua existência, além de espaços significativos do ponto de vista ritual e cosmológico. Um dos últimos povos Kawahiva em situação de isolamento, o grupo do rio Pardo é ainda hoje vítima de frentes de exploração florestal que têm como principais práticas a invasão e grilagem de terras públicas, o desmatamento ilegal e a pecuária extensiva. A Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena (FPEMJ) trabalha atualmente com 13 registros de indígenas isolados no noroeste do Mato Grosso, sudeste do Amazonas e sudoeste do Pará². Um desses registros é o do povo Kawahiva do rio Pardo.

1. Texto adaptado a partir da Edição #03 do Boletim Povos Isolados na Amazônia: “Isolados do Rio Pardo: a história de sobrevivência do último grupo Kawahiva” (disponível no endereço <https://bit.ly/3inc4rE>).

2. A área de jurisdição da FPEMJ abrange os municípios de Alta Floresta, Apicás, Colniza, Rondolândia, Aripuanã e Cotriguaçu, no Mato Grosso; Nova Aripuanã, Apuí e Maués, no Amazonas; e Jacareacanga, no Pará.



PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A publicação da Portaria Declaratória da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, pelo Ministério da Justiça, em 20 de abril de 2016, foi um importante passo para o Estado garantir as condições de sobrevivência e de autonomia desse povo, mas não significou a conclusão do processo, iniciado há, pelo menos, 18 anos, quando a área foi interditada pela Funai, em 2001.

A delimitação do território de ocupação tradicional dos Kawahiva aconteceu em março de 2007, após aprovação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da TI Kawahiva do Rio Pardo. O acesso de pessoas não autorizadas à área de aproximadamente 412 mil hectares foi restringido, gerando inúmeras contestações por parte de pretensos proprietários de terras da região. Em abril de 2013, a Funai finalmente concluiu o parecer sobre o RCID e encaminhou-o para apreciação do Ministério da Justiça.

Em 24 de julho de 2013, o Ministério Público Federal (MPF) conseguiu, por meio de uma decisão judicial, obrigar a Funai a concluir a demarcação da TI Kawahiva. Em resposta a uma ação civil pública movida pelo MPF em 2010, a 2ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso decidiu que a União e o órgão indigenista deveriam entregar em 30 dias um cronograma de trabalho dos atos que seriam realizados para a conclusão do processo. O documento afirma ainda que a área objeto da demarcação sofria com invasões e outros problemas decorrentes da morosidade estatal: “Várias famílias de migrantes estavam reivindicando assentamento, além de estar ocorrendo a abertura de estradas no entorno da área, fatos que podem acarretar grande prejuízo e perigo de vida aos índios isolados”.

Seguindo o rito administrativo previsto no Decreto nº 1775/1996, que regulamenta o procedimento administrativo de demarcação de Terras Indígenas no Brasil, após a etapa de declaração dos limites tem início o trabalho de demarcação física da área, que envolve a materialização dos marcos, o georreferenciamento e também é acompanhado do levantamento fundiário, avaliação de benfeitorias e realocação de ocupantes não indígenas.

Durante o ano 2018, foi concluído o levantamento fundiário que teve como objetivo avaliar as benfeitorias implantadas por não indígenas em imóveis inseridos nos limites da área, numa operação executada em locais e vias de difícil acesso. Também foram realizadas ações de fiscalização de forma conjunta entre Funai e Ibama. Em dezembro, terminou a etapa de intimação e desocupação de não indígenas. De acordo com a Funai³, os cinco ocupantes não indígenas da TI Kawahiva do Rio Pardo se retiraram.

A situação fundiária atual da Terra Indígena é declarada, faltando ainda a homologação pela Presidência da República, última fase do processo. O que não quer dizer que os Kawahiva do rio Pardo estarão a salvo das ameaças que os cercam,

3. Notícia publicada em dezembro de 2018. “Funai apresenta avanços na Proteção dos Índios Isolados da TI Kawahiva do Rio Pardo, no Mato Grosso” (<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5158-funai-apresenta-avancos-na-protecao-dos-indios-isolados-da-ti-kawahiva-do-rio-pardo>).

que invadem e que avançam sobre as barreiras “oficiais”. Cabe ao Estado assegurar a efetiva regularização fundiária e fortalecer as ações de monitoramento e fiscalização da área.

ARCO DO DESMATAMENTO

A Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo se insere no centro do chamado “arco do desmatamento”, região que possui os maiores índices de derrubadas e degradação florestal do país e, por consequência, que também concentra elevado grau de conflitos fundiários. O norte mato-grossense, especialmente na divisa com o estado do Amazonas, apresenta o maior índice (absoluto e proporcional) de desmatamento ilegal continuado na Amazônia brasileira, e também altos índices de assassinatos relacionados a conflitos no campo do Brasil.

Isso se explica pelo modo como se deu – e ainda se dá – a ocupação não indígena da região, caracterizada pelo avanço de grupos ligados ao setor madeireiro, à grilagem de terras, ao agronegócio e ao garimpo.

Segundo os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes) e do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) no período de 1997 a 2004, um dos maiores avanços do desmatamento na Amazônia para a abertura de novas fronteiras, principalmente no período de 2003 a 2004, foi registrado na região onde se localiza a Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, tendo os municípios de Colniza e Aripuanã na liderança.

Um dos últimos povos Kawahiva em situação de isolamento, o grupo do rio Pardo é ainda hoje vítima de frentes de exploração florestal que têm como principais práticas a invasão e grilagem de terras públicas, o desmatamento ilegal e a pecuária extensiva.





Serra
Três Dedos,
TI Kawahiva do Rio
Pardo

DISPUTA DE PODER

Quando a Funai interditou, em 2001, parte do território que hoje é a TI Kawahiva do Rio Pardo, a oposição das empresas madeireiras da região foi imediata. A Sul Amazônia Madeiras e Agropecuária Ltda (Sulmap), empresa que se auto intitula “possuidora” de terras na área da TI delimitada, e outros representantes do agronegócio local e estadual, como a Associação dos Proprietários Rurais de Colniza (APCR) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (Famato), além de políticos do município de Colniza, fizeram pressão sobre o órgão, na tentativa de suspender a portaria que impedia a empresa de explorar a área.

À época, a Funai enfrentava dificuldades para sustentar a portaria que estabelecia a restrição de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros do órgão na área, por falta de registros dos contatos visuais com os Kawahiva. Após a realização dos primeiros estudos antropológicos, em 2005, foram encontrados diversos vestígios, como acampamentos provisórios, ferramentas e armadilhas de caça muito recentes, que puseram fim às dúvidas em relação à existência daquele povo e de sua permanência naquele território.

FORÇA BRUTA

Segundo o coordenador geral da Operação Amazônia Nativa (Opan), Ivar Busatto, a frente de expansão pecuária é o que mais pressiona os Kawahiva do Rio Pardo. “Eles tomam posse para aumentar seu faturamento e, na maioria das vezes, esse processo se dá de forma ilegal. De um modo geral, o Mato Grosso ainda é um estado que utiliza a força bruta: chega, derruba a mata e ocupa, tudo ilegalmente”, denuncia. Segundo ele, falta na região uma forte presença do Estado, principalmente para equilibrar as relações quando há conflitos de interesses. “Os conflitos fundiários e por recursos naturais, como madeira e minerais, são muito grandes. Mas são raras as ações de controle, fiscalização e algum ordenamento nas ocupações. Para o povo Kawahiva sumir dessa região não é difícil”, afirma Busatto.

Entre novembro e dezembro do mesmo ano, uma operação conjunta entre a Polícia Federal (PF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Operação Rio Pardo, prendeu 35 pessoas acusadas de grilagem de terras e desmatamento dentro da área. Além destas, foi decretada a prisão temporária de outras 75 pessoas, entre empresários, madeireiros, grileiros, pistoleiros, membros da Associação de Colniza e funcionários da Sulmap.

Em 2007, diante da intensidade das invasões de grileiros na TI Kawahiva do Rio Pardo e do risco de extermínio dos Kawahiva, a Funai chegou a tentar o contato com o grupo, mas a expedição retrocedeu diante de reiterados sinais de recusa dos indígenas. Em anos recentes, as invasões de madeireiros e grileiros tem se intensificado novamente, estimuladas pelo contexto de ataques aos direitos indígenas em âmbito nacional e de escassez de recursos humanos e orçamentários do órgão indigenista.

O RCID da TI Kawahiva do rio Pardo atesta que a área delimitada pelos limites sul (rodovia MT-206), sudeste (entre o rio Pardo e o igarapé São Tomé) e sudoeste (Água Branca e igarapé Pagão) “é fundamental para impedir o avanço da exploração madeireira e a continuidade da predação sistemática dos recursos naturais necessários ao bem-estar dos Kawahiva isolados do rio Pardo”. Segundo Candor, a partir da rodovia MT-206 foram abertos cerca de cinco ou seis ramais, as chamadas estradas vicinais, que levam justamente em direção à TI. “Estes são os pontos mais críticos, onde ocorrem as principais invasões”.

AGUADOS PELA EXPLORAÇÃO

A região compreendida entre os cursos médios dos rios Guariba e Aripuanã foi alvo de diferentes levas de exploração econômica – seja de forma lícita ou ilícita – entre os anos de 1930 e 2000. Além disso, é caracterizada pela ocupação desordenada do solo, pela grilagem de terras públicas, pelo desmatamento intensivo e pela incipiente presença do Estado.

Estudos historiográficos apontam que caucheiros, seringueiros, copaibeiros, “gateiros”, garimpeiros e madeireiros penetraram na região pela calha do rio Madeira (desde o Amazonas), subindo o rio Tapajós e depois o rio Aripuanã, e daí atingindo o rio Guariba. No passado recente, a ocupação madeireira foi a principal responsável pela “delimitação” do território atual dos Kawahiva do rio Pardo, e também foi por meio dela que vieram à luz as primeiras informações sobre a presença desse grupo na região.

Além da exploração madeireira, a pecuária é outra frente que avança pelo estado de forma desenfreada. O “desenvolvimento” do noroeste do Mato Grosso foi e ainda é baseado também na pecuária extensiva, com a presença de grandes latifúndios. Aliadas a características locais de relevo e clima, políticas de incentivo tem favorecido a pecuarização. Na região, a atividade está intimamente ligada ao

desmatamento em grande escala, ao uso de mão de obra em condições análogas à escravidão, violência e omissão estatal.

De acordo com o RCID da TI Kawahiva do Rio Pardo, foi a partir da abertura da rodovia MT-206, na década de 1980, que o território dos isolados Kawahiva passou a ser mais intensamente explorado, levando o grupo a refugiar-se nos contrafortes da Serra Morena (ou Grande), local mais inacessível à penetração dos pesquisadores e exploradores de madeira.

Depois de junho de 1999 – quando a Funai identificou os primeiros vestígios da existência do povo Kawahiva no rio Pardo –, equipes do órgão realizaram dezenas de expedições dentro e fora da área. Foram identificados 45 acampamentos provisórios, duas malocas (habitações permanentes) e três capoeiras, e também registrado o avanço da ação de madeireiros e fazendeiros. Algumas clareiras antigas localizadas na mata sugerem que, em gerações passadas, eles provavelmente tinham assentamentos estáveis, onde cultivavam milho e mandioca, em uma vida mais sedentarizada.

Devido à situação imposta pelas “correrias”, os isolados do rio Pardo abandonaram a prática dos roçados, por segurança e precaução. A última roça do seu território foi achada há mais de 30 anos, nas obras para a construção da MT-206. Desde então, de acordo com o RCID, os Kawahiva adotaram um estilo de vida “nômade”, erguendo pequenos acampamentos temporários para as atividades de coleta, pesca e caça de pequenos animais.

A existência de brechas legais que permitiram a grilagem de terras e o desmatamento dentro da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo representa até hoje a maior ameaça à integridade dos isolados. O RCID atesta que, em função do estado de fuga permanente a que estão submetidos, os indígenas que ali habitam atingiram um alto grau de especialização em se deslocar por todo o território. E este conhecimento é a “vantagem comparativa” que possuem sobre seus concorrentes (principalmente os madeireiros e grileiros) e, por isso, conseguiram sobreviver até hoje.

SOBREVIVENTES

Apesar da enorme pressão que vêm sofrendo, sobretudo nos últimos quinze anos, as evidências coletadas por meio de trabalhos sistemáticos de localização e monitoramento demonstram que os Kawahiva têm conseguido manter três gerações de descendentes (avós, pais e netos). Segundo os dados coletados pelas equipes da Funai, possivelmente o grupo indígena é composto hoje por pelo menos duas famílias. Em filmagem realizada pela Funai de um avistamento fortuito durante expedição em 2012, amplamente divulgada em veículos de comunicação, é possível contar 12 indivíduos (2 deles, crianças), mas a população kawahiva em isolamento pode ser maior.

“Se o Estado brasileiro lhes garantir a segurança necessária, temos a



Desmatamento, avanço da pecuária e estradas que levam madeira retirada ilegalmente de dentro da terra indígena



absoluta certeza que os Kawahiva do Pardo experimentarão um crescimento demográfico significativo, a exemplo do que ocorreu com os Zo'ê do Amapá”, enfatiza o RCID. Este documento frisa ainda que, sem segurança nas áreas de entorno da TI, os isolados não retomarão seu padrão tradicional de reprodução sociocultural, que tem nas roças a sua base. “Esta é uma das poucas certezas que os dados disponíveis e expostos até aqui nos dão”, diz o resumo do relatório.

Junto com os Piripkura, os indígenas em isolamento do rio Pardo talvez sejam os últimos Kawahiva ainda autônomos. Os povos Amondawa, Uru-eu-wau-wau, Karipuna, Jiahui, Parintintin e Tenharin também são falantes de línguas Tupi-Kawahib. Outrora, todos esses povos dominavam extensos territórios entre o noroeste de Rondônia, o noroeste do Mato Grosso e o sul do Amazonas. Os Kawahiva do rio Pardo e os Piripkura seriam, portanto, os últimos sobreviventes de povos que foram dizimados por décadas de exploração e de ocupação violenta de seus territórios.

Se o Estado brasileiro lhes garantir a segurança necessária, temos a absoluta certeza que os Kawahiva do Pardo experimentarão um crescimento demográfico significativo, a exemplo do que ocorreu com os Zo'ê do Amapá”

(Trecho do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo)



OS PIRIPKURA⁴

A sudoeste da TI Kawahiva do Rio Pardo, no interflúvio dos rios Branco e Madeirinha (nos municípios de Colniza e Rondolândia), vive outro povo indígena Tupi-Kawahiva em isolamento que sofreu sucessivos massacres no violento processo de colonização recente do noroeste do Mato Grosso. A TI Piripkura, área de cerca de 242,5 ha que se encontra sob restrição de uso desde 2008⁵, é habitada atualmente por dois dos três sobreviventes confirmados até o presente do povo conhecido como Piripkura: Pakyî e Tamandua – a terceira, Imána hea (ou Rita Tupi Kawahib), vive atualmente na TI Karipuna, em Rondônia. Desde 1985, a Funai dispõe de informações de que o restante do grupo teria permanecido em isolamento, no entanto não obteve êxito em localizá-lo até hoje. Segundo relatos coletados naquele ano, este grupo seria composto de cerca de 15 indígenas.

Piripkura é um termo dos Gavião-Ikoleng (que vivem atualmente na TI Igarapé Lourdes) que significa 'borboleta', pelo qual eles denominam o povo Kawahiva em isolamento do rio Madeirinha, por se deslocar muito rápido. As primeiras informações sobre a língua falada pelos Piripkura foram levantadas pela Operação Amazônia Nativa (Opan) por ocasião do contato com alguns dos membros desse povo indígena em 1985.

Especula-se se eles fariam parte de um mesmo grupo com os Kawahiva do rio Pardo, que teria se separado em décadas passadas. Relatos de Rita indicam migrações de seu grupo familiar ocasionadas por massacres realizados por não-indígenas (*tapy'ynha*) antes mesmo do seu nascimento. Em um desses movimentos de fuga, quando sua avó encontrava-se grávida de sua mãe, os Piripkura atravessaram um grande rio, possivelmente o Roosevelt ou o rio Branco. Para o coordenador da FPEMJ, Jair Candor, a hipótese mais provável é que o grupo de Rita teria atravessado há pelo menos 80 anos o rio Branco, ocupando áreas de floresta de rios e igarapés afluentes deste e também do rio Madeirinha. Essa região era ocupada pelos povos Zoró, Arara, Gavião e Cinta Larga, o que levou os Piripkura a fugir também de ataques destes povos, além da pressão exercida por garimpeiros, madeireiros, grileiros e fazendeiros.



BREVE HISTÓRICO

Diversas fontes atestam a ocupação histórica da vasta região entre os rios Tapajós e Madeira por povos Tupi-Kawahib, estendendo-se até o alto Madeira e áreas de interflúvio com o rio Purus. No início do século XX, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) chegou a estabelecer postos indígenas nos rios Madeirinha, Guariba e Alto Aripuanã, e expedição realizada pelo órgão em 1913 constatou três subgrupos Kawahiva na bacia do rio Machado, que seriam os “Parna-uats”, “Taquateps” e “Ipô-uats”, denominados por Tupi-Kawahiva.

A exemplo do que se deu em outras partes da Amazônia, a ocupação não indígena da região no princípio do século XX esteve associada à ascensão da borracha no mercado mundial. Esse movimento gerou grandes “correrias”, a morte e desaparecimento de muitos povos indígenas nos atuais estados de Rondônia e Mato Grosso. Com a queda da borracha no mercado internacional, houve um incremento significativo na exploração ilegal de madeira e na mineração, sobretudo a partir dos anos 1960. O território dos Piripkura foi então mais uma vez invadido, desta vez por garimpeiros e madeireiros. Era grande a movimentação de máquinas e homens na região entre os rios Madeirinha e Roosevelt, e nas cabeceiras dos igarapés habitados pelos Piripkura. Essa movimentação se intensificou com a implantação da Empresa de Mineração Aripuanã LTDA (Emal), que a época explorava cassiterita.

4. Texto adaptado do “Diagnóstico Socioambiental da Terra Indígena Piripkura e entorno, nos municípios de Colniza, Rondolândia e Aripuanã (MT)” (Leila Sotto-Maior e Thiago Mota Cardoso, 2016).

5. As Portarias de Restrição de Uso são um dispositivo acionado pela presidência da Funai para restringir o ingresso e trânsito de terceiros em áreas em que se constate a presença de indígenas isolados, com o intuito de assegurar as condições necessárias para a sua proteção e para a realização de estudos voltados à regularização fundiária de seus territórios. Esse dispositivo é amparado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei nº 6.001/73, pela Lei nº 5.371/67, pelo Decreto nº 1.775/96 e pelo Decreto nº 9.010/2017.

Desde o início da década de 1980, vários registros foram repassados à Funai por organizações indigenistas e pela população regional (trabalhadores de garimpos, seringueiros, dentre outros) sobre a presença de indígenas isolados na região que se estende do extremo noroeste de Mato Grosso a Rondônia, nas bacias dos rios Branco, Roosevelt e Madeirinha. A partir desses registros, e da informação de que uma indígena (Rita) estaria vivendo com a família do gerente da Fazenda Mudança, situada na margem esquerda do rio Branco, no município de Aripuanã, a Funai deslocou um servidor para a área com objetivo de verificar as informações sobre a existência de indígenas isolados e, caso confirmada, desenvolver estudos para a identificação e interdição da área por eles habitada.

A informação repassada por Rita e outros dois Piripkura com quem o indigenista da Funai teve contato em 1985 era de que “no mato” ainda havia entre 15 a 20 pessoas, parentes direto deles. Com a redução de seu grupo, a morte de seu marido Abaeté e de seus dois filhos pequenos, Tapedju'ia e Hete'i, Rita resolvera permanecer na sede da Fazenda Mudança, não retornando mais para a aldeia. Alguns meses depois dela ter se instalado na sede principal da fazenda, alguns desses parentes passaram a visitá-la. O mais assíduo era Ariga, seu pai biológico, chamado pelos não-índios de “Compadre”.

Segundo apurou a Funai, após passar por uma fase de desconfiança e medo, no início da década de 1980 alguns Piripkura começaram a se aproximar das instalações das sedes das fazendas e das colocações de seringueiros, pois se sentiam ao mesmo tempo acuados e com medo, mas curiosos. Durante entrevista realizada em 2016, Rita contou que naquele tempo eles ficavam curiosos com o “subir e descer” dos aviões na sede da Fazenda Mudança, e que se aproximavam sempre em busca de facões, machados, panelas e redes, como já faziam nas colocações dos seringais. Disse também que muitas vezes os funcionários das fazendas deixavam para fora os apetrechos e alimentos como se fossem “presentes”.

Diante dos resultados do levantamento feito em 1985, foi constituído pela Funai um Grupo Técnico com o propósito de identificar o território ocupado por esse povo indígena entre os rios Roosevelt e Madeirinha⁶. Os estudos realizados pelo GT confirmaram e corroboraram a ocupação tradicional e presença continuada dos Piripkura, mas não foram conclusivos quanto à extensão de seu território, tendo em vista dificuldades na realização dos levantamentos em campo – contudo, a proposta inicial tinha superfície aproximada de 437,6 hectares e incluía áreas apontadas por Rita como de moradia de sua família que ficou “no mato”. Apesar da inequívoca presença de indígenas isolados na área estudada, a Funai não prosseguiu com a sua interdição, mantendo apenas orientações de resguardo para que não fossem concedidas quaisquer autorizações de projetos agropecuários, extrativistas ou de outra natureza, até que fosse mantido o contato com o(s) grupo(s) indígenas e aprovados os limites da área.

6. Portaria nº 1.938, de 20 de setembro de 1985.

DESPROTEGIDOS E AMEAÇADOS

A Frente de Contato Madeirinha foi criada em 1988, subordinada ao então Departamento de Índios Isolados, com o objetivo de trabalhar as referências de indígenas isolados “Baixinhos do rio Branco/Fazenda Mudança” (Piripkura) e “Rio Pardo”, no Mato Grosso⁷. Por meio das diversas expedições realizadas pela Funai, foram registrados inúmeros tapiris, roçados, áreas de coleta de mel e outros recursos, com o intuito de levantar a área de ocupação dos Piripkura. Nas atividades realizadas entre 1985 e 1989, foi possível verificar vestígios e tapiris que abrigavam, possivelmente, de 10 a 15 pessoas, contudo a Funai não logrou localizar os indígenas isolados remanescentes da família de Rita, Pakyî e Tamandua.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, a equipe da Funai estabeleceu contato com os indígenas Tikum (um dos nomes conhecidos de Pakyî, que é irmão de Rita) e Mondé-i (Tamandua)⁸. O primeiro desses contatos ocorreu em 1989 e o segundo, em dezembro de 1997, quando Pakyî apareceu doente na Fazenda São Sebastião, nos atuais limites da TI Piripkura.

Todavia, outra situação emergencial acabou por mudar os rumos dos trabalhos da equipe. Informações e notícias sobre o aparecimento de indígenas isolados nas regiões do Pontal do Mato Grosso – entre os rios Juruena e Teles Pires – e entre os rios Guariba e Aripuanã (Kawahiva do Rio Pardo) levaram a Funai a priorizar esses registros e mudar de local a base da Frente de Contato Madeirinha em 1993, deixando a área dos Piripkura desguamecida de proteção. Diante da falta de recursos humanos e financeiros, os trabalhos na região se tornaram mais espaçados e as expedições, focadas no monitoramento dos dois indígenas já encontrados.

Com isso, o território Piripkura se tornou alvo fácil de mais invasões e da exploração ilícita de seus recursos naturais. Foi todo cortado por estradas que davam acesso a fazendas e a pastagens, entre elas a estrada Barradão, que segue em direção a fazenda do mesmo nome na porção leste da TI, e o km 180, a oeste. As denúncias de desmatamento e invasão na região dos rios Madeirinha e Roosevelt aumentavam a cada dia. Diante da extrema pressão sobre o território dos Piripkura e do longo tempo sem avistamentos de Pakyî e Tamandua, em abril de 2007 a Funai investiu em novas expedições de localização para encontrar os dois indígenas⁹. Já havia se passado quase 10 anos sem que o Estado brasileiro tivesse encontros com os dois Piripkura, período em que apenas vestígios eram encontrados (tapiris, artefatos de palha, jiraus, moquéns, trilhas, árvores derrubadas para coleta, dentre outros sinais de sua presença). Os trabalhos foram divididos em quatro etapas

7. Entre 1986 e 1991, os trabalhos de localização de indígenas isolados na região contaram com a cooperação da Opan, por meio do Projeto Kagwahib.

8. Os Tupi-Kawahiva têm mais de um nome durante sua vida, e seu uso pode ser alternado a depender do contexto.

9. Apesar da política de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato do Estado brasileiro ser pautada pelo respeito à opção de isolamento desde 1987, a promoção do contato pela Funai ainda é prevista em casos extremos, quando se constata o iminente risco à vida de indígenas em isolamento.

e os dois foram localizados na última delas, que contou com a participação de Rita e de seu marido, Aripã Karipuna. Pakyî se encontrava muito abatido e doente, o que levou a equipe da Funai a removê-lo para Ji-Paraná, onde foi submetido a cirurgia – após sua recuperação, voltou a viver em isolamento em seu território.

APÓS 20 ANOS, É ESTABELECIDO A RESTRIÇÃO DE USO DA TI PIRIPKURA

Frente à gravidade da situação verificada em campo, com um verdadeiro cerco ao território dos Piripkura e sérios riscos à sua vida, em 2008¹⁰ a Funai finalmente estabeleceu a restrição de ingresso, locomoção e permanência de terceiros sobre uma área de aproximadamente 242,5 mil hectares – 13 meses após o contato realizado em agosto de 2007 e mais de 20 anos depois do primeiro contato entre o órgão e os Piripkura. Desde então, a equipe da FPEMJ permanece em área realizando trabalhos de monitoramento dos Piripkura, proteção da TI e localização de possível(is) grupo(s) da família de Rita, Pakyî e Tamandua que se manteve(iveram) “no mato”. Nesses trinta anos, desde o primeiro levantamento em 1985, foram encontrados mais de 300 vestígios dos Piripkura – cerca de 180 deles fora de seus tapiris e 120 no seu interior e entorno imediato. Contudo, não é possível afirmar se entre os vestígios encontrados estão os daqueles indígenas que se desligaram de Rita e de Pakyî e Tamandua.

Os levantamentos demonstram que Pakyî e Tamandua ainda são muito reticentes ao contato com não-índios (*tapy'ynha*), incorporaram poucos objetos industrializados (apenas facão e machado), continuam sobrevivendo exclusivamente das práticas produtivas tradicionais (caça, pesca, coleta e fabricação de utensílios), deslocam-se no interior de um território bem definido e comunicam-se exclusivamente por meio de sua língua nativa¹¹. Depois do contato em 2007, salvo em três ou quatro situações em que os Piripkura estiveram na Base da Funai para atendimento médico ou em busca de fogo, os indígenas não mostraram interesse em manter um contato sistemático com a equipe e são evasivos quando questionados sobre o restante do grupo.

O último encontro com os Piripkura (Pakyî e Tamandua) se deu em março de 2016 quando, após uma temporada de chuvas muito forte, eles ficaram sem fogo e buscaram apoio na Base da Funai para reacender uma tocha que levam consigo¹². A avaliação realizada por equipe médica da SESAI concluiu que os indígenas se encontravam em bom estado de saúde, não apresentando nenhum sinal de patologias que necessitassem intervenção ou nova avaliação.

10. A Portaria Funai nº 1.154/2008, que previa restrição de uso com vigência de dois anos, foi reeditada por seis vezes, por meio das Portarias nº 1.416/2010; nº 1.264/2012; nº 1.153/2014; nº 785/2016, nº 90/2017 e 1.201/2018 (em vigência).

11. Nesse sentido, a Funai os considera isolados, nos termos do Art. 4 da Lei 6.001/73 (Estatuto do Índio): “os índios são considerados: (...) Isolados - Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional”.

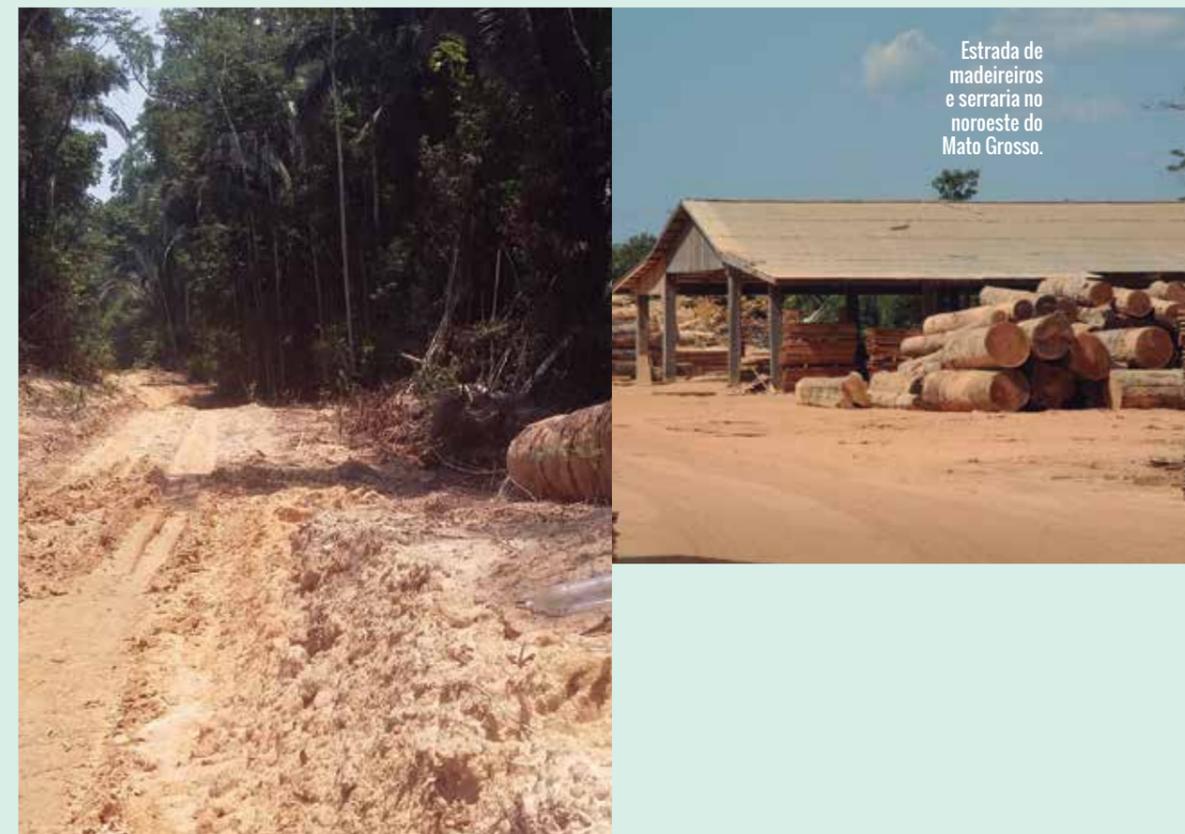
12. A ocasião foi registrada no filme “Piripkura” (2017), documentário dirigido por Mariana Oliva, Renata Terra e Bruno Jorge.

Permaneceram na Base por três ou quatro dias, apenas o tempo necessário para a chegada de profissionais de saúde e avaliação médica, e retornaram para o mato.

O PARADEIRO DOS OUTROS PIRIPKURA

Após o contato de Rita com os trabalhadores da fazenda Mudança (1984) e sua decisão de permanecer entre os não-indígenas, o restante de seu grupo se afastou e não foi mais localizado – à exceção de Pakyî e Tamandua, que mantiveram contato com a Funai alguns anos depois (junho de 1989), mas não sabiam dizer o paradeiro do restante do grupo. Várias hipóteses já foram levantadas sobre o paradeiro do grupo de Rita (mãe, pai, irmãos e tios), mas nenhum fato que pudesse comprovar qualquer uma delas. Nunca foram encontrados vestígios de que, por exemplo, eles tenham sido mortos, mesmo porque, segundo acredita Jair Candor, coordenador da FPEMJ, experiente sertanista e conhecedor da região, um fato desses “correria a boca larga pelo mato e todos saberiam”. Entre 1985 e 1997, foram empreendidas várias expedições na área e encontrados vestígios e tapiris então recentes que denunciavam a ocupação de 15 pessoas.

Diante da pressão extrema das frentes de colonização advindas do sul do país e da falta de ações de proteção por parte do Estado nas últimas décadas, Pakyî e Tamandua construíram suas próprias estratégias de sobrevivência, na tentativa de se resguardar das violências praticadas em seu território. Não se descarta, portanto, a possibilidade de que seus parentes em isolamento também tenham sobrevivido, e continuem se refugiando em áreas cada vez mais escassas de florestas menos pressionadas e invadidas no noroeste do Mato Grosso e Rondônia.



PRINCIPAIS ATIVIDADES

A atuação do projeto na região teve início no ano de 2016, com enfoque na TI Kawahiva do Rio Pardo e na Reserva Extrativista (Resex) Guariba-Roosevelt – única Unidade de Conservação desta categoria no estado do Mato Grosso. As ações desenvolvidas compreenderam o apoio a expedições e sobrevoos de localização de indígenas isolados realizados pela FPEMJ/Funai, além do levantamento e sistematização de informações sobre indígenas isolados junto à população do entorno, contribuindo para a qualificação de registros de indígenas isolados sob jurisdição desta Frente. O trabalho também envolveu a interlocução com moradores da Resex Guariba-Roosevelt, no entorno da TI Kawahiva do Rio Pardo; o levantamento de dados sobre o contexto socioambiental da região; o apoio a ações de monitoramento territorial e fiscalização desta TI; e a colaboração em atividades realizadas na Base Kawahiva, principal ponto de apoio da FPEMJ localizada na Terra Indígena.

O trabalho foi iniciado com uma atividade de reconhecimento e ambientação na TI Kawahiva do Rio Pardo e seu entorno, que proporcionou a permanência na Base Kawahiva, a convivência com a equipe da FPEMJ e o planejamento de ações voltadas à proteção de indígenas isolados na região. Reuniões realizadas com membros da comunidade de seringueiros-castanheiros do Rio Guariba na sede da sua associação marcaram o início do diálogo com as populações do entorno da Terra Indígena. Tanto os servidores da Funai como os ribeirinhos da Resex expuseram diferentes situações de conflito na região, que envolvem distintos interesses de grupos locais e constituem ameaças e pressões sobre o território tradicional dos isolados Kawahiva.



PRESSÃO NA RESEX

Em 2016, as primeiras visitas à sede da Associação de Moradores Agroextrativistas da Resex Guariba-Roosevelt (AMORARR) e as reuniões realizadas com moradores e associados permitiram o contato inicial para o levantamento de informações sobre o contexto socioambiental e econômico da região onde está localizada a TI Kawahiva do Rio Pardo. A sede da associação, localizada na margem esquerda do Rio Guariba¹³, é formada por um galpão de tábuas com espaço para pesagem e depósito de sacos de castanhas do Brasil. Existe ainda um lugar para escritório, além de casas de castanheiros e seringueiros no seu entorno.

Os moradores expressaram preocupações relacionadas a impasses e disputas jurídicas e legislativas no estado do Mato Grosso decorrentes do interesse de grupos econômicos sobre a Resex Guariba-Roosevelt e seus recursos. Esse contexto tem deixado os extrativistas vulneráveis a invasões da área por grileiros e situações de violência que dificultam ou impedem suas atividades econômicas – que exigem o trânsito pela floresta cada vez mais “loteada”, na Resex e seu entorno. Nos últimos anos, a Resex tem sido afetada pela destruição de castanhais ocasionada por desmatamentos em fazendas que estão sobrepostas ao território tradicionalmente ocupado pelos castanheiros.

A Resex Guariba-Roosevelt foi criada por decreto estadual em 1996¹⁴, mas teve seus limites e seu regime de proteção alterados por diversos atos administrativos, legislativos e medidas judiciais ao longo dos anos, por pressão de interesses de ruralistas e madeireiros no estado. Esse quadro de disputas e indefinição tem contribuído para aprofundar conflitos e estimular ocupações ilegais e o desmatamento na área formada por 14 colocações ao longo dos rios Roosevelt e Guariba. Diante do aumento das pressões e expansão das fazendas nas áreas de onde tiram o sustento da castanha e da seringa, os moradores da Resex querem maior proteção para suas áreas e estão também dispostos a apoiar a proteção dos indígenas isolados.

CAPOEIRAS INDÍGENAS

No relatório de identificação e delimitação da TI Kawahiva do Rio Pardo, há várias referências a capoeiras indígenas, nas quais há vestígios de cultivos agrícolas como palmeiras e pimentas, além de fragmentos de cerâmicas indígenas, entre outros vestígios da cultura material indígena da região. Segundo o ex-colaborador da FPEMJ Raimundo Lira Filho, mais conhecido como Tinga¹⁵, os castanheiros e seringueiros da região sempre encontraram essas capoeiras nas matas da Terra Indígena e em seu entorno.

13. Esse rio é divisa do limite noroeste da TI Kawahiva do Rio Pardo e a comunidade é potencial parceira para a construção de uma rede de proteção aos índios isolados. Suas atividades extrativistas possibilitam concomitante a vigilância nesse limite.

14. Decreto nº 952/1996 e, posteriormente, Lei Estadual nº 7.164/99.

15. Experiente mateiro e exímio conhecedor da região, Tinga prestou serviços por quase 20 anos para a FPEMJ, participando de dezenas de expedições de localização e diversas atividades desenvolvidas pela Funai na TI Kawahiva do Rio Pardo. Faleceu em 20 de maio de 2019, deixando inestimável contribuição para a proteção dos isolados do Rio Pardo.

Tinga explicou que muitas delas foram identificadas durante expedições da Funai, e que se caracterizam pela vegetação emaranhada em áreas de clareira com floresta em volta e próximas aos igarapés. Também relatou que já foram encontrados bolos de massa de mandioca conhecidos na Amazônia como “pão de índio” – que, abandonados, endureceram e resistiram dezenas de anos sob o solo.

Durante uma expedição, a equipe da Funai encontrou muitos fragmentos de bordas e bojos de recipientes cerâmicos em uma estrada de terra, aberta há mais de vinte e cinco anos por madeireiros, que hoje serve de acesso a uma fazenda. Alguns fragmentos apresentavam espessuras de até três centímetros, indicando serem de recipientes grandes. Pela caracterização dos vestígios, e sem um exame mais apurado, a equipe concluiu que se tratava de um sítio com passado relativamente recente, de três a cinco décadas, e de uma ocupação permanente ou um acampamento de longa duração¹⁶.

A construção da estrada e as ocupações ilegais ocorridas nas últimas décadas provocaram impacto sobre os vestígios da cultura material indígena do lugar e, conseqüentemente, a destruição de patrimônio histórico da região. Além de constituírem provas irrefutáveis da ocupação tradicional indígena, são indicativos arqueológicos e etnohistóricos que, caso estudados, contribuirão para uma melhor compreensão sobre essa ocupação na região.

INTERLOCUÇÃO REGIONAL

Em 2016, a equipe do projeto empreendeu uma viagem até o município de Apuí, na região sudeste do Amazonas, com o objetivo de dialogar com gestores de áreas protegidas da região e com a população local para o levantamento de dados sobre a presença de indígenas isolados na região de fronteira entre os estados do Mato Grosso, Amazonas e Pará.

Durante as entrevistas com indígenas, garimpeiros, seringueiros, entre outros, foram relatados diversos avistamentos e vestígios de indígenas isolados na região dos rios Sucunduri, Bararati, Maracanã, Juruena, Canumã, São Tomé, entre outros. Também foram colhidas informações sobre diversos povos indígenas¹⁷ da região e conflitos a partir das instalações da empresa seringalista, no início do século XX. O material trouxe ainda um panorama histórico da formação de povoados na região, desde o período da borracha até a formação de fazendas, nas décadas de 1970 e 80.

16. Recipientes de grande circunferência e altura normalmente estão relacionados a ocupações de média e longa duração, pois não são fáceis de carregar em constantes mudanças de locais. Também costumam ser usados para feitura de alimentos, como bebidas de milho ou mandioca, e consumo de grande quantidade de pessoas (Relatório de Edison Rodrigues de Souza, Assistente de Ação do CTI, 2016).

17. Informações diversas sobre os povos Apiaká, Arara, Arara do Guariba, Cinta-larga, Rikbatsa, Munduruku, Kawahiva do Rio Pardo, Tenharin e Pirahã.



Fragmento de cerâmica indígena encontrado na região do entorno da TI Kawahiva do Rio Pardo (acima, à esquerda), corte de seringueira na Colocação Bastos (acima, à direita) e casa de moradores da Resex Guariba Roosevelt.



MOSAICO DO APUI E MOSAICO DA AMAZÔNIA MERIDIONAL

Na viagem da assessoria técnica à região, foi feita uma reunião com representantes do Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (Demuc) na sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA-AM).

As nove Unidades de Conservação que compõem o Mosaico do Apuí integram atualmente o Mosaico da Amazônia Meridional, formado por 40 Unidades de Conservação federais e estaduais nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas, que totalizam mais de 7 milhões de hectares. O mosaico é impactado atualmente pela extração ilegal de madeira, garimpo de ouro, pesca predatória, caça para fins comerciais e grilagem de terras. O município de Colniza (MT) é um dos principais vetores de pressão de grupos de grileiros e madeireiros.

Em 2008, em uma ação realizada na região, os gestores da área receberam informações de que teria havido uma “caçada com uso de cachorros” a indígenas isolados. O grupo estaria a serviço de fazendeiros locais, e a ação teria o intuito de evitar potenciais demarcações de Terra Indígena na região. Embora a Funai não tenha conseguido comprovar a informação, o caso ilustra o contexto de tensão e violência que caracteriza a região e no qual é desenvolvido o trabalho de proteção de povos indígenas isolados da FPEMJ.

No conselho do mosaico, instância de caráter consultivo, são reservadas cadeiras representativas de cada unidade em duas reuniões gerais ao ano. Atualmente, além das Unidades de Conservação, há representações do povo indígena Tenharin e de comunidades tradicionais das Reservas Extrativistas. Apesar de consultivo, o conselho é catalisador de uma gestão compartilhada de recursos que podem viabilizar operacionalmente ações de fiscalização conjuntas, envolvendo órgãos ambientais estaduais e federais. Embora a Funai não seja membro do conselho, a portaria que o criou prevê a possibilidade de colaboração de outros órgãos para contribuir na execução dos seus trabalhos. A participação do órgão indigenista – e, mais especificamente, da FPEMJ – no conselho poderia contribuir para potencializar a proteção da TI Kawahiva do Rio Pardo e seu entorno, no entanto o reduzido número de servidores do órgão na região constitui o principal empecilho para que isso ocorra.

OS “APIAKÁ ISOLADOS” E OUTROS “BRABOS”

No município de Apuí, a conversa com um informante, trouxe importantes informações sobre a presença e deslocamentos de índios isolados na região. Seu avô materno veio do Maranhão no final do século XIX, quando iniciou trabalho em seringal no Tapajós. Posteriormente, fixou-se no rio São Tomé, um tributário do rio Juruena, tornando-se dono de um barracão. Ele disse ter ficado toda sua vida no local e acabou se casando com uma indígena munduruku. Anos depois seus “parentes” Apiaká teriam fundado nessa região a “aldeia Pontal”.

Ele apresentou um panorama de sua história de vida, do trabalho no seringal e das transformações regionais, além de revelar a sua percepção sobre a presença sazonal de indígenas isolados, percebida através de vestígios, rastros e saques em suas roças e casas:

“Todo ano os índios passavam lá. E meu pai morava mais pra baixo de onde eu moro. Onde nós temos casa lá. Porque depois que eu casei meu pai deu aquele lugar lá e foi pra outro mais pra baixo. Aí os índios viviam ali. E todo ano os índios passavam lá em casa e ia na casa de meu pai. Entrava em casa e tirava farinha. Nós achávamos que eram os índios Apiaká, né. Eram os índios do mato. Eles iam ali direto. Aí que foi que esse pessoal, os meus parentes, inventaram de ir pra lá, pro mato pra ver se encontravam com os índios. Já planejando que se encontrasse os índios ia pegar aquela área. Mas eles fizeram as coisas tudo errado (...) ficaram lá atirando, atirando e atirando. Muitos tiros, acho que os índios espantaram com aqueles tiros e nunca mais esses índios apareceram. Nunca mais voltaram. Todo ano eles passavam duas vezes. Ninguém sabia de onde eles vinham ou pra onde iriam. Mês de agosto eles passavam, quando era outubro passavam de novo. Ninguém sabe se eles iam pra ponta do Mato Grosso ou da onde que vinham. Ali era um ponto de eles passearem, caçarem...”

Na sua visão, a ausência de aparições no entorno da aldeia Pontal,



Rio Guariba
(acima, à direita)
e Comunidade Zig Zag
(ao lado e acima,
à esquerda).



possivelmente provocada pelo episódio de tiros de espingardas citado acima, e, posteriormente, os indícios da presença indígena nos rios Bararati e Sucunduri, evidenciam o deslocamento desses indígenas isolados na região: *“Depois que esse pessoal andou lá matando arara, os índios sumiram, nunca mais se viu vestígios de índios, nem nunca mais eles passaram lá. Pois é, com o passar dos anos a gente passou a ver vestígios do outro lado do Amazonas. Eu acho que esses índios mudaram para esse lado daqui, né, na área de Juruena, Bararati, Sucunduri. Eles estão nessa área aqui. No começo do ano passado, no final do verão, começo de inverno, foi um pessoal tirar copaíba para lá pra dentro do rio Bararati, e viram um lugar onde fizeram um fogo, assaram alguma coisa pra comer. E não foi civilizado não. Foram os índios”.*

O informante relata sobre uma incursão de garimpeiros na região, que retornaram do mato dizendo ter percebido a presença de “índios brabos” pelo caminho. As informações foram passadas por um rapaz que esteve na região do rio Sucunduri e teria, juntamente com um companheiro, encontrado um grupo de cinco indígenas que correu no encalço da dupla empunhando bordunas. A dupla teria saído do local em rápida fuga, pois o barco estava próximo. Com muito medo, navegaram todo o dia e parte da noite até se sentirem seguros.

Ele acredita que se trata de indígenas Apiaká isolados, pois já foi encontrado um artefato deles em uma estrada de seringa, reconhecido por uma anciã como sendo um instrumento musical. O artefato teria sido construído a partir de um tipo

de coco, havia três orifícios e uma haste de madeira: “Às vezes eles deixavam as coisas de palha que faziam, deixavam amarrado de envira. Deixavam na roça, no quintal da casa, assim. Às vezes deixavam na estrada de seringa. Nós achávamos e levávamos. Um dia, achei um negócio assim, achei que era um coco, tipo um coco assim e tinha um pauzinho assim. Aí aquele coco, aquela cabecinha tinha até um buraco assim, aquilo era um instrumento, né. Eu dei até para o fulano levar para mãe dele”.

O informante explicou que nunca houve um contato direto com eles, mas sim uma conduta, uma espécie de código silencioso entre as partes, através da qual eram “fornecidos”, da parte dos contatados, alguns alimentos, principalmente farinha de mandioca. Também lembrou que na “época do seringal” houve cisões e esses grupos se recusaram a permanecer com os seus parentes Apiaká que foram compulsoriamente inseridos na empresa seringalista no início do século XX.

EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O projeto promoveu diversas reuniões de planejamento com as comunidades ribeirinhas do Rio Guariba e uma oficina de Educação Socioambiental com a população de castanheiros e seringueiros da Resex Guariba-Roosevelt, entorno da TI Kawahiva do Rio Pardo.

Na Escola Municipal Trilha do Saber, na Comunidade São Lourenço, Veri Katukina, então chefe de serviço da FPEMJ, ressaltou a necessidade de diálogo para o conhecimento, por parte das comunidades, sobre os trabalhos desenvolvidos pela Funai e, principalmente, sobre quem são os isolados Kawahiva que circulam principalmente na microbacia do rio Pardo, tributário da margem direita do rio Guariba.

Também foi apresentada uma palestra intitulada “Panorama Histórico da Indústria Seringalista no Noroeste do Mato Grosso Aripuanã/Colniza”¹⁸, com o intuito de provocar uma reflexão sobre a complexa situação atual na região, com a presença precária do Estado, novos segmentos sociais, aprofundamento da violência, grilagem de terras, exploração ilegal de madeira e os riscos à vida dos isolados. No debate, os mais velhos contaram histórias dos seus pais ou avós, reativando memórias pessoais e coletivas. Os ribeirinhos expressaram ainda a necessidade de mais eventos e ações com o objetivo de construir aportes para seu fortalecimento político e o enfrentamento de conflitos socioambientais.

18. Parte da apresentação teve como base material cedido pelo antropólogo Gilton Mendes dos Santos: “A frente extrativista no Aripuanã e os Arara do Rio Branco”.



TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

Em uma reunião com a comunidade Zig Zag¹⁹, as famílias descendentes dos primeiros colonos que chegaram ao rio Guariba, vindos do Amazonas para trabalhar nos seringais, também debateram sobre temas relacionados ao contexto socioeconômico e ambiental da Resex e seu entorno. Os mais velhos relataram histórias do passado, de quando encontravam vestígios de indígenas isolados, principalmente na região do Rio Pardo. Alguns moradores antigos acreditavam se tratar dos Cinta-larga. Porém, a liderança Valmir Ferreira Santos, ao resgatar as suas lembranças desses encontros, explicou que, pelo local das ocorrências, já se tratava de indícios dos atuais Kawahiva:

“Nós mesmos, quando dizíamos ‘vamos para o Rio Pardo’, diziam: ‘ah não, pra lá eu não vou não. Lá eu vi rastro de índios novinho na praia. Não carece...’ aí outro dizia: ‘não rapaz, tem perigo não. É o mesmo Cinta-larga daqui’. E nós pensávamos também. Porque não tinha estrada, não tinha nada. Eu pensava... porque eles andavam muito, né? Índio anda muito. Eu pensava que eles faziam isso daí, comiam um tracajá. Aí: ‘ah, rapaz, eu vi na praia, rastro de criança, vi tudo. Aí rastro de criança novinho. Acho que eles comeram tracajá’. Porque no Rio Pardo tem área de tracajá também. (...) Tinha

19. A denominação do assentamento ribeirinho se originou das curvas que o rio construiu nesse trecho de seu leito.

uma estrada de seringa na ponta. Todo verão eles [seu tio e outros moradores do lugar] iam lá tirar seringa. Eles trepavam lá em cima, mas nunca fizeram nada de mal, né? Mas sabia que eles estavam andando ali”.

Valmir e outros ribeirinhos também destacaram a existência de cerâmicas indígenas nas áreas das colocações. Para o então assessor do projeto do CTI, Edison Rodrigues de Souza, a arqueologia no Rio Guariba, ainda inexplorada, pode servir para envolver a comunidade e se revelar como elemento de memória e conhecimento sobre o passado indígena local e sua ocupação no território. “Também pode ser estratégico para a gestão e defesa da área da Resex, tanto para preservação do patrimônio existente, como para a garantia de proteção à população ribeirinha que ali ocupa e vive desde o período de início da exploração dos seringais nessa região”.

INTERAÇÃO COM EXTRATIVISTAS NA BASE KAWAHIVA

Em maio de 2017, aconteceu o primeiro encontro coletivo entre a comunidade ribeirinha da Resex Guariba Roosevelt e a equipe da FPEMJ. O objetivo da reunião, realizada na Base Kawahiva, na TI Kawahiva do Rio Pardo, foi estreitar relações que se dão desde o início dos trabalhos de localização de indígenas isolados realizados pela Funai, para promover a proteção territorial e dos recursos naturais da região. O evento contou com a participação de cerca de 80 pessoas de distintas colocações do Rio Guariba, que vivem na divisa oeste e noroeste da Terra Indígena.

Primeiramente, foi apresentado o histórico de atuação da FPEMJ/Funai na região, principalmente com relação à localização e monitoramento dos isolados Kawahiva do Rio Pardo. De forma colaborativa, foi elaborado um plano de atividades a serem desenvolvidas pela Frente e as comunidades. A apresentação de filmes, como o registro de um encontro fortuito com os isolados Kawahiva do Rio Pardo²⁰, propiciou o debate sobre a colonização na Amazônia e os impactos sobre as populações indígenas nas décadas de 1970 e 1980.

“Teca”, um dos moradores no Rio Guariba, afirmou que a comunidade tem preocupação com a situação fundiária da Resex. Frisou a importância dos ribeirinhos adquirirem conhecimentos em georreferenciamento e cartografia, para poderem ter maior clareza sobre a área que ocupam e podem utilizar.

Veri Katukina falou sobre o processo de demarcação da TI Kawahiva do Rio Pardo e das ações de proteção desenvolvidas pela FPEMJ, voltadas aos isolados Kawahiva do Rio Pardo e aos Piripkura. Jair Candor complementou discutindo sobre a tensão que domina a região e as ameaças que recaem sobre eles desde o início dos trabalhos da equipe da Funai na década de 1990.

20. Foi apresentado um filme produzido pela equipe da Funai sobre os trabalhos em expedições no interior da Terra Indígena, e uma reportagem veiculada em televisão aberta em 2012, quando foi revelada, pela Funai, a filmagem de encontro fortuito da equipe da FPEMJ com os Kawahiva do Rio Pardo durante uma expedição de monitoramento.

As áreas de fazendas que incidem sobre a Terra Indígena são todas originadas a partir de “posses” ilegais, e até hoje nenhum “proprietário” conseguiu comprovar a legalidade de sua ocupação, no decorrer do processo de regularização fundiária da TI Kawahiva do Rio Pardo. Além das irregularidades fundiárias das fazendas, foi a partir delas que a extração ilegal de madeira avançou para o interior da microbacia do Rio Pardo, colocando sob ameaça a vida dos indígenas isolados. Foi nesse contexto que chegaram à Funai as primeiras informações sobre a existência dos Kawahiva e, ao mesmo tempo, sobre as pressões e ameaças à sua vida.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela FPEMJ desde a década de 1990 para proteger os isolados do Rio Pardo e seu território, os efeitos desse trabalho foram notados por meio das expedições de monitoramento. Os Kawahiva passaram a permanecer mais tempo em uma determinada região, reocupando tapiris e acampamentos que estavam abandonados há alguns anos, sinais de que a redução da presença de invasores no interior da área proporcionou maior segurança ao grupo.

Durante a reunião, foram apresentados e discutidos os principais pontos de invasões, a partir de mapa com as delimitações da TI Kawahiva do Rio Pardo e da Resex Guariba Roosevelt. As regiões mais vulneráveis da Terra Indígena, com desmatamentos, grilagem de terra e atividades de retirada ilegal de madeira estão nos limites de fazendas e da Resex. Também foram mostradas imagens de diversos vestígios e acampamentos dos isolados Kawahiva do Rio Pardo e dos Piripkura, encontrados e registrados desde o início dos trabalhos da Funai na área.

A coordenação da FPEMJ avaliou que a realização do evento foi de fundamental importância para a formalização da relação entre a Funai e a Comunidade do Rio Guariba. Foi a primeira vez que houve um encontro envolvendo essa população no interior da Terra Indígena, e na Base Kawahiva, uma espécie de ‘quebra do gelo’, pois a população em geral tem pouca ou quase nenhuma aproximação com a Base, devido às tensões do trabalho de fiscalização e das hostilizações de madeireiros, fazendeiros e ‘guaxebas’ aos membros da equipe da Funai”.

Os ribeirinhos destacaram que o primeiro encontro apontou as possibilidades de aprofundamento das relações com a Funai, e a importância de serem apoiados em suas demandas, criando, assim, as condições para a parceria na proteção dos territórios dos isolados Kawahiva.

 **Nós mesmos, quando dizíamos ‘vamos para o Rio Pardo’, diziam: ‘ah não, pra lá eu não vou não. Lá eu vi rastro de índios novinho na praia.**

VALMIR FERREIRA SANTOS, liderança da comunidade ribeirinha Zig Zag

OFICINA DE CARTOGRAFIA COM EXTRATIVISTAS DA RESEX

Para atender a demanda apresentada pelos comunitários do rio Guariba e pela FPEMJ, foi realizada, na Base Kawahiva, em outubro de 2017, uma capacitação em técnicas e metodologias de mapeamento. Desde o início de 2016, em reunião com as comunidades, apareceu o desejo de formação em confecção e leitura de mapas, bem como sobre o uso de GPS. A coordenação da Frente também desejava investir na qualificação dos seus colaboradores.

A Resex Guariba Roosevelt tem seus limites tangenciando a região Noroeste e Norte da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, sendo um lugar estratégico para se pensar parcerias e colaborações de sua população com a FPEMJ, de maneira a potencializar suas próprias demandas de fiscalização ambiental, e visando dificultar invasões, principalmente de madeireiros, em ambas as áreas.

Ailton Pereira dos Santos, professor na escola da Comunidade do Rio Guariba, fez uma apresentação sobre a história das comunidades, abordando principalmente sua formação, a criação da Resex, a situação geral atual da economia baseada na coleta de castanha e do látex. Destacou as dificuldades logísticas que enfrentam para escoar os produtos extraídos da floresta, e a preocupação com o sustento das comunidades. Falou sobre os conflitos que acontecem desde antes da criação da Resex, e das invasões em uma parte do território que se encontra nas mãos de grileiros. Também reclamou dos políticos que há anos vêm atacando a Resex com projetos que visam diminuir sua área e beneficiar os invasores.

A discussão em torno dos entendimentos e conceitos sobre mapa, cartografia, mapeamento e seus usos produziu algumas definições do grupo de participantes do curso: “mapa é o domínio que se tem do espaço” ou ainda “mapa é o conhecimento do espaço, com desenho ou não”. Foram abordadas as “noções de direções” para uso em cartografia, como os pontos cardeais e colaterais, e o uso da Rosa dos Ventos. Também foram discutidos os conceitos de longitude e latitude para, ao final, mostrar com se dão as coordenadas geográficas de um ponto registrado no aparelho GPS. A visualização dos pontos marcados sobre as imagens de satélite disponíveis no Google Earth foi apresentada como uma alternativa aos programas de mapeamento mais complexos.

O último dia do curso foi dedicado à confecção de um mapa da Resex e seu entorno. Os ribeirinhos comentaram que, pela primeira vez, estavam todos juntos discutindo e visualizando em um mapa os pontos de conflitos e invasões da área.

Base Kawahiva, da FPEMJ/Funai



Oficina de cartografia com extrativistas da Resex Guariba Roosevelt.



Participantes do encontro entre moradores da Resex e equipe da FPEMJ/Funai, na Base Kawahiva.



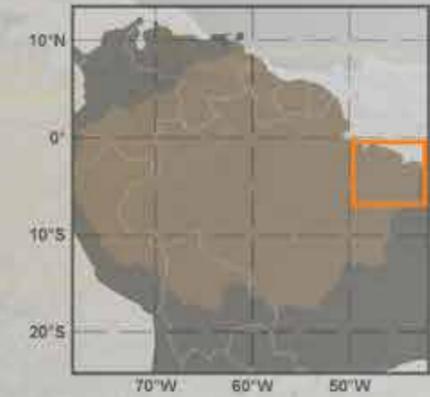
2.4.

MARANHÃO

Terra Indígena Araribóia
Terra Indígena Awá
Terra Indígena Caru

Proteção e Isolamento em Perspectiva

Maranhão



Legenda

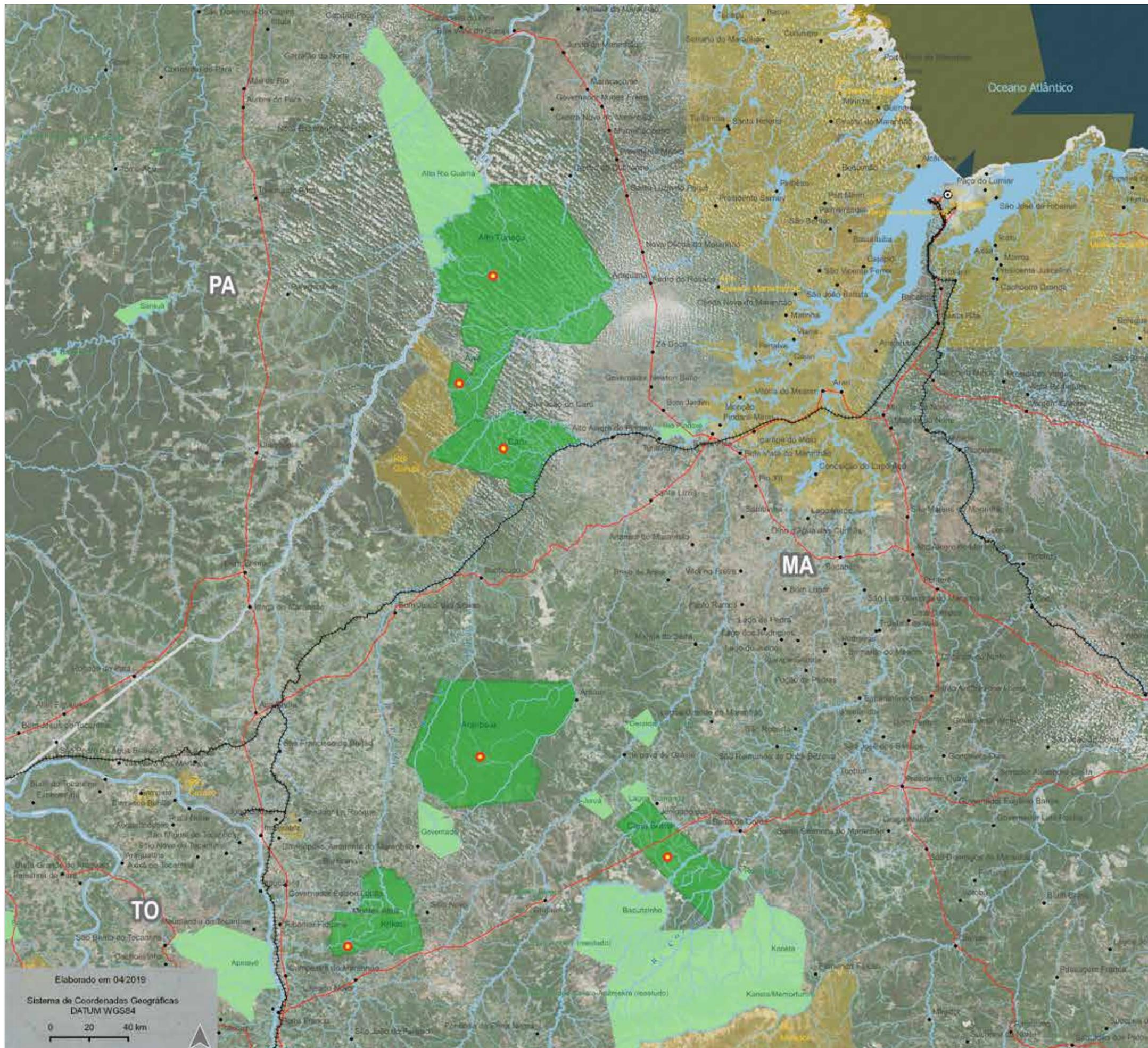
- Terra Indígena habitada exclusivamente por povos isolados
- Terra Indígena com restrição de uso
- Terra Indígena com registro de povos isolados
- Reserva Territorial para povos isolados e de recente contato (Peru)
- Proposta de Reserva Territorial para povos isolados e de recente contato (Peru)
- Territórios indígenas reconhecidos oficialmente
- Territórios indígenas sem reconhecimento oficial
- Área natural protegida (Peru) e Unidades de Conservação (Brasil)
- Hidrografia
- Rodovia
- Sede Municipal
- ⊙ Capital Estadual
- Limite Estadual
- Limite Internacional

Fontes
 Terras Indígenas no Brasil - FUNAI, 2017
 Territórios Indígenas na América Latina e Áreas Naturais Protegidas - RAISG, 2018
 Limites Estaduais, Sedes Municipais e Capitais - IBGE, 2018
 Rodovias - DNIT, 2018
 Ferrovias - ANTT, 2018
 Hidrografia - ANA, 2108
 Limite Internacional - GeoSUR, 2016

Realização

Parceria

Apoio



Elaborado em 04/2019

Sistema de Coordenadas Geográficas
 DATUM WGS84

0 20 40 km

An aerial photograph of a large outdoor lumber yard. The ground is dry and dusty, with numerous stacks of cut logs and lumber arranged in neat piles. A small orange tractor is visible in the lower right quadrant, moving through the yard. The perspective is from directly above, showing the layout of the stacks and the surrounding terrain.

Os Awá-Guajá isolados e de recente contato e seus vizinhos Guajajara e Ka'apor estão cada vez mais acuados diante das diversas pressões sobre seus territórios, dentre empreendimentos de infraestrutura, iniciativas formais voltadas à exploração de recursos naturais e atividades ilícitas, notadamente a exploração madeireira.

ÁREA FOCAL PRIORITÁRIA DO PROJETO

TERRA INDÍGENA	POVOS	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO	ÁREA
Awá	Awá Guajá Isolados	90	Regularizada	116.583 hectares
Caru	Awá Guajá Guajajara Isolados	400	Regularizada	172.667 hectares
Araribóia	Guajajara Isolados	5317	Regularizada	413.288 hectares

OUTRAS TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM INTERFACES NAS AÇÕES DO PROJETO

TERRA INDÍGENA / UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	POVOS	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO TI / DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO UC	ÁREA
Alto Turiaçu	Awá Guajá Ka'apor Tembé	1500	Regularizada	530.525 hectares
Rio Pindaré	Guajajara	1789	Regularizada	15.003 hectares
Alto Rio Guamá	Tembé Ka'apor	1727	Regularizada	279.898 hectares
Reserva Biológica do Gurupi	-	-	Decreto nº 95.614/1988	271.197 hectares

Fontes de dados populacionais: Funai, 2018 (TI Awa); Associação Wirazu, 2018 (TI Caru); Funasa, 2010 (TI Araribóia); Sesai, 2013 (TI Alto Turiaçu); Sesai, 2014 (TIs Rio Pindaré e Rio Guamá). Segundo estimativas da Coordenação da Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Araribóia, a população desta terra indígena é de aproximadamente 12 mil habitantes, além de indígenas em isolamento voluntário.

OS AWÁ-GUAJÁ RESISTEM¹

Nos limites da Amazônia Oriental vivem os Awá-Gujá, povo de habilidosos caçadores que resiste no interior do que restou de floresta no oeste do estado do Maranhão. Andarilhos e exímios conhecedores das matas, habitam regiões nas bacias dos rios Turiaçu, Pindaré e Gurupi, em um conjunto de terras indígenas onde vivem também os Guajajara e os Ka'apor. Falantes de uma língua da família Tupi-Guarani, autodenominam-se “Awá”.

Após esporádicos contatos com caçadores e agricultores não indígenas a partir da década de 1940, a chamada “atração” de alguns grupos Awá se deu nos anos 1970, com a construção da Estrada de Ferro Carajás. Este processo significou a sedentarização de alguns grupos que vivem hoje nas TIs Caru e Alto Turiaçu².

Há também a presença confirmada de grupos isolados nas TIs Araribóia, Awá e Caru, além de registros não confirmados na TI Krikati, na TI Cana Brava e na região da Serra do Cipó, e outros relatos sobre sua presença em áreas que se estendem do norte do Tocantins ao noroeste do Maranhão. Os Awá-Gujá já contatados temem pela vida desses grupos, pois sabem do medo e das dificuldades pelas quais estão passando. Manãxika Guajá, liderança da TI Caru, afirma já tê-los encontrado durante saídas para caçar. Ele diz que os isolados que habitam aquela região são muito aguerridos e não querem saber nem de branco, nem de indígena, o que faz dos encontros uma situação perigosa. “Na minha terra quando a gente caça, a gente que vive na caçada, meu irmão, minha vó, tem índio isolado, que gosta e vive mesmo no mato. Não é manso, é bravo. Como a terra é muito pequena para nós, quando a gente vai na cabeceira de um igarapé onde ficam mais os isolados, é muito perigoso para nós”.

Em seus relatos sobre seus “parentes no mato”, os Guajá defendem que existe uma multiplicidade de povos que estão vivendo em isolamento, e alguns deles não seriam propriamente Awá-Gujá, podendo ser de etnias desconhecidas pelos não-indígenas.

“Tinha muito madeireiro lá também. Tudo acontece na terra. Ele vai para lá. Tem madeireiro lá, ele vem para cá onde a gente caça. Na Araribóia também tem. Eu fui lá faz tempo, com o Katakooa, para ver que tipo de índio que é. Aquele que está lá perto de nós, a gente chama mihua, como diz, índio brabo... Na Araribóia é outro. Acho que é manso. Eles cantam. A gente canta para eles, eles cantam para gente”, explica Manãxika, sobre os locais onde há grupos em isolamento na TI Awá e Araribóia, e sobre as diferenças entre esses grupos.

A Frente de Proteção Etnoambiental Awá-Gujá (FPEAG), criada em 2009, trabalha com sete registros de indígenas isolados no estado do Maranhão – duas referências confirmadas, duas referências em estudo e três informações. Mesmo com a demarcação de terras indígenas na região, os Awá-Gujá, hoje divididos entre recém-contatados e isolados, estão cada vez mais acuados diante das diversas

1. Texto adaptado a partir das edições #01, #02, #05, #07 e #08 do Boletim Povos Isolados na Amazônia (<https://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br/>) e do “Levantamento e sistematização do histórico de uso e ocupação dos povos isolados: subsídios para a construção do Plano de Proteção de povos indígenas isolados no Maranhão, Tocantins e Goiás” (Uirá Garcia, 2018).

2. Antes do contato no final dos anos 1970, os Awá Guajá viviam pelas matas dos rios Caru, Pindaré e Gurupi, fugindo dos karaí (não-indígenas) e do seu “catáro” – como se referiam à gripe trazida por eles. Nesse período, já estabeleciam algumas relações com populações do entorno, como pequenos agricultores, lavradores e ribeirinhos.

pressões sobre o seu território, dentre empreendimentos de infraestrutura, iniciativas formais voltadas à exploração de recursos naturais e atividades ilícitas, notadamente a exploração madeireira.

Hoje, as terras Awá, que fazem parte de um mosaico de áreas protegidas no estado do Maranhão, são alvo principalmente de madeireiros, que abrem estradas que cortam suas áreas de uso, e de caçadores, que exterminam os animais da floresta. A presença de invasores ainda expõe os indígenas a doenças e à diversos tipos de violência. Grandes fazendas de gado ocupam extensões consideráveis do seu território e já destruíram grande parte da floresta habitada pelos Awá-Guajá.

“O território é recortado por caminhos, muitos deles invisíveis para quem chega de fora. Um galhinho virado, uma marca de uma árvore já é uma trilha para eles. Daí acarreta todo o conhecimento botânico, zoológico e toponímico, até os conhecimentos mais xamânicos, já que vários animais da floresta têm correspondentes celestes”

UIRÁ GARCIA, antropólogo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

“HARAKWÁ: A FLORESTA QUE CONHEÇO”

Para os Awá, a caça é a base da vida social e determina o padrão de ocupação tradicional das suas terras. “O território é recortado por caminhos, muitos deles invisíveis para quem chega de fora. Um galhinho virado, uma marca de uma árvore já é uma trilha para eles. Daí acarreta todo o conhecimento botânico, zoológico e toponímico, até os conhecimentos mais xamânicos, já que vários animais da floresta têm correspondentes celestes”, explica o antropólogo Uirá Garcia, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), membro do Centro de Estudos Ameríndios da Universidade de São Paulo (CEstA/Usp) e que trabalha há anos com os Awá³. Suas áreas de ocupação são chamadas pelo povo Awá-Guajá de *harakwá* ou “local que conheço”.

O território Awá-Guajá não se define a partir das fronteiras criadas pela sociedade nacional não-indígena, tampouco pela noção de propriedade de porções de terra, explica o antropólogo. Nesses “locais que conhecem”, os Awá estabelecem relações com as plantas, animais e com outros povos, além de seres que habitam outros patamares do cosmos. “A noção de território deles é essa. O *harakwá* deles é a floresta, onde sabem viver e andar”.

3. Membro do Centro de Estudos Ameríndios (CEstA/ USP) e professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).



Estrada
madeireira na
parte norte da
TI Caru



Homem Awa
retesando a corda
do seu arco.

PRESSÃO E FUGA

A região maranhense da Amazônia tem antiga ocupação não-indígena, marcada pelos efeitos de um modelo de uso e ocupação do solo norteados pela expansão da fronteira agropecuária, por grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento, e pela exploração ilegal de recursos naturais, notadamente, os recursos madeireiros – gerando impactos ambientais, conflitos fundiários e violência no campo, com efeitos negativos para toda a sociobiodiversidade existente nesta região.

Segundo o Ibama, 99% da madeira retirada no estado saem de unidades de conservação federais ou de terras indígenas. Nos últimos 26 anos, o estado perdeu uma área de floresta equivalente a pouco mais do que a área total de Sergipe. De 1988 a 2014, cerca de 2,4 milhões de hectares foram desmatados no Maranhão⁴. Fazendas de gado, carvoarias, lavouras ilegais e madeiras ocupam hoje partes das Terras Indígenas Alto Turiaçu, Araribóia, Awá e Caru, e são os principais desafios para o trabalho de proteção dos povos indígenas isolados e recém-contatados que habitam a região.

“No Maranhão, todas as terras indígenas sofrem grande pressão do entorno. No caso das TIs Awá, Araribóia e Caru, por onde passam uma centena de estradas ilegais, existem invasões por quase toda a área. O grande desafio para garantir a autonomia dos povos isolados que vivem ali é fazer a proteção junto com os outros órgãos e instituições do Estado, sobretudo na questão madeireira”, diz Maria Gavião, da FPEAG/Funai. Os dados do desflorestamento na região ajudam a entender a maior ocorrência de aparecimentos de índios isolados. Para o antropólogo Uirá Garcia, a mudança não está nos isolados em si, mas no contexto onde estão inseridos: “Hoje têm aparecido muito mais evidências de isolados do que antes. A impressão é que essa recorrência de casos está diretamente ligada ao aumento das invasões e das pressões no entorno. Os isolados aparecem nas comunidades porque já não têm mais para onde fugir”.

NOVO CONTATO

Em dezembro de 2014, duas mulheres e um homem que viviam isolados foram encontrados por indígenas Awá de recente contato na TI Caru. As duas mulheres apresentavam sintomas de gripe e extremamente debilitadas. A família, formada por um adolescente, sua mãe e sua avó, relatou estar em constante fuga de madeireiros que atuam ilegalmente na área, bem como de outro grupo familiar Awá em isolamento, com o qual teriam ocorrido desavenças. Contaram ainda que evitavam o contato há anos, desde meados da década de 1980.

Após o contato, passaram a viver nas aldeias Awá e Tiracambu, na TI Caru. As duas mulheres foram diagnosticadas com tuberculose em maio de 2015 e foram removidas para São Luís, onde permaneceram em tratamento durante meses. Em julho de 2016, decidiram “isolar-se” novamente, deixando a aldeia Tiracambu para viver na mata. Posteriormente, uma delas foi encontrada novamente por indígenas Awá de recente contato durante uma caçada. A outra mulher faleceu por causa ainda desconhecida, provavelmente associada ao seu quadro de saúde, que já era bastante debilitado. A TI Caru segue sofrendo intensa ação madeireira.

4. Dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

AMEAÇAS NA TERRA E NO CÉU

Vendo a floresta sucumbir, os Guajá não temem apenas por suas vidas, mas por outros seres que também deixarão de existir. Na mitologia Awá-Guajá existe uma população celeste, um grupo de humanos que vive no céu. Apesar de habitarem outro patamar, os *karawara*, como são chamados, caçam na terra e dependem da floresta para sobreviver, explica o antropólogo Uirá Garcia. “Para os Awá-Guajá, todo mundo um dia vai ser *karawara*. É o destino da humanidade. O paraíso, o que lhes espera depois da sua morte, também está ameaçado”,

O que está em jogo é a própria humanidade dos Awá-Guajá. “A floresta desperta as memórias dos antepassados, é lá que eles aprenderam a caminhar, a caçar e a escutar tudo o que está à sua volta. Na tradição, quando a criança Guajá começa a dar os primeiros passos, o pai leva um pouquinho para dentro da floresta e volta para casa. No outro dia, ele leva mais um pouquinho e volta para casa. No outro, leva um pouquinho mais adiante, dorme lá, e depois volta para casa. Existe uma educação nesse caminhar”, descreve Uirá.

BARULHO QUE NÃO VEM DA MATA

A principal grande obra na região é a Estrada de Ferro Carajás (EFC), que liga a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo, em Carajás, no sudeste do Pará, ao porto de São Luís, capital do Maranhão. Inaugurada em 1985, a ferrovia passa pela borda da TI Caru, área na qual antigamente os Awá-Guajá transitavam livremente.

Os estudos da obra foram iniciados em 1974. Para viabilizar a construção da ferrovia, a então Frente de Atração da Funai juntou os grupos dispersos em uma mesma terra indígena. A política do Estado brasileiro visava “tirar os índios do caminho” para favorecer a Companhia Vale do Rio Doce, na época uma empresa estatal.

Os gigantescos trens de carga podem ser ouvidos a quilômetros de distância para dentro da terra indígena, afetando diretamente a vida dos indígenas por espantar os animais de caça, principal alimento dos Awá-Guajá. “Eles falam que a caça ali na borda é paranoica, são como animais de zoológico. Qualquer barulho o animal já está alerta. Chamam esses animais de ‘caça brava’, e são mais difíceis de pegar porque estão mais acostumados com a presença humana e, sobretudo, com barulho. Para caçar de maneira sossegada, eles estão tendo que se deslocar para muito longe das aldeias”, relata Uirá Garcia.

Awa Guajá da TI Caru interditam a Estrada de Ferro Carajás em protesto contra os impactos sobre sua vida e território.



Ele acredita que a situação tende a piorar com a duplicação da Estrada de Ferro⁵ e aumento do fluxo ferroviário. “A duplicação vai trazer muito mais problemas para os Awá: o aumento do barulho, a movimentação na economia local, que vai atrair mais gente, que vai invadir mais a terra indígena, seja para caçar, seja para a lavoura, para pescar”, opina o antropólogo. Dessa forma, “a vida dos isolados na região ficará cada vez mais difícil”.

IMPACTOS, IMPASSES E SUCESSIVOS ACORDOS

A história dos convênios e acordos entre a Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e a Funai remonta ao início da construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e tem marcado a atuação da empresa e do órgão indigenista em relação aos povos indígenas no Maranhão, principalmente na região entre os rios Gurupi e Pindaré, onde vivem os povos Awá-Guajá, Guajajara e Ka’apor.

5. No ano de 2018, a Vale anunciou a conclusão da obra de expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Ao todo, foram duplicados 575 quilômetros de ferrovia nos estados do Pará e Maranhão (<http://www.vale.com>).

Em 1982, a CVRD e a Funai deram início ao “Projeto Ferro Carajás – Apoio às Comunidades Indígenas”, resultado de uma exigência do Banco Mundial e da Comunidade Europeia para o empréstimo de financiamento para as obras da EFC em razão de seus impactos sobre os povos indígenas. Parte dos recursos deveria ser investido na melhoria das condições de sobrevivência dos povos afetados pelo empreendimento, garantindo que seus territórios fossem demarcados e protegidos. Com resultados irregulares, novos acordos e convênios foram sendo firmados ao longo dos anos.

A EFC tem sido palco de reivindicações dos Awá-Guajá, inclusive com o seu bloqueio pelos indígenas para que suas reivindicações sejam ouvidas. Após um período de recursos reduzidos e denúncias de corrupção na administração do convênio, foi firmado, em fevereiro de 2007, um novo acordo com vigência até 2017.

O acordo previu o repasse de recursos financeiros pela CVRD, a serem geridos pela Funai, para aplicação em projetos produtivos das comunidades Awá-Guajá, Guajajara (das TI Caru e Rio Pindaré) e Ka’apor. Em 2013, foi firmado um Termo Aditivo no contexto do processo de licenciamento da duplicação da EFC.

À Vale coube o repasse dos recursos, e à Funai, a fiscalização da sua aplicação, o apoio técnico na implementação dos programas, o acompanhamento e gerenciamento da sua execução. Além disso, foi criado um Grupo de Trabalho para fiscalizar a execução dos recursos, e um Conselho Fiscal formado pela Vale, Funai e representantes indígenas, para avaliar os Planos Anuais de Trabalho. A organização responsável pela gestão do acordo foi o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

MONITORAMENTO TERRITORIAL INDÍGENA

As pressões que incidem na TI Araribóia se desdobram na escassez de oferta de caça, de recursos extrativos e hídricos, dos quais os Awá isolados dependem diretamente para viver. Assim, a dinâmica territorial do grupo vai sendo afetada, provocando constante fuga e incidentes de contato.

O enfrentamento desta situação tem se dado por meio de ações de monitoramento territorial da FPEAG/Funai e dos indígenas Guajajara-Tenetehara. Estas ações envolvem o levantamento e atualização de dados sobre a presença dos Awa isolados e invasores, e a recuperação de áreas degradadas. E têm subsidiado a construção de outras estratégias de atuação que visem à garantia do território e modo de vida dos grupos isolados, inclusive em eventuais situações emergenciais – como, por, exemplo a elaboração de um plano de contingência a ser implementado em possíveis situações de contato.

Ações de vigilância indígena, prevenção e combate ao fogo, e fiscalização ambiental têm sido executadas na TI Araribóia como estratégias estruturantes para garantir a segurança física e territorial, tanto das populações isoladas, quanto dos povos Guajajara-Tenetehara.

Operações para coibir e desestruturar ilícitos na região são realizadas pelo Ibama, Funai, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, Batalhão da Polícia Ambiental, entre outras instituições de Estado. Porém, ainda que se considere que tais ações tenham obtido algum êxito, os territórios dos povos indígenas da região continuam invadidos e

COMPARTILHAMENTO TERRITORIAL

São poucas as informações sobre o processo de ocupação dos Awá isolados na TI Araribóia. Supõe-se que seu modo de vida tradicional, aliado às sucessões de fugas dos Ka'apor, dos próprios Guajajara-Tenetehara e dos brancos são alguns dos elementos que confluem para a separação e fragmentação territorial que levou à permanência do grupo isolado na TI Araribóia.

Para além das pistas históricas, por meio de relatos de cronistas e estudos historiográficos, os Guajajara relatam a presença dos Awá isolados como de caráter imemorial. Os desafios desse compartilhamento territorial se transformaram nas últimas décadas, passando de estratégias internas de uso e ocupação para o enfrentamento de pressões e ameaças externas que colocam em risco a segurança física e territorial de ambos os povos que habitam esta terra indígena.

FLORESTA INCENDIADA

No ano de 2015, de setembro até dezembro, os povos indígenas do Maranhão viram grande parte das áreas de floresta amazônica e cerrado em seus territórios ser devastada por incêndios florestais de grandes proporções. O Governo do Estado declarou situação de emergência em 11 terras indígenas por conta do descontrole do fogo. As TIs Alto Turiaçu, Awa e Caru sofreram tragicamente com os incêndios.

Segundo os dados do Ibama, somente da TI Araribóia foram consumidos pelo fogo 225 mil hectares (54,4% da área total), afetando uma população estimada de aproximadamente 12 mil Guajajara, além de grupos Awa-Guajá isolados. Já as TIs Alto Turiaçu, Awa e Caru, onde habitam Guajajara-Tenetehara, Ka'apor, Awa Guajá de recente contato e isolados, perderam, respectivamente, 75 mil hectares (14,1% da área), 67 mil hectares (57,5%) e 11 mil hectares (6,3%).

Atualmente, as terras indígenas concentram os poucos resquícios de floresta preservada no Maranhão, tornando os efeitos dos incêndios ainda mais devastadores. Importantes áreas de caça e coleta foram destruídas, afetando diretamente a vida cotidiana das populações indígenas da região.

A perda não se deu somente no plano material, já que plantas e animais constituem muito mais do que puramente alimento na cosmovisão desses povos. “A gente se preocupa com o fogo que queima a mata, é o nosso mercado. Queimou bacuri, açáí, bacaba, pequi e ainda afastou os animais de caça, trazendo fome para nossas comunidades”, lamentou Xiparxa Awa Guajá, na época, o cacique da aldeia Tiracambu, da TI Caru.

Com o fogo se alastrando surgiu ainda a preocupação com as áreas onde há presença de índios isolados. Esses grupos, já acuados diante das diversas pressões sobre seu território, também foram gravemente afetados pelos incêndios.

Com a demora da chegada das equipes dos órgãos oficiais, os indígenas organizaram suas próprias brigadas de combate ao fogo. Foi fundamental o trabalho de proteção e monitoramento de seus territórios feito pelos Awa Guajá, e pelos grupos formados nas TIs Caru e Araribóia pelos Guajajara-Tenetehara, e na TI Alto Turiaçu pelos Ka'apor.

Na medida em que o fogo se intensificava, os brigadistas indígenas foram ganhando reforços, tanto dos órgãos do governo, como de outros povos, o que culminou na realização, por parte dos órgãos competentes, de duas operações de combate aos incêndios (Operações “Awá” e “Turiaçu”).

Mas mesmo com o árduo esforço das brigadas, a extensão quilométrica dos incêndios só foi controlada com a chegada do período de chuvas. “No dia 31 de dezembro, me lembro como se fosse hoje, a chuva veio. Só um bombeiro, Tupã, foi quem conseguiu com a chuva apagar o fogo que muitos não estavam conseguindo”, recorda Cláudio Guajajara, da aldeia Maçaranduba, da TI Caru.

“Existem os madeireiros, caçadores, plantadores de droga e agora tem um novo inimigo: o fogo. Tacaram fogo na nossa terra e no meio dos parentes Awá. Fogo para todo lado e nós preocupados. Morreram muitos animais. Imagina eles que vivem da caça e da pesca e vão caçar e não encontrarão mais nada. Estão usando essa arma contra nós. O madeireiro entra, tira a madeira e vai embora. O fogo destrói tudo no caminho dele”, relatou o cacique Antônio Wilson Guajajara, ao lembrar da tragédia de 2015.



Operação de combate a incêndios florestais em terras indígenas no Maranhão.



“ Eles precisam cada vez mais do nosso apoio, porque não é fácil manter uma mata em pé, e principalmente manter uma etnia lá no meio daquela mata sem saber o que está acontecendo aqui.

ANTÔNIO WILSON GUAJAJARA, cacique da aldeia Maçaranduba (TI Caru)

PRESSÃO MADEIREIRA

A cobertura florestal da Amazônia maranhense foi drasticamente reduzida nas últimas décadas, em um processo marcado por conflitos fundiários, perdas territoriais e diversos tipos de violência contra os povos indígenas. Como resultado desse processo, as terras indígenas formam hoje verdadeiras ilhas de floresta e, embora boa parte de seus ecossistemas também tenha sofrido impactos e degradação, constituem no presente a principal fonte da atividade madeireira no estado. Na ponta dessa cadeia, estão os conflitos locais entre indígenas e madeireiros. Estes últimos trabalham constantemente armados.

Muitas narrativas dos Awa-Guajá relatam fugas de homens brancos que atiravam nos indígenas. Os confrontos são recorrentes ainda hoje nessa região do Maranhão. Inúmeros Guajajara e Ka'apor foram assassinados nos últimos anos na luta contra a exploração ilegal de madeira e em defesa do seu território. Muitos outros seguem ameaçados de morte.

Para Cláudio Guajajara, a prevenção dos incêndios nas terras indígenas passa pela tarefa de acabar com a atividade ilegal da madeira. “As autoridades precisam pensar uma maneira de combater as serrarias ilegais fora das TIs. Quem extrai madeira aqui são os bandidos, que usam guias falsas de autorização para transportar madeira. Você vai no Buriti e vê as serrarias, onde não se enxerga nem o telhado de tanta madeira. Todas lotadas de ipê, de maçanduba. Nós sabemos que sai tudo de dentro da nossa terra indígena”, denuncia a liderança.

“Os karaí estão tirando madeira até da nossa aldeia. Estamos lutando para trazer ajuda, para filmar, e brigando contra esses karaí. O karaí rouba, mas estamos fazendo ritual para cuidarmos dessa mata”, conta o cacique Xiparexa'a Awa Guajá.

Antônio Wilson Guajajara, cacique da Aldeia Maçaranduba, na TI Caru, explica o trabalho de vigilância e conscientização que os indígenas vêm desenvolvendo na região, por meio da Associação Indígena Comunitária Wirazu, que tem como objetivo a preservação da floresta e o modo de vida dos isolados: *“Eles precisam cada vez mais do nosso apoio, porque não é fácil manter uma mata em pé, e principalmente manter uma etnia lá no meio daquela mata sem saber o que está acontecendo aqui. Lá na terra Caru já esteve muito pior, mas hoje nossas organizações estão trabalhando para melhorar a situação. Já nos deparamos com 70 tratores devastando nossa terra, madeireiros e organizações que vêm de muito longe devastar tudo”*.

Franciel Guajajara, então coordenador dos Agentes Ambientais Indígenas Wazayzar, da TI Araribóia, teme pelas ameaças e violências sofridas pelos indígenas nesse trabalho de proteger os Awá e suas terras. “Os madeireiros estão matando os indígenas e queimando tudo”.

MADEIREIROS-INCÊNDIOS

A TI Araribóia se insere neste contexto regional, e tem sofrido com um processo intenso de degradação ambiental procedente de ações madeireiras e incêndios florestais. Este binômio, madeireiros-incêndios, está intrinsecamente relacionado, seja pela perda e degradação da cobertura vegetal ser um fator de aumento das queimadas, seja pelas suspeitas de que muitos dos incêndios são criminosos, iniciados pelos madeireiros em retaliação às ações de vigilância e monitoramento dos indígenas e de fiscalização dos órgãos do Estado. Suas taxas de desmatamento são altíssimas. O acesso de madeireiros é facilitado pela rede de estradas de terra que existe na região. A intensidade das queimadas – que ocorrem anualmente no período da seca – se tornou uma ameaça à segurança física e territorial dos Guajajara-Tenetehara e dos Awá isolados, e o foco de luta dos indígenas e suas das organizações de representação.



Madeira retirada ilegalmente da TI Araribóia.

“Vêm acontecendo muitas invasões na área desde os anos 80. Os madeireiros andam na rota dos isolados. Então, se estamos protegendo a nossa terra, estamos protegendo os isolados”

OLÍMPIO GUAJAJARA, Guardião da TI Araribóia

PRINCIPAIS ATIVIDADES

O apoio ao fortalecimento das organizações indígenas, sobretudo às ações de monitoramento e proteção territorial, foi a tônica do projeto no Maranhão. Uma série de demandas e prioridades foram levantadas e pactuadas entre CTI e CGIIRC/Funai, delineando a construção de uma agenda conjunta com os indígenas Guajajara-Tenetehara e os Awa-Guajá de recente contato.

No início de 2015, junto com as lideranças tenetehara, foi discutido um plano de trabalho para apresentação do projeto nas aldeias e a abertura de um diálogo entre os assistentes técnicos do CTI e lideranças indígenas da TI Caru. Se definiu que a inserção das atividades deveria considerar a agenda já em curso na região e que as TIs Caru, Awá e Alto Turiaçu, e a Rebio Gurupi, fossem tratadas como um complexo territorial que compreende terras indígenas e áreas protegidas contínuas.

DIÁLOGO COM LIDERANÇAS GUAJAJARA

Em junho de 2015, aconteceu a primeira oficina de disseminação de informações e diálogo com organizações e lideranças indígenas do povo Guajajara da TI Araribóia, no Centro de Treinamento Anajás, na cidade de Imperatriz. Durante a reunião, Itamar Guajajara falou sobre o histórico do trabalho da Comissão de Caciques e Lideranças, ou Comissão da Terra, criada há mais de 15 anos para enfrentar os problemas da TI Araribóia.

José Soares Guajajara explicou que o projeto trouxe a contribuição de fortalecer a luta de seu povo. “Eu vejo como grande necessidade a possibilidade de a gente monitorar melhor o entorno da nossa área. Para a proteção dos isolados não é só colocar uma base no meio da área indígena, precisa também fazer muito monitoramento e fiscalização”.

Olímpio Guajajara explicou sobre o trabalho realizado pelos indígenas da TI Araribóia: “Vêm acontecendo muitas invasões na área desde os anos 80. Os madeireiros andam na rota dos isolados. Então, se estamos protegendo a nossa terra, estamos protegendo os isolados”.

Suluene Guajajara contou que na época que foi agente de saúde na aldeia Lagoa Comprida, em 1997, já escutava histórias sobre os Guajá isolados cantando do outro lado da serra. Ela explicou que até o momento não havia uma discussão, ou um plano em relação ao compartilhamento com os isolados. Enfatizou a importância de se contar com parcerias para o monitoramento indígena da área. “É um braço do trabalho da Comissão na luta contra os madeireiros, para fazer um contraponto às operações da Funai, que tem pouco recurso e retorno”.

Daniel Cunha, da Funai, explicou que com esse trabalho de monitoramento territorial indígena diminuiu bastante a retirada de madeira na região de Bom Jesus da Selva (porção nordeste da área), por exemplo, e que estão acontecendo também uma série de ações de capacitação e formação junto aos indígenas.



Lideranças das TIs Caru, Awa e Alto Turiaçu discutem a ocupação e proteção do seu território.



Reunião na aldeia Lagoa Quieta com a Comissão de Caciques e Lideranças e os Guardiões da TI Araribóia.

ASSESSORIA AOS AWÁ

Durante as primeiras reuniões de interlocução com os indígenas na região, os Awá-Guajá de recente contato apresentaram a necessidade de contar com assessoria técnica nas atividades relacionadas ao processo de licenciamento da duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que incide sobre suas terras e sobre áreas com presença de povos isolados.

Assim, em maio de 2015 aconteceu a ambientação dos assistentes técnicos do CTI nas aldeias Awá-Guajá das TIs Alto Turiaçu, Caru e Awá, e o início do acompanhamento da agenda do Grupo de Trabalho do Acordo Vale/Funai. A assessoria do CTI buscou esclarecer os direitos indígenas garantidos pela legislação nacional e internacional e apoiar a participação dos representantes Awá Guajá nas reuniões com órgãos e instituições responsáveis pelo empreendimento.

A tradução intercultural foi um elemento fundamental neste trabalho. A efetiva participação dos Awá-Guajá exigia um processo preparatório para as reuniões e atividades, levando em conta as diferenças e especificidades socioculturais e respeitando seus direitos e sua autodeterminação.



Assessoria aos Awa em oficina do Plano Básico Ambiental/Componente Indígena (PBACI) da duplicação da Estrada de Ferro Carajás, em 2016.

ARIA PAPE ARIJAPO JAPY MANA VALE PE (NOSSO NOVO DOCUMENTO PARA A VALE)

ALDEIA AWÁ, 26 DE JUNHO DE 2015

Ma'ajpo mijē Vale ni'iha ninuj ra'a?
I Vale aripe i'ihape raka nỹ:
"Ame Funai pinipa tijapo pimē aja".
I Vale ma'i aripe "makera pitamatare anỹ".
Majē te Vale terē rapea japo ta ipe anỹ?
Makera tamatare itaharawỹ ipe ni'ĩ.
Amē terē nape ti kija japoha ame apaj. Aje xiku kijē apaj.
Nixinuni tarapea ma'i ha ihi'e.
Nũ katy xi Vale ani'iha pape rehe.
Nipa ta ri tarape terē nape anỹ i'e.
Amē Vale terē jauha temehu ri.
Xape mama'a aninỹ nawa pinehe mehē. Majpo mijē nỹ?

Por que a Vale não ouve a gente?
A Vale falou para a gente na reunião:
"A Funai vai construir casa para vocês". A Vale disse para a gente
"Temos pouco dinheiro para vocês".
Por que a Vale vai fazer a linha do trem para ela? Não disse que tem pouco dinheiro?
Então a linha do trem vai ficar assim do jeito que está, igual a gente.
A Vale não ouviu a gente, tem que ler bem o documento.
Essa linha do trem não vai acabar nunca. Que a Vale diminua o barulho do trem.
Por isso a gente está pedindo o que está em nosso documento.

Itaxĩ Guajá
Tatuxa'a Guajá
Hajkarmykỹ Guajá
Amiri Guajá
Irakatakoa Guajá
Mana Guajá
Awa pāj aria

ENCONTROS COM ISOLADOS

Durante as primeiras reuniões na aldeia Awá, na TI Caru, em junho de 2015, foram discutidos diversos assuntos, como as ameaças de violência contra os Awá-Guajá nos povoados próximos à terra indígena. A situação de vulnerabilidade dos grupos isolados, tanto na TI Caru, quanto nas TIs Awá e Araribóia, tomou conta do debate, sobretudo por conta das notícias sobre encontros que estavam ocorrendo nas aldeias naquelas semanas.

Uiroho, contatado em dezembro de 2014, havia sido flechado por um índio isolado, identificado pelos Awá como *mihua*, próximo à aldeia Tiracambu. Os *mihua* são considerados pelos Awá como inimigos e já foram classificados pelas frentes de atração em décadas passadas como uma etnia.

Na semana anterior à reunião com os assessores técnicos do CTI, um grupo de isolados havia sido avistado na região do antigo povoado do Caju, na TI Awá, coletando frutos. Na mesma semana do incidente com Uiroho, alguns Awá da Aldeia Nova avistaram um grupo de isolados próximo à comunidade. Diante dos relatos, servidores da CGIIRC e DPT estiveram na região coletando informações.

Segundo a indígena Madalena, os Awá classificariam os isolados em três categorias: os *mihua*, os *awá* e um terceiro grupo desconhecido, que seria aquele avistado próximo à Aldeia Nova. O cacique Itaxi afirmou que possivelmente não há mais parentes conhecidos isolados, sendo Uiroho, Jakarewyj e Makari, contatados em dezembro de 2014, os últimos Awá contatados.

Já Tatuxa'a afirmou que os isolados podem ser *awa ete*, "gente de verdade", explicando que, em fevereiro de 2015, Irakatakoa foi quem encontrou Uiroho, Jakarewyj e Makari, e que o mesmo havia afirmado que havia outros vivendo na mata. Na reunião, Tatuxa'a pediu que fosse encaminhado à Funai um pedido para que uma expedição fosse organizada, pois queria ir com outros Awá-Guajá verificar onde estavam os isolados, se são *mihua*, *awa*, ou um povo desconhecido, mas que também temia pela sua segurança e dos demais.

POLÍTICAS INDIGENISTAS

O projeto também prestou assessoria técnica para participação dos Awá nas etapas locais e regionais da Conferência Nacional de Política Indigenista (CNPI). No início de julho, na Aldeia Awá, na TI Caru, foi apresentado um resumo do conteúdo do documento base da CNPI, destacando a relação entre os períodos históricos apresentados no texto e a história dos Awá-Guajá na região.

Além da apresentação dos principais conceitos, personagens e momentos da história do movimento indígena no Brasil contemporâneo, fotografias e vídeos ilustraram momentos-chave da história da conquista dos direitos indígenas no país, hoje fortemente ameaçados.

A discussão sobre a exploração da mão-de-obra indígena no período colonial e do caráter tutelar e integracionista de muitas das políticas do Estado brasileiro relacionadas aos povos indígenas ao longo dos períodos imperial e republicano teve destaque. Os Awá-Guajá identificaram os efeitos dessas políticas no seu contexto atual, como a perda da língua por muitos Guajajara e os impactos do Projeto Carajás na sua região de ocupação tradicional.

Ao final, o debate girou em torno dos desafios enfrentados pelos Awá-Guajá hoje, como as invasões em seu território e o desrespeito ao direito à consulta e consentimento no processo de licenciamento da expansão da Estrada de Ferro Carajás.



A vida e território do povo Awá-Guajá estão cada vez mais pressionados e ameaçados pela atividade madeireira, empreendimentos de infraestrutura e a destruição de florestas no Maranhão.





Crianças Awa em retiro de caça na TI Caru. Os Awa chamam esses locais de "casa na mata".



Assembleia da
CCOCALITIA
em 2016.



COMISSÃO DA TERRA

A TI Araribóia possui mais de 150 aldeias e uma população estimada de aproximadamente 12 mil habitantes (além de indígenas em isolamento voluntário) com uma extensão territorial de 413 mil hectares. A espacialidade contemporânea dos Guajajara nesta terra indígena se reflete em nove divisões regionais. A Coordenação da Comissão de Caciques e Lideranças da TI Araribóia (Ccoçalitia) é a principal instância de organização política interna de toda a terra indígena, que reúne demandas comunitárias, define estratégias e faz a interlocução com parceiros da sociedade civil e órgãos governamentais.

Em julho de 2015, aconteceu na aldeia Lagoa Quieta uma reunião com o objetivo de discutir a construção de um plano de trabalho para o apoio à Ccoçalitia. À época, discutia-se que na estrutura da Comissão estariam os Agentes Ambientais Indígenas (também chamados de Guardiões da Floresta), que executam ações de monitoramento territorial e vigilância na TI Araribóia, incluindo as áreas de uso e ocupação dos Awá isolados.

No encontro, Dico e Toninho Guajajara se intercalaram fazendo falas sobre o histórico da TI Araribóia, enfatizando se tratar da segunda maior terra indígena do Estado do Maranhão, onde também vive o povo Awá em isolamento voluntário, que sofre sérias ameaças por conta da exploração ilegal de madeira em seu território.

As duas lideranças explicaram que existe uma vontade e uma necessidade grande do povo Guajajara de se organizar. Recordaram que, em 2008, aconteceu a primeira Assembleia da TI Araribóia, na aldeia Lagoa Comprida, com a participação da maioria das regiões que compõem esta Terra Indígena. Ressaltaram, ainda, que foi apenas em 2009, no Encontro dos Professores e Lideranças Indígenas, que a Ccoçalitia foi ampliada e referendada pelo povo.

Explicaram que, em 2013, foi discutida a elaboração de um plano estratégico da Comissão, reforçando o trabalho dos guardiões na luta pelo monitoramento e preservação territorial da TI Araribóia. Ressaltaram ainda que esse trabalho é realizado na maioria das vezes sem o apoio dos órgãos competentes.

Entre os dias 18 e 21 de agosto de 2015, aconteceu a V Assembleia da TI Araribóia, na aldeia Canudal. O evento reuniu mais de 800 participantes com o objetivo de discutir as propostas de fortalecimento político dos Guajajara, as principais demandas comunitárias, além de estratégias e ações de proteção territorial e gestão ambiental. Entre os temas tratados, também estiveram a eleição da nova coordenação da Comissão e as políticas de proteção aos povos isolados e de recente contato.

Em 2016, o projeto também apoiou a VI Assembleia da Terra Indígena Araribóia. Realizada entre os dias 10 e 13 de outubro, na aldeia Jenipapo dos Ribeiros, no município de Bom Jesus das Selvas, teve como objetivo a organização e o fortalecimento da Ccoçalitia. Discutiu-se sobre seus objetivos, estrutura, atuação e composição de novos membros. Após a abertura com cantos e danças guajajara, foi realizado um histórico sobre a criação da Comissão da Terra e também uma reflexão sobre a sua missão institucional e trajetória.

Após um amplo diálogo, chegou-se ao consenso de que a missão da Ccoçalitia se encontrava atualizada e atendia aos anseios de todos os presentes, sendo expressada e validada da seguinte forma: “Articular os Caciques e as Lideranças da Terra Indígena Araribóia para fazer a Proteção e a Gestão do Território de forma participativa”. Durante a plenária, também foi aprovada a mudança do nome Guardiões da Floresta para Agentes Ambientais Indígenas Wazayzar.

Várias lideranças e caciques lembraram que quando se pensa a gestão e a proteção da TI Araribóia, “nunca poderá ser esquecido que no lugar, além dos Guajajara, vivem os Awá autônomos, que dependem da natureza conservada para a sua sobrevivência. Isso deve continuar sendo um compromisso comum”.

OPERAÇÃO AWÁ

O período da seca no Maranhão é anualmente marcado por incêndios florestais. No ano de 2015, porém, as queimadas tiveram proporções catastróficas. Em outubro, um grave incêndio florestal na TI Araribóia, com grande risco de afetar a sobrevivência dos Awá isolados que nela habitam, mobilizou os Guajajara e diversos órgãos do governo e instituições parceiras, em uma ação emergencial de combate ao fogo, denominada Operação Awá.

Em meados de setembro, vários indígenas começaram a alertar as autoridades sobre os perigos de focos de incêndios criminosos na terra indígena e em seus limites, porém sem muitas respostas concretas. Com o avançar do tempo, a situação foi se agravando e se avolumaram as solicitações de apoio e pedidos de socorro para que fossem tomadas providências urgentes no combate ao fogo na região.

Diante da gravidade da situação, e a partir de demanda apresentada pela Ccocalitia e pela FPEAG/Funai para apoio às ações de controle dos focos de incêndio realizados pelos brigadistas indígenas nos limites e no interior da terra indígena, o projeto disponibilizou recursos para logística, transporte, combustível e alimentação das equipes que estavam há dias combatendo o fogo. Naquele momento os órgãos responsáveis ainda não tinham estruturado uma estratégia de ação.

O incêndio já perdurava há vários dias e atingia uma extensão de aproximadamente 20 quilômetros da área. Os focos de incêndio estavam se aproximando das áreas de circulação dos Awá em isolamento. Os Guajajara haviam encontrado seus vestígios, como pegadas e utensílios, e essa proximidade deles demonstrava que estavam assustados e fugindo do fogo.

Após articulações feitas pelos Guajajara, diversos parceiros começaram a sinalizar os apoios e os órgãos competentes se alertaram para a gravidade da situação, desencadeando a Operação Awá⁶ para o combate ao incêndio na TI Araribóia.

CERCADOS PELO FOGO

Com boa parte do território em chamas, a presença e circulação de brigadas de combate ao fogo, helicópteros, aviões e muitos não-indígenas, certamente a vida dos Awá isolados foi impactada. Ao longo da Operação Awá, que contou com grupos de indígenas que se organizaram para monitorar seus territórios, foram relatadas diversas situações em que os isolados apareceram na mata. Os Guajajara que integravam a equipe de brigadistas encontraram diversos vestígios seus, como um tapiri com restos de fogo e comida, além de utensílios e flechas. Seus rastros, inclusive de crianças, estavam a poucos metros dos focos de incêndio e também foram encontrados sinais de sua presença em acampamento dos brigadistas. Com o risco que os isolados sofriam, a FPEAG traçou um plano de emergência caso uma situação de contato se tornasse inevitável. “Houve um momento de preocupação porque o fogo começou a tomar uma proporção muito grande e a única área que restou da Araribóia era dos isolados.

6. A Operação Awa foi formada por diversas instituições governamentais como FUNAI (CGIIRC), do IBAMA (Prevfogo), Corpo de Bombeiros do Maranhão, Defesa Civil, Batalhão da Polícia Ambiental (BPA), Grupo Tático Aéreo (GTA), Polícia Militar do Maranhão e do Exército Brasileiro, além da Força Aérea Chilena.

Além do fogo que vinha no sentido sul, tinha a pressão madeireira da parte norte da Araribóia. Estavam realmente ilhados. A gente acionou um plano de contingência pensando nos riscos à saúde. Levamos oito intérpretes da aldeia Tiracambu para a região de combate ao fogo para ficar junto com a equipe”, relatou Bruno Lima, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Awa Guajá, da Funai.

Os indígenas atuaram em parceria com a CGIIRC, abrindo uma clareira e algumas picadas na mata. Caso houvesse um contato, a recomendação era usar essa área como ponto de apoio e possível rota de escape. Felizmente, não foi necessário. O fogo foi controlado no entorno do seu território, porém não significou o fim das preocupações. Segundo Bruno Lima, “a porção que restou é muito pequena para os isolados, e de interesse da exploração ilegal. Um dos poucos lugares onde sobrou madeira na região”.



Equipe de brigadistas combate incêndios florestais na TI Araribóia em 2015.



“ Eu vi varar bando de porcão [queixada] só com três. Nunca tinha visto porcão assim, acho que queimou tudo. Estamos sem água para beber, só conseguimos água cavando poço. Estamos bebendo uma água branca, parece leite”

TATUXA'AWA GUAJÁ

OPERAÇÃO TURIAÇU

O projeto também apoiou as ações emergenciais de combate aos focos de incêndios nas TIs Caru, Awá e Alto Turiaçu, dos povos Guajajara, Awá e Ka'apor, e com registros de indígenas isolados. Combustível, alimentação, insumos e ferramentas foram disponibilizados para atender as comunidades e brigadistas indígenas que estavam há dias tentando apagar o fogo que se alastrava.

Em meados do mês de outubro de 2015, vários indígenas começaram a alertar as autoridades sobre os perigos dos focos de calor na região. A situação foi piorando ao longo do mês e o combate aos incêndios vinha sendo realizado pelas próprias comunidades e brigadistas indígenas.

No final de novembro, a Funai e outros órgãos de governo constataram o agravamento da situação, sobretudo pelo fato de que o fogo estava se aproximando de áreas de circulação dos isolados na TI Caru. Foi desencadeada, então, a Operação Turiaçu⁷, com o objetivo de combater os focos de incêndio nas três terras indígenas. Por meio da análise diária de focos de calor identificados por sensoriamento remoto e produção de mapas em apoio às ações em campo, foi constatado que o fogo atingia áreas ocupadas pelos isolados, seus caminhos de caça e coleta.

7. Liderada pelo Prevfogo, a Operação Turiaçu contou com o apoio de diversas instituições e órgãos federais e estaduais: CTI, ISPN, Vale, Associação Wirazu e os Guardiões da Floresta, Funai, Corpo de Bombeiros Militar (CBM), Batalhão de Policiamento Ambiental da Polícia Militar (BPA/PM), Grupo Tático Aéreo (GTA/PM) e Ibama.

“Os parentes isolados estão passando por problemas de fome. A caça para eles está difícil como para nós”, comentou Itaxi Awa Guajá, cacique da aldeia Awa, na TI Caru. “Eu vi varar bando de porcão [queixada] só com três. Nunca tinha visto porcão assim, acho que queimou tudo. Estamos sem água para beber, só conseguimos água cavando poço. Estamos bebendo uma água branca, parece leite”, relatou Tatuxa’a Awa Guajá, da aldeia Awá, na ocasião.

Apesar dos esforços, o fogo foi controlado somente no dia 31 de dezembro de 2015, com uma grande chuva que apagou todos os focos de calor na região. No início de 2016, foi feito um diagnóstico de avaliação dos impactos do incêndio na TI Caru, com o levantamento das áreas queimadas e dos recursos perdidos, indicativos de futuras ações preventivas e as principais demandas das comunidades das aldeias Maçaranduba, Tiracambu e Awá. Também foram coletados depoimentos sobre vestígios e encontros com isolados.



Incêndios florestais na TI Alto Turiaçu em 2015.



CENTRO DE SABER

No início de 2016, o projeto apoiou os indígenas da TI Araribóia na estruturação do Centro de Saberes Cacique Chicão Guajajara, na aldeia Lagoa Comprida, em ações de formação e recuperação ambiental das áreas afetadas pelos incêndios florestais de 2015.

Durante o trabalho de interlocução desenvolvido com os Guajajara, a Comissão de Caciques e Lideranças apontou a necessidade de fortalecimento do trabalho dos Agentes Ambientais Indígenas *Wazayzar*. O apoio à readequação da sua base na Lagoa Comprida, para o funcionamento de um Centro de Saberes, a realização de oficinas de formação em instrumentos de gestão, e o apoio ao planejamento das atividades de monitoramento territorial e proteção dos isolados Awá-Guajá foram ações nesse sentido.

Durante as ações, os membros das comunidades realizaram o plantio de mudas frutíferas ao redor da base, onde funcionava no passado um antigo posto da Funai. Atualmente o local está servindo de apoio para as atividades de monitoramento ambiental realizadas pelos Guajajara, considerando a vulnerabilidade da TI Araribóia diante da exploração ilegal de madeira.

Para Maria Gavião, da equipe da FPEAG, é importante somar forças no trabalho de proteção e monitoramento dos territórios, mas também estreitar o diálogo com o Estado, principalmente para a segurança dos indígenas. A perspectiva é ampliar essas ações pontuais, pensando em um plano de segurança para os territórios indígenas no Maranhão, bem como a estruturação de uma linha de formação com os parceiros.

Olímpio Guajajara falou sobre a importância de se realizar “mais atividades de intercâmbio entre os agentes ambientais da [TI] Araribóia, da Maçaranduba [aldeia na TI Caru] e dos Ka’apor, e até mesmo com os parentes Awá que também estão querendo desenvolver atividades de proteção territorial”.

AGENDA COM A VALE

Ao longo de 2016, a equipe do CTI deu continuidade, em diálogo com o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)⁸, à assessoria técnica aos Awá Guajá em agendas de trabalho junto à empresa Vale, no contexto da duplicação e operação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), e para a preparação da sua participação na execução de alguns subprogramas do Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI), do programa de compensação ambiental dos impactos da ferrovia.

No primeiro semestre do ano, foram realizadas diversas reuniões e oficinas preparatórias com os representantes indígenas do Comitê Gestor e do Conselho Fiscal, que são colegiados que discutem as ações e orçamento relativos aos subprogramas de proteção territorial, etnodesenvolvimento, saúde e cultura associados ao PBA-CI.

As oficinas tiveram a finalidade de debater e refletir sobre os eixos temáticos do programa de compensação, e os desafios e estratégias para as ações previstas em cada uma delas. Além disso, tiveram o intuito de familiarizar os representantes indígenas com os instrumentos de trabalho destas instâncias, de modo a fortalecer o controle social e os processos de tomada de decisões.

Foi definido o acompanhamento contínuo nas aldeias Awá, Juriti e Tiracambu para a realização de processos formativos em diversos temas, como, por exemplo, associativismo, movimento indígena, instrumentos e dispositivos legais na relação com o Estado, entre outros.

A troca e nivelamento de informações possibilitou a otimização de recursos humanos e materiais nas atividades, o estabelecimento de canais de interlocução dos indígenas com o Estado e organizações da sociedade civil, e a promoção do diálogo entre as políticas indígenas e a política indigenista de Estado.

8. O ISPN atua na execução de atividade incluídas nas ações antecipatórias do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena da Expansão da Estrada de Ferro Carajás (PBA-CI-EEFC).

Atividades de assessoria aos Awá em agendas com a empresa Vale.



PLANO BÁSICO AMBIENTAL – COMPONENTE INDÍGENA

Em junho de 2016 aconteceu, no Sítio dos Padres, no município de Santa Inês, a *Oficina Inicial Participativa de Planejamento das Ações Antecipatórias ao Plano Básico Ambiental do Componente Indígena Awá e Guajajara das Terras Indígenas Caru e Rio Pindaré*. Promovida pela Vale S.A, participaram as lideranças Guajajara das TIs Rio Pindaré e Caru, e Awá-Guajá das TIs Caru, Awá e Alto Turiaçu, além de representantes da Funai, ISPN, CTI e CIMI.

As obras de expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC), bem como a sua operação, impactam as TIs Caru e Rio Pindaré, no Maranhão, e Mãe Maria, no Pará. Na primeira, onde vivem os povos Awá-Guajá de recente contato e Guajajara, há registro confirmado de indígenas isolados. A relação com o empreendedor nesse processo é um dos aspectos centrais para a segurança territorial e cultural dos povos afetados.

Nesse contexto, o acompanhamento e assessoria técnica dos assistentes do CTI em fóruns de discussão nos quais participaram os indígenas e a Vale foram avaliados pelos indígenas e instituições parceiras como de grande importância para a promoção da autonomia desses povos e para o debate sobre as políticas de gestão territorial e ambiental, de proteção dos povos isolados e de recente contato na região.

ASSOCIATIVISMO AWÁ

A primeira etapa da *Oficina sobre Associativismo junto aos Awá Guajá*⁹ foi realizada entre os dias 20 e 26 de julho de 2016, em atendimento à demanda apresentada pelos Awá Guajá de recente contato para a criação de uma associação representativa de suas quatro aldeias nas TIs Caru, Awá e Alto Turiaçu.

A oficina, que aconteceu na aldeia Awá, na TI Caru, contou com a participação de cerca de 200 pessoas das três terras indígenas, e foi um desdobramento do acompanhamento às agendas junto à empresa Vale, no contexto das discussões do subprograma de fortalecimento institucional do PBA-CI. Em diversas ocasiões, as lideranças haviam manifestando o desejo de fundar uma associação, como estratégia para promover a sua autonomia.

Durante a atividade, Akari destacou que as decisões sobre a sua criação deveriam ser tomadas com cautela, exigindo muito preparo e estudos. Ao final, os indígenas indicaram a necessidade de uma nova oficina, para que os participantes pudessem discutir em suas comunidades e deliberar os próximos passos.

9. A atividade foi realizada em uma parceria entre CTI, FPEAG, CGIIRC, ISPN, e os pesquisadores Marina Magalhães (da UnB) e Uirá Garcia (professor da Unifesp).





HISTÓRIAS DOS AWÁ GUAJÁ

Na noite de 25 de julho, Irakatakoa fez um relato sobre a história dos Awa-Guajá contatados por ele em dezembro de 2014: Makaria, Wirohoa e Jakarewyja. Segundo ele, Makaria e Jakarewyja eram irmãs de Mirakexa'a. Assim, tanto Mirakexa'a, quanto Makaria são suas avós, *jaria*. Elas faziam parte do grupo conhecido como grupo do Tabocal, contatado em março de 1980 na região das cabeceiras do igarapé Timbira. Como a mãe de Irakatakoa morreu quando ele era pequeno, antes do contato, ele foi criado por Mirakexa'a.

Quando uma estrada foi construída (*karai rapea*, 'caminho de *karai*'), o grupo se dividiu durante uma fuga. Iperikuma'ã fugiu com Makaria e Mirakejrake (Irakatakoa não cita Jakarewyja). Iperikuma'ã, também conhecido como Mirimiri, era marido de Makaria. Irakatakoa havia tentado trazê-lo para a aldeia, para viver junto com o grupo de Xami e Takamyxa'a, mas Mirimiri se recusou com medo de doenças. Ele morreu próximo a Tiracambu. Wiroho é filho de Mirimiri. Outro filho de Mirimiri vive na aldeia Awá, Wa'amyxu. No dia seguinte, Irakatakoa foi à aldeia Tiracambu visitar Makaria, porém voltou com a notícia de que Makaria e Jakarewyja haviam ido embora, voltado a viver na mata.

CONHECIMENTO DA MATA

No final de 2016, os assessores do CTI acompanharam a oficina de aprovação do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) da Expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC), realizada na aldeia Awá, na TI Caru. Seu objetivo foi nivelar as informações com os indígenas sobre as ações antecipatórias do PBA-CI, e seus subprogramas de fortalecimento institucional, proteção territorial e saúde.

Durante a apresentação, Tatuxa'a e Itaxi, lideranças Awa-Guajá, expuseram preocupações em relação aos impactos ambientais, sociais e culturais da expansão da EFC e da própria execução do PBA-CI. Chamaram atenção para o fato de que a proteção territorial também está relacionada às questões ambientais e à saúde.

Segundo Tatuxa'a, muitos dos igarapés que drenam a TI Caru e desembocam no rio Pindaré estão ficando mais secos. Muitos peixes estão morrendo. Além disso, a atividade de caça tem sido cada vez mais difícil, tornando comum a situação de caçadores voltando de mãos vazias da mata para a aldeia.

A alimentação, baseada na caça e coleta (principalmente de frutos e mel), segundo Tatuxa'a, é a garantia da saúde dos Awa Guajá e foi ensinada por seus pais e avós. Assim, invasões, desflorestamento e impactos ambientais sobre o território têm implicado no aumento de doenças e ameaçado a manutenção do modo de vida tradicional.

Tatuxa'a afirmou ainda que entre as atividades de proteção territorial deveriam estar a promoção do conhecimento da diversidade de frutos, animais de caça e tipos de mel tradicionalmente coletados pelos Awá-Guajá, pois foi com essa sabedoria que seus antepassados sempre viveram e se mantiveram saudáveis. "O conhecimento sobre o que há na mata, igarapés, plantas e animais é fundamental para protegê-los".

CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES

Em 2017, o projeto continuou prestando assessoria técnica na realização de fóruns de discussão e tomada de decisões que colaboraram para a criação e o aperfeiçoamento de canais de interlocução entre os indígenas vizinhos dos grupos em isolamento, órgãos do Estado e a sociedade civil.

A segunda etapa da *Oficina sobre associativismo com os Awa-Guajá*, aconteceu na aldeia Awa, na TI Caru, entre os dias 4 e 5 de fevereiro. Durante a atividade, os indígenas decidiram pela criação de duas associações: Kakã, dos Awa Guajá da aldeia Guajá (TI Alto Turiaçu) e Arari, dos Awá-Guajá das aldeias Tiracambu, Awá, Nova (TI Caru) e Juriti (TI Awá). A justificativa apresentada para a criação de uma associação exclusiva para os Awá da Alto Turiaçu foi a dificuldade de locomoção entre a aldeia Guajá e as demais, impedindo uma comunicação mais constante.

A associação da TI Alto Turiaçu foi nomeada Kakã, nome de uma ave (identificado como o gavião-caramujeiro) que, segundo os indígenas, vigia seu território e é capaz de expulsar até mesmo aves maiores como a harpia. Também é o nome do grupo de vigilantes indígenas da aldeia Guajá.

A associação das TIs Caru e Awá foi nomeada Arari, nome em Guajá para a araracanga, espécie de ave cujas penas servem de matéria-prima para adornos. Os indígenas apresentaram ainda nomes para compor a Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Arari.

HISTÓRIAS DO CONTATO

Durante as reuniões de assessoria do projeto, Tatuxa'a falou sobre a região dos isolados em uma conversa com um pequeno grupo de pessoas. Ele explicou que próximo da região de Xaperakatu, um cocal onde foi realizado o contato com Wa'amyxua e sua mãe Ka'arawj a, deságua o igarapé Ypirane. A montante do igarapé Presídio se encontra a região de Jariratapa, "lugar da vovó", provavelmente uma área abandonada após a morte de um antepassado. Mais a montante se encontra a região de Wa'itamaka'i, outra de cocal, onde foi contatado Wirohoa, Jakwarewyja e Makaria em 2014.

Segundo Tatuxa'a, quando Makaria estava na aldeia Tiracambu, relatou que conheceu um homem chamado Jawajtuxa'a quando vivia na mata. Jawajtuxa'a teria uma esposa e filhos. Ele tentou matar Makaria, que fugiu com Jakarewyja e Wiroho para morar em Jariratapa. A fuga de inimigos teria sido umas das razões do contato. Tatuxa'a relatou que Jawajtuxa'a era perigoso e que não sabia se tratava-se de um awaete, "awa de verdade", ou mihua, "índio bravo".

Sobre Makaria, Tatuxa'a ainda falou que vira, recentemente, rastros e vestígios que reconheceu como dela na região da cabeceira do igarapé Presídio. Disse que compreende seu desejo de viver na mata e que ela não teria mais necessidade de viver na aldeia porque, caso necessitasse de bens manufaturados não-indígenas, os Awá contatados pediriam à Funai que os fornecessem e levariam para ela.

Tatuxa'a mencionou que próximo à região da TI Araribóia havia um grupo de Awá, de Xipa Xa'amukuae Xipa Tamy Waha (ou Xipa Tamanõaha). Takamy'ixa'a, atualmente morador da aldeia Awa, era desse grupo. Xipa Ximira (conhecido também como Xami), pai de Tatuxa'a, disse que Xipa Xa'amukua é seu *harapihiara*, 'irmão', apesar de não serem filhos da mesma mãe. Tatuxa'a levantou a hipótese de que o grupo de Xipa Xa'amukua, conhecido por ter tido muitos filhos, seja o de isolados que vivem na atual TI Araribóia. Porém, também levantou a hipótese de que o grupo de Xipa Xa'amukua pode ser um outro sobre o qual ouviram que fora morto na região de Buriticupu.

Amy Paranawãja, em relato de 2015, disse que também havia levantado a hipótese de que Xipa Xa'amukua, seu cunhado, estaria vivendo na TI Araribóia, pois durante uma fuga seu grupo se dividiu em dois e o grupo de Xipa Xa'amukua teria ido naquela direção.



Encontro pedagógico Awa em 2017

ENCONTRO PEDAGÓGICO AWÁ

Após a oficina, aconteceu o *Encontro Pedagógico*, realizado na aldeia Awá, na TI Caru, entre os dias 6 e 8 de fevereiro. Foi a primeira atividade das recém-criadas escolas indígenas nas aldeias Awá e Tiracambu. Teve como objetivo desenvolver estratégias e elaborar um plano de trabalho para a implementação da educação escolar entre os Awa Guajá no ano letivo de 2017, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão.

GESTÃO INTEGRADA

A proposta de um mosaico de conservação socioambiental, formado pela Reserva Biológica do Gurupi e pelas Terras Indígenas Alto Rio Guamá, Alto Turiaçu, Awá, Carú, Rio Pindaré e Araribóia, implica grandes desafios em vista das vulnerabilidades e ameaças existentes nesse complexo territorial, exigindo a ampliação e fortalecimento das relações entre instituições governamentais, organizações da sociedade civil e povos indígenas, para um trabalho articulado de proteção.

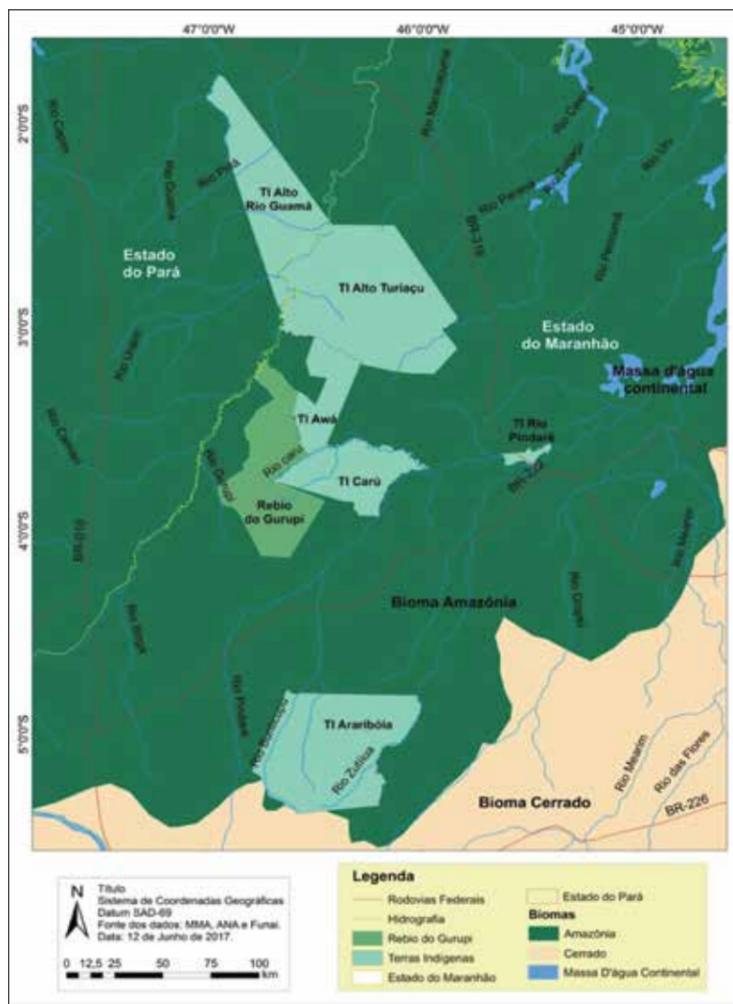
A gestão integrada de unidades de conservação (UCs) e terras indígenas exige o estabelecimento e a criação de arranjos que viabilizem a participação e contribuição efetiva dos povos indígenas, suas formas e denominações representativas nos processos de diálogo, consulta e gestão do território.

Para enfrentar esse desafio, foi realizada, em junho de 2017, no Sítio dos Padres, em Santa Inês, a *Oficina de Nivelamento e Mobilização para a Gestão Integrada na Amazônia Maranhense*¹⁰. Entre os principais temas tratados, a discussão sobre os conceitos, vantagens da gestão integrada, e a definição de um plano estratégico para se avançar no processo de reconhecimento do Mosaico Gurupi.

Como desdobramento dessa oficina, os Awa-Guajá da aldeia Awá demandaram a assessoria técnica do projeto para a preparação da próxima reunião do Grupo de Trabalho de Proteção Territorial do Mosaico Gurupi, que foi realizada entre os dias 13 e 14 de novembro, em Santa Inês.

Durante o GT, foram discutidos temas como o conceito de gestão integrada de áreas protegidas, o histórico do processo de constituição do Mosaico Gurupi, além das estratégias de gestão e proteção territorial dos indígenas. A perspectiva apresentada pelos Awa-Guajá está ligada à ocupação do seu território, por meio da caça e da coleta de produtos florestais, e da relação entre as diferentes aldeias ligadas por caminhos no meio da mata.

10. A oficina foi realizada pelo ICMBio, em parceria com o ISPN, CTI, Funai, Museu Paraense Emílio Goeldi e com o apoio do Programa Arpa, do Ministério do Meio Ambiente.



Mapa da proposta de criação do Mosaico Gurupi. Abaixo, participantes da oficina *Gestão Integrada da Amazônia Maranhense (Mosaico Gurupi)*, realizada em 2017 em Santa Inês (MA).



FORMAÇÃO E MONITORAMENTO

Nos meses de setembro e outubro de 2017, o processo de fortalecimento do Centro de Saberes Cacique Chicão, na aldeia Lagoa Comprida, na TI Araribóia, foi finalizado. À época, as lideranças da CCOCALITIA decidiram transformar o espaço em um centro de formação de lideranças e de Agentes Ambientais Indígenas Wazayzar, de reuniões para o planejamento e execução de atividades de monitoramento territorial e capacitação.

Em um primeiro momento, os participantes se dividiram em grupos para a realização das atividades. Uma equipe ficou dedicada à construção do Centro de Saber, com o trabalho de carpintaria, alvenaria, elétrica e encanação. Outro grupo ficou responsável pelas ações de vigilância e monitoramento, realizando todos os dias incursões na mata. A terceira equipe, mais ligada à coordenação política e técnica da COCALITIA e Wazayzar, participou das reuniões de planejamento e capacitação em técnicas de registro e documentação.

Durante as atividades de monitoramento territorial, foi feito o levantamento de informações sobre vulnerabilidades, invasões e outras ocorrências que ameaçam também a integridade de indígenas isolados. Foram identificados vestígios deixados por caçadores, assim como indícios da ação de madeireiros ilegais, como pontes clandestinas, acampamentos abandonados, “carotes” (vasilhames) de combustível, entre outros.

Nesta região, as ações do projeto foram finalizadas em 2017, contando com a avaliação do que foi realizado e os desafios que envolvem o processo continuado de organização política e gestão territorial e ambiental da TI Araribóia.

Em março de 2018, durante a Assembleia Avaliativa da CCOCALITIA, realizada na aldeia Lago Branco, na TI Araribóia, os indígenas concluíram que devem fortalecer suas estratégias de gestão territorial e ambiental para fazer frente às ameaças ao seu território, e à atual conjuntura política no Brasil, que vem enfraquecendo a política indigenista e, conseqüentemente, impactando os povos indígenas da região.

Desde então, a situação de vulnerabilidade do grupo Awa em isolamento voluntário, assim como das comunidades Tenetehara da TI Araribóia se intensificou, com o recrudescimento das atividades ilícitas de extração de madeira e as conseqüentes violências físicas a estas populações e seus territórios.

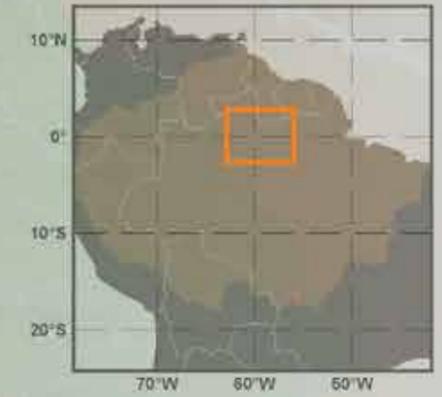


2.5.
NORTE DO PARÁ

Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana
Terra Indígena Nhamundá/Mapuera
Terra Indígena Trombetas/Mapuera

Proteção e Isolamento em Perspectiva

Norte do Pará



Legenda

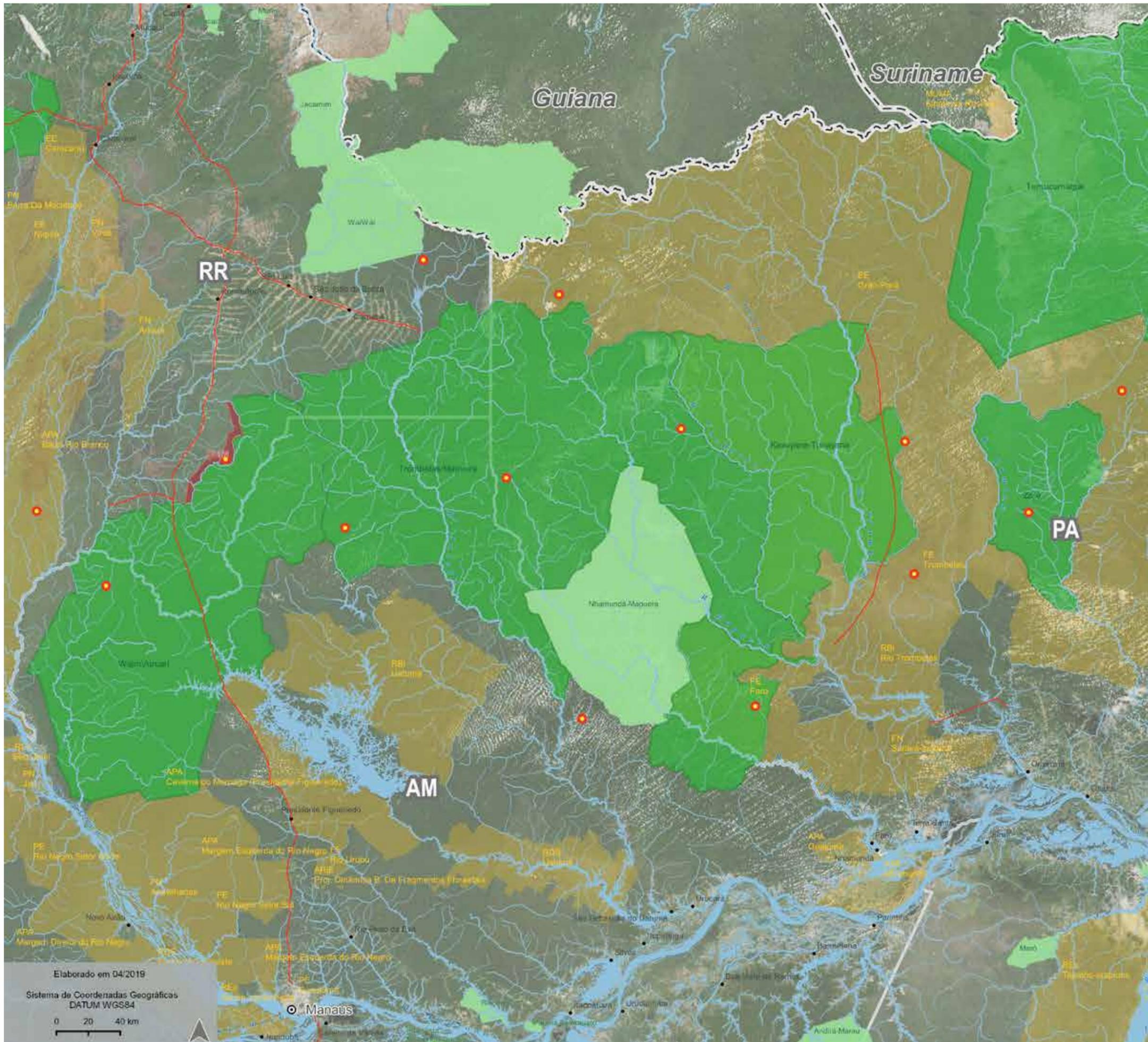
- Referência de povos isolado e de recente contato (Brasil)
- Terra Indígena habitada exclusivamente por povos isolados
- Terra Indígena com restrição de uso
- Terra Indígena com registro de povos isolados
- Reserva Territorial para povos isolados e de recente contato (Peru)
- Proposta de Reserva Territorial para povos isolados e de recente contato (Peru)
- Territórios indígenas reconhecidos oficialmente
- Territórios indígenas sem reconhecimento oficial
- Área natural protegida (Peru) e Unidades de Conservação (Brasil)
- Hidrografia
- Rodovia
- Sede Municipal
- Capital Estadual
- Limite Estadual
- Limite Internacional

Fontes:
Terras Indígenas no Brasil - FUNAI, 2017
Territórios Indígenas na América Latina e Áreas Naturais Protegidas - RAISG, 2018
Limites Estaduais, Sedes Municipais e Capitais - IBGE, 2018
Rodovias - DNIT, 2018
Ferrovias - ANTT, 2018
Hidrografia - ANA, 2108
Limite Internacional - GeoSUR, 2016

Realização

Parceria

Apoio



Elaborado em 04/2019

Sistema de Coordenadas Geográficas
DATUM WGS84

0 20 40 km





Reunião na aldeia
Katxpakuru, Terra
Indígena Kaxuyana-
Tunayana.

ÁREA FOCAL PRIORITÁRIA DO PROJETO

TERRA INDÍGENA	POVOS	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO	ÁREA
Kaxuyana-Tunayana	Katxuyana, Tunayana, Kahyana, Katuena, Mawayana, Tikiyana, Xereu-Hexkaryana, Xereu-Katuena e isolados	734	Declarada	2.184.120 hectares
Nhamundá/Mapuera	Hexkaryana, Katuena, Katxuyana, Waiwai	2.151	Homologada	1.049.520 hectares
Trombetas/Mapuera	Katuena, Xereu, Waiwai, Tunayana, Tikiyana, Hexkaryana, Karapawyana, Katuena e isolados	1.035	Regularizada	3.970.898 hectares

OUTRAS TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM INTERFACES NAS AÇÕES DO PROJETO

TERRA INDÍGENA / UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	POVOS	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO TI / DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO UC	ÁREA
Zo'é	Zo'é	310	Regularizada	668.566 hectares
Reserva Biológica do Uatumã			Decreto s/n 19/09/2002	940.358 hectares
Reserva Biológica do Rio Trombetas			Decreto 84.018 21/09/1979	385.000 hectares
Estação Ecológica do Grão-Pará			Decreto 2609 04/12/2006	4.245.819 hectares
Floresta Nacional Saracá-Taquera		1351	Decreto 98.704 27/12/1989	429.600 hectares
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã		1312	Decreto 24.295 25/06/2004	434.430 hectares
Floresta Estadual de Faro		245	Decreto 201 - 16/09/2011	525.434 hectares
Floresta Estadual do Trombetas		20	Decreto 2.607 - 04/12/2006	3.025.667 hectares

Fontes de dados populacionais: Sesai, 2017 (TI Kaxuyana-Tunayana); Sesai, 2018 (TI Nhamundá/Mapuera); Sesai, 2019 (TI Trombetas/Mapuera); FPEC/Funai, 2018 (TI Zo'é); CTI adaptado de Ibama, 2001 (Flona Saracá-Taquera); CTI adaptado de Idesam/SDS, 2009 (RDS Uatumã), CTI adaptado de Imazon/Sema-PA, 2011 (Flota de Faro e Flota Trombetas). As estimativas populacionais das unidades de conservação não consideram os dados referentes às aldeias indígenas e comunidades quilombolas sobrepostas por estas UCs.

O CONTEXTO DE ATUAÇÃO DO PROJETO NO NORDESTE AMAZÔNICO¹

A porção nordeste da Amazônia brasileira compreendida entre o estado do Amapá, o norte do Pará, a região de divisa deste estado com o Amazonas e a fronteira com o Suriname, Guiana e Guiana Francesa faz parte da região etnográfica do Planalto das Guianas. Nessa extensa região localizam-se diversas áreas protegidas que fazem parte do maior corredor de floresta tropical contínua do planeta², cuja conservação é condição de existência dos povos indígenas e populações tradicionais que o habitam. As TIs Trombetas-Mapuera, Nhamundá-Mapuera, Katxuyana-Tunayana e Zo'é compõem esse corredor e totalizam, juntas, 7.873.104 hectares de florestas e áreas de Cerrado amazônico preservadas por meio do uso e ocupação de povos indígenas da família linguística Karib (Waiwai, Hixkaryana, Katuena, Karafawyana, Tikiyana, Xereu, Mawayana, Katxuyana, Tunayana, Kahyana, dentre outros povos karib) e da família Tupi-Guarani (povo Zo'é, de recente contato), além de indígenas em isolamento.

Apesar de avanços nos processos de regularização fundiária de seus territórios, esses povos continuam ameaçados por grandes projetos de infraestrutura, gestados durante a ditadura militar, que preveem a exploração minerária, a construção de usinas hidrelétricas e a abertura de estradas, e que têm previsão de ser retomados pela atual gestão do Governo Federal. Ações de proselitismo religioso e garimpagem ilegal de ouro também pressionam atualmente seus territórios e modos de vida, e colocam em risco a integridade física de indígenas em isolamento voluntário. No caso das aldeias dos povos Okomoiyana, Xowyana e Kararayana no baixo rio Jatapu, as pressões se somam à falta de reconhecimento de seu território tradicional pelo Estado brasileiro até o presente.

É nesse contexto que atua a Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema (FPEC/Funai). Criada em 1990, logo após o contato com o povo Zo'é, na região do rio Cuminapanema, noroeste do Pará, a FPEC teve seu trabalho restrito a este povo até o ano de 2011. Antes disso, a última ação de localização de indígenas isolados da Funai nessa vasta região havia sido realizada em 1982. Dessa forma, criou-se, ao longo de quase três décadas, uma lacuna de informações com relação aos povos em isolamento voluntário nessa área, com exceção de dados fragmentados contidos nos relatórios de identificação e delimitação das TIs mencionadas acima.

1. TTexto adaptado a partir das Edições #01, #06 e #08 do Boletim Povos Isolados na Amazônia (<https://boletimisolados.trabalhoindigenista.org.br>), do documento "Sistematização e edição de textos do Projeto 'Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia'" (Jaime Siqueira, 2017) e do diagnóstico socioambiental "Complexo de Áreas Protegidas da Calha Norte Ocidental – Área Focal 1 – TIs Katxuyana-Tunayana, Nhamundá/Mapuera, Trombetas/Mapuera" (Luiza G. Girardi, 2018), elaborados no âmbito do projeto.

2. Fazem parte desse corredor as áreas protegidas que compõem o Mosaico da Amazônia Oriental (Parna Montanhas do Tumucumaque, Flona do Amapá, RDS do Rio Iratapuru, Flota do Amapá, Parque Natural Municipal do Cancão, Resex Beija-Flor Brilho de Fogo, TI Wajápi, TI Parque do Tumucumaque, TI Rio Paru D'Este); as que compõem a proposta ainda não reconhecida do Mosaico Calha Norte (Esec do Jari, Rebio Trombetas, Flona Saracá-Taquera, Flona de Mulata, Apa Paytuna, Parque Estadual de Monte Alegre, Flota do Paru, Flota Trombetas, Flota de Faro, Esec Grão-Pará, Rebio Maicuru, TI Nhamundá-Mapuera, TI Trombetas-Mapuera, TI Paru D'Este, TI Zo'é, TQ Boa Vista, TQ Água Fria, TQ Pacoval, TQ do Trombetas, TQ do Erepecuru, TQ do Rio Cabeceiras, TQ Alto Trombetas 1, TQ Alto Trombetas 2) os TQs Cachoeira Porteira e Ariramba; e, ainda, o Parc Amazonien de Guyane (na Guiana Francesa) e a Reserva Natural Sipaliwini (no Suriname).

A partir de 2011, a jurisdição da FPEC passou a contemplar também cinco registros de indígenas isolados entre os rios Jatapu, no estado do Amazonas, e Oiapoque, no estado do Amapá³. A FPEC iniciou, então, um trabalho mais sistemático de pesquisa e qualificação dos registros na região, o que levou a Funai a ampliar para 12 o número de registros trabalhados por esta Frente, 4 deles fora de Terras Indígenas reconhecidas ou áreas sob restrição de uso. Entre 2015 e 2019, o trabalho da FPEC foi apoiado pelo projeto “Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia”, realizado pelo Centro de Trabalho Indigenista em cooperação técnica com a Funai e com o apoio do Fundo Amazônia. Atualmente as ações da FPEC abrangem uma vasta extensão territorial que vai da bacia do rio Jatapu, no Amazonas, até as cabeceiras dos rios Oiapoque e Amapari, no Amapá, incluindo áreas que fazem fronteira com a Guiana, Guiana Francesa e o Suriname. Sua área de atuação compreende as TIs Zo'é, Rio Paru D'Este, Parque do Tumucumaque, Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera, Waiãpi e Katxuyana-Tunayana, esta última recentemente declarada pelo Ministério da Justiça⁴. Além das terras indígenas, a área de atuação da FPEC abrange unidades de conservação estaduais e federais na região, já que nelas existem registros da presença de isolados. O recorte prioritário das ações do projeto nessa extensa região compreendeu a porção oeste da área de ação da FPEC, no norte do Pará e Amazonas.

3. Portaria nº 1816/Presidência da Funai, de 30 de dezembro de 2011.
4. Portaria nº 1.510/MJ, de 19 de setembro de 2018.



Mulheres Hexkaryana chegam para reunião na aldeia Kassawá, rio Nhamundá.



Festa Kahyana na aldeia Purhó Miti

As ações da FPEC/Funai abrangem uma vasta extensão territorial que vai da bacia do rio Jatapu, no Amazonas, até as cabeceiras dos rios Oiapoque e Amapari, no Amapá, incluindo áreas que fazem fronteira com a Guiana, Guiana Francesa e o Suriname. O recorte prioritário das ações do projeto compreendeu a porção oeste dessa extensa região, no norte do Pará e Amazonas.



Família Okoymoyana
(Eduardo Gomes
Warakatu e
Geseuma Eyka) na
aldeia Nova Bacaba,
rio Jatapu.

MISSIONÁRIOS, MILITARES E GRANDES PROJETOS – UM BREVE HISTÓRICO DOS INTERESSES SOBRE OS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NA REGIÃO

O histórico recente dos povos indígenas da região é marcado pelas migrações e aldeamentos, a partir dos anos 1950, em torno de missões religiosas na Guiana, Suriname e Parque do Tumucumaque, assim como por processos de isolamento de alguns grupos que se recusaram a relacionar-se sob a égide da igreja e demais ações colonizadoras. A partir dos anos 1960, o projeto evangelizador das agências missionárias, cuja base de sustentação era a concentração dos povos indígenas em aldeias-missões, foi incentivado e apoiado por militares. Com o programa “Trinômio FAB-índios-missionários”, a Força Aérea Brasileira buscou parcerias com agências missionárias católicas e evangélicas que já atuavam entre os indígenas em áreas remotas da região para fortalecer sua presença nas zonas de fronteira com a Venezuela, Guiana e Suriname, através da abertura de pistas de pouso e do assentamento, nessas áreas, da população indígena cuja “aculturação” ficaria a cargo dos missionários.

Consolidada na década de 1970, a colaboração entre militares e missionários facilitou a instalação de grandes projetos, implementados pelo Estado por meio de programas como o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia). A concentração demográfica estimulada por essa parceria foi responsável pela construção de um esvaziamento momentâneo da região, favorecendo os interesses integracionistas previstos pelos programas mencionados. Nesse contexto, os conglomerados multiétnicos e multilíngues construídos sob estímulo militar-missionário concentraram a população originária entre o final dos 1970 e início dos 1980 nas aldeias-missão Kassawá, no médio Nhamundá; de Mapuera, no afluente homônimo do Trombetas; de Kaxmĩ, estabelecida em um tributário do Anauá a partir da abertura de pista de pouso, incorporada à TI Waiwai; e da Missão Tiryó, no Paru d'Oeste, TI Parque Indígena do Tumucumaque. Ao lado de Cachoeira Porteira, no médio Nhamundá, Kassawá e Mapuera foram incorporadas à TI Nhamundá-Mapuera, identificada em 1976 no contexto do Projeto Funai/Radam. Trata-se do primeiro território reconhecido em toda a região, pressionada por variadas vulnerabilidades desde os 1960.

A colonização não-indígena no entorno das áreas protegidas hoje existentes na região foi impulsionada pela implementação de grandes projetos instituídos pelo governo militar a partir de 1964. Ajustando-se às estratégias econômicas e geopolíticas do Estado, tais empreendimentos foram implementados com atenção às diretrizes das políticas públicas que vigoraram no período, institucionalizadas em planos como o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e o I e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA). Afirmando a Amazônia como

um “espaço vazio”, à revelia da ocupação tradicional e das territorialidades indígenas, tais diretrizes destinavam-se ao suposto “desenvolvimento” e “integração” das fronteiras, de modo a garantir a “segurança” e “soberania” do Estado sobre a região.

As diretrizes do I e II PND estipulavam que a expansão econômica e geopolítica em direção à fronteira norte seria iniciada pela instalação da infra-estrutura física (comunicação e transportes), conjugada à colonização pelo direcionamento da migração (via assentamentos agrários) no entorno das rodovias. Aliados a tal estratégia, benefícios e incentivos foram disponibilizados pelo Estado a iniciativas multinacionais e/ou privadas, sobretudo às de caráter agropecuário, hidroelétrico e minerário.

Diversos instrumentos institucionais foram estabelecidos com a finalidade de implementar essas diretrizes do regime militar: o Banco da Amazônia (Basa S/A) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, bem como o Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incrá) e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra) em, respectivamente, 1970 e 1971.

A atuação do governo militar na região em questão deu-se através de três programas principais: o Programa de Integração Nacional (PIN), de 1970; o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), de 1974; e o Projeto Radam Brasil, de 1975. Articulado o direcionamento da migração (indígena e não-indígena) à instalação de infraestrutura rodoviária, os programas abriram caminho para empreendimentos hidroelétricos e minerários implementados entre 1970 e 1980.

Uma dessas iniciativas, prevista no escopo do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia, foi a instalação do Polo Trombetas, no município de Oriximiná-PA. O Polo Trombetas se constituiu a partir da descoberta, ainda em 1966, de grandes jazidas de bauxita no vale do rio Trombetas pela empresa canadense Aluminium Limited of Canada (ALCAN). Paralisado em 1972, o projeto de exploração mineral foi retomado em 1975, quando a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tornou-se acionista majoritária do consórcio que formou a Mineração Rio do Norte, em conjunto com a ALCAN e outras empresas. A partir de 1979 tem início a exportação de bauxita.

O Polo Trombetas previa ainda o beneficiamento da bauxita para exportação, o que demandaria energia elétrica abundante e barata. Em 1973, o governo criou a companhia Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (Eletronorte), que incorporou os estudos de inventário hidrelétrico que a Eletrobrás vinha realizando nas bacias dos rios Trombetas, Erepecuru e Jatapu⁵. A partir de 1980, a Eletronorte iniciou os estudos de viabilidade técnica da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no rio Trombetas. Dando curso ao mapeamento mineral na região,

5. Em 1972 a Eletrobrás elaborou um inventário do potencial hidráulico da Amazônia e apontou os rios Uatumã, Jatapu e as bacias dos rios Trombetas e Erepecuru para aproveitamento hidrelétrico. A partir de 1980, a Eletronorte iniciou os estudos de viabilidade técnica e econômica da construção de um complexo de barragens hidrelétricas no rio Trombetas, com represamentos previstos nos rios Mapuera, Cachorro, Turuni, Erepecuru e Trombetas. Em 1984 o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) requereu à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) um estudo geológico detalhado da bacia do rio Trombetas, visando identificar minerais para exploração econômica em grande escala, o que foi feito no mesmo ano no rio Mapuera.



Grupo Hixkaryana fotografado por Protásio Frikel na primeira metade da década de 1950 no rio Nhamunda.



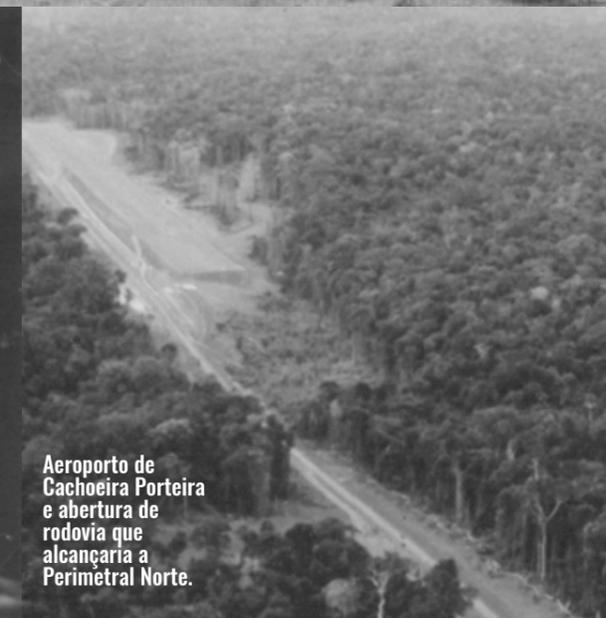
Base da empresa Andrade Gutierrez em Cachoeira Porteira, em 1976.



Missionários franciscanos e militares da Força Aérea Brasileira na Missão Tiryós, em 1963.



Trecho da BR-210 aberto entre Cachoeira Porteira e o km 126 da rodovia Perimetral Norte, na bacia do Trombetas.



Aeroporto de Cachoeira Porteira e abertura de rodovia que alcançaria a Perimetral Norte.

em 1982 o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) requereu à Companhia de Pesquisa em Recursos Minerários (CPRM) o mapeamento dos rios Trombetas e Mapuera.

No baixo rio Jatapu, onde desde o final da década de 1960 vinham sendo realizadas pesquisas minerárias, nos anos 1970 foi iniciada a mineração de calcário próximo ao Posto Indígena Jatapu. Outros grandes projetos deste período que ameaçavam a região foram iniciados e deixados inconclusos, como as obras de implantação da BR-210, mais conhecida como Perimetral Norte; a construção parcial do trecho norte da BR-163, entre Cachoeira Porteira e o entroncamento da BR-210; e a construção da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no rio Trombetas. O traçado das rodovias e a área de alagamento das UHEs atingiriam diretamente as áreas de habitação tradicional de diversos povos, inclusive de grupos em isolamento voluntário. A construção da BR-210, responsável por promover o contato do povo Waiãpi no Amapá, caso tivesse avançado no Pará cortaria também o território dos isolados Karapawyana na bacia do rio Jatapu e outras áreas onde, ainda hoje, existem registros de indígenas em isolamento voluntário na bacia do rio Trombetas.

Os planos militares tiveram novo impulso na região a partir de 1985, com o Programa Calha Norte (PCN). Capitaneado pelo Conselho de Segurança Nacional, o Programa foi elaborado de forma sigilosa dentro do governo e só foi tornado de conhecimento público em outubro de 1987. Previa ações na região ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, a partir de quatro objetivos básicos: aumento da presença militar na fronteira; incremento de relações bilaterais; demarcação das fronteiras; remodelação da política indigenista⁶.

Concentrando quase 80% dos recursos em ministérios militares e nas forças armadas, o PCN dava continuidade às preocupações geopolíticas dos militares sobre a necessidade de “integrar” economicamente a Calha Norte, vista como uma região instável, principalmente depois dos processos de independência da Guiana, em 1966 e do Suriname, em 1975.

Além do incremento de bases militares, as ações dentro das terras indígenas tinham o objetivo de fortalecer a presença do Estado nessas áreas por meio da abertura de Postos Indígenas da Funai. Contudo, os territórios indígenas na região permaneceram suscetíveis à ação de garimpeiros, à atuação missionária e a diversas pressões e invasões. Mais recentemente, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o rio Trombetas voltou a ser cotado para a geração hidroelétrica. No Plano Nacional de Energia 2030 (PNE)⁷, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) lista a bacia do rio Trombetas ao lado de Xingu, Tapajós e Madeira como responsáveis por 90% do potencial hidroelétrico a ser

6. Pacheco de Oliveira, João et al. Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras. UFRJ; PETI; Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1990.

7. Plano Nacional de Energia 2030 / Ministério de Minas e Energia ; colaboração Empresa de Pesquisa Energética . _ Brasília : MME: EPE, 2007.

explorado na Amazônia. Em 2009 a EPE encomendou, por meio de contratos de consultoria, um novo inventário da bacia trombetana, cujos trabalhos de campo para a elaboração dos Estudos Socioambientais foram iniciados apenas em 2014, após uma série de prorrogações.

No mesmo ano, após uma reunião da EPE na comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, o Ministério Público Federal recomendou a suspensão de qualquer licença ou autorização de pesquisa à EPE concedida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas/PA), Ibama e ICMbio, uma vez que não houve consulta prévia a todas as comunidades afetadas, desrespeitando o Artigo 6º da Convenção 169 da OIT. Não obstante, considerando haver dados suficientes coletados nas comunidades, a EPE deu como finalizado o Diagnóstico dos Usos Múltiplos da Água e o Diagnóstico Socioambiental da bacia do rio Trombetas no primeiro semestre de 2015⁸.

Em 2019, com a posse de Jair Bolsonaro na Presidência da República, o norte amazônico se viu mais uma vez na mira de projetos de “integração”, à revelia de seus povos indígenas e populações tradicionais. O Projeto Barão do Rio Branco, por exemplo, foi gestado nos primeiros meses do novo Governo, no âmbito da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE). Em entrevistas sobre o projeto, o então Secretário da SAE justificou as obras previstas como necessárias para desenvolver e integrar à economia nacional uma região “deserta e improdutiva”. O Projeto prevê a construção de uma ponte sobre o rio Amazonas, no estreito de Óbidos-PA, a conclusão da BR-163 até a fronteira com o Suriname e a construção da UHE Cachoeira Porteira.

A BR-163 e a UHE, se construídas, impactarão diretamente as TIs Katxuyana-Tunayana, Trombetas-Mapuera, Nhamundá-Mapuera e Parque do Tumucumaque, além do Território Quilombola de Cachoeira Porteira, com alagamentos de aldeias e roças, remoção da população indígena e quilombola e obras em áreas com registro de povos indígenas em isolamento voluntário.

8. Relatório de Gestão do Exercício de 2016 / Ministério de Minas e Energia; Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: MME: EPE, maio/2017.



☞ A história recente dos povos indígenas da região é marcada pelas migrações e aldeamentos em torno de missões religiosas na Guiana, Suriname e Parque do Tumucumaque, assim como por processos de isolamento de alguns grupos que se recusaram a relacionar-se sob a égide da igreja e demais ações colonizadoras.

INTERESSES MINERÁRIOS⁹

O complexo de áreas protegidas do norte do Pará compreende 3 Terras Indígenas (TI Kaxuyana-Tunayana, TI Nhamundá/Mapuera e TI Trombetas/Mapuera), 8 Territórios Quilombolas (TQ Água Fria, TQ Boa Vista, TQ Cachoeira Porteira, TQ Erepecuru, TQ Trombetas, TQ Alto Trombetas 1, TQ Alto Trombetas 2 e TQ Ariramba) e 7 Unidades de Conservação – destas, três são Unidades de Conservação de Proteção Integral (Rebio do Uatumã, Rebio do Rio Trombetas e Esec do Grão Pará) e quatro são Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Flona Saracá-Taquera, RDS Uatumã, Flota de Faro e Flota do Trombetas). Nessas 18 áreas protegidas incidem 745 processos minerários cadastrados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Do total de processos, 326 registros (43,8%) estão sobrepostos às Terras Indígenas que foram foco das ações do projeto. Nos Territórios Quilombolas estão 94 processos, ou 12,6% do total. Nas Unidades de Conservação estão 325, ou 43,6% do total.

Aqueles incidentes em Terras Indígenas somam uma área de 2.517.713,78 hectares. A maior parte dos registros localiza-se na TI Trombetas-Mapuera: são 146 processos, somando uma extensão de 1.185.315,46 ha, uma área que corresponde a 29,64% desta TI. Na Terra Indígena Nhamundá-Mapuera há 106 processos, com a extensão total de 778.440,32 ha, correspondendo a 68,40% de seu território. Já na TI Kaxuyana-Tunayana incidem 74 processos que totalizam 553.958,00 ha, uma área equivalente a 25,20% do seu território.

Eles encontram-se em diferentes fases do processo: a maior parte, 309 do total de 326, têm entrada de Requerimento de Pesquisa Mineral; 12 possuem Autorização de Pesquisa; 6 possuem Disponibilidade de Área; 1 tem Requerimento de Lavra; e 2 têm Requerimento de Lavra Garimpeira.

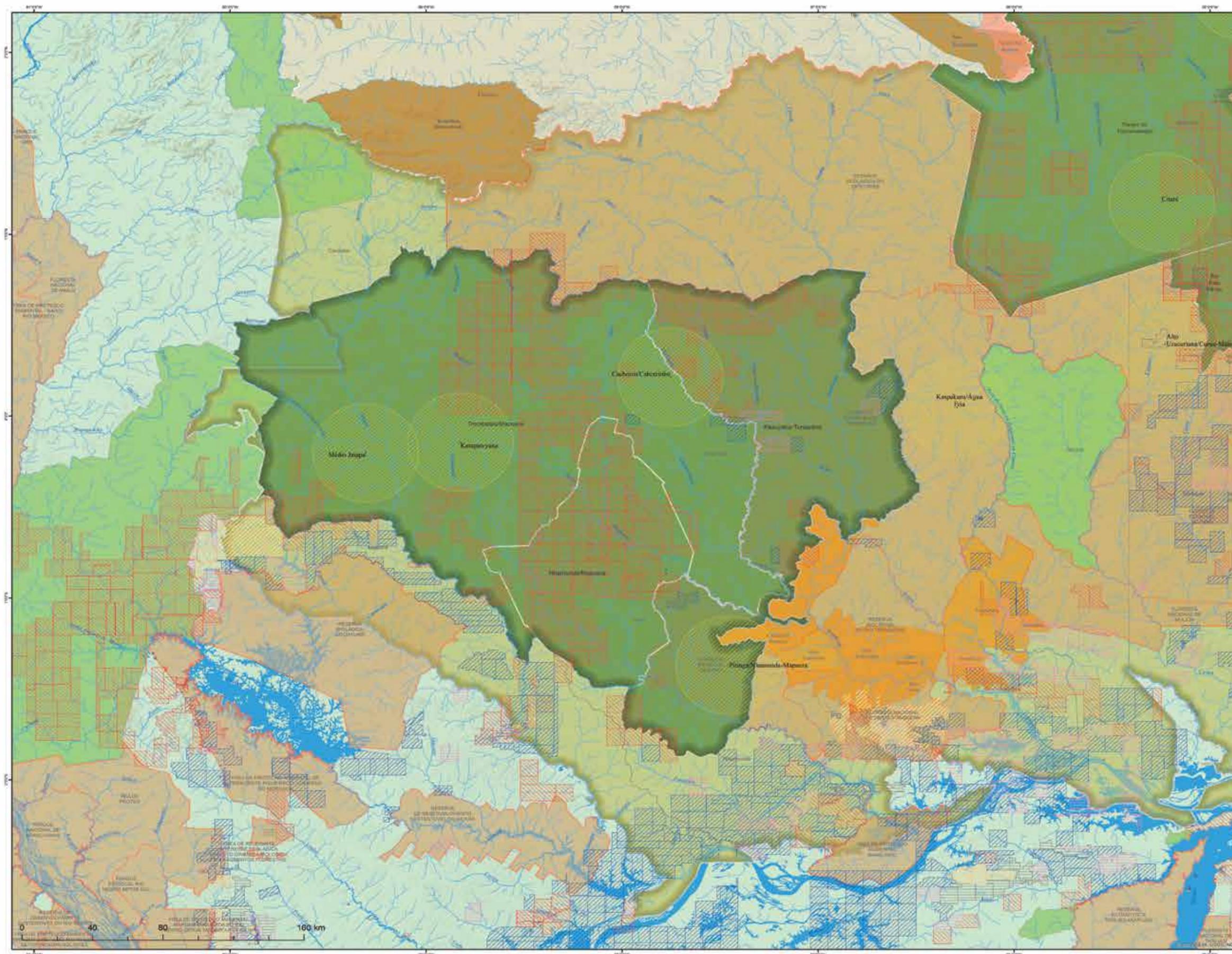
A principal substância é o ouro: do total de 326 processos em Terras Indígenas, 162 requerem a licença para esta substância. Do restante, 40 visam o minério de cobre, 15 o estanho, 14 a bauxita e 10 a wolframita.

Dos processos incidentes em Terras Indígenas, 83 são de responsabilidade da Mineração Silvana Indústria e Comércio Ltda.; a Companhia Vale do Rio Doce é responsável por 59; a Mapa Mineração Indústria e Comércio Ltda., por 50; a Mineração Guanhões Ltda., por 39; e a Mineração Taboca S/A, por 13.

Destaca-se, ainda, a mineração de calcário e de ferro pela empresa Itautinga Agroindustrial S/A, além de outros interesses minerários incidentes sobre território tradicional ainda não reconhecido dos povos Okomoiyana, Xowyana e Kararayana no baixo rio Jatapu, região que também conta com registro sobre a presença de indígenas em isolamento.

9. Trecho adaptado do diagnóstico socioambiental "Complexo de Áreas Protegidas da Calha Norte Ocidental - Área Focal 1 - TIs Kaxuyana-Tunayana, Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera", elaborado no âmbito do projeto (Luisa G. Girardi, 2018)

INTERESSES MINERÁRIOS NA REGIÃO

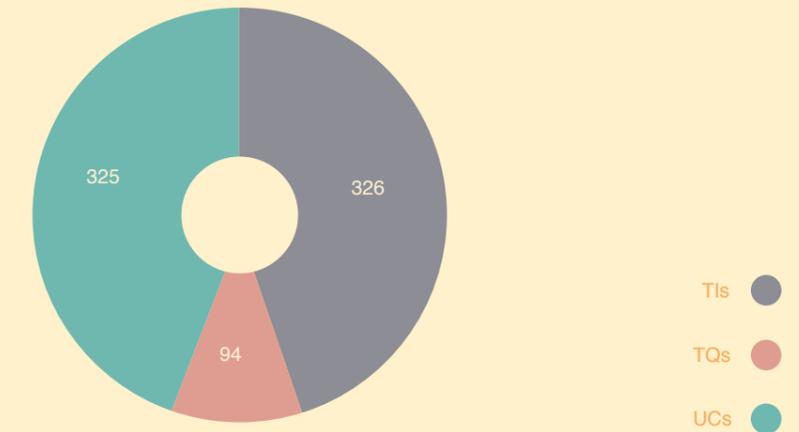


<p>Projeto Proteção Etnoambiental de Povos Isolados e de Recente Contato na Amazônia Brasileira</p> <p>Interesses Minerários na área de influência das terras indígenas com presença de povos isolados no norte do Pará (Área Focal I)</p>	
<p>Dados Minerários (DNPM)</p> <p>FASE</p> <ul style="list-style-type: none"> AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA CONCESSÃO DE LAVRA DISPONIBILIDADE LAVRA GARIMPEIRA LICENCIAMENTO REGISTRO DE EXTRAÇÃO REQUERIMENTO DE LAVRA REQUERIMENTO DE LAVRA GARIMPEIRA REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO REQUERIMENTO DE PESQUISA Referências de Índios Isolados <p>Hidrografia</p> <ul style="list-style-type: none"> Terras Indígenas com Presença de Índios Isolados Áreas Protegidas Vizinhas Territórios Indígenas Vizinhas Territórios Quilombolas Unidades de Conservação Demais Terras Indígenas Municípios Limítrofes 	
<p>1:1.000.000</p>	<p>N</p>
<p>2016</p>	
<p>GCS_SIRGAS_2000 WKID: 4674 Authority: EPDG Angular Unit: Degree (0,0174532925199433) Prime Meridian: Greenwich (0,0) Datum: D_SIRGAS_2000 Spheroid: GRS_1980 Semimajor Axis: 6378137,0 Semiminor Axis: 6356752,314140356 Inverse Flattening: 296,257222101</p>	
<p>FONTES: DNPM, IBGE, MMA, SEMA/PA, FUNAI, ITERPA, RAISG, HydroSHEDS</p>	
<p>Realização:</p>	
<p>Parceira:</p>	<p>Apio:</p>

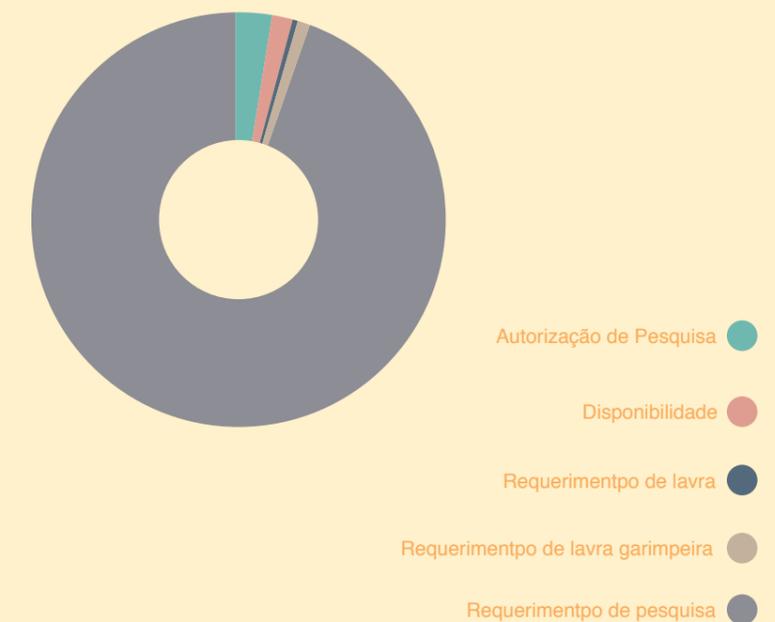
COMPLEXO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO NORTE DO PARÁ

ÁREA PROTEGIDA	EXTENSÃO (HECTARES)	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO TI OU TQ / DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO UC	
TERRAS INDÍGENAS	TI Katxuyana-Tunayana	2.184.120	Faro/PA Oriximiná/PA Nhamundá/AM	Declarada
	TI Nhamundá/Mapuera	1.049.520	Faro/PA Oriximiná/PA Nhamundá/AM Urucará/AM	Homologada
	TI Trombetas/Mapuera	3.970.898	Carobe/RR São João da Baliza/RR Nhamundá/AM Urucará/AM, Faro/PA Oriximiná/PA	Homologada
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	TQ Água Fria	557	Oriximiná/PA	Titulada
	TQ Alto Trombetas 1	79.096	Oriximiná/PA	Em processo de regularização
	TQ Alto Trombetas 2	-	Oriximiná/PA	Em processo de regularização
	TQ Ariramba	-	Óbidos/PA	Em processo de regularização
	TQ Boa Vista	1.125	Oriximiná/PA	Titulada
	TQ Cachoeira Porteira	225.289	Oriximiná/PA	Titulada
	TQ Erepecuru	218.044	Oriximiná/PA, Óbidos/PA	Titulada
	TQ Trombetas	80.887	Oriximiná/PA	Titulada
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (PROTEÇÃO INTEGRAL)	REBIO Uatumã	940.358	Urucará/AM S. Sebastião do Uatumã/AM Presidente Figueiredo/AM	Decreto s/n - 19/09/2002
	REBIO Trombetas	385.000	Oriximiná/PA	Decreto 84.018 - 21/09/1979
	ESEC Grão-Pará	4.245.819	Alenquer/PA Monte Alegre/PA Óbidos/PA Oriximiná/PA	Decreto 2609 - 04/12/2006
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (USO SUSTENTÁVEL)	FLONA Saracá-Taquera	429.600	Terra Santa/PA Oriximiná/PA Faro/PA	Decreto 98.704 - 27/12/1989
	RDS Uatumã	434.430	Itapiranga/AM S. Sebastião do Uatumã/AM	Decreto 24.295 - 25/06/2004
	FLOTA Faro	525.434	Faro/PA Oriximiná/PA	Decreto 201 - 16/09/2011
	FLONA Saracá-Taquera	429.600	Terra Santa/PA Oriximiná/PA Faro/PA	Decreto 2.607 - 04/12/2006

NÚMERO DE PROCESSOS MINERÁRIOS POR TIPO DE ÁREA PROTEGIDA (TI, TQ, UC)



ESTÁGIO DE PROCESSOS MINERÁRIOS NAS TERRAS INDÍGENAS

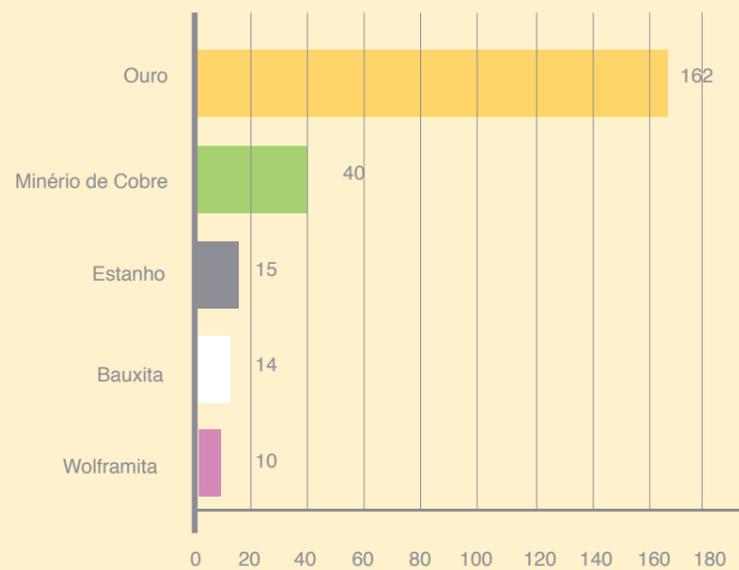


No médio rio Nhamundá, entre 2012 e 2017 a empresa GH Paulain Machado extraiu ilegalmente areia e seixo dentro da TI Kaxuyana-Tunayana. Após denúncias e a constatação de diversas irregularidades, a empresa, de propriedade do então prefeito de Nhamundá, foi autuada pelo Ibama em operação conjunta com a Polícia Federal, que também resultou na apreensão de maquinário, equipamentos e armas.

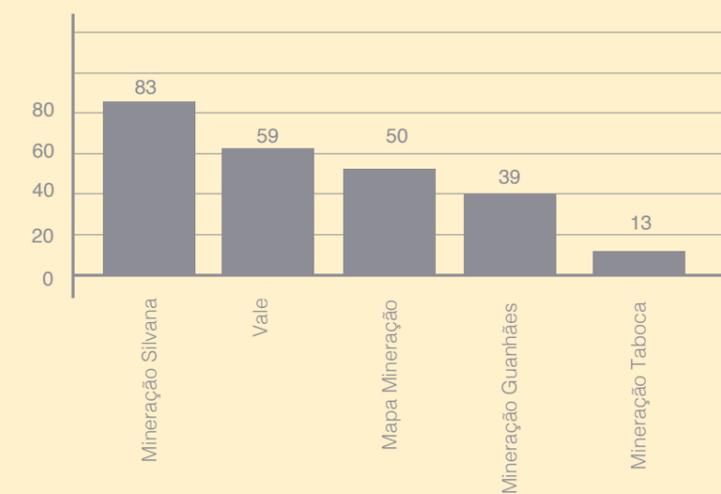
Territórios quilombolas e unidades de conservação na região também são alvo de interesses minerários. Nos Territórios Quilombolas, dos 94 processos incidentes, com extensão total de 240.315,01 hectares. Deles, a maior parte localiza-se no TQ Erepecuru: são 48 registros, que somam uma área de 140.093,94 ha, equivalente a 64,3% do seu território. No TQ Trombetas há 18 registros, com 62.264,58 ha, ou 77% de sua área. Tanto no TQ Ariramba quanto no TQ Alto Trombetas 1 há 9 registros, sendo que eles somam, no primeiro, uma área de 7.858,07 ha (3,7% de seu território) e, no segundo, uma de 17.692,96 ha (75% de sua área). No TQ Jamari/Último Quilombo há 7 processos, com 12.002,26 ha, ou 8,6% de seu território. E, enfim, no TQ de Água Fria há 3 processos somando uma extensão de 403,2 ha, correspondente a 72,4% de seu território. Os registros envolvem a exploração de três minerais, o ouro (35 processos), o fosfato (33 processos) e a bauxita (26 processos).



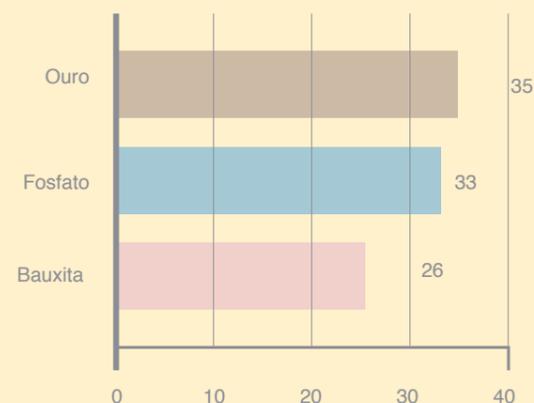
SUBSTÂNCIAS NAS TERRAS INDÍGENAS (POR NÚMERO DE PROCESSOS)



PRINCIPAIS EMPREENDEDORES DE PROJETOS MINERÁRIOS NAS TERRAS INDÍGENAS (POR NÚMERO DE PROCESSOS)



SUBSTÂNCIAS NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS (POR NÚMEROS DE PROCESSOS)



Eles são de responsabilidade de 8 empresas: a BHP Billiton Metais S.A., a Mineração Rio do Norte S.A., a Vale S.A., a Amazonas Exploração e Mineração Ltda., a RBS - Redstone Mineração do Brasil Ltda., a Pará Metais Nobres Ltda., a Brasmidia, Administração de Bens, Títulos e Valores Imobiliários e a Posto Novo Progresso Ltda. Além delas, 4 processos envolvem pessoas físicas.

Os processos incidentes em Unidades de Conservação são 325, somando uma área de 1.444.823,16 hectares. A Esec do Grão Pará e a Flona de Saracá-Taquera concentram o maior número de registros, 97 cada uma. Na primeira, eles somam uma área de 521.150,52 hectares (12,21% da sua área); na segunda, 271.862,32 ha (ou 59,95% de seu território). Na Flota do Trombetas há 93 processos, com extensão total de 505.296,47 ha (15,95% de sua área). Na Rebio Uatumã há 21, com 51.030,20 ha (5,41%). Na Flota de Faro há 16, com 91.740,08 ha (14,51%). Na Rebio Trombetas, enfim, há 1 registro, com área de 3.743,57 ha (ou 0,91% de sua área).

Do total de processos minerários incidentes nas 18 áreas protegidas em questão, 326 registros (43,8%) estão sobrepostos às Terras Indígenas que foram foco das ações do projeto. Nos Territórios Quilombolas estão 94 processos, ou 12,6% do total. Nas Unidades de Conservação estão 325, ou 43,6% do total.

REDE DE RELAÇÕES E ISOLAMENTO

Os primeiros estudos produzidos sobre os povos da região revelaram uma distribuição dos grupos familiares em pequenas aldeias espalhadas pela floresta. Contudo, etnografias posteriores evidenciaram que, a despeito dessa dispersão, esses povos compõem uma complexa rede de relações que remonta ao período pré-colombiano e que, transformada e atualizada ao longo de séculos, vigora até os dias atuais. Na década de 1950, com a chegada das missões católicas e protestantes vindas de outras partes do Brasil, do Suriname e das Guianas, essa forma de ocupação foi violentamente alterada.

A partir desse período, os diversos povos foram incentivados a se agrupar em grandes aldeamentos missionários, como o Kanaxen, na Guiana, onde se concentrou a partir do início dos anos 1950 a maioria dos povos que hoje formam os Waiwai; e a Missão Tiriyó, no lado brasileiro, iniciada por padres franciscanos a convite da Força Aérea Brasileira (FAB), na década de 1960. No rio Jatapu, desde 1942 o Serviço de Proteção aos Índios havia instalado um Posto de Atração, depois de conflitos entre grupos isolados e balateiros, que reuniu povos do interflúvio do rio Jatapu e Nhamundá e do rio Karara (Cidade Velha). A partir de 1958, missionários do Summer Institute of Linguistics (SIL) concentraram a

população indígena do rio Nhamundá em torno da aldeia Kassawá, para onde foi removida a população do Jatapu no início dos anos 1970. No entanto, em todos esses episódios de contato existem relatos de que parte desses grupos recusou o deslocamento para tais aldeamentos, se deslocou de suas aldeias, e não foram mais vistos.

Por influência dos missionários, nos anos 1960 os Waiwai da Guiana passaram a visitar os grupos com os quais já mantinham relações de trocas e casamentos para convidá-los a viver em Kanaxen. Progressivamente, esses outros povos passaram a viver com os Waiwai, que, incorporando-os em suas expedições, se tornaram capazes de expandir suas visitas e sua influência em uma vasta região através das redes de relações desses outros grupos. Tornaram-se assim conhecidos na região como um povo “vocacionado” para a busca de grupos isolados, explica Ruben Caixeta, antropólogo que trabalha na região há mais de duas décadas. “Tratam como se fosse do ethos Waiwai encontrar e pacificar os isolados. A Funai, inclusive, contou com a expertise deles para várias ações de localização. Mas é muito difícil desligar essa ‘vocaçãõ’ dos Waiwai do objetivo missionário. É preciso transformar essa lógica das expedições de contato dos indígenas, ainda muito vinculada à questão religiosa”, afirma.

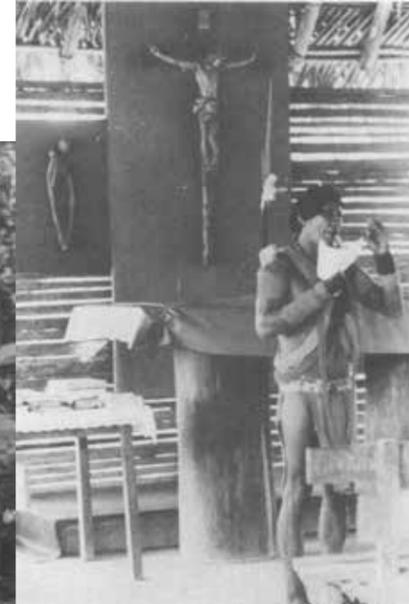
Os intercâmbios e visitas entre aldeias existem muito antes da presença dos missionários. “No começo do século XX, foi através dessas expedições que esses grupos começaram a reatar relações que tinham perdido por conta da colonização. Os indígenas têm seu protagonismo na relação com os isolados. Então, é preciso compreender essa lógica, dialogar e trabalhar junto com eles”, aponta Caixeta.

A ação proselitista junto aos indígenas ainda é muito forte e o fundamentalismo religioso constitui uma ameaça constante aos isolados. Até o presente, missionários têm incentivado os povos da região a buscar o contato com indígenas em isolamento e com os Zo’é de recente contato, com o propósito de evangelizá-los, e financiado expedições com essa finalidade. A prática encontra ressonância com a política e as ações que eram adotadas pelo Estado brasileiro em décadas passadas.

Equacionar todas essas questões, ainda muito latentes, é um dos principais desafios para a proteção dos isolados no contexto de atuação da FPEC, e foi um dos focos do projeto na região: como pensar a gestão territorial de terras indígenas compartilhadas com indígenas em isolamento, em um contexto em que os povos têm uma tradição de estar articulados numa rede muito antiga, em que a política de Estado voltada para povos isolados é fundamentada no respeito ao isolamento voluntário, e ao mesmo tempo há uma atuação proselitista bastante forte há mais de meio século, além de diversas pressões territoriais? As ações desenvolvidas pelo projeto tiveram como premissa o diálogo com os povos indígenas vizinhos aos isolados, a construção de relações de parceria e o fortalecimento de sua participação nas ações voltadas à proteção de indígenas em isolamento.



Acima à esquerda, casa grande Hixkaryana fotografada em 1951. Acima, no centro, indígena Tiriyo faz a leitura de textos bíblicos e o sermão durante missa na Missão Tiriós em 1978.



Celebração de missa na Missão Tiriós em 1978.



Mãe e criança Katxuyana na Missão Tiriós em 1972

CONTATO KARAPAWYANA E RISCOS AOS ISOLADOS

Em 1981, os Waiwai da aldeia Mapuera, já de volta ao território brasileiro, encontraram indígenas Karapawyana habitando as cabeceiras do Igarapé Yukutu e do rio Kikwo. Após algumas tentativas de contato, oito pessoas de uma mesma maloca foram levadas para a aldeia Mapuera. Depois da morte de alguns Karapawyana na aldeia por doenças, o grupo decidiu retornar para sua região, no que foram acompanhados pelos Waiwai, que abriram uma aldeia no rio Jatapuzinho. No ano seguinte, os Waiwai decidiram fazer outra expedição para tentar encontrar o restante dos Karapawyana e convidaram a Funai. O sertanista Sebastião Amâncio, que passou a trabalhar na região devido aos trabalhos da Eletronorte para a construção da UHE Cachoeira Porteira, acompanhou, a partir do rio Mapuera, essa expedição, que encontrou oito malocas então abandonadas há pouco tempo. No relatório a respeito desta viagem, Amâncio insiste na necessidade de se criar uma equipe de atração na região, devido às pressões que os grandes projetos estavam criando nos territórios indígenas:

O governo brasileiro, através da Eletronorte, possui estudos para a construção na Amazônia de inúmeras usinas hidrelétricas, cuja previsão vai até o ano 2000. O projeto em epígrafe e a rápida ocupação dos vazios demográficos que comumente ocorre em circunstâncias paralelas, afetará, direta e ou indiretamente, áreas indígenas, em particular, de habitadas por sociedades tribais isoladas, que, pelas suas características próprias, quando afetadas, os danos são irreversíveis. Nesse contexto de circunstâncias enquadra-se o Vale do Rio Trombetas (...), com a construção da usina hidrelétrica Cachoeira Porteira, próximo à foz de um de seus grandes afluentes, (...) denominado rio Mapuera, far-se-á necessário a adoção de medidas preventivas por parte da Funai, se consideradas as informações dos Grupos Tribais Waiwai e Hiskaryana (...), como também as informações da sociedade não-índia envolvente, onde consta que existiria tanto no Vale do Rio Trombetas, como nos Vales dos rios Nhamundá e Jatapu, a presença de sociedades tribais isoladas; estes dois últimos estariam, direta ou indiretamente, envolvidos no contexto geral e inexoravelmente atingidos¹⁰.

Ainda no contexto das obras da UHE Cachoeira Porteira, a antropóloga Maria da Penha Cunha de Almeida, produziu a partir de 1981 relatórios com informações sobre a presença de povos isolados nos rios Jatapu, Trombetas e Cachorro. Sobre a construção da porção norte da BR163, Cunha de Almeida diz:

Essa estrutura visava a construção de uma estrada de acesso à perimetral norte. No entanto, ela não chegou a se encontrar com a mesma, sendo que entre 1973 a 1975, somente 210 km margeando o Trombetas Mapuera foram construídos. Na época da construção houve boato de índios arredios e os peões teriam voltado correndo para o acampamento¹¹.

Apesar dos apelos de Amâncio e das informações levantadas por Almeida, não houve naquela época, por parte da Funai, avanços no sentido de qualificar esses indícios da presença de isolados. Novas informações surgiram somente nos relatórios de demarcação subseqüentes, principalmente da TI Trombetas-Mapuera. Esses dois conjuntos de dados constituíram as referências oficiais até o ano de 2011, sem maior detalhamento. Nos últimos anos, informações sobre a presença de isolados no baixo rio Jatapu, rio Nhamundá e rios Trombetas e Erepecuru foram qualificadas por meio de expedições de localização da FPEC, bem como do diálogo com os indígenas da região sobre avistamentos esporádicos desses povos e de vestígios de sua presença encontrados na mata, e constituem registros em estudo pela FPEC/Funai.

10. AMÂNCIO DA COSTA, Sebastião. Relatório da Comunicação de Serviço 041/1 -82. Funai, 1982.

11. CUNHA DE ALMEIDA, Maria da Penha. Relatório referente a hidrelétrica de Cachoeira Porteira. FUNAI, 1981.

Sinais vistos pelos Waiwai em caminhos percorridos na floresta são atribuídos aos Karapawyana que fugiram do contato e ainda hoje viveriam isolados. Apreensivos, os Waiwai temem que, como no passado, o contato forçado possa leva-los à morte:

“Nossos mais velhos contam que, no contato dos Waiwai com os Karapawyana, um dos pajés foi derrotado por gripe trazida da cidade, que eles não podiam curar. Muitas vezes eles fazem o contato, mas não estão preparados para isso, o que é muito perigoso”, defende João Batista Waiwai.

À direita, o sertanista Sebastião Amâncio, junto com indígenas Waiwai, apresenta cerâmica dos Karapawyana que foi encontrada em uma aldeia abandonada, durante expedição da Funai que tentou contatar este grupo em 1982.
Abaixo, à direita, maloca abandonada dos Karapawyana.
Abaixo, à esquerda, detalhe de aldeia Karapawyana abandonada, no rio Icawawa, em 1982.



PREOCUPAÇÕES SOBRE OS ISOLADOS

Sempre que se conversa com os indígenas dessa região a respeito dos isolados, eles dizem que são seus “parentes”. Essa afirmação, por um lado, diz respeito à responsabilidade que assumem para si de cuidar dessas pessoas. Por outro, remete ao passado das famílias que viviam ali antes de se deslocar para as missões, e que foram separadas nesse processo. Nos rios Nhamundá e Jatapu existem várias aldeias dos Hixkaryana, Xowiyana e Okoyimoyana nas

TIs Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera, e algumas delas, no Jatapu, em território tradicional ainda não reconhecido pelo Estado. Segundo Jonas Hixkaryana, os isolados do rio Jatapu aparecem perto das aldeias e em áreas próximas à mineração e ramais de extração de minério de ferro e dos locais de pesca esportiva, sendo comum relatos de trabalhadores que viram os isolados. O fato do território Okoyimoyana no Jatapu não ser reconhecido é uma preocupação para ele, já que não existe controle da entrada de não-indígenas.

O cacique Eliseu Waiwai afirma que muitos de seus parentes que vão para a mata trazem informação sobre rastros de isolados, o que o preocupa: *“Nossa Terra Indígena Trombetas-Mapuera é grande, vai até Roraima, Amazonas e Pará. Eu penso que os índios isolados estão nessa região, porque aconteceu dos Waiwai verem os isolados correndo no caminho que usamos até Roraima. Fiquei preocupado com isso, mas sei que eles estão dentro da área demarcada”*

Shayakumã Tunayana, cacique da aldeia Ayramã, no alto rio Trombetas, conta que os Tunayana que viviam naquela região antes de seguirem para o Suriname, tiveram contatos breves com três grupos no alto Trombetas e que permanecem lá, que nomeiam como Kuriwaw, Xawakî e Kokarîta. A pergunta que ele faz à Funai atualmente é sobre o que fazer quando os isolados chegarem em sua aldeia. Segundo ele, a Funai tem orientado a não ir atrás dos isolados, mas há a dúvida sobre o que fazer caso um encontro aconteça. *“Eu acho que esse contato é inevitável e vai acontecer logo. Eu continuo preocupado sobre o que fazer quando isso acontecer. Vai ser difícil pra mim porque ele é meu parente e eu não vou ter como mandar ele embora. Cada vez mais nós escutamos eles por perto”*.

Juventino Katxuyana, da Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (Aikatuk) acredita que a relação de seu povo com os isolados é de amizade, que são seus parentes, e chama a atenção para os vários riscos de contato com não-indígenas que invadem as TIs na região. Muitos dos mais velhos do rio Mapuera se lembram com pesar dos ciclos de contato com os Tunayana, Katwena e Txikiyana do rio Turuni, no final dos anos 1960, quando viram muitas pessoas morrerem em Mapuera devido a doenças.

João Waiwai reconhece os riscos epidemiológicos do contato e relembra o ano de 1981, quando o povo Waiwai levou indígenas isolados Karapawyana para suas aldeias e alguns morreram de gripe. Por isso, se preocupa que os isolados estejam ameaçados por invasões de não-indígenas e defende que a Funai faça a fiscalização desses territórios. Há muitos relatos sobre a existência de indígenas isolados nas três bacias hidrográficas: no rio Trombetas, onde vivem os Tunayana; no rio Cachorro, onde vivem os Katxuyana; e no rio Mapuera, onde vivem os Waiwai. A presença confirmada de garimpeiros atuando ilegalmente nas cabeceiras dos rios Mapuera e Trombetas representa sérios riscos para esses grupos em isolamento, além de impactar as demais comunidades indígenas nesses rios.

GESTÃO TERRITORIAL E FRONTEIRAS

Outro dilema do trabalho de proteção aos povos isolados na região é a gestão compartilhada das áreas de fronteira. Vários povos da região, como os Waiwai, Waiãpi, Tiriyo e Wayana, tiveram seus territórios tradicionais divididos com a consolidação das fronteiras nacionais, tornando-se habitantes de dois ou mais países. Entretanto, as leis e políticas de Estado de cada país são distintas com relação a esses povos, e a interlocução entre os diferentes órgãos responsáveis por implementá-las ainda é muito incipiente.

A legislação do Suriname, por exemplo, até hoje não reconhece o direito coletivo dos povos indígenas a seus territórios. Além disso, o país possui leis permissivas à exploração comercial de recursos naturais por terceiros em áreas habitadas por comunidades tradicionais, o que expõe ainda mais essas populações aos impactos trazidos por garimpeiros, mineradoras e madeireiras que atuam em seus territórios. A Guiana Francesa, por constituir uma região e departamento ultramarino da França, observa a mesma legislação do país europeu, que não reconhece estatuto diferenciado aos povos indígenas. Apesar da exploração de minérios ser disciplinada pelo código de mineração francês e ser proibida em áreas protegidas como o Parc Amazonien de Guyane – onde vivem, por exemplo, os Wajãpi naquele país –, verifica-se intensa atividade garimpeira ilegal mesmo nessas áreas, com diversos impactos sobre os povos indígenas.

A economia, os fluxos migratórios e as dinâmicas de ocupação e uso do solo nessa região transfronteiriça são fortemente condicionadas pela atividade garimpeira. Nesse contexto, e levando em conta as diferenças no ordenamento jurídico e territorial de cada país, bem como as condições de infraestrutura e pessoal dos órgãos responsáveis, a proteção de povos indígenas isolados em situação de fronteira é um enorme desafio. Dois dos registros de indígenas isolados sob jurisdição da FPEC encontram-se nessa situação: 106 - Akuriyó do rio Mataware/Alto Jari, na fronteira com o Suriname; e 37 - Rio Amapari/Alto Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa.

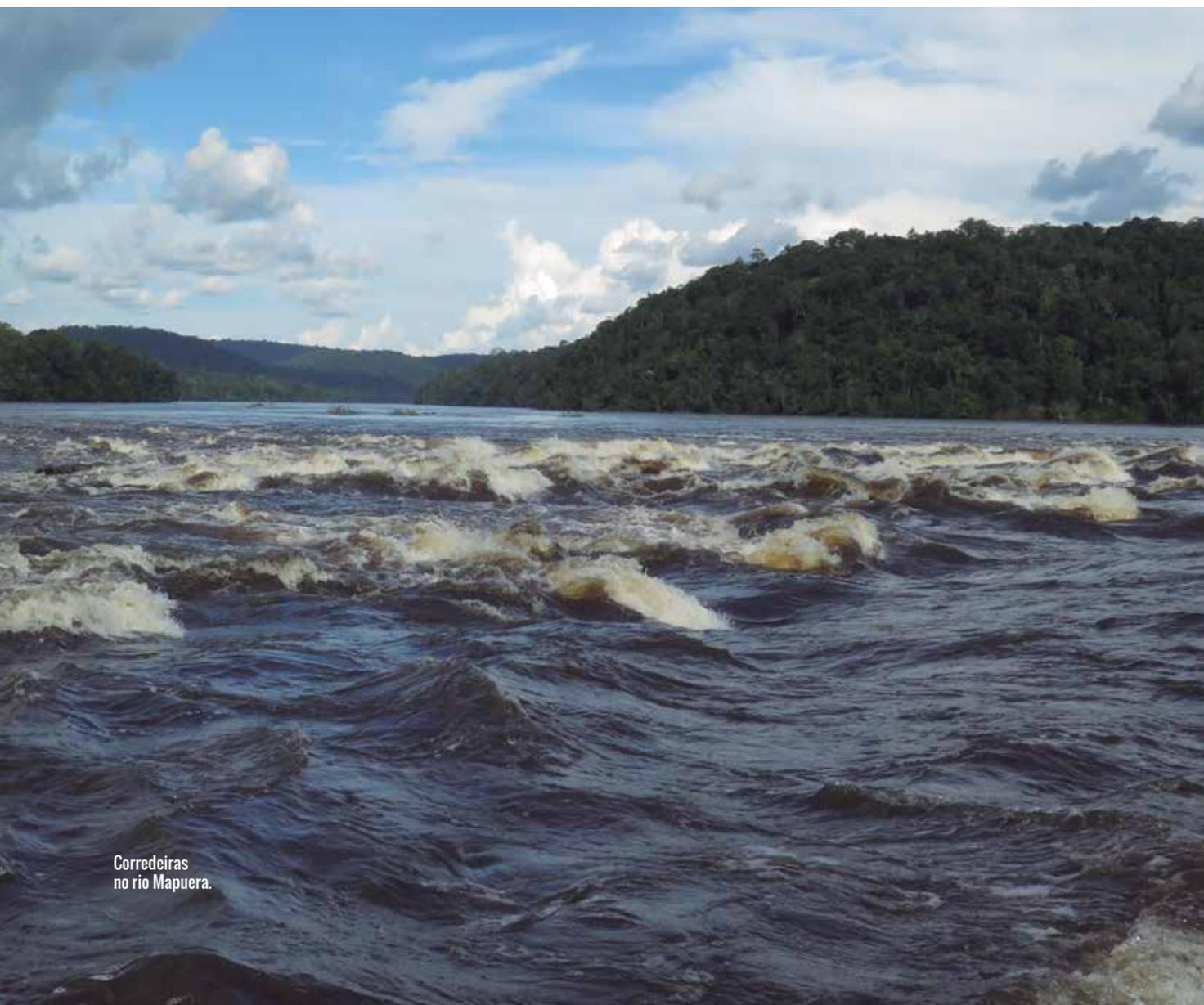
“Essa questão é realmente muito complicada. Os isolados hoje vivem como os nossos antepassados viviam. Eles dominam o território, estão acostumados a andar e viver na floresta. Não sabem se estão passando da fronteira ou não. No seu entendimento, tudo que é mata é deles. A fronteira quem colocou foi o branco”, frisa João Waiwai.

AVANÇO NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA TI KAXUYANA-TUNAYANA

Há anos os povos indígenas da região reivindicam a regularização fundiária da TI Kaxuyana-Tunayana, contígua às TIs Nhamundá-Mapuera e Trombetas-Mapuera. Em outubro de 2015, a TI teve seus estudos de identificação e delimitação publicados pela presidência da Funai¹³, e em setembro de 2018, foi oficialmente declarada. Com 2,1 milhões de hectares, fica localizada nos municípios de Nhamundá (AM), Oriximiná (PA) e Faro (PA), e é habitada tradicionalmente pelos povos indígenas Kaxuyana, Tunayana, Kahyana, Katuena, Mawayana, Tikiyana, Xereu-Hixkaryana, Xereu-Katuena e isolados. De acordo com o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana, muito provavelmente esses isolados são remanescentes daqueles grupos maiores que, na década de 1960, foram deslocados pelos missionários.

13. Despacho do Presidente da Funai de 16 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União em 20 de outubro de 2015.

A declaração da TI foi um importante passo para o ordenamento territorial na região. Ao longo dos anos, o não reconhecimento da área possibilitou a criação, em 2006, pelo governo do Pará, de duas Florestas Estaduais em parte sobrepostas às terras de ocupação tradicional indígena – As Flotas Trombetas e Faro. Além delas, a TI Kaxuyana-Tunayana é parcialmente sobreposta pelo Território Quilombola de Cachoeira Porteira.



Corredeiras no rio Mapuera.



Casa na aldeia Katpakuru, TI Kaxuyana-Tunayana.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PROJETO

O recorte territorial prioritário de atuação do projeto na região, definido em conjunto com a Funai e parceiros locais, abarcou as TIs Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera, Katxuyana-Tunayana e o baixo e médio rio Jatapu, além do apoio a ações realizadas pela FPEC junto aos Zo'é e a expedições e sobrevoos de localização dos registros sob jurisdição desta Frente.

A interlocução com os povos vizinhos aos isolados compreendeu a realização de diversas reuniões e oficinas nas aldeias nos rios Jatapu, Nhamundá, Mapuera, Cachorro e Trombetas, envolvendo moradores e lideranças Waiwai, Katxuyana, Tunayana, Kahyana, Hixkariyana, Okoyimoyana, dentre outros povos karib, para a qualificação de dados sobre a presença de indígenas isolados e as relações históricas e atuais entre esses povos na região. O trabalho junto às organizações indígenas e o fortalecimento de diferentes espaços de discussão, como assembleias de associações indígenas e as Assembleias Karib, propiciaram a ampliação do debate sobre questões relacionadas ao compartilhamento do território com indígenas isolados.

Nas discussões, as lideranças enfatizaram a importância da participação das comunidades indígenas na política e nas ações desenvolvidas para a proteção de indígenas em isolamento, considerando as relações que têm com esses grupos, todo o conhecimento que detêm sobre eles e sobre as pressões territoriais que afetam a proteção de todos, isolados ou não. Ressaltaram também a necessidade de um trabalho e diálogo continuados nesse sentido, que contemple sua participação no planejamento e execução das expedições de localização da FPEC/Funai e sempre em diálogo com a FPEC sobre a questão, inclusive sua participação no planejamento e execução das expedições de localização.



Aldeia Araçá,
no rio Trombetas,
TI Kaxuyana-Tunayana

A VULNERABILIDADE DOS ISOLADOS

As ações de localização e monitoramento de indígenas isolados realizadas pelas Frentes de Proteção Etnoambiental da Funai são orientadas e planejadas levando em conta diversos fatores de vulnerabilidade e risco associados a cada registro – como, por exemplo, a situação epidemiológica e fundiária da área onde estão localizados e seu entorno, a presença de invasores, a ocorrência de atividades ilícitas e a proximidade de empreendimentos de infraestrutura.

Atualmente, 12 registros de indígenas isolados estão sob jurisdição da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema: 8 informações e 4 referências em estudo. A metade desses registros encontra-se nas TIs Trombetas-Mapuera, Kaxuyana-Tunayana, Tumucumaque e Rio Paru D'Este. A outra metade encontra-se fora de terras indígenas reconhecidas pelo Estado ou áreas sob restrição de uso, o que constitui um fator a mais de vulnerabilidade.

Um conjunto significativo de pressões incide sobre os territórios dos povos indígenas em isolamento voluntário no contexto de atuação da FPEC: invasões garimpeiras, empreendimentos turísticos, interesses minerários, complexos hidroelétricos, concessões madeireiras, projetos de rodovias, proselitismo religioso. Essas ameaças colocam em risco as condições de existência dos isolados e são compartilhadas com os povos indígenas vizinhos.

Ao longo de décadas, a ausência de ações específicas de localização de indígenas em isolamento na região deixou estes grupos ainda mais suscetíveis a essas pressões. Os trabalhos desenvolvidos pela FPEC desde o início da década de 2010, o conjunto de ações realizadas ao longo do projeto e as relações de parceria construídas com os povos “contatados” foram um ponto de inflexão para a proteção de povos indígenas isolados na região.

O apoio a ações de monitoramento territorial realizadas pelos indígenas contribuiu com processos de gestão territorial nas terras indígenas de abrangência do projeto. Também foi dado apoio às expedições de localização da FPEC, como as realizadas no igarapé Pitinga, rio Jatapu e Igarapé Água Fria, e ao movimento de reocupação de territórios tradicionais, com o apoio à abertura de aldeias em antigos locais de moradia dos diversos povos que habitam essa região.

O diálogo resultou ainda na produção de conhecimento e elaboração de documentos técnicos sistematizando informações sobre a presença de indígenas isolados, ameaças e pressões sobre seus territórios. Uma das iniciativas nesse sentido foi a realização de levantamento socioambiental e de material cartográfico para a caracterização do entorno de terras indígenas Trombetas-Mapuera, Nhamundá-Mapuera, Katxuyana-Tunayana, Rio Paru D'Este e Parque do Tumucumaque, além de região transfronteiriça entre a TI o Parque do Tumucumaque e o Suriname, e entre o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a Guiana Francesa. O estudo reuniu um amplo e detalhado conjunto de informações atualizadas voltadas a subsidiar a atuação da FPEC/Funai na região.

Resumidamente, as atividades realizadas no Norte do Pará podem ser divididas nas seguintes linhas de atuação:

- Levantamento e atualização de informações históricas e atuais sobre a presença de indígenas isolados na região.
- Apoio ao monitoramento territorial indígena.
- Apoio às expedições de localização da FPEC, com participação indígena.
- Apoio ao processo de reocupação territorial dos povos indígenas da região.
- Fortalecimento de espaços de discussão, como assembleias, reuniões e oficinas, fomentando o debate sobre o compartilhamento territorial com povos isolados e a sua proteção.

A seguir são apresentadas informações sobre algumas das atividades desenvolvidas.

INTERLOCUÇÃO COM O ENTORNO

O trabalho junto aos povos indígenas da região envolveu diversas viagens e a permanência continuada em aldeias nos rios Nhamundá, Mapuera, Jatapu, Cachorro e Trombetas. Ao longo do projeto foram realizadas oficinas e rodas de conversa para apresentar e debater a política oficial do Estado Brasileiro em relação aos povos indígenas isolados e de recente contato, bem como para compreender como esses povos se relacionam e traçam estratégias em relação aos grupos em isolamento com quem compartilham o território. Também foram feitos levantamentos de atividades produtivas, áreas de caça, pesca e coleta, estrutura

das aldeias e histórico de ocupação dos territórios. Todas essas informações foram continuamente trabalhadas nas aldeias e também em encontros, reuniões e oficinas, com o objetivo de fortalecer o papel dos povos indígenas da região na proteção de seus territórios, dos povos isolados vizinhos e a gestão territorial compartilhada.

As primeiras oficinas e reuniões de apresentação do projeto deram início ao trabalho de levantamento, qualificação e sistematização de dados sobre a presença de isolados na região, subsidiando os trabalhos de localização da FPEC/Funai. Também promoveram a formação e o planejamento conjunto de ações de monitoramento e reocupação territorial, fortalecendo iniciativas indígenas voltadas à proteção e gestão de seus territórios.



Oficina na aldeia Cafezal,
rio Nhamundá,
TI Nhamundá/Mapuera.

Oficina na aldeia Pomkuru, rio Mapuera, TI Nhamundá/Mapuera (ao lado). Lideranças Kabuyana e Kahyana revisam mapa com suas antigas aldeias durante reunião de encerramento do projeto em Oriximiná-PA (abaixo).



OFICINAS NO RIO NHAMUNDÁ

Na primeira viagem às comunidades indígenas do rio Nhamundá, em agosto de 2015, foi feito um planejamento de atividades de monitoramento territorial indígena, identificando as áreas de invasões de caçadores, pescadores e garimpeiros, onde há a extração de cascalho e ouro. Foram levantados dados preliminares sobre o extrativismo da castanha em todas as aldeias, bem como relatos sobre a presença de isolados na área, sobretudo na margem esquerda do Nhamundá. Depoimentos sobre as expedições de localização de isolados no Pitinga promovidas pelos Hixkaryana e pelos missionários também foram registrados. A equipe da Funai realizou ainda um sobrevoo e uma expedição de localização nesta área com registro da presença de isolados, planejada e implementada com as comunidades indígenas no âmbito do projeto.

A reunião geral na aldeia Kassawá teve como resultado o início do diálogo com as lideranças e caciques do rio Nhamundá sobre o trabalho a ser desenvolvido pela FPEC/Funai e o CTI na região, voltado à proteção de povos em isolamento. Também foi a primeira exposição, por parte das comunidades indígenas, de questões relativas à sua expectativa com relação ao projeto, e à visão que têm sobre esses grupos isolados.

Durante a reunião, as lideranças destacaram a importância da Frente de Proteção Etnoambiental da Funai ter ido até Kassawá propor um trabalho conjunto, o que não acontecera até então. Internamente, há uma forte divisão dos papéis de liderança atribuídos aos pastores e caciques nas aldeias. Aos pastores cabe a responsabilidade do trabalho relacionado aos povos isolados e, quando organizavam expedições, os pastores eram os responsáveis por colher informações, fazer a mediação com outros interessados, como missionários, Funai, etc. Todos, no entanto, assumem a responsabilidade de proteger os isolados.

Kaiwana, cacique da aldeia Porteira, enfatizou a necessidade de cuidar dos isolados, de não os deixar abandonados e sem ajuda. Comparou a situação atual desses povos com os seus próprios antigos, que “sofriam” sem as ferramentas e outros bens atuais. Disse ainda que apoiariam a Funai, mas não queriam que, se os isolados fossem contatados, os Hixkaryana fossem impedidos de visitar e ajudar esses povos. Para o cacique da aldeia Porteira, a parceria deveria ser feita para cuidar dos isolados, no sentido de não deixá-los sem assistência.

André, pastor indígena em Kassawá, disse que organizara pequenas expedições em busca dos isolados recentemente, mas sabe que, no passado, isso causou muitos óbitos desses povos. Ele disse ter ido recentemente atrás de vestígios no igarapé Unkahanó, onde encontrou grandes capoeiras. Também foram no Jatapu, onde não encontraram sinais naquela ocasião. Vários pastores disseram que as expedições atuais não tem o objetivo, como aquelas do passado,

de trazer os isolados para suas aldeias, mas apenas monitorar os lugares onde veem vestígios para garantir que não haja invasões de não-indígenas. Pensam, também, em deixar para eles na mata bens como terçados, machados, anzóis etc.

A responsabilidade pela segurança dos isolados é assumida pelos Hixkaryana, que dizem querer “cuidar” deles. De certa maneira, eles remetem a situação atual desses povos em isolamento aos seus próprios antigos, que foram contatados e “ensinados”, seja por missionários, pela população regional ou pela Funai a obter e manejar novos bens. Assim, assumem eles mesmos esse papel de “ensinar” aos isolados as maneiras de acessar os bens e o conhecimento dos não-indígenas. É notória uma angústia e preocupação dos caciques e pastores da região em relação ao bem-estar dos indígenas isolados e de recente contato. Um ex-cacique da aldeia Kassawá explicou que seu pai contava muitas histórias dos antigos: *Antes não tinha nada, pra pescar, espingarda... eles flechavam macaco com flecha... Tudo era mais difícil. Pra cortar cabelo a gente pescava piranha. Cortava cabelo comprido com dente de piranha. Aí a gente sente muito, né?! Então vocês tem que entender que a gente passou muitos anos sofrendo muito, né?! Grande sofrimento. Agora, tem que mudar. Agora nós temos tudo o que a gente precisa. A gente tem lanterna, tem espingarda... e foi a gente mesmo que comprou. A gente tem tudo. O que a gente precisa, a gente tem. Agora, índio isolado, é difícil.*

Para os Hixkaryana, a parceria com a Funai parece implicar no compartilhamento dessa responsabilidade de cuidado com os isolados, tendo como limite, no caso de um contato, o não isolamento desses povos do restante da população indígena. Nas conversas, os indígenas também se lembraram das muitas mortes ocorridas nas antigas expedições dos Waiwai, e disseram que querem saber onde estão os isolados hoje para protegê-los. Ao final do encontro na aldeia Kassawá, o coordenador da FPEC ressaltou que o objetivo da Funai não é encontrar e contatar os isolados, mas sim proteger suas terras, e que a parceria com os povos indígenas vizinhos é fundamental para isso.

OS ISOLADOS DO IGARAPÉ VENYO

Os moradores da aldeia Kassawá relataram uma história antiga, de quando foram caçar no Igarapé Venyo, no alto Nhamundá, onde teriam encontrado um indígena isolado que estava bastante enfeitado devido ao fato de estarem realizando uma festa na sua aldeia. Segundo interlocutores que narraram esta história, as pessoas que fizeram contato conseguiram se comunicar com ele, que teria informado que sua aldeia ficava em direção à serra e que o nome de seu povo era Venyo, dando origem ao nome do igarapé. O velho Manduquinha Mahxawá explicou que isso ocorreu quando ele era jovem e havia se mudado há pouco para Kassawá. *“O pessoal viu mesmo. Quando eu vim morar aqui, um pessoal que já era do Kassawá foi caçar no Venyo e viu uma pessoa que estava toda enfeitada. Ele perguntou – “tudo bem?”, e o outro falou – “Sim. Agora mesmo a*

gente estava fazendo festa, e almoçamos juntos”. Ele tinha uma flecha na mão. Eles conversaram. O outro chamou ele pra ir com o povo dele. Mas a pessoa daqui teve medo e correu embora. Foi assim. É por isso que eu estou dizendo que existe mesmo povo isolado, porque eles foram achados naquela época. Mas é muito perigoso também. O pessoal que sai pra caçar lá tem medo”¹⁴.

EVIDÊNCIAS E INVESTIDAS NO PITINGA

As primeiras referências dadas pelos índios do entorno quanto à presença de isolados na área do igarapé Pitinga remonta à abertura da aldeia Cafezal, no início dos anos 1980. Bernadino, o cacique de Cafezal, contou que, logo nos primeiros anos em que formaram a aldeia naquele local, era comum encontrarem vestígios muito próximos ao espaço da aldeia que indicavam a presença de isolados. Algumas mulheres ouviram gritos e vozes muito perto de uma roça. Outros encontraram jabutis pendurados em galhos e um longo caminho marcado por galhos torcidos e quebrados a punho, que seguia em direção à área montanhosa oposta à margem do rio Nhamundá. Depois de alguns anos esses vestígios pararam de aparecer.

No início da década de 2000, Fernando Mahxawa havia construído uma casa e aberto um roçado no igarapé Pitinga. Um de seus objetivos era a aproximação com os índios isolados da região. Nos primeiros anos, após o estabelecimento do roçado, Fernando e sua esposa Maria Rosa Temonyetxkerye verificaram que mudas de banana, cana e abacaxi eram sempre retirados, o que eles atribuíram aos isolados.

Entre 2005 e 2010, o casal passou a plantar somente mandioca neste roçado. Em 2009, plantaram banana e cana-de-açúcar, mas ao retornarem em 2010 para procurar ovo de tracajá, não encontraram mais nenhuma muda. Nesta mesma viagem, seguiram subindo o igarapé e, próximo a um tronco que estava atravessando o Pitinga, avistaram galhos quebrados e pegadas de gente descalça próximo ao roçado. Após este episódio, Maria Rosa afirmou nunca mais ter voltado ao Pitinga, por medo.

Em setembro de 2010, Nivaldo Yasahtxe, sua mãe Neide Nafewa, sua esposa Raquel Feroye e Túlio Waryanka subiram o igarapé Pitinga durante dois dias em um motor rabeta, para tirar ovo de tracajá. Em determinado ponto, ouviram barulho de indígenas isolados se movimentando. Túlio afirmou ter visto um vulto de um índio nu, de cabelo grande e preso, com o corpo pintado de urucum, bem próximo da canoa onde estavam. Os isolados correram pela mata acompanhando a canoa, enquanto eles desciam o Pitinga.

Em 2011, os moradores da aldeia Kassawá realizaram um sobrevoo na região do Pitinga com aeronave da organização missionária Asas do Socorro. De acordo

14. Depoimento traduzido por Elizeu Warafa.

com a missionária Maria Perpétua, a Missão Novas Tribos Brasil (MNTB) arcou com os custos de levar a aeronave até a aldeia Kassawa e os indígenas arcaram com os custos do sobrevoo. Na ocasião, também foi realizado um sobrevoo na região da cabeceira do Nhamundá. Os indígenas relataram ainda sobre três expedições realizadas pelos pastores em busca dos índios isolados, nos anos 2011, 2012 e 2013, na região do Pitinga. Em 2012 a expedição teria contado com a participação do missionário de nome Vilmar, que teria marcado pontos em GPS e confeccionado um pequeno mapa que foi entregue aos pastores posteriormente.

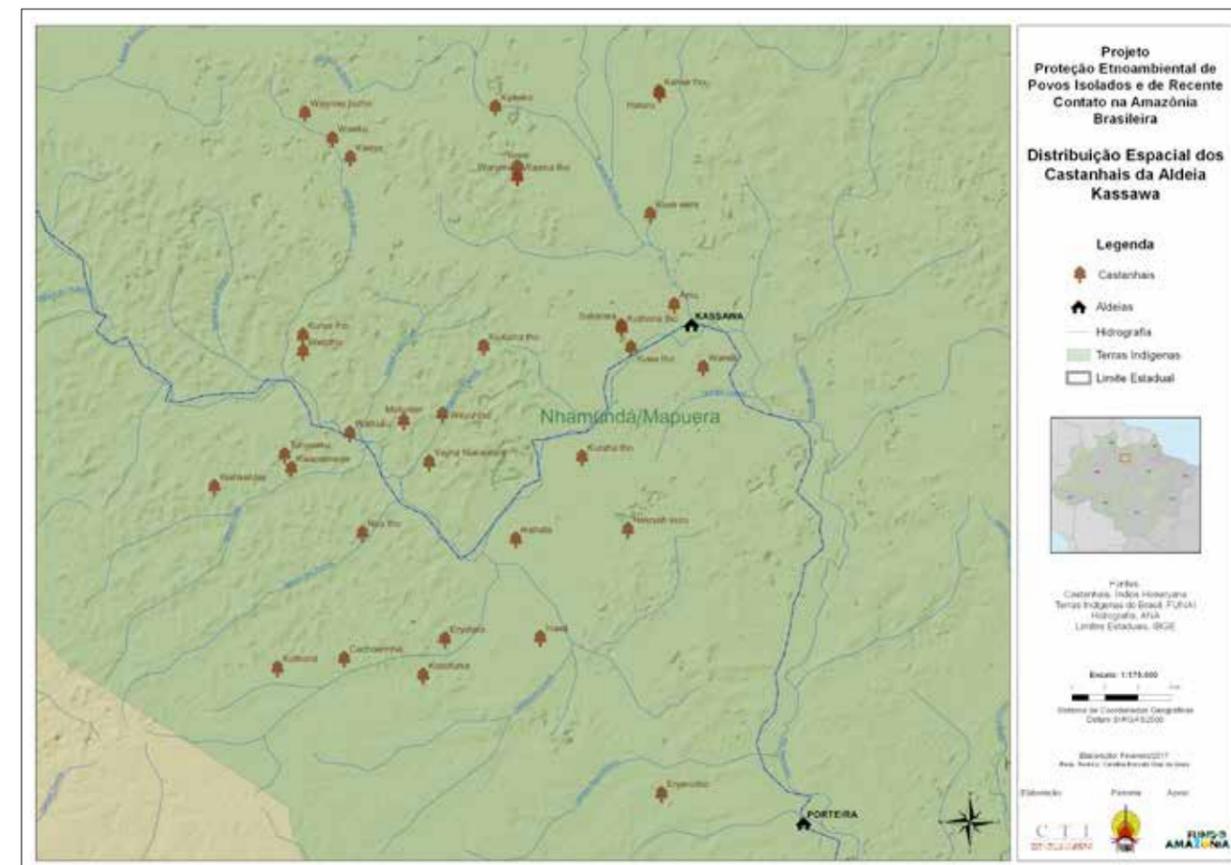
Ao longo da estada continuada nas aldeias Hixkaryana, foram registrados relatos dos mais velhos e suas histórias de vida com o objetivo de melhor compreender a dinâmica de ocupação territorial da região no último século. A partir dessas informações e do cruzamento com dados históricos e etnográficos, buscou-se a construção de hipóteses sobre o atual contexto em que vivem os possíveis grupos isolados na região, e sua dinâmica de deslocamento e relação com os moradores das atuais aldeias no rio Nhamundá. Por outro lado, as conversas com as lideranças Hixkaryana deixou claro que a maioria dos caciques e pastores se mostram bastante angustiados diante da situação em que acreditam viverem seus parentes – isolados, sem roupas, ferramentas, acesso à educação, saúde. O desafio que se impôs ao projeto foi compreender melhor como as lideranças religiosas locais se relacionam com a existência destes grupos isolados na região, e de que maneira a presença da Missão Novas Tribos do Brasil, que frequenta a aldeia Kassawá, pode ou não estar influenciando os Hixkaryana a buscar contato efetivo com esses grupos atualmente.

DIAGNÓSTICO DA PRODUÇÃO DE CASTANHA

Em março de 2016, foi feito um diagnóstico sobre a atividade produtiva da coleta de castanha na bacia do Nhamundá, com o objetivo de sistematizar informações para subsidiar o trabalho da coordenação técnica local da Funai na elaboração de projetos de apoio a atividades de geração de renda dos Hixkaryana, bem como o levantamento de dados sobre o uso de recursos extrativos em territórios com presença de isolados.

A principal fonte de renda dos Hixkaryana do Nhamundá é a produção e comercialização de farinha, que acontece o ano todo, seguida da atividade de coleta de castanha, que acontece somente no período da safra, seguida da coleta de copaíba, que se apresenta como uma atividade em fase de expansão. Nota-se que a produção de castanha, copaíba e farinha é vendida sempre para os mesmos compradores da região que, em geral, pagam um preço abaixo do praticado no mercado local, deixando os índios bastante prejudicados, pois normalmente são eles quem têm que arcar com os altos custos do escoamento.

O diagnóstico incluiu o histórico da exploração do produto na região e da atividade realizada pelos Hixkaryana, os dados detalhados da produção de 2015





por aldeia, a localização aproximada dos castanhais e a avaliação da atividade e do apoio dado pela Funai. Além disso, serviu como subsídio para que as associações indígenas locais Conselho Geral dos Povos Hixkaryana (CGPH) e Associação de Produtores Rurais da Etnia Hixkaryana (ASPREHE) acessem recursos de outras fontes.

Também foi realizada uma oficina na aldeia Kassawá voltada para a temática da proteção territorial, onde foram abordadas, dentre outras questões, as diferenças entre os termos fiscalização e vigilância e diferentes atribuições de órgãos de Estado e das comunidades. A principal preocupação dos indígenas são os pescadores e caçadores não indígenas vindos de Terra Santa, Juruti e até de Santarém em busca de caça, peixe liso (peixes de couro), tracaças e tartarugas. Durante a segunda viagem do projeto pelo rio Nhamundá, foi feito ainda um deslocamento até a sua cabeceira, com o objetivo de apoiar o monitoramento territorial indígena e realizar um mapeamento das aldeias e castanhais antigos da região.

EXTRAÇÃO ILEGAL DE SEIXO E AREIA NA TI KAXUYANA-TUNAYANA

Em junho de 2016, durante reuniões com lideranças Hixkaryana e representantes das associações indígenas locais, os assessores do projeto foram informados de que a balsa e a draga pertencentes ao prefeito de Nhamundá haviam entrado na Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana e iniciado a extração ilegal de areia e seixo. A partir de demanda apresentada pelas lideranças, foi prestada assessoria técnica ao Conselho Geral do Povo Hixkaryana (CGPH) para qualificação da denúncia e interlocução com a Funai e demais órgãos competentes pela fiscalização da atividade.

O detalhamento do histórico do caso e o relato de operação de fiscalização realizada pelo IBAMA em conjunto com a Funai foram sistematizados na nota técnica “Extração ilegal de areia e seixo na Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana”, produzida pelo CTI. Em 2017, após a confirmação das denúncias e de outras irregularidades, a empresa GH Paulain Machado foi autuada pelo Ibama, em operação conjunta com a Polícia Federal.

SINAL DE FUMAÇA

Entre 2011 e 2013, moradores de aldeias no rio Nhamundá avistaram fumaça na região de um dos igarapé afluentes desse rio, próximo à antiga aldeia Xirifa. No ano de 2014 também foi avistada fumaça na margem esquerda do Jatapu, no mês de outubro, quando são queimadas as roças. Em 2015, moradores da aldeia Nova Bacaba que estavam pescando rio acima avistaram fumaça na direção da margem esquerda do rio, no mesmo local que no ano anterior. Chegando na aldeia, os demais moradores confirmaram também ter visto a mesma fumaça. Também Eduardo Gomes, que estava em seu roçado acima do igarapé do Índio, avistou tal fumaça. Passaram rádio para a aldeia Santa Maria, e os moradores de lá, tanto os que estavam na aldeia quanto aqueles que haviam subido para pescar, confirmaram que avistaram a fumaça na mesma direção. Embora não tenha sido possível confirmar, uma das hipóteses levantadas nas aldeias é de que o fogo teria sido provocado por indígenas isolados.



Antigas ilustrações de Protásio Friel (missionário franciscano e etnólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi) de sinais de grupos indígenas isolados na região.

ISOLADOS NO CASTANHAL

Em abril de 2013, durante a safra da castanha, Moisés, da aldeia Cafezal, ouviu barulho de gente imitando pássaros. Em janeiro de 2015, Moisés e sua esposa ouviram um barulho de batidas de flechas, como fazem para espantar guariba na caçada. Em fevereiro de 2016, eles subiram até o castanhal por picada, pois o igarapé estava muito seco. Ao andarem por uma trilha constantemente usada por eles, Moisés e seu filho Mayke Wayama se depararam com galhos quebrados dispostos de forma a bloquear o caminho. Os galhos haviam sido arrebetados há pouco tempo, pois a seiva ainda escorria. Moisés acredita que os isolados ouviram o barulho dele e seu filho chegando, acompanhados de seus cachorros, e colocaram a tapagem para evitar o contato. Ele afirma que o feito não pode ser atribuído a nenhum animal devido à forma como o galho foi quebrado. Próximo havia um igarapé onde ele também viu galhos que pareciam ter sido quebrados com a mão há pouco tempo. Moisés conta que seu cachorro ficou alerta, indicando a presença de alguém no local.



Balsa extraindo seixo ilegalmente no rio Nhamundá, Hixkaryana-Tunayana.



Confecção de cobertura da casa grande (*mayá*) da aldeia Cupiúba, no rio Nhamundá.

TERRITÓRIO, HISTÓRIA E AMEAÇAS

As oficinas nas aldeias do rio Nhamundá resultaram, dentre outros registros, na produção de mapas com informações produzidas durante estas atividades. No contexto do trabalho relacionado ao combate à extração ilegal de seixo no Nhamundá, também foi feito o mapeamento dos interesses minerários na região do Nhamundá e Jatapú. O projeto também forneceu equipamentos para complementar os sistemas de radiofonia para as todas aldeias, e apoiou a reforma dos seus *mayá*, “casas grandes” onde são realizadas as reuniões comunitárias e assembleias.

Um trabalho de identificação e mapeamento das localidades e aldeias antigas foi realizado a partir do registro das conversas feitas com os Hixkaryana, principalmente com os mais velhos, que viveram nas aldeias antigas da região, e que forneceram informações sobre sua localização, caminhos percorridos, descrições e histórias de como era a vida antigamente, dentre outros dados sobre a ocupação indígena na região e dinâmicas das relação com outros grupos e com a população não-indígena.

Alguns destes senhores e senhoras vivenciaram, quando crianças, ou ouviram seus pais contarem sobre a presença de gateiros e castanheiros no rio Jatapu na década de 1940; sobre a chegada do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Jatapu, na década de 1940, e posteriormente no Rio Nhamundá; sobre a presença dos extratores de pau-rosa no rio Nhamundá; sobre a chegada dos missionários do Summer Institute of Linguistics (SIL) no fim da década de 1950 no Nhamundá e, posteriormente, a chegada dos Waiwai, trazendo a mensagem evangélica e os convidando para viver na missão em Kanaxen, na Guiana.

OFICINAS NO MAPUERA

A exemplo do trabalho realizado em outros rios, a interlocução com os moradores das aldeias no Mapuera possibilitou o levantamento de dados sobre a presença de indígenas isolados e sobre pressões, como a atuação de garimpeiros e missionários não-indígenas na área. O trabalho resultou ainda no planejamento e apoio à realização de atividades de monitoramento territorial.

Com os dados que a FPEC/Funai dispõe sobre a presença de indígenas isolados e de recente contato, foi estabelecido que o trabalho de campo seria focado em três aldeias do rio Mapuera: Bateria, Pomkuru e Tamyuru. As oficinas e reuniões realizadas nessas comunidades para introduzir a ideia geral do projeto e apresentar o trabalho da FPEC na aplicação das políticas do não-contato e de proteção territorial, dando também um panorama do movimento político que culminou na Constituição de 1988 e garantiu os direitos indígenas, principalmente no que diz respeito à terra.

As oficinas realizadas nas aldeias promoveram o debate e a reflexão sobre a política e as ações do estado brasileiro voltadas à proteção de indígenas isolados e sua relação com os povos e comunidades. Abordaram, dentre outros temas, o processo de colonização dessa porção do território brasileiro; a atuação do Estado e o contexto regional na época dos governos militares; a conquista dos direitos indígenas no marco da Constituição Federal de 1988; e a história dos Waiwai, marcada pelos ciclos de expedições de contato e atração entre povos culturalmente próximos, que se uniram na missão Kanaxen, na Guiana, dando origem ao coletivo que se conhece hoje com esse nome. A discussão sobre o respeito ao isolamento, que pauta as ações da Funai atualmente, levantou questões que são delicadas entre eles: se por um lado os contatos deram origem aos Waiwai, por outro evocam um período de sofrimento para as famílias que foram para Kanaxen e jamais retornaram a seus territórios.

Uma pergunta que eles se colocam constantemente em relação aos isolados é: quem são essas pessoas que estão aparecendo agora? A resposta dos moradores do Mapuera é sempre uma diversidade de nomes, que apontam para grupos com os quais mantinham relações diretas e indiretas no período anterior à concentração na missão. Nos registros históricos, é possível ver que há pelo menos dois séculos esses povos estavam vivendo na parte alta do rio Mapuera. As aldeias eram dispersas e multiplicavam-se pelo território ocupado, mas mantendo entre si redes de trocas e alianças, alimentadas pelas intervisitações para festas. Correlatos a essa multiplicidade, os nomes abundavam, tendência revertida com a aglomeração em poucas aldeias ao longo do século XX.

A grande maioria dos relatos sobre os isolados atualmente se refere à área da margem esquerda do rio Mapuera e às proximidades do baixo rio Acari, afluente da margem direita do Mapuera, no interflúvio com o rio Nhamundá. Essa área foi ocupada ainda nos anos 1980, mas há relatos antigos de avistamento de vestígios e de encontros efetivos com os isolados na mata.

MONITORAMENTO TERRITORIAL NO MAPUERA

Em novembro e dezembro de 2016, foi realizada oficina sobre gestão e monitoramento territorial nas comunidades do rio Mapuera, além de apoiada uma ação de vigilância no rio Baracuxi e Urucurim, depois de denúncia feita por moradores da aldeia Pomkuru sobre a possível presença de invasores garimpeiros na área. A viagem foi motivada pela preocupação dos Waiwai com os Karapawiana isolados, que vivem no Baracuxi, e com isolados Mawayana que permaneceram no Urucurim.

O rio Baracuxi, chamado de Kikwo pelos índios, é um grande afluente da margem direita do alto Mapuera. Enquanto estava acampado nas suas margens retirando buritis, o cacique de Pomkuru, Tariyasá, fora surpreendido por um pequeno avião que passou muito baixo por sobre seu acampamento. Algum tempo depois a aeronave passou no sentido contrário. Em novembro daquele ano, o avião foi novamente avistado por Tariyasá fazendo o mesmo trajeto. Há muito tempo os moradores desse rio suspeitam que esteja ocorrendo garimpo na região do alto Mapuera. Durante a demarcação física da TI Trombetas-Mapuera, alguns indígenas que trabalharam na abertura de picadas no rio Jauari, alto Mapuera, escutaram sons que julgaram ser dos isolados: gritos na mata e sons de tambor indicariam a proximidade de gente. Uma dessas pessoas relata que os trabalhadores não-indígenas da demarcação fizeram pequenas garimpagens no Jauari e mostraram algumas pedras aos índios, dizendo ser de grande valor.

Assegurar que as áreas estejam livres de invasão é uma cobrança constante dos Waiwai às autoridades, pela preocupação com a integridade do seu território e seu entendimento do trabalho de proteção dos isolados. Apesar disso, ao que tudo indica as cabeceiras do Mapuera estão sendo invadidas por garimpeiros.

OS NOMES DOS ISOLADOS

Ihtori, cacique da aldeia Bateria, no rio Mapuera, contou que quando moravam nas cabeceiras do rio Cachorro, seu avô encontrou um homem esquartejando uma anta na mata. Ao vê-lo, o homem jogou um dos quartos da anta por sobre o ombro e começou a correr. O avô de Ihtori correu atrás dele, mas não conseguia alcançá-lo; quando se aproximava, o homem corria ainda mais. Impressionado com a força do homem, o nomeou “kaxwana”, que quer dizer “gente forte”. O exemplo de Ihtori sobre os Kaxwana dá uma pista de como surgem os nomes, pois, entre aqueles que conhecem a história contada por seu avô, “kaxwana” vai evocar aquele episódio específico vivido por ele e compartilhado com os seus. A partir de um acontecimento particular, criou-se um nome que vem desse evento para se referir a um conjunto desconhecido de pessoas. Não se sabe exatamente quem são, onde e como vivem. Mas especula-se sobre tudo isso através dos nomes, em uma reflexão que leva em conta os locais de habitação, aparência e atributos físicos, formas de comportamento, tudo isso a partir de pequenos fragmentos da existência dessas pessoas, e de reflexão sobre as capacidades dos isolados: fortes, grandes, conseguem enxergar no escuro no mato, andar rápido sem ser escutados, xamãs poderosos, ou mesmo se são de fato gente ou algum outro ser da floresta, não-humano. O nome, nesse sentido, é a história de uma relação, conta também o evento de um encontro. Assim, Kaxwana, “gente forte”, é o nome pelo qual se referem hoje aos isolados que vêm deixando vestígios nos igarapés Motokru e Kawawu, pois tais rastros e encontros acontecem relativamente próximo ao local onde aconteceu esse episódio antigamente. Ihtori ainda nomeia outros grupos sobre os quais seu pai lhe contava e que viveriam naquela região: Wayawayana, “gente preguiça”, Xokuntoyana e Maxayana, nomes que Ihtori já não sabia o “significado”. Nas conversas sobre quem são os isolados, esses nomes se multiplicam, sobrepõem-se. Aludem a pessoas sobre as quais pouco se sabe, visto que vêm de encontros fortuitos, ou da suspeita de que existe gente vivendo em algum lugar ou andando pelos lugares que se frequenta.



Oficina na aldeia
Ponkuru, rio Mapuera.



Aldeia Ayaramã,
no rio Trombetas

OFICINAS NO TROMBETAS

A qualificação de dados sobre a presença de indígenas isolados do Alto Trombetas foi realizada por meio do levantamento de informações acerca das estratégias de reocupação do território tradicional dos povos dos Tunayana e Kahyana, das suas relações de parentesco e do mapeamento das antigas aldeias e caminhos.

No decorrer das primeiras visitas, entre julho e agosto de 2016, foi feito um levantamento básico da estrutura e das principais demandas das aldeias, bem como das dinâmicas territoriais dos atuais habitantes do rio, das histórias de migração e reocupação do território, e dos seus laços genealógicos passados e presentes que os unem entre si e com outras aldeias dos rios Cachorro e Mapuera. O intuito foi discutir sobre a forma como ocupam e vivem nessa área para, assim, refletir a respeito do compartilhamento da terra com os isolados e a proteção do território.

Esses elementos permitiram entender a composição e distribuição das aldeias atuais, ao mesmo tempo que deram pistas para compreender o que querem dizer ao afirmar serem “parentes” dos isolados. Os Tunayana e Kahyana também indicaram áreas que até meados do século XX foram habitadas por eles e onde possivelmente se encontram hoje esses parentes em isolamento. Esse conjunto de informações orientou o planejamento e a realização de atividades de localização da Funai que contaram com sua participação..

REOCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

As aldeias do Trombetas são formadas por pessoas que se identificam hoje, de maneira geral, como Tunayana (Ayaramã e Turuni) e Kahyana (Kaspakuru, Araçá e Purhó Mĩtĩ). São famílias que desde o fim dos anos 1990 e início dos 2000 empreenderam o retorno a antigas áreas que habitaram até os anos 1960, quando se deslocaram para missões religiosas instaladas no sul da Guiana e Suriname e noroeste do Pará. Apesar de algumas pessoas terem continuado esporadicamente visitando antigas capoeiras, foi a partir dos anos 1990 que algumas famílias katxuyana, kahyana e tunayana decidiram retomar antigos locais de moradia e abrir novas aldeias. As atuais aldeias são fruto dessas lentas e difíceis tentativas de retorno a áreas anteriormente habitadas, quase sempre muito distantes dos locais onde se concentraram nas missões.

Durante as reuniões, ao falarem a respeito do porquê retornar ao rio Trombetas, os novos caciques invariavelmente afirmavam: “Porque essa é minha terra. Essa é a terra do meu pai”. Essas pessoas que foram levadas a deixar as áreas onde viviam e se juntar às missões foram tratadas como “estrangeiros” entre os grupos que já ocupavam as áreas escolhidas pelos missionários para montar seus centros de atração. Esse sentimento de não-pertencimento, vivido talvez com maior intensidade pelos velhos desde sempre, começa a impactar a geração mais nova quando precisam fazer suas próprias roças e casas, ou mesmo suas aldeias: não há terras legitimamente ocupáveis nas missões, pois todas têm “donos”, que são aqueles que nasceram ou são filhos dos que nasceram nesses

Essa é uma das razões que tem levado muitas pessoas a procurar a “terra dos pais” e retornar ao rio Trombetas para fazer suas roças e casas. Essa volta se origina e se impulsiona nas jovens lideranças que conseguem mobilizar pessoas e recursos, e se assenta na memória dos velhos para se efetivar. Nessas narrativas, a legitimidade da ocupação atual é tirada fundamentalmente do fato de algum parente muito próximo ter vivido naqueles lugares. Mas a memória vai muito além, nomeando lugares em que aconteceram eventos, como guerras e festas, ou pontos marcados por mitos e encontros com seres não-humanos, que dão origem aos nomes desses lugares.

O rio Trombetas, como todos os demais rios visitados pela equipe do CTI (Jatapu, Nhamundá, Cachorro e Mapuera), vem passando por um forte processo de reocupação por população antes concentrada nas grandes aldeias missionárias no rio Mapuera, no Suriname e na Missão Tiriós. Essa reocupação, iniciada na virada do século XXI com o retorno dos Katxuyana e Kahyana levados para a Missão Tiriós e com algumas famílias Tunayana de Kwamara, se desdobrou na formação de Kaspakuru em 2010 e se fortaleceu com a mudança da família de Kanahtxi e Txaruwê e da abertura de Puhro Mítî no ano de 2016. A perspectiva é de que a abertura de aldeias nos rios Trombetas e Cachorro se intensifique nos próximos anos, já que muitas famílias que ainda estão na Missão e no Suriname manifestam o desejo de retornar às terras de seus pais.

Esse processo de reocupação propicia novamente a aproximação com as populações que teriam permanecido em isolamento nessas áreas. No rio Mapuera, os relatos recentes de tais encontros esporádicos se dão nas proximidades de lugares onde, no passado, eles já aconteciam. Os atuais moradores se interessam muito por essas histórias e as relacionam com os antigos encontros e, ainda que reconheçam nessas pessoas uma proximidade com seus antepassados que viveram nessas áreas, não se propõem a ir procurá-los, apesar de expressarem a vontade de ir ver tais lugares. Já no caso dos Inkarĩnĩ, os Kahyana e Katxuyana os veem como parentes de fato, cujos laços de parentesco podem ser traçados através de pessoas ainda vivas, o que os deixa muito apreensivos quanto à sua situação.

O apoio prestado na reabertura de aldeias pelo projeto foi fundamental para o diálogo sobre a proteção do território e dos isolados, uma vez que esses grupos entendem os isolados como parte de sua própria trajetória de circulação pelo território, que muitas vezes foi de fato compartilhado com esses grupos no passado e que volta a sê-lo com a abertura de novas aldeias em capoeiras antigas.

TURISMO DE PESCA

Uma questão que tem preocupado e impactado as comunidades no rio Trombetas é a invasão da TI Kaxuyana-Tunayana para a pesca esportiva, em locais acima da aldeia Kaspakuru. Ao longo dos últimos anos a atividade vem sendo realizada cada vez mais a montante do rio e novas pousadas foram construídas em sua margem esquerda (fora da Terra Indígena) e também dentro da TI. A atividade de pesca ocorre em locais utilizados pelos moradores das aldeias Kaspakuru, Araçá e Purho Mítî para a pesca voltada à sua alimentação. Os moradores de Kaspakuru relataram que, desde que os turistas começaram a entrar nessa área, a oferta de peixes diminuiu, os tracajás deixaram de frequentar esses pontos, e que encontram muitos peixes mortos nas áreas frequentadas pelos turistas.

O turismo de pesca esportiva também tem invadido e impactado áreas da TI Kaxuyana-Tunayana no rio Cachorro (nas proximidades da aldeia Chapéu) e no baixo Mapuera, também próximo às aldeias. Nesta última região, uma nova pousada está sendo construída, um indicativo de que a pressão e impactos só tendem a aumentar.

MUDANÇA DE ALDEIA

Entre fevereiro e março de 2016, o projeto apoiou a viagem destinada a acompanhar a mudança da família de Antônio Kanahtxe e Mariazinha Txaruwye da aldeia Areia, no rio Nhamundá, para o rio Trombetas, onde eles reocuparam uma área de antiga morada do pai de Kanahtxe na margem direita deste rio, na altura da confluência com o rio Katxpakuru, região de habitação tradicional dos indígenas Kahyana.

O cacique Kanahtxe demandou apoio para a mudança que vinha há anos planejando fazer para o rio Trombetas. Ele já havia derrubado um roçado próximo ao local onde nasceu e viveu com seu pai, Pedro Okoí, antes de sua mudança para as proximidades da aldeia-missão Kanaxen, na Guiana Inglesa, nos anos 1960.



Transporte entre Cachoeira Porteira e Km 31, que dá acesso ao rio Trombetas (ao lado). Festa na aldeia Araçá para comemorar o retorno ao rio Trombetas (abaixo).



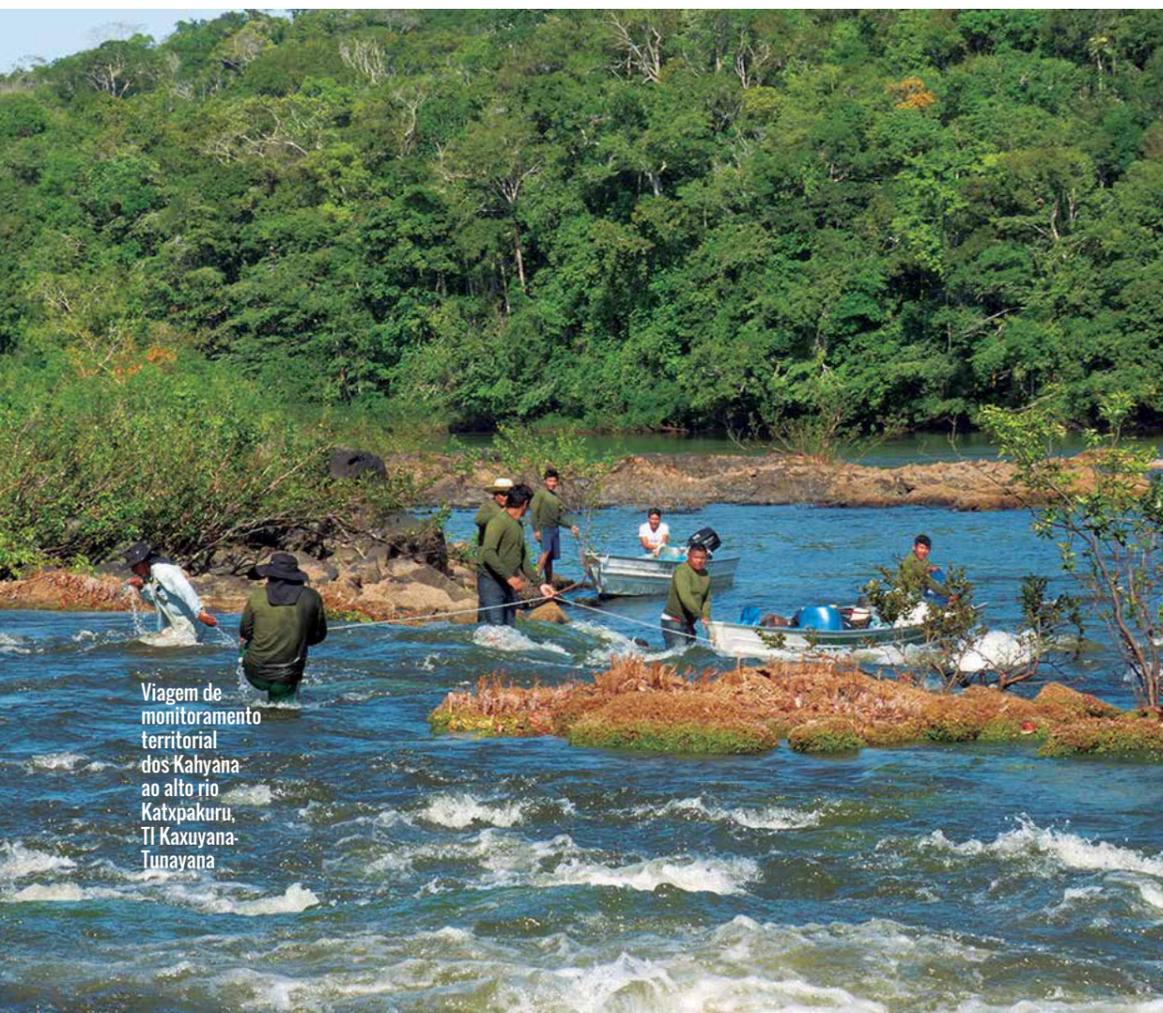
OS INKARĪNĪ

Inkarĩnĩ é o nome dado à população que vive em isolamento no interflúvio entre os rios Katxpakuru e Erepecuru. São conhecidos regionalmente como Pauxis e há registros de sua presença em Oriximiná e posteriormente no rio Erepecuru desde o século XIX. Durante as estadias na aldeia Santidade, Honorato e João do Vale contaram sobre duas visitas feitas por eles aos Inkarĩnĩ em 1970 e em 1971. A partir de informações de gateiros que subiam o rio Ereperucu, souberam haver, no igarapé Água Fria, um pequeno grupo que falava a mesma língua que a sua. Com apoio da Missão Tiriós e dos próprios Tiriýó, organizaram as duas expedições. Nesta pequena aldeia dos Inkarĩnĩ havia apenas seis casas, sem nenhuma criança. Os Katxuyana acreditam que havia por perto outra aldeia maior, que estava sendo protegida do contato. No primeiro contato, passaram uma semana com os Inkarĩnĩ. No ano seguinte retornaram e passaram um período maior, em torno de três meses. Entretanto, tiveram que ir embora às pressas, já que João do Vale contraiu malária. Ele diz que a língua dos Inkarĩnĩ era a mesma dos Katxuyana, "só que mais cantada, sem nenhuma influência". Em setembro de 2017 foi organizada uma expedição de localização da FPEC aos igarapés Água Fria e Ponékuru que contou com a participação de João do Vale e outros indígenas Katxuyana, Kahyana e Tiriýó, que buscou retratar os caminhos feitos nas viagens de 1970 e 1971.

MONITORAMENTO TERRITORIAL, PERIGO E SONHOS NO RIO KAXPAKURU

Em agosto de 2017, foi realizada uma viagem de monitoramento territorial ao longo do rio Kaxpakuru, limite leste da TI Kaxuyana-Tunayana. A atividade, proposta por lideranças do rio Trombetas no ano de 2016, teve como objetivo visitar e registrar as áreas de ocupação tradicional dos povos Kahyana e Txikyana, como antigas aldeias, caminhos pela floresta, pontos de castanha, cachoeiras, além de investigar a presença não-indígena e pressões sobre a terra indígena. Antes da viagem, aconteceram reuniões com as lideranças das aldeias Kaspakuru, Araçá e Puhro Miti, para a instrução sobre cartografia e uso do GPS, bem como para o estudo dos mapas e limites da terra indígena.

Durante a subida do rio, também surgiram histórias de lugares perigosos, onde outrora um grupo Kahyana que fazia esse percurso do Katxpakuru, para varar na bacia do Erepecuru, foi atacado e morto por seres da mata, chamados Warataré e Orohsimo. Ambos são parecidos com humanos, mas têm o corpo todo peludo, e são grandes caçadores, predando inclusive gente. O primeiro caça com um arco e flechas rudimentares e se alimenta do sangue das vítimas. O segundo, mata com borduna e come os órgãos, principalmente o fígado. Vivem em áreas de serras altas e dormem em buracos e cavernas.



Viagem de monitoramento territorial dos Kahyana ao alto rio Katxpakuru, TI Kaxuyana-Tunayana

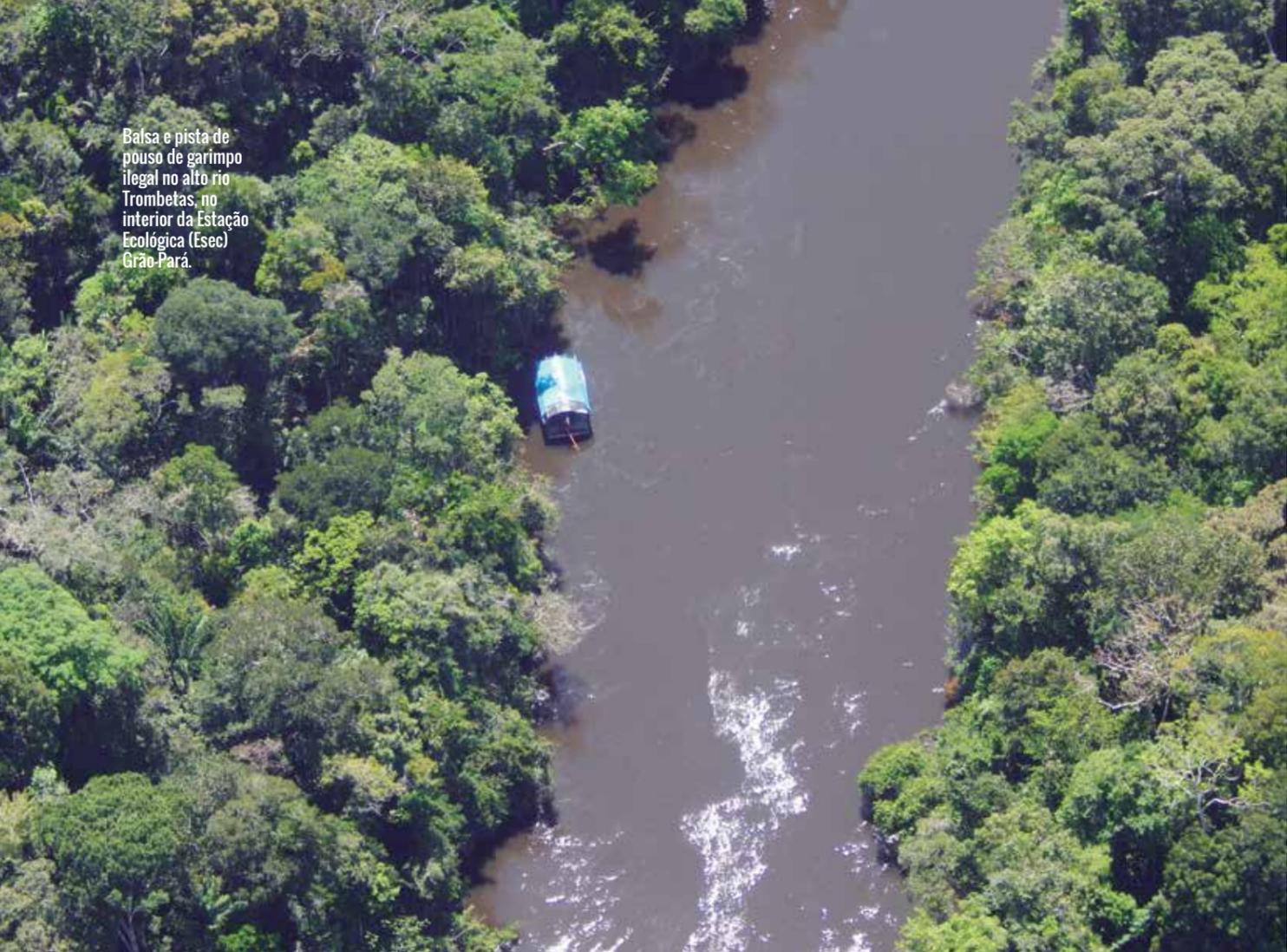
Algumas pessoas também relataram ter sonhado com os isolados, que lhes disseram que estávamos próximos de seus lugares. Um dos indígenas mais jovens contou o seu sonho: “Chegamos na aldeia dos isolados. Estávamos usando somente calções. Um velho da aldeia estava muito bravo com nossa chegada, mas foi acalmado pelos outros, que nos receberam com abundância de comida e bebidas. Combinamos que não iríamos dormir, por medo de que os isolados nos matassem à noite, nos sentamos em roda com eles, que cheiravam nossos corpos, cabelos, braços. Os isolados estavam todos nus, pintados de urucum e usavam cabelos compridos, amarrados. Sua casa era um grande barracão”. Outro indígena, mais velho, também narrou seu sonho: “Vi João Batista, um dos filhos de Pedro Okoyí, e meu pai, Entxi. Eles diziam que estávamos perto dos isolados. Meu pai me explicou onde era”.

GARIMPO AMEAÇA ISOLADOS E COMUNIDADES INDÍGENAS NO ALTO TROMBETAS

Desde 2016, lideranças de aldeias no rio Trombetas denunciam a presença de garimpeiros nas cabeceiras desse rio, na Estação Ecológica Grão-Pará, e o assédio a moradores das comunidades com o intuito de utilizar o acesso fluvial e facilitar a logística de abastecimento dos garimpos. A situação era agravada pelos relatos indicarem que o garimpo estaria funcionando próximo a área com registro de indígenas isolados. Em 2017, o projeto apoiou a realização de sobrevoo da Funai, que contou com a participação do órgão gestor da Esec, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), e confirmou a existência de garimpo e pista de pouso ativos no interior da unidade de conservação, em afluente do alto Trombetas. Apesar disso, e de gestões junto a órgãos responsáveis, não foram desencadeadas ações efetivas para conter a atividade ilegal.

Diante da intensificação do garimpo, da persistência do assédio e de ameaças a indígenas por parte dos garimpeiros, outra atividade da Funai foi apoiada pelo projeto. A Expedição Alto Trombetas teve o objetivo de qualificar informações relativas ao Registro nº 35 - Rio Cachorro/Cachorrinho, tendo em vista a continuidade da atividade garimpeira ilegal em sua área de ocorrência e o fato de que ela tinha se constituído como um foco de malária – que vinha acometendo diversas aldeias Waiwai, Katxuyana e Tunayana nos rios Trombetas, Cachorro e Mapuera. A atividade foi planejada conjuntamente entre FPEC/Funai e lideranças indígenas desses rios. Além do apoio à expedição da Funai, foi apoiada agenda de uma comitiva de lideranças junto ao Ideflor-bio e Ministério Público Federal para tratar sobre a questão. A retomada de antigos garimpos e a abertura de novos focos dessa atividade ilegal têm preocupado os povos da região e constituem um dos principais riscos aos povos indígenas em isolamento no norte do Pará.

Balsa e pista de pouso de garimpo ilegal no alto rio Trombetas, no interior da Estação Ecológica (Esec) Grão-Pará.



OFICINAS NO RIO JATAPU

O trabalho com os povos indígenas do rio Jatapu foi iniciado no final de 2015, por meio de oficinas realizadas nas aldeias Nova Bacaba e Santa Maria, situadas no médio curso daquele rio, no município de Urucará, estado do Amazonas. As aldeias, se encontram em território tradicional ainda não reconhecido de povos que se denominam Okoyimoyana, Xowyana e Kararayana, que habitavam o interflúvio dos rios Jatapú e Nhamundá antes dos movimentos de atração e concentração de aldeias promovidos pela atuação do Estado – por meio do SPI e, posteriormente, da FUNAI – e de missões religiosas. Apesar dos indígenas reivindicarem formalmente à Funai a identificação e delimitação de suas terras desde pelo menos 2001, não houve avanço no processo de regularização fundiária até o momento.

Muitos dos relatos sobre a presença de indígenas isolados coletados junto aos indígenas vêm de pessoas não-indígenas que trabalharam explorando recursos florestais como a balata, madeira e castanha. Por se tratar de relatos indiretos, em geral são bastante imprecisos, sendo difícil saber em que época e local ocorreram e quais vestígios foram encontrados. Alguns são relatos de uma época em que, de certa maneira, só havia índios “isolados”, isto é, os grupos que se juntaram nos postos do SPI e depois migraram para Kanaxen e Kassawá também viviam dispersos longe dos grandes rios. Outros são relatos recentes, já da época da reocupação das margens do Jatapu, e cobrem o período entre 2007 e 2015. Alguns deles são também de segunda mão, obtidos pelos índios através de trabalhadores não-indígenas das minerações de ferro e calcário, mas averiguados posteriormente pelos índios.

RELATOS DE ISOLADOS PRÓXIMO ÀS ALDEIAS

Durante a oficina, Lucas Hexkaryana, Haroldo Warakatu e Maurício Mataran relataram um encontro com isolados na margem esquerda do rio Jatapu, apenas três quilômetros acima da aldeia Nova Bacaba, em outubro de 2015. Lucas e Marcarida estavam voltando do trabalho na roça de nome “batata”, quando ouviram um grito e avistaram de longe um índio isolado em cima de uma árvore no morro na margem do rio. Disseram que estava todo pintado de urucum, gritava e acenava para eles, chamando para perto. Lucas e Marcarida seguiram direto para Nova Bacaba.

Em reunião realizada na Aldeia Santa Maria, os moradores forneceram informações sobre indígenas isolados também na margem direita do rio Jatapu, próximo a uma mina de ferro que ali se encontra. Ronaldo Mentyuman, cacique da aldeia, contou que os trabalhadores da mina disseram que, em 2011, os empreiteiros que retiravam o minério viram índios isolados na estrada, mais de

uma vez. Em pelo menos um dos avistamentos, temendo os isolados, teriam acelerado o caminhão pra cima deles. Disseram que os indígenas estavam nus, pintados com urucum, com arcos e flechas e com amarras de envira nos braços. Algum tempo depois, Ronaldo e outros indígenas decidiram ir até lá. Seguiram até o final da estrada e, próximo a um igarapé, encontraram um caminho bem batido e uma árvore cujo tronco estava com marcas características de quando se utiliza machado de pedra. Depois disso, eles não retornaram mais no local.

Samuel Yafoma também contou que, em março de 2014, foi coletar buriti junto com sua mãe, sobrinha e esposa. Quando estavam chegando, viram um homem correndo para a mata, no rumo da antiga pista de pouso da mineradora. Ao chegarem ao buritizal, viram pegadas muito grandes e uma pilha de buritis.

Os moradores do baixo Jatapu estão preocupados com a presença dos isolados próximo às suas aldeias. Pensam que estão se aproximando porque precisam ou querem alguma coisa, que cabe a eles dar. Eles acreditam que os isolados estão morando longe, mas que se aproximam ao escutar barulhos tais como os de tiro de espingarda, ronco dos motores de popa ou as explosões da mina de ferro. Os moradores do Jatapu evitam o contato direto por dois motivos, principalmente: o perigo para si mesmos, que podem ser atacados, e o perigo para os isolados, que podem morrer por doenças.

Ronaldo Mentyumán,
da aldeia Santa Maria
(rio Jatapu), mostra
antigo buritizal
onde foi avistado
um indígena isolado



Aldeia Nova
Bacaba, rio Jatapu

OFICINAS NO RIO CACHORRO

A viagem às aldeias do rio Cachorro realizada em março de 2017 teve como objetivo dar continuidade ao diálogo com comunidades indígenas a respeito das políticas de proteção aos povos isolados na região. A atividade também aprofundar as informações a respeito da visita realizada pelos Katxuyana a um povo isolado na bacia do rio Erepecuru nos anos 1970, chamado por eles de Inkariyana (e também de Inkari e Inkariñi), bem como avaliar possíveis riscos de pressão territorial na TI Kaxuyana-Tunayana e nas áreas com suspeita da presença de isolados. Os moradores da aldeia Santidade ainda demandaram, na ocasião, uma viagem rio acima para reconhecer antigos locais de moradia e visitar roçados nos quais estão estabelecendo novas aldeias.

O rio Cachorro começou a ser reocupado em 2003 por famílias que haviam sido removidas pela FAB e missionários para a Missão Tiriós, no alto rio Erepecuru, como se deu com os Katxuyana e outros Kahyana. A aldeia Santidade, formada em 2003, foi seguida pela abertura da aldeia Chapéu, em 2010 – por famílias que haviam permanecido no rio Cachorro quando da remoção para a Missão Tiriós e que, posteriormente, se estabeleceram no rio Nhamundá –, e Maharawanã, em 2016. Além delas, outros três roçados estão sendo formados por famílias que estão retornando da Missão Tiriós ou acolhendo aquelas que passaram a se dispersar a partir de Santidade. Assim, a partir de um planejamento conjunto com a Aikatuk e as lideranças Katxuyana, foi elaborado um plano de apoio para as novas aldeias e roçados, além do planejamento de uma viagem de monitoramento territorial até o alto rio Cachorro visando levar os jovens para conhecer os locais de antigas aldeias.

Durante a atividade, foi feito o levantamento de dados gerais das aldeias (infraestrutura, acesso a políticas públicas, atuação missionária, pressões territoriais, etc.). Foram poucos os relatos sobre a presença de isolados no rio Cachorro, o que provavelmente se deve ao fato das aldeias se situarem na parte baixa do rio e dos Katxuyana atualmente circularem pouco nas regiões de cabeceiras. Ainda assim, em algumas viagens que fizeram ao alto rio Cachorro e Cachorrinho viram sinais da presença de isolados, como indícios de caminho na beira desses rios.

Mauro, cacique de Santidade, relatou que avistou pegadas muito recentes em uma praia no alto Cachorrinho. Aldo, cacique da aldeia Kwanamari, no rio Mapuera, disse que em uma viagem que organizou em 2016 para monitorar o território e verificar as placas nos limites da demarcação, se deparou no alto Cachorro com alguns jirais na beira do rio – segundo ele, usado pelos isolados para pescar. Tamaxi, morador da aldeia Takará, avistou no mesmo ano, perto de um caminho de quebradas, uma amarração de palhas que é usada em torno dos pés para subir em árvores (peconha).

Em março de 2018, foi realizada outra viagem às aldeias do rio Cachorro, possibilitando o mapeamento da ocupação Katxuyana, o detalhamento de informações sobre os isolados nessa bacia hidrográfica e o apoio à elaboração de estratégias de monitoramento e proteção do território.



Viagem de monitoramento territorial dos Katxuyana ao alto rio Cachorro, TI Katxuyana-Tunayana.



Assembleia Karib em 2018, na aldeia Tawana, rio Mapuera.



APOIO A ASSEMBLEIAS

O projeto apoiou a realização de diversas assembleias dos povos indígenas que habitam a região do norte do Pará e divisa com o Amazonas. Em maio de 2016, aconteceu a II Assembleia de mulheres indígenas dos rios Cachorro, Trombetas, Mapuera e Nhamundá¹⁴, na aldeia Santidade, município de Oriximiná. O tema do encontro foi a saúde da mulher, em que as lideranças indígenas femininas expuseram a insatisfação de realizar seus partos na cidade, denunciando também o atendimento inadequado da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Em junho de 2016, na I Assembleia Geral Ordinária do Povo Okoyimoyana, Xowyana e Kararayana, realizada na aldeia Nova Bacaba, no baixo rio Jatapu, as lideranças discutiram questões referentes à saúde e educação, à gestão territorial e etnodesenvolvimento, além de seus direitos territoriais. . Em plenária, reafirmaram que seguirão lutando pelo reconhecimento e regularização fundiária de seu território tradicional no baixo Jatapu, que inclui as aldeias Nova Bacaba e Santa Maria, além do território de indígenas isolados. A presença de indígenas em isolamento na região e preocupações das comunidades relacionadas ao tema também foram debatidos no evento.

14. Em 2015, aconteceu o primeiro encontro de mulheres indígenas da região de Oriximá.



Reunião na aldeia Purhó Miti, rio Trombetas.



Aldeia Yururu, rio Cachorro.

Em 2016 também aconteceu a Assembleia do Conselho Geral do Povo Hixkaryana (CGPH), realizada na aldeia Kassawá, rio Nhamundá. Além do debate sobre as principais demandas e pautas prioritárias das comunidades, e do fortalecimento de sua articulação, na ocasião foi realizada a eleição da nova diretoria do CGPH.

Já a Assembleia da Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (Aikatuk), aconteceu em julho de 2017, na aldeia Turuni, no rio Trombetas, reunindo lideranças e parceiros para a pactuação de agenda de trabalho para o monitoramento territorial. Nessa reunião os Katxuyana e Kahyana conversaram sobre a presença do povo Inkarĩni (isolados) no interior da Flota Trombetas e a necessidade dessa área ser prioritária no planejamento da FPEC/Funai. A partir dessas conversas, foi planejada a expedição de localização Igarapé Água Fria, contando com a participação de João do Vale, que visitou os Inakrĩni em 1970 e 1971, além de outros indígenas Kahyana, Katxuyana e Tiriyo.

Também foi apoiada a realização de três Assembleias Gerais do Povo Karib, promovidas pela Aikatuk, Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (Apim) e CGPH, nos anos de 2016, 2017 e 2018. Os eventos reuniram os caciques e lideranças de diversas aldeias dos rios Nhamundá, Mapuera, Trombetas e Cachorro, da TI Parque do Tumucumaque, além de representantes de instituições governamentais e da sociedade civil. Durante as assembleias, os principais temas abordados foram a regularização fundiária da TI Kaxuyana-Tunayana, as ações voltadas para a gestão e proteção territorial, considerando o processo de

reocupação territorial, as pressões relacionadas à pesca e ao garimpo e o cenário político anti-indígena na atual conjuntura.

A participação da equipe do projeto nesses espaços de discussão propiciou a ampliação do debate e articulação junto às organizações, lideranças e comunidades indígenas para a construção e fortalecimento de estratégias e ações voltadas à proteção territorial de povos em isolamento na região.

PROTOCOLOS DE RELAÇÃO COM POVOS ISOLADOS

Realizada em abril de 2018, a oficina sobre protocolos de relação com povos isolados teve o objetivo de aprofundar o diálogo travado ao longo do projeto com os indígenas em suas aldeias a respeito da política de proteção da Funai aos povos indígenas isolados e de recente contato, que se baseia no respeito ao isolamento, e das políticas e formas indígenas de relação com estes “povos não-vistos” no contexto da região Norte do Pará.

A formação pretendeu, a partir da experiência adquirida nas oficinas realizadas nas aldeias e nas reuniões e assembleias em que o tema foi discutido, estimular a reflexão sobre questões reiteradamente colocadas pelos indígenas a respeito de como proteger os isolados e sobre como proceder em possíveis casos de contato. Para tanto, a oficina foi pensada de forma a colocar em diálogo indígenas mais velhos, que participaram de expedições de contato próprias entre as décadas de 1940 e 1980 e também de antigas frentes de atração/frentes de



Oficina "Protocolos de relação com povos isolados", realizada em 2018 em Oriximiná-PA.

contato da FUNAI em outras regiões, além de jovens lideranças que tiveram contato mais estreito com a atual política de proteção apresentada nas aldeias.

Dessa forma, a oficina procurou evidenciar a existência de protocolos indígenas de relação com os povos isolados nessa região, fomentar a identificação de interfaces com a política oficial de proteção, seus respectivos instrumentos e protocolos de ação, e fortalecer a cooperação entre a FPEC/Funai e os povos indígenas que vivem no entorno de registros de indígenas isolados no norte do Pará e divisa com o Amazonas. A atividade também buscou debater com os indígenas participantes o histórico de trabalho e o funcionamento da política de proteção do órgão indigenista, a comunicação e repasse de informações à FPEC/Funai, as formas indígenas de relação com os isolados no contexto do norte do Pará, seus "códigos de conduta", "etiquetas", dentre outros aspectos envolvidos nessa relação, que podem auxiliar a atuação da Funai no trabalho de proteção desses grupos.

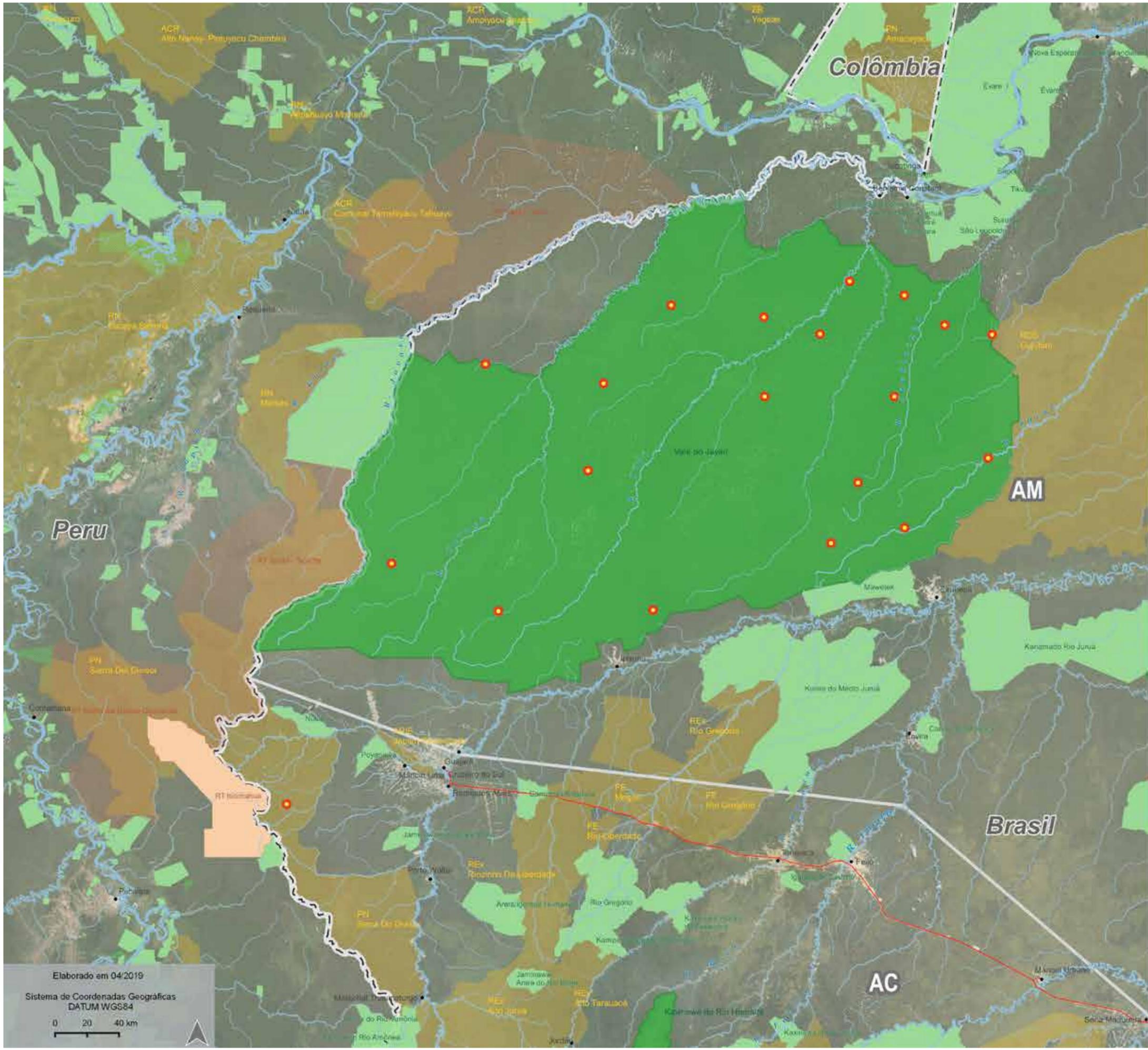
APOIO A AÇÕES DE MONITORAMENTO E PROTEÇÃO TERRITORIAL NA TI ZO'É

Para além das ações junto aos povos karib nas TIs Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera, Kaxuyana-Tunayana e no médio e baixo rio Jatapu, o projeto apoiou ações da FPEC/Funai junto aos Zo'é, voltadas ao monitoramento e proteção territorial. Diante da concentração de famílias no entorno da base de proteção etnoambiental da Funai no contexto pós-contato, a FPE Cuminapanema tem promovido o diálogo com os Zo'é sobre seu padrão tradicional de ocupação territorial, e ações de incentivo à dispersão das famílias ao longo do território. A abertura de roçados, além do objetivo imediato voltado ao cultivo de alimentos, é uma das estratégias de ocupação e monitoramento territorial que tem sido adotada nesse processo. Nesse sentido, foi apoiada a abertura de nove roçados ao longo dos rios Cuminapanema e Erepecuru, em áreas consideradas estratégicas pelos Zo'é por estarem localizadas nos limites leste e oeste da terra indígena.

Em 2015 foram apoiadas atividades de monitoramento territorial também nos limites da TI Zo'é, com o intuito de levantar informações sobre a possível presença de garimpeiros e castanheiros invadindo a terra indígena. Em 2016, outra expedição de monitoramento territorial foi realizada no limite sudoeste da terra indígena, região onde existe um garimpo próximo à calha do rio Erepecuru. O grupo que realizou a atividade foi formado por nove indígenas zo'é e um servidor da FPEC/Funai. Na ocasião, foram encontrados indícios de presença de garimpeiros. As informações levantadas foram repassadas para o Ministério Público Federal e Departamento da Polícia Federal, subsidiando a realização de uma operação realizada em agosto de 2016 para fechamento do garimpo. Não obstante o êxito da operação, a presença constante de garimpeiros dentro e no entorno imediato da TI Zo'é requer ações sistemáticas de monitoramento, vigilância e fiscalização.







Proteção e Isolamento em Perspectiva

Vale do Javari



Legenda

- Referência de povos isolado e de recente contato (Brasil)
- Terra Indígena habitada exclusivamente por povos isolados
- Terra Indígena com restrição de uso
- Terra Indígena com registro de povos isolados
- Reserva Territorial para povos isolados e de recente contato (Peru)
- Proposta de Reserva Territorial para povos isolados e de recente contato (Peru)
- Territórios indígenas reconhecidos oficialmente
- Territórios indígenas sem reconhecimento oficial
- Área natural protegida (Peru) e Unidades de Conservação (Brasil)
- Hidrografia
- Rodovia
- Sede Municipal
- ⊙ Capital Estadual
- Limite Estadual
- Limite Internacional

Fontes:
 Terras Indígenas no Brasil - FUNAI, 2017
 Territórios Indígenas na América Latina e Áreas Naturais Protegidas - RAISG, 2018
 Limites Estadual Sedes Municipais e Capitais - IBGE, 2018
 Rodovias - DNIT, 2018
 Ferrovias - ANTT, 2018
 Hidrografia - ANA, 2108
 Limite Internacional - GeoSUR, 2016

Elaborado em 04/2019
 Sistema de Coordenadas Geográficas
 DATUM WGS84
 0 20 40 km



Crianças jogando bola em aldeia Kanamari

ÁREA FOCAL PRIORITÁRIA DO PROJETO

TERRA INDÍGENA	POVOS	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO	ÁREA
Vale do Javari	Kanamari	1355	Regularizada	8.544.482 hectares
	Korubo	125		
	Kulina Pano	98		
	Marubo	1898		
	Matis	522		
	Matsés	1999		
	Tyohom-Dyapa	41		
	Isolados	Desconhecida		

Fontes de dados populacionais: Sesai, 2019 (Kulina Pano, Marubo, Matis e Matsés); Sesai e CTI, 2019 (Kanamari); Oliveira, J., 2019 (Korubo); CTI, 2019 (Tyohom Dyapá). Os dados apresentados na tabela não contabilizam a população das aldeias Cruzeirinho, do povo Matsés, e Campinas, do povo Kulina Pano, ambas fora da TI Vale do Javari. Segundo dados da Sesai (2019), a população delas é de 209 e 77 pessoas, respectivamente.

OUTRAS TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM INTERFACES NAS AÇÕES DO PROJETO

TERRA INDÍGENA/ UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	POVOS	POPULAÇÃO	SITUAÇÃO TI/ DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO UC	ÁREA
Mawetek	Kanamari	264	Regularizada	115.493 hectares
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim		149	Decreto nº 23.724/2003	2.450.381 hectares

Fontes de dados populacionais: Sesai, 2013 (Kanamari); Haag, C., 2019 (ribeirinhos da RDS Cujubim).

CONTEXTO DA REGIÃO¹

O Vale do Javari é território dos povos Kanamari, Kulina Pano, Korubo, Marubo, Matis, Matsés (Mayoruna), Tyohom Dyapá² e do conjunto mais expressivo de grupos indígenas isolados de que se tem conhecimento em uma mesma terra indígena e seu entorno no Brasil. Segundo dados da Funai de 2017, são 16 registros de indígenas isolados, o que corresponde a 14% dos 114 registros de índios isolados no país computados pelo Estado brasileiro. Destes registros, 10 são referências confirmadas (36% do total de referências confirmadas no país), 3 são referências em estudo (12% do total de registros nessa categoria) e 3 são registros categorizados como informações (5% do total de registros nessa categoria). Dois registros se encontram fora da área demarcada (um em estudo e outro confirmado).

Para além do recorte nacional, a TI Vale do Javari faz parte de um corredor de áreas protegidas já criadas e propostas na região de fronteira Brasil-Peru que compreende a maior concentração de povos em isolamento no mundo. Essa extensa área de florestas abriga uma grande diversidade sociocultural, de paisagens, espécies e interesses. O complexo contexto da região segue sendo um desafio para as políticas de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato e é um dos focos da atuação continuada do CTI desde o final da década de 1990.

1. Uma versão reduzida e adaptada desse texto foi publicada no livro *Cercos e Resistências – Povos Indígenas Isolados na Amazônia Brasileira*, editado pelo Instituto Socioambiental (2019).

2. Os grupos do povo Korubo que estabeleceram contato com a Funai em 1996, 2014, 2015 e 2019 e os Tyohom Dyapá (cujo processo de contato se deu sem a intervenção do órgão indigenista) são considerados povos de recente contato pelo órgão.



Povo Matsés.



HISTÓRICO DE EXPLORAÇÃO

Do final do século XIX até a conclusão do processo de regularização fundiária da TI Vale do Javari, no início dos anos 2000, a região foi intensamente explorada, processo que implicou profundas transformações na vida, ocupação e redes de relação indígenas preexistentes. As características e dinâmicas da presença e ocupação não indígena estiveram intimamente relacionadas a essa exploração, acompanhando as tendências econômicas regionais, suas mudanças e oscilações ao longo desse período.

Em linhas gerais, a exploração da borracha foi a principal atividade econômica desde finais do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O declínio desta atividade foi acompanhado pela gradativa proeminência da exploração madeireira, que se consolidou como a principal atividade econômica da região a partir de meados do século XX. Durante a ditadura militar nos anos 1970-1980, os povos da TI Vale do Javari também foram impactados pela tentativa de construção da rodovia Perimetral Norte – que marcou o início da atuação da Funai na região – e pela realização de atividades exploratórias de petróleo e gás pela Petrobras. A partir dos anos 1980, o narcotráfico passou a constituir uma importante força econômica na região – cuja presença, influência e impactos têm crescido em anos recentes.

É importante destacar que a maior proeminência de determinada atividade não implicou necessariamente a substituição de outra; e que, mesmo nestes casos, esse processo não se deu de forma imediata e homogênea. A comercialização residual de pélas de borracha até o início dos anos 1980 e trama de relações entre as cadeias produtivas do narcotráfico e da madeira são exemplos disso. Outro ponto a ser destacado é que algumas atividades com impacto expressivo sobre as vidas e territórios dos povos indígenas do Vale do Javari se mantiveram associadas aos diferentes “carros-chefes” da economia regional ao longo de todo esse período, notadamente a exploração comercial de recursos pesqueiros, carnes de caça e quelônios.

PÓS-DEMARCAÇÃO

A demarcação da Terra Indígena Vale do Javari foi um importante ponto de inflexão para os povos indígenas da região. No plano político, a luta pela demarcação propiciou o arrefecimento de tensões decorrentes de conflitos passados e o estabelecimento de alianças entre esses povos, cuja expressão institucional foi a construção do Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja), principal organização indígena local – papel hoje desempenhado pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). O processo de demarcação envolveu acordos que levaram ao estabelecimento de aldeias em áreas estratégicas e sensíveis a invasões, como forma de protegê-las. Foi o caso, por exemplo, das aldeias Lago do Tambaqui, Santo Eusébio, Caxias (do povo Kanamari) e Lago Grande (do povo Matsés), no médio Javari; de Flores e Fruta Pão, no baixo Curuçá; e de Soles, no Jaquirana (as quatro também do povo Matsés).

No que diz respeito especificamente à proteção de povos indígenas isolados, o processo de contato entre a Funai e um grupo Korubo (conhecido como “grupo da Mayá”) em 1996 desencadeou ações permanentes do órgão junto a este povo e também voltadas à localização e monitoramento dos outros registros na região, sob coordenação do então Departamento de Índios Isolados – atual Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados. Para essa tarefa, foi criada a Frente de Contato Vale do Javari, que a partir de 2000 passou a se denominar Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari (FPEVJ/Funai).

Sucessivos projetos em cooperação técnica entre o CTI e a Funai executados a partir de 1999³ contribuíram para a construção de bases da FPEVJ/Funai, possibilitaram que elas fossem equipadas, viabilizaram a formação e contratação de pessoal, bem como de serviços e assessorias técnicas especializadas em diferentes áreas, propiciando condições logísticas e operacionais para o desenvolvimento das ações de localização e monitoramento de indígenas isolados e de proteção e promoção dos direitos dos Korubo de recente contato. Além disso, o diálogo com as comunidades e organizações indígenas e sua participação na política de proteção foram fortalecidos.

Em contraste com décadas anteriores, nos anos 2000 a extração ilegal de madeira na TI Vale do Javari reduziu drasticamente. A exploração comercial de recursos pesqueiros e de caça também sofreu redução expressiva, sobretudo nas bacias do Itaquai e Ituí, onde a Funai passou a realizar o controle de ingresso e atividades de fiscalização em caráter permanente, a partir da base da FPEVJ na confluência dos dois rios. A criação da base Jandiatuba no ano 2007 também foi fundamental para garantir a integridade territorial de área habitada exclusivamente por isolados, embora tenha sido desativada poucos anos depois, em 2012, o que foi sucedido pela invasão de garimpeiros nesta parte da terra indígena.

A área compreendida pelo médio Javari e baixo e médio rio Curuçá permaneceu mais vulnerável, tendo em vista a ausência de ações efetivas por parte de órgãos de Estado e o fato de constituir limites da terra indígena, coincidentes com limites internacionais com o Peru no caso do médio Javari (que também é a porção da TI mais próxima da cidade de Atalaia do Norte). A criação da Base Curuçá pela Funai em 2013, demanda antiga dos povos indígenas da região, trouxe a expectativa de que esse quadro fosse revertido, mas seu funcionamento tem sido precário, e também dificultado pela complexa teia de relações e interesses nessa porosa área de fronteira. Outra área que permaneceu vulnerável e sem qualquer ação expressiva do Estado até bem recentemente foi o alto Jutai, onde vivem os Tyohom Dyapá de recente contato, os Kanamari e isolados – o fato de não compreender a bacia hidrográfica do Javari e a dificuldade logística de acesso à região contribuíram para a histórica marginalização dessa região e seus povos.

Nos últimos anos, contudo, o quadro de proteção territorial e conquistas obtidas pelos povos indígenas do Vale do Javari a partir dos anos 1990 tem se deteriorado rapidamente, na esteira do processo de ataque a direitos e retrocessos nas políticas públicas que tem marcado a atual conjuntura no país. As invasões para a exploração predatória e ilegal de recursos naturais têm se intensificado até mesmo em locais que contam com bases da Funai, frequentemente acompanhadas de ameaças e até mesmo ataques a indígenas, servidores e membros de instituições que atuam na região⁴. Os riscos para os povos isolados e de recente contato são imensos e vêm sendo alertados por lideranças indígenas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais⁵.

3. Primeiro projeto executado em parceria com o então DII/Funai na região, o *Programa Etno-Ambiental do Vale do Javari* teve início em 1999, com apoio da Comissão Europeia (CE) e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID). Entre 2004 e 2008, a parceria teve continuidade por meio do projeto *Sistema de Proteção de Terras Indígenas*, apoiado pela Fundação Gordon & Betty Moore (que também contemplou as Frentes de Proteção Etnoambiental Rio Envira, no Acre, e Guaporé, em Rondônia). Entre 2008 e 2011, o CTI apoiou a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato no Vale do Javari, no Médio Purus e na região do Madeirinha (MT), por meio de projeto financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). Além dessas iniciativas em cooperação com a Funai, nas décadas de 2000 e 2010 foram desenvolvidos projetos voltados à afirmação dos direitos e à proteção dos povos indígenas isolados na fronteira Brasil-Peru com apoio da Fundação Rainforest da Noruega, que fomentaram a articulação transfronteiriça de diversas organizações indígenas e da sociedade civil dos dois países e contemplaram ações no Vale do Javari.

4. Entre janeiro e outubro de 2019 a Base Ituí-Itaquai da FPEVJ foi atacada sete vezes a tiros por invasores (<https://bityli.com/i33Ny>).

5. Ver, por exemplo, Relatório sobre a situação de direitos humanos dos povos em isolamento voluntário e contato inicial no Brasil, elaborado pela COIAB e CTI e encaminhado à CIDH por ocasião de audiência temática realizada no dia 23 de outubro de 2017, na cidade de Montevidéu, durante o 165º Período de Sessões da CIDH (disponível no endereço <https://bityli.com/QxB0V>).



Placas de sinalização da demarcação da Terra Indígena Vale do Javari em aldeia do povo Matsés.



Base Ituí-Itaquai, da FPEVJ/Funai.

ALGUMAS DAS PRESSÕES ATUAIS SOBRE OS ISOLADOS DA TI VALE DO JAVARI⁶

PESCA E CAÇA COMERCIAL

Invasões de pescadores e caçadores têm aumentado em todos os quadrantes da TI Vale do Javari e talvez constituam a principal ameaça atual aos isolados e demais povos indígenas da região: médio Javari, baixo e médio Curuçá, baixo e médio Itaquai, baixo e médio rio Ituí, rio Quixito, alto rio Jutai, Juruazinho e também em áreas de cabeceira nos limites ao sul da terra indígena, a partir de comunidades ribeirinhas no rio Juruá, da TI Mawetek e das cidades de Eirunepé, Guajará e Ipixuna. Algumas dessas áreas despertam maior preocupação em razão da presença confirmada de isolados: rio Quixito e afluentes do médio Javari e baixo Curuçá (Registro CGIIRC/Funai nº 25-Quixito); médio rio Ituí (regs. 90-Rio Esquerdo e 23-Rio Coari); alto rio Jutai, suas cabeceiras e rio Juruazinho (regs. 15-Ig. Nauá e 16-Rio Itaquai); rio Curuena (reg. 20-Rio Boia/Curuena); rio Itaquai e rio Branco (regs. 21-Ig. Lambança, 23 e 91-Ig. São José). A situação nas áreas com registros ainda não confirmados não é menos preocupante.

Pesquisa realizada em 2013-2014 na tríplice fronteira estima que 278 toneladas de carne de caça são comercializadas por ano nas cidades de Benjamin Constant, Tabatinga, Leticia e Caballococha⁷. Embora o estudo não contemple pescados e não permita a quantificação da caça proveniente especificamente do Javari, os dados obtidos indicam a importância da região para esse comércio ilegal: o Brasil é responsável por 78% de toda a biomassa de carne comercializada na tríplice fronteira (que equivale a 169 toneladas/ano), e a cidade de Benjamin Constant, situada na boca do rio Javari, constitui o principal centro desse comércio.

GARIMPO

O garimpo de ouro constitui outro grave foco de pressão sobre a TI Vale do Javari, concentrado nas bacias do Jandiatuba e Jutai, onde dragas e balsas atuam há pelo menos vinte anos. Em áreas do entorno da TI Vale do Javari nestas bacias, a atividade tem submetido diversas comunidades ribeirinhas e indígenas a atos de violência e à degradação ambiental de seus territórios desde pelo menos a década de 1990⁸. Denúncias de que um possível massacre a isolados teria ocorrido em 2017 no interior da TI Vale do Javari, no rio Jandiatuba, acenderam o alerta para a expansão desta atividade na região⁹. Embora o suposto massacre não tenha sido confirmado após expedição realizada pela Funai e investigações conduzidas pelo MPF e Polícia Federal, a constatação de que garimpeiros atuaram livremente na região que concentra o maior número de registros confirmados de isolados dentro da TI Vale do Javari é por si só extremamente grave.

6. As informações apresentadas resultam de estudo ainda não publicado pelo CTI, realizado no âmbito do projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia.

7. Ver Van Vliet, N.; Quiceno-Mesa, M. P.; Cruz-Antia, D.; Aquino, L. J. N.; Moreno, J. & Nasi, R. 2014. "The uncovered volumes of bushmeat commercialized in the Amazonian trifrontier between Colombia, Peru & Brazil". *Ethnobiology and Conservation*, 3 (7): 1-11 (disponível no endereço <https://bitly.com/G1HWP>).

8. Ver Rapozo, P.; Silva, R. C. & Radaelli, A. 2017. À margem das margens: conflitos socioambientais, territorialidades e as lutas pelo reconhecimento identitário das comunidades rurais da tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru. 41º Encontro Anual da ANPOCS. 22 p. (disponível no endereço <https://bitly.com/3qmJ3>).

9. Para mais informações a respeito do caso, ver nota disponível no endereço <https://bitly.com/XTp8kht>.

E a pressão tem aumentado. No alto rio Jutai, os Kanamari e Tyohom Dyapá da aldeia Jarinal têm sido assediados por garimpeiros para permitir sua entrada na TI Vale do Javari e a operação de balsas em área com presença confirmada de isolados. O mesmo assédio é verificado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim, que faz limite com a terra indígena e dá acesso ao alto Jutai e ao rio Curuena, área também habitada por isolados. A RDS já sofre impactos do garimpo há anos, sobretudo nos rios Boia, Mutum e no próprio rio Jutai. Operação conjunta da Polícia Federal, Ibama e Funai em setembro de 2019 destruiu mais de 50 balsas de garimpo ilegal que operavam nos rios Jutai, Curuena e Mutum¹⁰. A Operação Korubo também envolveu o Ministério Público Federal e o Exército Brasileiro.

Levantamento feito pelo CTI em novembro de 2018 também identificou que os títulos minerários concedidos (lavra garimpeira e autorização de pesquisa) e interesses minerários (requerimento de lavra garimpeira e requerimento de pesquisa) no entorno da TI Vale do Javari nos rios Jutai, Jandiatuba, Itacoai, Quixito, Solimões e afluentes totalizam uma área de 248.407,48 hectares, parte dela próximo aos limites da TI.

NARCOTRÁFICO

O tráfico de cocaína está presente na região da tríplice fronteira desde pelo menos a década de 1980. Possivelmente constitui a principal força econômica da região, articulando-se a diversas outras atividades, como a exploração madeireira, o garimpo, a pesca (sobretudo voltada à exportação) e uma variedade de comércios e serviços, além de exercer influência sobre a política local e regional e agentes do poder público.

Embora a tríplice fronteira seja historicamente uma das principais rotas de entrada de cocaína da Colômbia e Peru para o Brasil, nos últimos anos a região também tem se firmado como zona de cultivo e refino. Além dos inúmeros impactos sociais, o plantio de coca voltado para a produção de pasta base na área compreendida pelo médio curso do rio Javari e o baixo Amazonas peruano tem provocado o aumento do desmatamento em áreas limítrofes à TI Vale do Javari. Monitoramento realizado pela Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Vida sem Drogas do Peru (Devida) e Oficina das Nações Unidas contra a Droga e o Delito (Undoc) identificou um aumento de 14% na área plantada com coca no Peru entre 2016 e 2017. No baixo Amazonas peruano, o aumento foi de 41% no período. Esta região representa hoje 4% da área total de cultivos de coca em todo o Peru.

Nesse contexto, a busca por novas rotas para o tráfico de cocaína pode envolver a passagem pela TI Vale do Javari e por territórios de isolados, a exemplo do que ocorre atualmente no Acre e já ocorreu em décadas passadas no Javari. O aumento da violência e envolvimento de jovens indígenas com o tráfico de drogas também é preocupante.

OUTRAS PRESSÕES E AMEAÇAS

Além das atividades mencionadas, constituem pressões sobre a TI Vale do Javari e seu entorno a exploração madeireira (sobretudo no Peru), a expansão da atividade agropecuária no vale do Juruá, a exploração de petróleo e gás (arrefecida na segunda metade da década de 2010) e o proselitismo religioso. A estas pressões se soma o já crônico problema de atendimento à saúde indígena, em um quadro persistente de epidemias de hepatites virais, malária, tuberculose e outras doenças infectocontagiosas.

10. Ver nota do MPF no endereço <https://bitly.com/tFpJN>.



Balsa com toras de madeira em Islândia (Peru), baixo rio Javari.



Guindaste manobra toras de madeira em frente a serraria em Islândia (Peru), no baixo Javari.

Mantas de pirarucu secando.



Flutuante anuncia compra de pescado na triplíce fronteira Brasil-Colômbia-Peru.

RESISTÊNCIA DO POVO MATSÉS VENCE INTERESSES DE EMPRESA PETROLÍFERA¹¹

UM HISTÓRICO DE CONFLITO

A exploração de hidrocarbonetos na região do Vale do Javari vem de longa data. Os primeiros estudos remontam ao final da década de 1930, mas é nas décadas de 1970 e 1980 que a presença de empresas petrolíferas se intensificou na região, com a realização de levantamentos, perfuração de poços e abertura de picadas para prospecção sísmica pela Petrobrás, no lado brasileiro, e pelas companhias Atlantic Richfield Company (Arco), Servicios de Exploración de Petroleo (Sexpet) e Amoco no Peru. No Brasil as atividades de exploração foram mais intensas nas bacias dos rios Jaquirana, Itaquaí, Jandiatuba e Jutai.

No Jaquirana, a atuação da “Companhia” (que é como os Matsés mais velhos se referem à Petrobras) se deu no contexto de contato de alguns grupos que até então viviam em isolamento, e há relatos da abertura de picadas para a prospecção sísmica atravessando roçados de aldeias. A intensa movimentação de pessoal e maquinário provocou o abandono de malocas e roçados, movimentações constantes e a contração de doenças, trauma recordado até hoje pelos mais velhos.

No Itaquaí, Jandiatuba e Jutai as operações exploratórias se deram em algumas das áreas de maior concentração de malocas de isolados então conhecidas. Houve sucessivos conflitos, resultando em trabalhadores flechados e na morte de um funcionário da Companhia Brasileira de Geofísica a serviço da Petrobrás e de um indigenista da Funai que acompanhava as operações exploratórias. Há registros de malocas queimadas e abandonadas e também da morte de indígenas.

A atuação desastrosa da Petrobrás foi finalmente interrompida em 1984, e esta região de fronteira permaneceu livre da exploração petrolífera ao longo da década de 1990 e início da década de 2000.

O BOOM DAS CONCESSÕES NO PERU

Na segunda metade da década de 2000 houve uma retomada de explorações na região do Vale do Javari, promovida pela política desenvolvimentista do governo peruano de Alan Garcia. Entre 2006 e 2011, grandes extensões da Amazônia peruana foram concedidas para empresas petroleiras, um dos principais setores responsáveis pelo crescimento econômico do Peru no período.

Se em 2004 as áreas concedidas para exploração e produção petrolífera correspondiam a cerca de 15% da área do bioma amazônico no Peru, em 2009 os lotes abrangiam mais de 70% da superfície do bioma, segundo estudo elaborado

11. Versão adaptada de texto publicado na edição #6 do Boletim Povos Indígenas Isolados na Amazônia (original disponível no endereço <https://bitly.com/FCSY5>).



por ambientalistas¹². Boa parte dos lotes incidia sobre Comunidades Nativas e Reservas Territoriales del Estado. Estas últimas são destinadas a povos indígenas isolados, cuja existência chegou a ser negada pelo então presidente do Peru, Alan García.

O Vale do Javari entrou no mapa da onda de concessões petrolíferas do governo Alan Garcia em meados de 2007, e em 2008 toda a extensão peruana dos rios Jaquirana e Javari encontrava-se loteada para empresas do setor de petróleo e gás, entre contratos para exploração e produção e um convênio de avaliação técnica. Após a entrega e readequações dos limites de alguns lotes em anos seguintes, permaneceram inalterados até meados de 2016 os contratos dos lotes 135 e 137, com a Pacific Stratus, que incidiam sobre a proposta de Reserva Indígena Yavarí Tapiche (para isolados), sobre a Comunidad Nativa Matsés e sobre a Reserva Nacional Matsés.

REATIVAÇÃO DE FRONTEIRAS EXPLORATÓRIAS NO BRASIL

No Brasil também se verificou uma retomada da agenda de exploração de petróleo e gás na região, embora mais tímida. A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) promoveu uma série de estudos a partir de 2007 e ofereceu nove blocos ao sul da Terra Indígena Vale do Javari na 12ª Rodada de Licitações de Petróleo e Gás da ANP, em 2013. O leilão foi marcado por irregularidades e teve seus efeitos suspensos por uma série de liminares, a última delas relacionada ao contrato do Bloco AC-T-8, ao sul da TI Vale do Javari, licitado para a Petrobrás. A decisão liminar foi concedida pela Justiça Federal em Cruzeiro do Sul (AC), que acolheu os pedidos do Ministério Público Federal em ação civil pública movida contra a União, Ibama, ANP e Petrobrás pelas graves ilegalidades do ponto de vista social e ambiental desde o princípio do processo de licitação até a outorga do contrato do bloco.

Diante das iniciativas recentes de promoção da exploração petrolífera no entorno da TI Vale do Javari, os povos indígenas da região se mobilizaram para que autoridades do Ministério Público Federal, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e outros organismos nacionais e internacionais intercedessem junto aos governos brasileiro e peruano para a paralisação de qualquer atividade petroleira próximo às suas terras, em especial próximo a áreas habitadas por índios isolados.

VITÓRIA MATSÉS

Após quase nove anos, as comunidades Matsés no Peru e no Brasil saíram vitoriosas da batalha contra a empresa petrolífera Pacific Stratus Energy S.A, subsidiária da multinacional canadense Pacific Exploration and Production,

12. "Amazonia Peruana en 2021. Explotación de recursos naturales e infraestructuras: ¿Qué está pasando? ¿Qué es lo que significan para el futuro?", disponível no endereço <https://bityli.com/yCclt>.

135. Vigente desde 2007, o contrato do lote 137 foi rescindido em 2016 sem a Pacific Stratus Energy S.A iniciar o processo de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), nem conseguir executar o Programa Mínimo de Trabalho do primeiro período da fase de exploração. Em 2017, o contrato do Lote 135 também foi finalizado.

O término dos dois contratos de licença para exploração de hidrocarbonetos se deu em um contexto de recuo de investimentos em operações, motivado pela queda do preço do petróleo no mercado internacional. Contudo, foram decisivos para esse desfecho o rechaço contundente e contínuo, e as mobilizações dos Matsés contra esse tipo de atividade em seu território durante quase uma década. Por conta dessa resistência, a Pacific Stratus Energy nunca chegou a iniciar suas atividades de exploração no Lote 137.

As reuniões binacionais promovidas pelos Matsés anualmente desde 2009 se constituíram em um importante espaço de articulação nesse processo, e tiveram como pauta prioritária a preocupação das comunidades com a retomada da exploração petrolífera em seus territórios.



Lideranças do povo Matsés em intercâmbio com o povo Achuar no rio Corrientes (Peru), em 2014.



Trabalhadores a serviço da empresa petrolífera Pacific Stratus durante a realização de atividades de prospecção sísmica no Lote 135 (Peru).

COMPARTILHAMENTO TERRITORIAL E PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE POVOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

Sem dúvida um importante fator para a piora do quadro de proteção territorial tem sido o processo de enfraquecimento da Funai. Sucessivos cortes orçamentários e mudanças de gestão, quadro deficitário de recursos humanos, evasão de servidores e pressões políticas têm impactado o órgão como um todo, com evidentes reflexos sobre a região. Conforme apontado anteriormente, esse processo se inscreve em uma conjuntura extremamente desfavorável aos direitos indígenas. Por outro lado, transformações nas dinâmicas territoriais indígenas no contexto pós-demarcação e as relações de vizinhança/compartilhamento territorial entre diversos povos também impõem novos desafios para a política de proteção de indígenas isolados.

A conclusão do processo de regularização fundiária e efetiva desintrusão da TI Vale do Javari na virada das décadas de 1990-2000 reduziu consideravelmente as pressões sofridas pelos povos indígenas por parte de frentes extrativistas ao longo dos séculos XIX e XX. A presença e resistência de isolados em áreas de interflúvio em toda a extensão da TI Vale do Javari foi um dos aspectos decisivos para a sua delimitação tal como se afigura hoje e para a conclusão desse processo. Em alguns setores da TI, a ação permanente da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari/Funai contribuiu significativamente para a segurança territorial de isolados, a recuperação de estoques de caça e pesca e o atendimento à saúde de grupos de recente contato do povo Korubo.

Contudo, a redução das invasões nas bacias dos rios Ituí e Itaquaí, decorrente das ações de fiscalização e vigilância da FPE Vale do Javari, foi também acompanhada de reacomodações territoriais. Grupos Korubo isolados passaram a ser avistados com maior frequência em determinados locais às margens dos rios Ituí e Itaquaí. Os Matis se mudaram da beira do rio Ituí para três aldeias próximas a áreas ocupadas pelos Korubo nas bacias dos rios Branco e Coari. Também os Kanamari realizaram mudanças de aldeia que os aproximaram dos Korubo. No alto Jutaí, isolados têm ocupado cada vez mais áreas a jusante, se aproximando da aldeia Jarinal, do povo Kanamari.

No bojo dessas dinâmicas territoriais, quase duas décadas depois do contato com o “grupo da Mayá” ocorreram mais duas situações de contato: a primeira em setembro de 2014, envolvendo os Kanamari da aldeia Massapê, e a segunda poucos meses depois, também com os Kanamari, ambas no rio Itaquaí. Dois anos antes, a tentativa de estabelecimento de uma aldeia Kanamari no rio Curuena já havia resultado em conflito com um grupo de isolados Korubo que vive nesta bacia.

As mudanças de aldeias realizadas pelos Matis nos últimos dez anos também foram acompanhadas de sucessivos encontros com os Korubo. Nesse processo de aproximação, em dezembro de 2014 dois Matis da aldeia Todowak foram mortos pelos Korubo em um roçado próximo à aldeia, no rio Coari, ao que se seguiu um revide por parte dos Matis. Como resultado do conflito, as famílias que viviam em Todowak se mudaram para o rio Branco – onde viriam a fundar a aldeia Kudaya, próximo às duas outras aldeias Matis.

Em setembro de 2015, ocorreu um novo contato dos Matis com o mesmo grupo Korubo, em área próxima às suas aldeias atuais. A motivação dos Matis, segundo relato dos mesmos, era consolidar o contato a fim de cessar os conflitos. A principal reivindicação



Grupo do povo Korubo durante processo de contato com a Funai em 2015.

dos Matis à Funai era a garantia da sua segurança territorial, a ser realizada nos seus termos, o que se traduziria, na prática, que a Funai promovesse, junto com eles, o contato com os Korubo que haviam permanecido isolados na faixa territorial entre os rios Ituí e Itaquai. Entretanto, a complexidade da situação era acentuada pelo fato de que esta demanda deveria ser equacionada não apenas em relação ao desejo dos Korubo de recente contato com os quais se deu o conflito, como também com a premissa do não-contato que orienta a política da Funai para proteção dos povos isolados.

As dissonantes compreensões e estratégias para fazer frente a situações de conflito como essas colocam em evidência alguns dos desafios para a proteção de povos indígenas isolados em contextos de compartilhamento territorial com povos contatados. Embora a diversidade e complexidade de contextos não permita respostas prontas, a construção de soluções passa necessariamente pelo fortalecimento e aprimoramento dos mecanismos e espaços de diálogo e ampla participação indígena na política de proteção e promoção de direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato do Estado brasileiro.

Transformações nas dinâmicas territoriais indígenas no contexto pós-demarcação e as relações de compartilhamento/vizinhança territorial entre povos contatados e isolados impõem novos desafios para a política de proteção de indígenas isolados do Estado brasileiro.



Indígena Matis (na canoa) se comunica com isolados Korubo às margens do rio Ituí durante avistamento em 2005.

OS TYOHOM-DYAPA E KANAMARI NO ALTO RIO JUTAÍ¹³

GRAVE SITUAÇÃO DE SAÚDE

Os Tyohom-Dyapa são um povo de recente contato falante de língua Katukina-Kanamari que reside há aproximadamente 20 anos junto aos Kanamari (ou Tüküna) na aldeia Jarinal, localizada no alto curso do rio Jutaí. Historicamente, eles fizeram parte da rede de relações existente entre os diferentes povos Katukina-Kanamari, mas reduziram a amplitude desta rede diante da agressividade das frentes extrativistas no início do século XX. A partir da década de 1950, adotaram um padrão de ocupação territorial de intensa mobilidade, estabelecendo relações com alguns outros grupos Katukina-Kanamari e realizando visitas esporádicas aos não-indígenas da região. Desde então, eles experimentam um forte decréscimo populacional provocado por doenças e conflitos com outros povos isolados.

Atualmente eles somam apenas 41 indivíduos (CTI, 2019), e a mortalidade infantil entre os Tyohom-Dyapa é especialmente elevada. De acordo com levantamento feito em 2015 por Tewem Kanamari, que então atuava voluntariamente como Agente Indígena de Saúde na aldeia Jarinal, no período entre 2010 e 2015 pelo menos seis crianças Tyohom-Dyapa vieram a óbito, o mesmo número de crianças vivas naquele ano. Segundo Tewem, uma delas apresentava forte diarreia acompanhada de sangue e as outras apresentavam sintomas como catarro, febre e tosse.

O alto número de mortes de crianças na aldeia Jarinal não é exclusivo dos Tyohom-Dyapa. Neste mesmo período, 12 crianças Kanamari morreram, em geral apresentando os mesmos sintomas. A aldeia Jarinal não recebe atenção sistemática da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), e com frequência se alastram enfermidades infecto-respiratórias ou surtos de diarreia e vômito entre as crianças.

O levantamento ainda apontava outros óbitos de indivíduos Tyohom-Dyapa na aldeia no mesmo período. Um dos homens mais velhos do grupo foi picado por uma cobra e não resistiu. Além dele, uma mulher e outros dois homens adultos morreram por enfermidades que não puderam tratar – os Kanamari não souberam precisar quais eram.

Após três anos sem que a aldeia Jarinal recebesse uma nova visita das equipes de saúde da Sesai e inúmeras denúncias da Associação Kanamari do Vale do Javari (Akavaja), foi instaurado em 2014 um inquérito civil público pelo Ministério Público Federal (MPF) para investigar a omissão da Sesai no atendimento aos povos Kanamari e Tyohom-Dyapa no alto Jutaí. Como resposta, foi apresentado um plano de trabalho que nunca foi plenamente cumprido.

13. Versão adaptada do texto "Saúde e dinâmicas de ocupação territorial dos Tyohom-dyapa no Vale do Javari", publicado na edição #5 do Boletim Povos Isolados na Amazônia (original disponível no endereço <https://bit.ly.com/u2NtE>).

Um dos relatórios apresentados pela Sesai ao MPF, referente a uma curta visita à aldeia proposta no plano de trabalho, aponta a incidência de hepatite B e filariose entre a população, mas não distingue a distribuição destas enfermidades entre os Kanamari e os Tyohom-Dyapa. O diagnóstico da presença destas enfermidades tampouco foi acompanhado de um plano de tratamento e prevenção.

As mortes ocasionadas por doenças poderiam ser evitadas por meio de tratamento adequado. Mas mesmo após as diversas denúncias da Akavaja junto aos órgãos competentes e a intervenção do MPF, o atendimento à saúde na aldeia não mostra sinais de avanço. “Em 2015 foram entregues a todas as instituições competentes documentos que denunciam a precariedade de atendimento à saúde dos indígenas Tyohom-Dyapa, mas até agora nada foi feito”, relatou Kora Kanamari, da Akavaja, durante o VII Encontro Geral do Povo Tüküna, realizado em julho de 2016 na aldeia São Luís com o apoio do projeto.

Os Kanamari entendem que, para um cuidado adequado da frágil saúde dos Tyohom-Dyapa, é necessária a implementação de uma Unidade Básica de Saúde Indígena na aldeia e a disponibilização de um sistema de remoção aérea para situações de emergência. Além disso, consideram importante que a Funai, por meio da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari (FPEVJ), acompanhe e oriente a atuação da Sesai junto aos Tyohom-Dyapa.

Atuando sobre a questão por meio da Akavaja, os Kanamari esperam colaborar com a reversão da delicada situação demográfica dos Tyohom-Dyapa. De acordo com levantamento realizado pelo CTI em 2015, dos 38 indivíduos que compunham o grupo, seis eram crianças, cinco eram adolescentes e doze tinham mais de 60 anos. Segundo o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Vale do Javari, a população Tyohom-Dyapa foi estimada em 32 pessoas em 1979, e em 40 em 1984. Em 2019, sua população era de 41 pessoas (CTI, 2019).

O processo de contato que levou os Tyohom-Dyapa a viver junto aos Kanamari na aldeia Jarinal não contou com intervenção da Funai. Em 2001, uma expedição realizada pela FPEVJ/Funai chegou a visitar os Tyohom-Dyapa e constatou a situação de vulnerabilidade em que se encontravam, sem nenhum auxílio médico especial ou acompanhamento indigenista. Após esta expedição, contudo, não foi realizada nenhuma ação continuada junto ao grupo por parte do órgão indigenista ou da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) – à época o órgão responsável pelo atendimento à saúde indígena no Brasil. Em 2011, diagnóstico médico-antropológico elaborado pelo CTI com subsídios e recomendações para a então recém-criada Secretaria Especial de Saúde Indígena¹⁴ (Sesai) destacava a extrema vulnerabilidade e “a urgente necessidade de atendimento aos Tyohom-Dyapa”.

14. Disponível no endereço <https://bitly.com/wUGlo>.

Em toda a terra indígena a situação de saúde é grave. São comuns epidemias de malária, filarioses e hepatites A, B, C e D. Segundo relatório do CTI elaborado em dezembro de 2010, entre os anos de 2000 e 2010 pelo menos 325 indígenas morreram na TI Vale do Javari por questões de saúde ou suicídio, o que representava à época 8% da população total da terra indígena, contabilizando em média uma morte a cada 12 dias.

A situação de saúde dos povos já contatados do Vale do Javari tem impactos sobre os povos isolados e de recente contato. A presença de enfermidades no entorno de seu território coloca em risco sua integridade física, e a situação é agravada em casos como eventuais encontros ou contato com objetos.

DINÂMICAS DO CONTATO

As primeiras informações sobre a existência dos Tyohom-Dyapa datam do início do século XX. Elas situam este grupo como originário da região do alto rio Jutaí, e indicam que eles mantiveram algum contato com as frentes extrativistas que alcançavam a região na época, quando teriam se envolvido nas atividades de alguns seringais juntamente com outros grupos Katukina-Kanamari.

As poucas referências sobre eles, entretanto, não ultrapassam a década de 1920, e apenas se voltaria a ter notícias dos Tyohom-Dyapa no final da década de 1950. A lacuna de informações sobre esse povo entre as duas primeiras décadas e a segunda metade do século XX sugere que, após experimentarem manter contato com a população não-indígena da região por um curto período de tempo, optaram por refugiar-se em áreas de penetração mais difícil pelas frentes extrativistas.



Wahpaka, Bawai
e Wahmaram
Tyohom-Dyapa na aldeia
Jarinal, em 2015.

Ao contar sua história, os Tyohom-Dyapa relatam que neste período passaram a viver nas cabeceiras do rio Jandiatuba, onde mantiveram relações com ao menos outro grupo falante de língua Katukina-Kanamari, a quem eles chamam de Tyaha-Dyapa. Por volta da década de 1950, um conflito entre eles culminou na morte do chefe dos Tyohom-Dyapa e no conseqüente afastamento entre os grupos.

A partir de então, os Tyohom-dyapa passaram a viver entre as cabeceiras do rio Curuena e o alto curso do rio Jutaí. Buscando manter-se distantes dos Tyaha-Dyapa e de outros grupos que também viviam em isolamento na região, adotaram um padrão de ocupação territorial de alta mobilidade, passando a maior parte do ano afastados de sua maloca. Por este motivo, também abandonaram a prática de roçados e passaram a se alimentar essencialmente de tubérculos silvestres e frutos da mata, além de carne de caça.

Durante essas andanças, os Tyohom-dyapa voltaram a manter relações com os não-indígenas que viviam tanto no rio Curuena como no rio Jutaí. Os encontros esporádicos eram sempre pacíficos e envolviam a troca de carne de caça ou outros recursos da floresta por produtos industrializados, como ferramentas, sal e fósforo.

No saldo destas trocas, os Tyohom-Dyapa também contabilizaram a aquisição de doenças para as quais eles não tinham imunidade e nem formas de tratamento. Assim como alguns outros indivíduos do grupo, Marem, que havia assumido a chefia dos Tyohom-Dyapa após o conflito, teria morrido de “catarro”, adquirido após um dos encontros com os não-indígenas do entorno.

Foi por meio dos relatos desses contatos com ribeirinhos que viviam no rio Jutaí que os Kanamari tomaram conhecimento da localização dos Tyohom-Dyapa e foram ao seu encontro. As visitas dos Kanamari à maloca dos Tyohom-dyapa passaram a ser mais frequentes, e se tornariam recíprocas pouco tempo depois, quando um Kanamari, Aro, casou-se com uma Tyohom-dyapa, Wahmaram, e esta passou a viver com ele em sua aldeia.

Ambos os povos relatam que durante esses primeiros encontros os Tyohom-dyapa temiam adquirir doenças. Os Kanamari lhes presenteavam com roupas, ferramentas, sal e produtos de roçado. Juntos eles dançavam hai-hai e praticavam outros rituais comuns aos grupos Katukina-Kanamari.

Na década de 1980, eles iniciaram frequentes contatos com as equipes de prospecção sísmica da Companhia Brasileira de Geofísica (CBG) e da LASA Engenharia S.A., ambas a serviço da Petrobrás, que então atuavam na região. Os Tyohom-Dyapa teriam recebido as equipes em suas malocas e realizado trocas que, pela primeira vez, envolviam dinheiro.

Pouco se sabe sobre a dimensão dos impactos da atuação da Petrobrás na região e o acirramento de conflitos territoriais entre os Tyohom-Dyapa e outros povos isolados. A atuação da empresa envolveu intenso trânsito de pessoas, o

uso de helicópteros e maquinário, a abertura de quilômetros de picadas para prospecção sísmica e de clareiras para a perfuração de poços em meio ao território de povos isolados na região, o que fez com que eles se afastassem ainda mais de suas áreas de caça e coleta. O RCID registra que, na década seguinte, os Tyohom-Dyapa teriam sido atacados por índios “brabos”, o que teria provocado oito mortes entre eles.

Ao passo que estabeleciam uma rede de relações cada vez mais ampla, os Tyohom-Dyapa também experimentaram um acentuado decréscimo populacional provocado pelas doenças contraídas nos encontros e pelos conflitos com povos isolados.

Por volta de 2005, por temer o ataque de um grupo de madeireiros ilegais no alto curso do rio Curuena e a fim de resguardar a integridade do grupo, os Tyohom-Dyapa passaram a viver com os Kanamari, se mudando em definitivo para a aldeia Jarinal. Desde então, interromperam a intensa mobilidade territorial que caracterizava sua forma de ocupação anterior e deixaram de viver em malocas, passando a viver em casas no “estilo ribeirinho”, como as dos Kanamari.

Ainda hoje, os Tyohom-Dyapa mantêm visitas esporádicas a um não-indígena que vive próximo à aldeia, poucas voltas a jusante do rio. Alguns deles já viajaram à cidade de Eirunepé, o que ocorreu, por exemplo, quando participaram do Encontro Kanamari na aldeia Mamori e Barreiro, em 2014. Durante o projeto, alguns Tyohom-Dyapa também viajaram à cidade de Tabatinga, por ocasião de audiência com a Procuradoria da República neste município. Além disso, pelo menos dois deles, Wahmaram e Tewem, já obtiveram certidão de nascimento, a fim de acessar benefícios previdenciários e sociais.



PRINCIPAIS ATIVIDADES

Conforme apontado anteriormente, a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato é um dos focos de atuação do CTI no Vale do Javari desde o final da década de 1990. Esse trabalho teve início por meio de um projeto em cooperação com o então Departamento de Índios Isolados da Funai (DII/Funai) e desde então diversas iniciativas têm contribuído para a proteção desses povos, algumas delas em cooperação com a Funai.

O projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia deu continuidade a essa trajetória e foi elaborado a partir das experiências e aprendizagens prévias, e da relação construída com os povos indígenas do Vale do Javari. As atividades desenvolvidas se inscrevem no conjunto mais amplo de ações do Programa Javari do CTI, que envolvem, dentre outras iniciativas, a formação de lideranças, professores e jovens indígenas para a gestão territorial e ambiental e o fortalecimento institucional e político da União dos Povos Indígenas Vale do Javari (Univaja) e suas organizações de base¹⁵. A exemplo do trabalho realizado em outras áreas geográficas, compreenderam as seguintes linhas de atuação:

- Apoio às atividades de localização e monitoramento de indígenas isolados realizadas pela FPEVJ/Funai.
- Levantamento e atualização de informações históricas e atuais sobre a presença de indígenas isolados na região.
- Apoio ao monitoramento territorial indígena e a estratégias de gestão territorial e ambiental que contribuem para a proteção de povos isolados e de recente contato.
- Fortalecimento de espaços de discussão, como assembleias, reuniões e oficinas, fomentando o debate sobre o compartilhamento territorial com povos isolados e de recente contato e a sua proteção.
- Apoio e assessoria às organizações indígenas com enfoque na defesa dos direitos e na proteção de povos indígenas isolados e de recente contato.

A seguir são apresentadas informações sobre algumas das atividades desenvolvidas no Vale do Javari.

PLANEJAMENTO LOCAL

A primeira atividade do projeto na região do Vale do Javari foi uma rodada de planejamento envolvendo lideranças indígenas, Univaja e suas organizações de base e Funai (Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari e Coordenação Regional Vale do Javari), na cidade de Atalaia do Norte (AM). Na ocasião, foram apresentados os objetivos e recortes temático e geográfico do projeto, e pactuadas as linhas de ação e atividade a serem realizadas no primeiro ano de execução.

Essa metodologia de planejamento foi mantida ao longo de toda implementação do projeto, o que possibilitou a ampla participação de atores-chave da região, a socialização e avaliação das atividades desenvolvidas, a incorporação de propostas dos povos e organizações indígenas do Vale do Javari não previstas inicialmente e adequações nas

15. Associação Indígena Matis (Aima), Associação Kanamari do Vale do Javari (Akavaja), Organização das Aldeias Marubo do rio Ituí (OAMI), Organização Geral Mayuruna (OGM), Associação Iba Kulina do Vale do Javari (Aikuvaja), Associação de Desenvolvidos Comunitário do Alto Rio Curuçá (Asdec), Associação Marubo de São Sebastião (Amas).

atividades planejadas. No primeiro ano de implementação, a etapa de planejamento foi sucedida por um período de ambientação da equipe local do projeto na Base Ituí da FPEVJ/Funai, ocasião em que também foram realizadas atividades de formação com os colaboradores indígenas desta unidade da Funai.

APOIO À FPEVJ/FUNAI PARA A LOCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE INDÍGENAS ISOLADOS

Ao longo do projeto foram apoiadas 14 expedições e diversos sobrevoos de localização e monitoramento de indígenas isolados realizadas pela FPEVJ/Funai, contemplando 12 dos 16 registros da Funai na região. Além disso, foram apoiadas ações de contingência da Funai durante o processo de contato com grupo do povo Korubo na região do rio Branco, em outubro de 2015.

Também foram produzidos subsídios técnicos ao órgão indigenista para a construção do Plano de Proteção de Povos Indígenas Isolados do Vale do Javari. Esta ação envolveu, dentre outras atividades: o levantamento e processamento de imagens de satélite históricas e atuais, informações bibliográficas e outros dados secundários relacionados às dinâmicas de ocupação de indígenas isolados e pressões territoriais; a padronização e análise combinada desses dados; a elaboração de material cartográfico; o desenvolvimento e sistematização da metodologia empregada.

Em seu conjunto, as ações realizadas resultaram em expressivo avanço no processo de qualificação de registros de indígenas isolados no Vale do Javari, bem como no aprimoramento metodológico do trabalho de localização e monitoramento realizado pela FPEVJ/Funai.

EXPEDIÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO:

- Expedição de Localização Flecheira, no rio Pardo (maio/2016)
- Expedição de Localização Quixito-Curuçá (dezembro/2016-janeiro/2017)
- Expedição de Localização Jaquirana (março-maio/2017)
- Expedição ao médio rio Itaquai com os Korubo de recente contato (abril/2017)
- Expedição de Localização São Salvador e Pedro Lopes (junho-julho/2017)
- Expedição Curuena (agosto-setembro/2017)
- Expedição de Monitoramento Jandiatuba (novembro-dezembro/2017)
- Expedição Arrojo (janeiro-fevereiro/2018)
- Expedição de Localização São Joaquim (abril/2018)
- Expedição Juruazinho (maio-junho/2018)
- Expedição de Monitoramento Rio Branco (agosto-outubro de 2018)
- Expedição de Monitoramento rio Coari (setembro-outubro/2018)
- Expedição de Monitoramento Coari 2 (outubro-novembro/2018)
- Expedição de Localização Jutai-Curuena (janeiro-fevereiro/2019)



Aldeia de grupo
isolado do povo
Korubo.

OFICINAS SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO DO ESTADO BRASILEIRO

Como parte das ações voltadas ao incremento da interlocução com povos indígenas e populações do entorno de territórios de povos indígenas isolados e de recente contato, foi realizada uma série de oficinas com enfoque na política pública de proteção desses povos. As atividades tiveram diferentes formatos, de modo a garantir o máximo de participação dos moradores das aldeias e representantes das organizações indígenas.

Desse modo, contemplaram conversas nas malocas, pátios e/ou escolas das aldeias, a depender de cada contexto específico. A apresentação e elaboração de mapas e a projeção de material audiovisual foram importantes recursos utilizados nas atividades, e contribuíram para fomentar e ampliar o debate. Em alguns casos, foram conjugadas com outras atividades e agendas, como ações voltadas ao monitoramento territorial.

As oficinas promoveram o debate sobre essa política do Estado brasileiro no contexto do Javari e contribuíram para a identificação de expectativas e propostas dos povos e comunidades vizinhas relacionadas à presença de grupos isolados, orientando ações no

âmbito do projeto e trazendo subsídios para a atuação da Funai. Durante as atividades também foram levantadas e produzidas informações sobre as relações e dinâmicas de compartilhamento territorial, pressões, ameaças e vulnerabilidades relacionadas ao acesso a direitos básicos dessas comunidades. As informações produzidas constituíram importantes subsídios também para as organizações indígenas parceiras e a qualificação de suas reivindicações e propostas. Contribuíram, deste modo, para o fortalecimento de algumas de suas pautas prioritárias e de seu protagonismo em agendas voltadas à proteção de povos indígenas isolados.

As oficinas nas três aldeias do povo Matis no Rio Branco – Tawaya, Bukuak e Kudaya – foram realizadas em parceria com a Associação Indígena do Povo Matis (Aima). As oficinas junto aos Tyohom Dyapá de recente contato e Kanamari na aldeia Jarinal, e junto aos Kanamari na aldeia Matrinchã (na TI Mawetek, que faz limite com a TI Vale do Javari) foram realizadas em parceria com o Conselho Indígena dos Kanamari do Juruá e Jutai (Cikaju) e com a Coordenação Técnica Local da Funai em Eirunepé. As oficinas nas treze aldeias do povo Marubo no rio Ituí foram realizadas em parceria com a Organização das Aldeias Marubo do Rio Ituí (Oami).



Oficina com os Matis.

COMPARTILHAMENTO TERRITORIAL COM ISOLADOS

AÇÕES JUNTO AO POVO MATIS

O processo de contato do povo Matis com a Funai na década de 1970 resultou em inúmeras mortes por epidemias – estima-se que metade a dois terços da sua população morreu nos anos subsequentes ao contato – e na reunião dos sobreviventes em torno do Posto Indígena de Atração (PIA) da Funai no rio Ituí. Após décadas vivendo às margens deste rio, em meados dos anos 2000 iniciaram um processo de reocupação do seu território tradicional nas bacias dos rios Coari e Branco.

Esse movimento foi marcado pela reaproximação com grupo em isolamento do povo Korubo, cujo território também compreende áreas dessas duas bacias, e com o qual os Matis têm relações históricas. Após sucessivos encontros entre os dois povos, no final de 2014 dois Matis foram mortos pelos Korubo em um roçado da aldeia Todowak, que algumas famílias haviam estabelecido no rio Coari. O ataque dos Korubo foi retaliado pelos Matis, ocasionando mais mortes. Após o conflito, as famílias Matis que viviam no Coari se mudaram para o rio Branco, onde estão as duas outras aldeias do seu povo – Tawaya e Bukuak.

Antes desse conflito a Funai havia iniciado discussões com os Matis para a pactuação de agenda do órgão junto às suas aldeias. Retomadas em 2015, envolviam a realização de sobrevoo com a participação dos Matis na área com registros da presença dos Korubo nas bacias do Coari e Branco; o apoio à mudança e abertura de nova aldeia das famílias que viviam em Todowak no rio Branco; a elaboração de um projeto de vigilância do povo Matis que contemplasse o monitoramento da presença dos Korubo isolados; a realização de atividades de capacitação no uso e manutenção de motores rabeta; visita ao local da antiga aldeia Todowak; a realização de expedição no entorno das aldeias Bukuak e Tawaya; a realização de expedição às cabeceiras do rio Branco e a aviventação de limites secos da TI Vale do Javari na região de Ipixuna (AM); e a realização de uma audiência de uma comitiva de lideranças Matis com o presidente da Funai.

Em diálogo com a Funai e com os Matis, foi construída uma agenda de apoio a algumas dessas ações no âmbito projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia. A primeira delas foi o apoio à mudança das famílias que viviam no Coari e o estabelecimento da aldeia Kudaya. O CTI também apoiou a realização de sobrevoo da Funai com lideranças Matis sobre as áreas de ocupação dos Korubo isolados interflúvio Coari-Branco. Em setembro de 2015, contudo, houve um novo contato entre os Matis e o grupo Korubo com o qual ocorreria o conflito de 2014, sucedido pela implementação de um plano de contingência pela Funai, previsto em situações de contato.

A complexa situação e as dissonantes compreensões e estratégias para a resolução do conflito elevaram as tensões entre os Matis e a Funai. A sede do órgão em Atalaia do Norte foi ocupada pelos Matis e o caso ganhou repercussão na mídia – de modo geral, sem dar conta da complexidade que a situação envolvia. As negociações entre o órgão indigenista e os Matis levaram à mudança do coordenador regional.

Nesse contexto, as atividades realizadas até o término do projeto junto aos Matis e em parceria com sua associação, a Aima, contribuíram para o gradativo distensionamento da relação entre os Matis e a Funai. Seguindo as pactuações prévias, foi dada continuidade

às ações voltadas ao fortalecimento da vigilância e monitoramento territorial, em cooperação com a Coordenação Técnica Local do órgão indigenista que atua junto aos Matis. Elas compreenderam a realização de atividades de formação nas aldeias Tawaya, Bukuak e Kudaya, a elaboração de um plano Matis de vigilância, a aquisição de insumos e equipamentos e a construção de pontos de apoio para as atividades de vigilância no rio Branco.

Outra atividade realizada foi a oficina de mecânica de motores, em parceria com o Centro de Treinamento Tecnológico do Amazonas (Cetam), atendendo à antiga demanda dos Matis e de outros povos do Javari por apoio técnico especializado para a manutenção e utilização dos motores de suas embarcações e de geradores. Além dos Matis, foram realizadas oficinas nas aldeias do povo Marubo no rio Ituí¹ e na Base Ituí da FPEVJ/Funai – que contou com a participação de alguns Korubo de recente contato. As ações realizadas em parceria com a Aima também envolveram o apoio ao registro e edição de materiais audiovisuais sobre suas tecnologias de caça, o apoio à realização da Festa da Tatuagem e a ritos de luto e uma viagem à antiga aldeia Aurélio para coleta de *pëxo* (veneno utilizado nas setas de suas zarabatanas) e *pia* (entrecasca da árvore de pupunha utilizada para fazer arco), que contou com o apoio da FPEVJ/Funai.



Oficina de monitoramento territorial com os Matis (ao lado).

Apoio ao estabelecimento da aldeia Kudaya, no rio Branco (abaixo).



1. Nas aldeias Rio Novo, Boa Vista, Penteaquinho, Mâncio Lima, Alegria, Três Samaúma, Praia, Vida Nova, Carneiro, Liberdade, Nazaré, Paulinho e Paraná.

VIAGEM ÀS ANTIGAS ALDEIAS MATIS

Em novembro de 2016 os Matis das aldeias Tawaya, Kudaya e Bukuak compartilharam com o CTI o desejo de realizar uma viagem para coleta de *wanin* (pupunha) e *pëxo* (curare) nas antigas aldeias Aurélio e Beija-Flor, situadas no médio curso do rio Ituí.

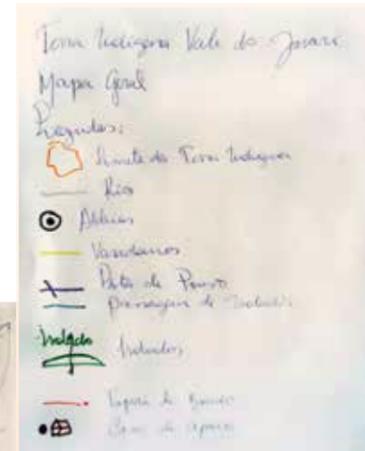
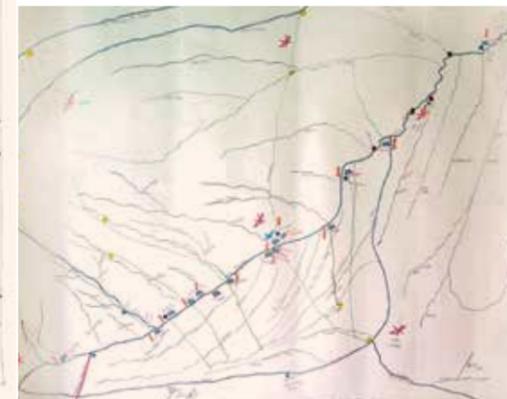
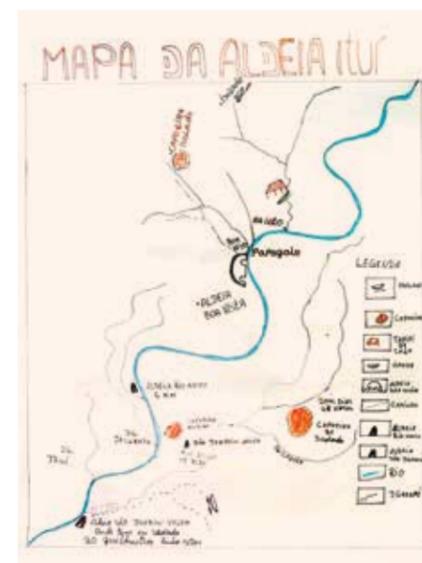
Em razão de conflitos recentes entre os Matis e os Korubo, havia receio por parte da Funai a respeito da presença de indígenas Matis no rio Ituí. No trajeto, eles passariam em frente às aldeias onde vivem atualmente os Korubo de recente contato, no baixo Ituí, e possivelmente visitariam locais próximos a áreas utilizadas por isolados Korubo. Após tratativas entre os Matis e a FPEVJ/Funai, a viagem foi realizada em abril de 2017, e contou com a participação das equipes técnicas desta Frente e do CTI.

Alguns Matis desistiram da viagem por conta da morte de Tëpi, pajé e importante liderança, que fora picado por cobra dois meses antes da viagem. Os Matis estavam de luto e se sentiam pouco encorajados a realizar uma viagem que traria muitas lembranças dos seus antepassados e de seus mortos recentes. Ainda que com um número de participantes menor do que o planejado, a viagem constituiu um importante momento para os Matis revisitarem parte de seu território e realizarem a coleta de *pëxo* (curare) e *piá* (entrecasca da árvore de pupunha utilizada para fazer arco), importantes recursos para suas tecnologias tradicionais de caça.

A região do rio Branco, onde atualmente vivem os Matis, é descrita pelos *dadasibo*, seus 'velhos sabedores', como um local de uso dos antigos para a realização de grandes caçadas e para a coleta do *tatxik*, cipó com o qual os Matis fazem a bebida que tem grande importância sociocultural e é consumida diariamente pelos homens nas malocas. Se a região do rio Branco é rica em *tatxik*, é no rio Ituí que se encontra a maior oferta do cipó *pëxo*. Os Matis utilizam esse cipó como principal componente para fazer veneno de mesmo nome, usado na ponta dos *kato* (dardos) de suas *tedinte* (zarabatana).



Potes de *pëxo*, veneno utilizado pelo Matis nas setas de suas zarabatanas.



Etnomapas sobre a presença de indígenas isolados produzidos nas oficinas com os Marubo no rio Ituí.

ISOLADOS NO RIO ITUÍ

A presença de indígenas isolados próximo às aldeias do povo Marubo no rio Ituí tem se intensificado nos últimos anos. Em São Joaquim, foram registrados sucessivos vestígios e avistamentos de isolados em roçados e locais próximos à aldeia. Embora diversos sinais tenham indicado que essa presença era amistosa – em algumas ocasiões foram deixados, por exemplo, pedaços de carne de caça em troca de produtos das roças e itens como machados e terçados levados pelos isolados –, a situação levou as famílias de São Joaquim a se mudarem para outro local.

Esse processo de mudança foi apoiado pelo CTI, além de sobrevoos e expedições da Funai. Nos últimos anos, contudo, sinais da presença de isolados continuam a ser registrados pelos Marubo na região, tanto no local onde foi estabelecida a nova aldeia São Joaquim como nas aldeias Rio Novo e Boa Vista. As informações levantadas junto aos Marubo sobre a presença de isolados e sobre as crescentes invasões de pescadores e caçadores no médio rio Ituí alertam para a possibilidade de contatos e conflitos na região.

Sinal de isolados próximo à aldeia São Joaquim, do povo Marubo, no rio Ituí.



VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO TERRITORIAL INDÍGENA

Uma das linhas de ação do projeto na região do Vale do Javari foi o fortalecimento de iniciativas de vigilância e monitoramento territorial de comunidades indígenas. Com este propósito, foram realizadas atividades de formação, adquiridos insumos e equipamentos e apoiadas estratégias dos povos indígenas do Vale do Javari frente às crescentes pressões sobre seus territórios.

FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO TERRITORIAL MATSÉS

O povo Matsés tem um protagonismo histórico na proteção da Terra Indígena Vale do Javari. Suas lideranças e comunidades participaram ativamente do processo de demarcação, o que incluiu o estabelecimento de aldeias em locais estratégicos para a proteção da TI. O apoio às atividades de monitoramento territorial e vigilância realizadas pelos Matsés é uma reivindicação antiga à Funai e outros parceiros, e tem sido uma das pautas prioritárias das Reuniões Binacionais Matsés (ver Parte 3 – Olhares e Fronteiras).

Durante o projeto, foi implementado um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento dessa iniciativa, em parceria com a Organização Geral Mayuruna (OGM) e a Coordenação Regional da Funai no Vale do Javari. As ações compreenderam atividades de formação nas aldeias, assessoria à OGM, a elaboração de um Plano de Vigilância no rio Jaquirana, a aquisição de insumos e equipamentos, a revitalização de limites físicos da TI Vale do Javari, o estabelecimento de pontos de apoio em locais estratégicos e incursões de vigilância e monitoramento territorial. O apoio a expedições da FPEVJ/Funai e à participação de indígenas do povo Matsés nessas atividades também contribuiu para a proteção do seu território e de indígenas isolados.

Uma das atividades desenvolvidas foi a Oficina de Formação em Vigilância e Monitoramento Territorial Matsés. Dentre outros temas, foram abordadas as diferenças entre as atividades de fiscalização, de responsabilidade de órgãos de Estado, e as atividades de vigilância e monitoramento realizadas pelos Matsés. Durante a oficina, foram debatidas suas formas tradicionais e atuais de vigilância, realizados exercícios de utilização de ferramentas de registro e mapeamento, e estabelecidos acordos e protocolos comunitários em um Plano de Vigilância. Este documento define os objetivos e orienta o registro e fluxo de informação com órgãos governamentais e outros parceiros.

Uma segunda etapa consistiu em uma expedição à montante do rio Jaquirana, como um exercício da aplicação dos acordos construídos na primeira etapa e treinamento no uso de ferramentas de registro. Ela consistiu em uma aula sobre a ocupação e gestão territorial Matsés, ministrada pelas lideranças Waki e Mocaci, da aldeia Lobo, na qual os participantes jovens utilizaram as ferramentas de vigilância para o registro de capoeiras dos Matsés e dos *chotac* (não indígenas), *igarapés* e locais onde ocorreram eventos históricos significativos.

“A vigilância já vem sendo realizada há muito tempo pelos nossos velhos, e não é por acaso que a gente se preocupa com a proteção de nossa terra. Agora é diferente, pois precisamos de novas ferramentas para levar informações para o governo e outros parceiros que nos apoiam. Estamos fazendo o que sempre fizemos, andando pelo nosso território, mas

agora com ferramentas e com apoio”, comentou Raimundo Mëan Mayoruna, professor indígena e então presidente da OGM.

Dentre as ações pactuadas junto à OGM no âmbito do Plano de Vigilância Matsés, foi apoiada implementação de pontos de apoio situados em locais estratégicos e distantes das aldeias no rio Jaquirana. Além de contribuir para o monitoramento de invasões, esses locais também oferecem suporte a ações de investigação da presença de isolados na região, realizadas pela Funai em conjunto com os Matsés. Relatos sobre vestígios de isolados no entorno do território Matsés são frequentes.

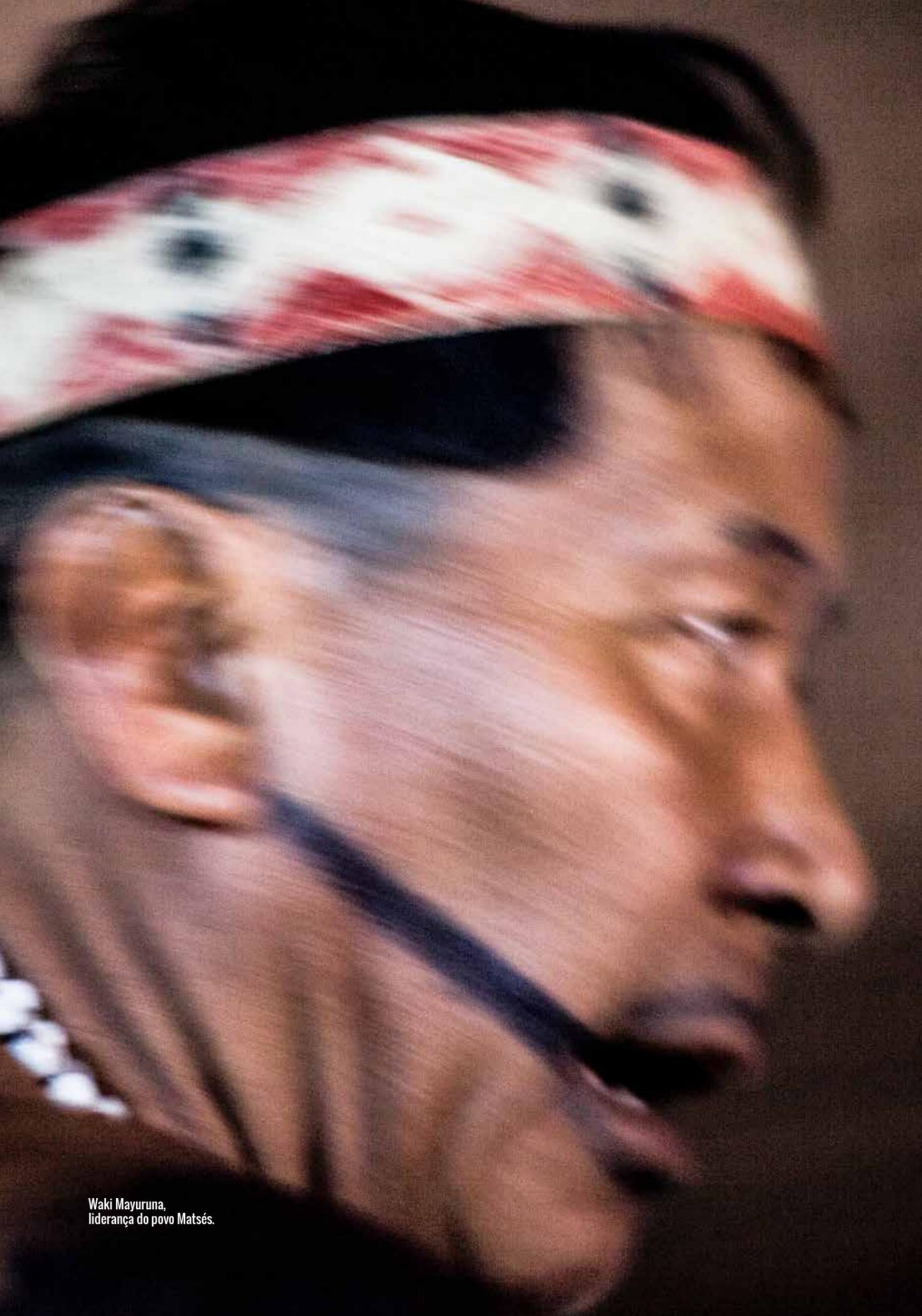
“Sabemos que, hoje, os índios isolados que vivem perto de nós são frágeis e não têm como se defender de uma arma de fogo. Não queremos que seja feita uma covardia com eles. Com a vigilância protegemos nossa terra, mas também ajudamos a proteger esses índios, sabendo por onde andam e o que está acontecendo perto deles”, comentou Antônio Kurina, cacique da aldeia Soles.

As atividades desenvolvidas tiveram um retorno muito positivo dos Matsés. Da parte das lideranças mais velhas, por enfim estarem recebendo um apoio continuado e qualificado (envolvendo atividades de formação e o uso de novas ferramentas e tecnologias) a sua antiga reivindicação, e também pelo fato de terem promovido o envolvimento dos jovens na proteção de seu território. Para estes – que em sua maioria nunca tinham viajado pelo rio Jaquirana a montante da aldeia Puerto Alegre (a última aldeia a montante neste rio, localizada na margem peruana) –, pelo conhecimento no uso de equipamentos e também pelo significativo aporte de conhecimentos sobre seu território e história, nem sempre transmitidos pelos mais velhos em contextos do cotidiano das aldeias. As atividades de expedição ao longo do território Matsés que reúnem velhos e jovens demonstraram ter um grande potencial de fortalecer as formas de transmissão de seus conhecimentos sobre o território.

No último período de execução do projeto, o apoio a ações de monitoramento territorial do povo Matsés contemplou também a região do rio Pardo, constantemente invadida por pescadores e caçadores, e que conta com um registro de indígenas isolados em estudo. Foram adquiridos insumos e equipamentos, e apoiado o estabelecimento de outro ponto de apoio para suas ações de vigilância.



Atividades de vigilância e monitoramento territorial realizadas pelos Matsés.



Waki Mayuruna,
líder do povo Matsés.

“EU NÃO PRECISO DE GPS, EU SOU O GPS VELHO” DEPOIMENTOS SOBRE A PROTEÇÃO DO TERRITÓRIO MATSÉS NO PASSADO E NO PRESENTE

“Antigamente, os velhos Matsés cuidavam de sua maloca, estando atentos à aproximação de outras pessoas. Se alguém estranho estivesse por perto, corriam até a maloca para alertar sobre o ataque dos *chotac* [não indígenas] e então todos se escondiam. Meu pai matou os *chotac* quando eles chegaram em sua maloca. Como ele sabia quando os *chotac* estavam se aproximando? Quando ele ouvia o *bus* [uma espécie de coruja], já sabiam que alguém se aproximava para atacar. Então eles levavam as mulheres e crianças para longe da maloca e os homens ficavam na espreita no caminho.

Antigamente, quando a chuva caía grossa e rápida em dias de sol forte, entendíamos como um sinal de alerta de que os *chotac* estavam se aproximando. Assim, nos afastávamos da maloca e esperávamos os *chotac* chegarem para atacar. Era assim que meu pai cuidava de sua terra. O chefe enviava seus guerreiros até a foz do igarapé Lobo para verificar se tudo estava calmo.

(...)

Os velhos ficavam escondidos e matavam os *chotac* que entravam na nossa terra, os *chotac* não podiam vê-los. Meus pais vigiavam muito bem o rio e os varadouros, protegendo nossa terra. Do mesmo jeito fizeram na região do igarapé Manoel da Espada; quando atravessavam o rio não deixavam rastros. Eles escondiam o rastro jogando água e folhas por cima.

Os velhos não matavam os *chotac* que passavam pela terra sem os incomodar, só matavam aqueles que percorriam os varadouros em busca deles. A foz do igarapé Lobo era muito bem vigiada e protegida e o rio Jaquirana também. Os Matsés saíam em grupo para verificar os arredores da maloca. Isto que é o que agora estão chamando de ‘Vigilância Matsés’. Antes diziam ‘vamos andar pelos nossos caminhos para averiguar invasões’, agora se diz ‘vigilância’.

Da mesma forma o rio Pardo também era protegido. Quando o *bus* cantou, eles disseram entre eles ‘*dada* [o pai de Waki usava *dada* em vez de *chotac* para se referir aos não indígenas] está perto, o *bus* está nos avisando que temos que sair para verificar quem se aproxima’. Quando encontraram os *chotac*, os mataram. Mas o *bus* também podia avisar que pessoas de outras malocas estavam vindo nos visitar.

Meu pai realizava a vigilância sem deixar rastro, mesmo quando ia na roça tinha cuidado. Certo dia os *chotac* conseguiram encontrar um caminho para a maloca de meu pai. Meu pai avistou eles primeiro e então atacou os *chotac*, que se esconderam na maloca para se proteger. Então queimaram a maloca para que um helicóptero os avistassem e pousasse para resgatar aqueles que foram feridos pelos Matsés. Eles jogaram bomba para tentar matar meu pai, mas se

pai tivesse sido morto nesta batalha eu não estaria vivo agora.

Eram os *chotac* vindos de Requena [cidade no Peru, na foz do rio Tapiche] que matavam os Matsés. Não estou certo, mas os brasileiros também matavam os Matsés, mas creio serem os peruanos que matavam mais.

Antigamente era assim, mas agora é diferente, estou fazendo a vigilância com o CTI e a Funai e estou feliz com isto. Sei que se estiver fazendo a vigilância de minha terra estou seguindo o caminho de meu pai. Ficava triste quando eu fazia a vigilância sozinho, e com raiva queria matar os *chotac* que encontrasse andando pela minha terra, assim como fazia meu pai.”

Waki Mayuruna, aldeia Lobo.

Tradução de Raimundo Mëan Mayuruna.

“Antigamente, nos arredores do igarapé Lobo estavam os caminhos que usávamos para caçar. Onde hoje é a aldeia ‘56’ [Buenas Lomas Antigua, na Comunidad Nativa Matsés, Peru] também. Havia por toda parte caminhos para atravessar o Jaquirana, matávamos os outros, afundávamos canoas de paxiúba. Por isso os Matsés eram chamados de ‘caba’ [marimbondo], porque não deixávamos ninguém passar, éramos valentes. Assim protegíamos a nossa terra, sempre fomos bravos e valentes para defender a nossa terra. Nós também morávamos no igarapé Matsudapa Uëquid. No Acte Cuenad Dapa fomos amarrados pelos *chotac*. Guardamos estas histórias por muito tempo e por isso hoje posso contá-las para vocês.

A Funai queria demarcar os limites da Terra Indígena aqui perto [do igarapé Lobo], mas dissemos que teria que ser para mais além do rio Batã e todos os seus igarapés, pois lá temos muitas capoeiras. Agradeço muito aos *chotac* por estarem nos dando apoio para proteger nossa terra. Me sinto alegre com isso e enquanto eu estiver vivo estarei trabalhando com vocês para proteger nossa terra e contar sobre os lugares que eu conheço.

Antes eu não tinha informações sobre o que ameaça nossa terra, mas agora sabemos que as petroleiras querem destruí-la. De onde vou tirar água para beber, terra para plantar, caçar? [Durante a atuação da Petrobrás] os *chotac* levavam fios, barras de ferro e outras coisas que jogaram no rio depois de enferrujados; talvez seja esta ferrugem que o rio traz em sua correnteza que faz com que fiquemos doentes quando bebemos água.

Já protegíamos a terra sem saber o que podia acontecer com ela. Na cabeceira do igarapé Hospital também deve ser protegido, pois é também nossa terra. Estamos orientando os nossos jovens para que tenham interesse em defender a nossa terra e enquanto eu estiver vivo vou ensiná-los a defendê-la.

Os Matsés não têm fronteira. Sempre vivemos e fazíamos roça no Brasil e no Peru. Havia um povo que chamamos de Shupud Secaquido que atacava

os Matsés, e então fugíamos atravessando o rio. Lá os peruanos nos atacavam novamente e fugíamos outra vez. Antes Matsés não vingava, mas depois de muitos ataques começamos também a matar. Por isso é que esta terra é nossa.

Estou contando isto porque agora vocês, jovens, sabem ler e escrever e estão aprendendo a operar o GPS. Eu não preciso de GPS, eu sou o GPS velho. Agora sou velho, mas saibam que fui um dos guerreiros que lutei pela minha terra. Agora é a vez de vocês, jovens, que já sabem manusear o GPS, lutarem assim como eu lutei, e marquem cada pedaço desta terra”.

Mëo Mocaci Mayuruna, aldeia Lobo.

Tradução de Manoel Nakua Mayuruna.

“Aprendi muitas coisas com os velhos. Aprendi muitas coisas que eu não sabia quando fui com eles até o rio Batã. Aprendi nomes de igarapés e plantas. Aprendi os nomes de igarapés na minha língua; um deles, o igarapé Betilla, chama-se Mayu Bënnudte. Fiquei impressionado em saber disto, sem os mais velhos eu não teria aprendido tudo isso. Até aprendi um pouco da história do meu avô, sobre como ele se defendia dos *chotac* e como protegia a sua terra. Com as informações dos mais velhos, elaborei um mapa, com os igarapés nomeados em nossa língua. Foi bom ter o registro destas informações dos mais velhos, tanto para mim quanto para os mais novos terem estas informações já escritas. Estou feliz com isto, aprendi muitas coisas com os velhos mas ainda falta muita coisa para aprender. Quero aprender mais ainda.”

Renato Binan, aldeia Lobo.

Tradução Raimundo Mëan Mayuruna.



Aldeia Lobo, do povo
Matsés, no rio Jaquirana.

FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO TERRITORIAL MATIS

A construção da proposta de plano matis de vigilância e monitoramento territorial envolveu a realização de oficinas e reuniões entre as três aldeias, com a participação da Aima e da Funai. Entre os principais temas tratados nas oficinas e reuniões, foram debatidos conceitos chave como “vigilância”, “monitoramento” e “manejo”, e sua relação com a territorialidade matis. Também foram atualizadas informações sobre a presença de isolados e de invasores, e realizados exercícios práticos de utilização de GPS e câmeras fotográficas.

Paralelamente às oficinas, foi apoiada a mobilização para a construção de casas de vigilância na boca do rio Branco, como pontos de apoio em locais estratégicos, levando em conta deslocamentos realizados pelos Matis e invasões de pescadores na bacia do rio Branco, e fruto das suas demandas e propostas junto à Funai e ao CTI.



Atividade durante oficina nas aldeias Matis

PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS TYOHOM-DYAPA DE RECENTE CONTATO, DOS KANAMARI E DE ISOLADOS NO ALTO JUTAÍ

O contexto em que vivem atualmente os Tyohom-Dyapa de recente contato e os Kanamari no alto Jutá é de extrema vulnerabilidade e constante violência e discriminação: alta ocorrência de malária e outras doenças infectocontagiosas, falta de atendimento à saúde regular e de medicamentos básicos na aldeia, elevado número de óbitos infantis e agravamento de viroses e pequenas infecções em quadros complexos; frequentes invasões de caçadores e ameaças à integridade física dos indígenas por parte de moradores vizinhos à TI Vale do Javari; pressão por parte de garimpeiros que atuam na bacia do Jutá; constrangimento ao trânsito e à utilização de caminhos que tradicionalmente conectam o alto Jutá à cidade de Eirunepé; discriminação por parte da população e de representantes do poder público em Eirunepé; falta de estrutura da Funai nesta região, dentre outras questões.

No caso dos Tyohom-Dyapa, ainda mais vulneráveis, esse quadro de pressões e ameaças tem colocado em risco sua existência e reprodução enquanto povo. Com uma população de 41 indivíduos nos dias atuais, a dinâmica demográfica dos Tyohom-Dyapa nas últimas décadas revela sua fragilidade diante desse contexto. Conforme apontado anteriormente, os Tyohom-Dyapa eram estimados em 32 pessoas em 1979 e em 40 pessoas em 1984.

Diante deste quadro, desde o primeiro ano de realização do projeto foram realizadas diversas ações em parceria com a Akavaja, Cikaju e Funai com o intuito de proteger e promover os direitos dos Tyohom-Dyapa, dos Kanamari e dos isolados que habitam o alto Jutá. Em 2015, foram realizados levantamentos participativos sobre a ocupação Kanamari nos rios Juruá e Jutá e sobre o povo de recente contato Tyohom-Dyapa, com o intuito de subsidiar a atuação das organizações indígenas, de órgãos públicos e do CTI na região. Os levantamentos abrangeram informações etnohistóricas, dados demográficos e sobre o acesso a direitos, sobre invasões, pressões e vulnerabilidades territoriais, sociais e epidemiológicas, e também sobre a presença de indígenas isolados e as relações entre esses povos no passado e no presente. As atividades foram realizadas nas aldeias Jarinal (alto Jutá), Mawetek (na TI Mawetek) e na cidade de Eirunepé.

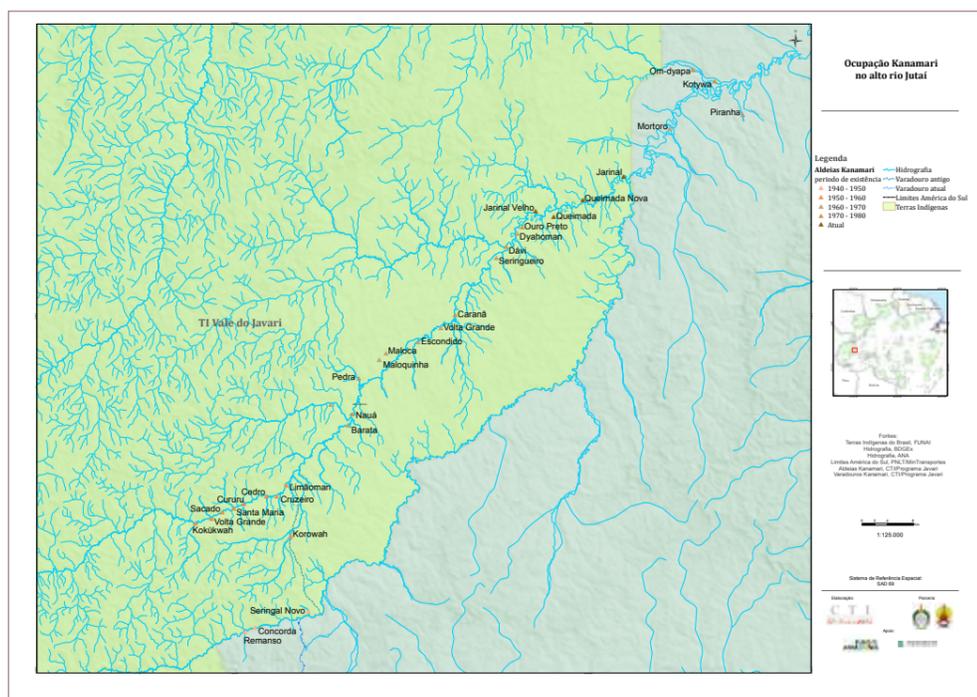
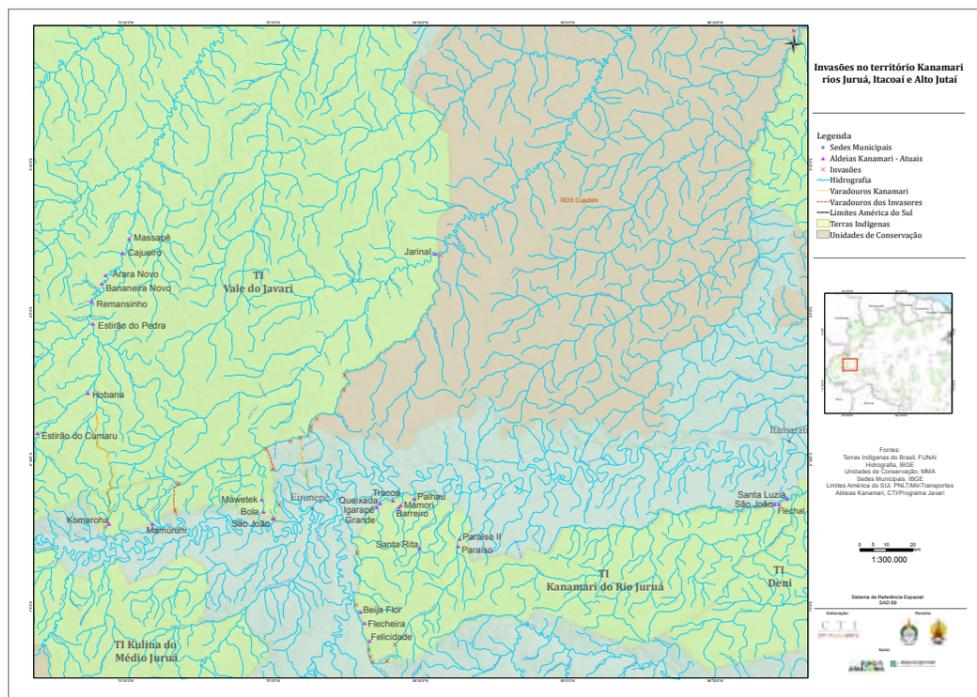
Em continuidade às ações iniciadas em 2015 junto aos Tyohom-Dyapa de recente contato e os Kanamari no alto rio Jutá, ao longo do projeto foram realizadas oficinas temáticas sobre a política de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato do Estado brasileiro e sobre o papel, estrutura e função de órgãos que atuam junto aos povos indígenas – com ênfase na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e Ministério Público Federal (MPF). Outras atividades foram voltadas ao fortalecimento da vigilância e monitoramento territorial indígenas.

A partir das reivindicações e propostas dos Kanamari e Tyohom-Dyapa, também foram pactuados encaminhamentos com o intuito de reverter a grave situação em que vivem. Um desses encaminhamentos foi a realização de audiência junto à Procuradoria da República em Tabatinga (AM), que tem jurisdição sobre a TI Vale do Javari e onde já havia sido instaurado Inquérito Civil referente à situação do atendimento à saúde na aldeia Jarinal. Após articulação com os indígenas, a referida Procuradoria e a Funai (CGIIRC, FPEVJ e CTL Eirunepé), esta atividade foi realizada em maio de 2018, com representantes dos povos Tyohom-Dyapa e Kanamari, da Funai (FPEVJ e CTL Eirunepé)

e do CTI (equipe local e assessoria jurídica). Durante a audiência, foram abordadas as violências e violações de direitos contra os povos Tyohom-Dyapa de recente contato e Kanamari na aldeia Jarinal, e apresentados subsídios para a atuação do Ministério Público Federal na promoção do direito à saúde do povo Tyohom-Dyapa.

Além das ações mencionadas, foram realizadas diversas atividades de assessoria à Akavaja e ao Cikaju, e o apoio às três expedições de localização e monitoramento de indígenas isolados realizadas na região do alto Jutai e Curuena pela FPEVJ/Funai entre 2017 e 2019.

Mapas construídos com os Kanamari durante oficinas nas aldeias: invasões nos rios Juruá, Itacoai e alto Jutai, e ocupação histórica no alto Jutai.



Oficina com os Kanamari e Tyohom-Dyapa na aldeia Jarinal, alto rio Jutai.



Oficina na Terra Indígena Mawetek sobre a política de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil.

Maromhi, da Associação da Comunidade Kanamari de Flecheira (direita) e Kaiawi, do Conselho Indígena dos Kanamari do rio Jutai e Juruá (esquerda) assinam documento final do Encontro Geral do Povo Kanamari na aldeia São Luís, TI Vale do Javari, em 2016.



FORTALECIMENTO DO PROTAGONISMO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NA PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

Ao longo do projeto, foram desenvolvidas diversas ações com o objetivo de promover o debate sobre a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato e fortalecer o protagonismo das organizações indígenas nessa agenda.

Dentre as ações realizadas, foram apoiados três Encontros Kanamari, importante espaço de fortalecimento político e cultural deste povo, que faz parte de um processo de articulação entre suas aldeias e organizações em diferentes Terras Indígenas e bacias hidrográficas iniciado pela Akavaja – e atualmente também promovido pelo Conselho Indígena dos Kanamari do Juruá e Jutai (Cikaju).

Duas edições da Reunião Binacional Matsés Brasil-Peru (ver Parte 3 – Olhares e Fronteiras) também contaram com o apoio do projeto. Com sete edições realizadas desde 2009, estas reuniões constituem um importante fórum de discussão e articulação deste povo, e têm cumprido um relevante papel para a aproximação e diálogo entre suas comunidades e organizações nos dois países (a Organização Geral dos Mayuruna – OGM e a Comunidad Nativa Matses – CNM têm sido as principais articuladoras no Brasil e Peru, respectivamente).

Também foram apoiadas assembleias da Univaja e suas organizações de base, e promovidos intercâmbios e reuniões relacionados à proteção de povos indígenas isolados e de recente contato com organizações indígenas e organizações da sociedade civil de diferentes países da bacia amazônica e do Gran Chaco, além de agendas junto a órgãos de Estado e organismos internacionais sobre o tema.



Encontro Geral do Povo Kanamari na aldeia São Luís, médio rio Javari, 2016.





3.1 POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NA AMÉRICA DO SUL

A América do Sul abriga o maior número de povos indígenas isolados e de recente contato do mundo. A maioria deles vive na Amazônia, mas também há grupos em isolamento na região do Gran Chaco paraguaio e boliviano, um registro não confirmado e um povo de recente contato no Cerrado brasileiro, além de quatro registros ainda não confirmados em zonas de transição entre este bioma e a Amazônia, nos estados do Maranhão e Tocantins.

Levantamento realizado recentemente por uma rede de organizações indígenas e indigenistas da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela indicam a existência de 185 registros sobre a presença de indígenas isolados nesses países, 66 deles confirmados¹. Além disso, há relatos sobre a presença de povos em isolamento na região fronteiriça entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, e diversos povos considerados de recente contato nas regiões amazônica e do Gran Chaco.

Nas últimas décadas houve avanços no desenvolvimento de políticas de proteção desses povos em diferentes países na América do Sul, com o reconhecimento da sua existência e situação de vulnerabilidade, o desenvolvimento e compartilhamento de metodologias de trabalho para a sua proteção, o estabelecimento de marcos normativos em âmbito nacional e internacional e o reconhecimento de territórios por parte de Estados nacionais. A partir de meados da década de 2000 foram criados diferentes espaços de diálogo regional que tiveram fundamental importância para alguns desses avanços, envolvendo organizações indígenas, organizações da sociedade civil, órgãos governamentais e organismos multilaterais².

Contudo, estes avanços não se deram de igual modo nos diferentes países onde é constatada a presença de povos em situação de isolamento e contato inicial. Muitos dos territórios de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia e no Gran Chaco ainda não contam com reconhecimento e regularização fundiária por parte dos Estados nacionais, nem com ações de proteção. Em alguns casos,

não foi possível institucionalizar adequadamente as políticas de proteção; em outros, nem mesmo a existência desses povos é reconhecida pelo Estado. A falta ou fragilidade dos mecanismos de participação indígena nessas políticas é outro problema identificado.

De modo geral, em todas as regiões da Amazônia e do Grande Chaco onde se verifica a presença de povos isolados e de recente contato são constatadas pressões e ameaças crescentes sobre seus territórios e modos de vida – pressões extremas em alguns casos, como o dos Ayoreo no Paraguai, dos Awá no Maranhão e dos Kawahiva no Mato Grosso (Brasil), para citar alguns exemplos.

Conflitos relacionados a interesses sobre os territórios indígenas por parte de setores do agronegócio, da grilagem e especulação fundiária, da mineração e garimpo, da atividade madeireira, da indústria petrolífera, de empreendimentos de infraestrutura, do narcotráfico e também a ação proselitista missionária afetam de forma diferenciada todos os povos indígenas na região, mas tem efeitos particularmente graves sobre aqueles em isolamento e contato inicial, tendo em vista sua situação de extrema vulnerabilidade.

O incremento de conflitos também está diretamente relacionado a políticas governamentais e medidas legislativas que promovem a exploração dos recursos naturais nos territórios desses povos e entorno, desrespeitando as necessárias salvaguardas para a sua proteção e violando direitos humanos fundamentais desses povos indígenas.

As principais medidas necessárias para a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato são o respeito à sua autodeterminação e à intangibilidade de seus territórios, o que requer o reconhecimento, regularização fundiária e proteção efetiva dos mesmos. Em contextos de compartilhamento territorial, o cumprimento adequado dos direitos fundamentais das comunidades indígenas vizinhas e a garantia da sua ampla participação na implementação de políticas e medidas que afetem as suas vidas e a dos indígenas isolados e de recente contato também são elementos chave para assegurar a proteção.

Muitos são os obstáculos para promover e garantir os direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato em âmbito regional: distintas legislações – ou mesmo a ausência de marco normativo específico, em alguns casos –, posturas e visões diversas acerca do contato, diferenças nas metodologias de localização e monitoramento sobre sua presença, conflitos entre as políticas de Estado e das comunidades vizinhas em relação a esses grupos, e escassez de recursos financeiros e humanos para atuar em regiões de difícil acesso e alvo de diversas ameaças e pressões.

Esse contexto demanda ação urgente por parte dos Estados nacionais, mas também o fortalecimento e ampliação da participação das organizações indígenas e organizações da sociedade civil nessa agenda. Além do importante papel que estas têm desempenhado na construção e implementação dessas políticas, sua atuação é imprescindível para o controle social sobre elas, bem como para fazer frente a retrocessos em curso na atual conjuntura regional.

1. *Informe Regional Pueblos Indígenas em Aislamiento – Territorios y desarrollo em la Amazonia y Gran Chaco*, Land is Life (2019) – disponível no endereço <https://bitly.com/Rj5Kh>.

2. Como, por exemplo, o *I Encontro Internacional sobre Povos Indígenas Isolados da Amazônia (Encontro de Belém)*, em 2005; o *Comité Indígena Internacional para la Protección de los Pueblos en Aislamiento y en Contacto Inicial de la Amazonia, el Gran Chaco y la Región Oriental del Paraguay (CIPIACI)*, criado em 2006; seminários e consultas realizados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que culminaram, respectivamente, na elaboração das *Diretrizes de Proteção para os Povos Indígenas em Isolamento e em Contato Inicial da Região Amazônica, o Grande Chaco e a Região Oriental do Paraguai* e no informe *Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial nas Américas: Recomendações para o Respeito Integral a Seus Direitos Humanos*; o Projeto OTCA-BID para estabelecimento de um marco regional para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato; e, ainda, fóruns de atuação circunscrita a contextos transfronteiriços específicos, como as *Reuniões Binacionais Matsés Brasil-Peru* e o *Grupo Técnico de Trabalho para o Monitoramento Georreferenciado de Índios Isolados na região Acre-Madre de Dios*.

ALIANÇAS REGIONAIS PARA A PROTEÇÃO DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS

O primeiro debate entre atores estratégicos de diferentes países para tratar especificamente sobre os problemas e desafios que envolvem a proteção desses povos aconteceu no I Encontro Internacional sobre *Povos Indígenas Isolados da Amazônia*, realizado pelo CTI em parceria com a então Coordenação Geral de Índios Isolados da Funai (CGII/Funai) em Belém (PA), em novembro de 2005³.

A constituição da *Aliança Internacional para a Proteção de Povos Indígenas Isolados e a Declaração de Belém*, formulada durante a reunião, representaram um marco na defesa e afirmação dos direitos dessas populações. O texto alertou os governos dos países onde existem povos indígenas isolados e em contato inicial sobre a situação de extrema vulnerabilidade desses povos e apresentou uma série de demandas e recomendações voltadas à sua efetiva proteção. A partir do encontro também foi produzida uma primeira sistematização regional sobre a presença de povos isolados e dos elementos jurídicos para a sua proteção na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru⁴.

Em novembro de 2006, foi realizado o *Seminário Regional de Santa Cruz de La Sierra sobre Povos Indígenas em Isolamento e em Contato Inicial da Amazônia e do Gran Chaco*, evento organizado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (Cidob), o Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (Iwgia, na sigla em inglês) e o Governo da Bolívia. Como resultado do evento, o *Chamamento de Santa Cruz*⁵ recomenda a “adoção de medidas urgentes para a garantia da integridade dos povos em isolamento e contato inicial”. O documento também reforça e detalha princípios e recomendações para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia e Gran Chaco. Dentre outros pontos, o documento enfatiza a responsabilidade dos Estados nacionais de adotar e implementar políticas específicas de proteção para esses povos, o necessário protagonismo dos povos indígenas e suas organizações e a importância da cooperação interinstitucional e técnico-científica nos diferentes níveis envolvidos nessa agenda.

Durante a reunião em Santa Cruz de la Sierra também foi criado o *Comitê Indígena Internacional para a Proteção dos Povos em Isolamento e em Contato Inicial da Amazônia, Gran Chaco e da Região Oriental do Paraguai (Cipiacy)*. O objetivo do comitê, atuante até 2012, foi articular iniciativas e esforços de organizações indígenas para a proteção desses povos na América do Sul.

Sob a coordenação geral da Federação Nativa do Rio Madre de Dios e Afluentes (Fenamad), o Cipiacy realizou expedições em zonas críticas, teve participação ativa junto a instâncias internacionais e promoveu agendas de trabalho voltadas à defesa e afirmação dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato com atores-chave. Em parceria com o CTI, organizou, por exemplo, o primeiro encontro entre representantes de organizações indígenas, indigenistas e órgãos governamentais do Brasil e Peru para discutir especificamente a situação dos povos isolados na fronteira entre os dois países. Realizado na cidade

3. Embora sem enfoque específico no tema, diferentes espaços de discussão em âmbito internacional já faziam menção à problemática dos povos indígenas isolados e de recente contato na América do Sul desde pelo menos a década de 1970, como a Declaração de Barbados (1971), a Declaração de San José – ou Declaração da Unesco sobre etnocídio (1981) e a resolução do Congresso Mundial de Conservação da IUCN em Bangkok (2004).

4. Situación de los últimos pueblos indígenas aislados en América latina (Bolívia, Brasil, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Venezuela) - Diagnóstico regional para facilitar estrategias de protección, elaborado por Vincent Brackelaire. Disponível no endereço <https://bityli.com/irGwe>.

5. Disponível no endereço <https://bityli.com/dJiHy>.

de Pucallpa (Peru) em 2008, o *Encontro Regional Para Garantir a Proteção e o Respeito aos Direitos dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial da Fronteira Peru-Brasil* teve como objetivo analisar os impactos das políticas governamentais sobre esses povos e seus territórios, propor aos governos uma agenda de compromissos com a questão e avançar na implementação de ações de proteção.

Entre 2011 e 2018, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) desenvolveu, com apoio financeiro do Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), o programa *Marco Estratégico para a Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial*. A iniciativa envolveu a realização de diversos intercâmbios e reuniões entre quadros técnicos de órgãos dos países membro da OTCA e especialistas, e a produção de subsídios para políticas públicas dos países membros.

Com a desmobilização do Cipiacy, os espaços de articulação e intercâmbio entre organizações indígenas e aliados da sociedade civil voltados à defesa dos direitos de povos isolados e de recente contato estiveram circunscritos aos respectivos contextos de sua atuação. Um dos focos do projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia foi justamente fortalecer esses fóruns e contribuir para a reativação do diálogo regional entre esses atores.

DIRETRIZES DE PROTEÇÃO

Em dezembro de 2005, o *Programa de Ação para o Segundo Decênio Internacional dos Povos Indígenas do Mundo* aprovado pela Assembleia Geral da ONU contemplou recomendações específicas relativas a povos indígenas em isolamento e contato inicial. No plano internacional, foi recomendado o estabelecimento de um mecanismo mundial encarregado de supervisionar a situação dos povos indígenas que em isolamento voluntário e que correm perigo de extinção. O documento também recomenda o estabelecimento e adoção de marco de proteção especial e de políticas que assegurem a proteção e os direitos desses povos pelos estados nacionais. Nos anos seguintes, o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Assuntos Indígenas e o Escritório Regional América do Sul do ACNUDH realizaram processo de consulta aos países da bacia amazônica e do Gran Chaco, que resultou na aprovação, em 2012, das Diretrizes de Proteção para os Povos indígenas em Isolamento e em Contato Inicial da Região amazônica, Gran Chaco e Região Oriental do Paraguai⁶.

Tendo como referência esse processo, além da realização de oficinas com especialistas, audiências temáticas por país e a distribuição de questionários, a CIDH publicou, em 2013, o informe *Povos Indígenas isolados e de recente contato nas Américas: recomendações para o pleno respeito de seus direitos humanos*⁷.

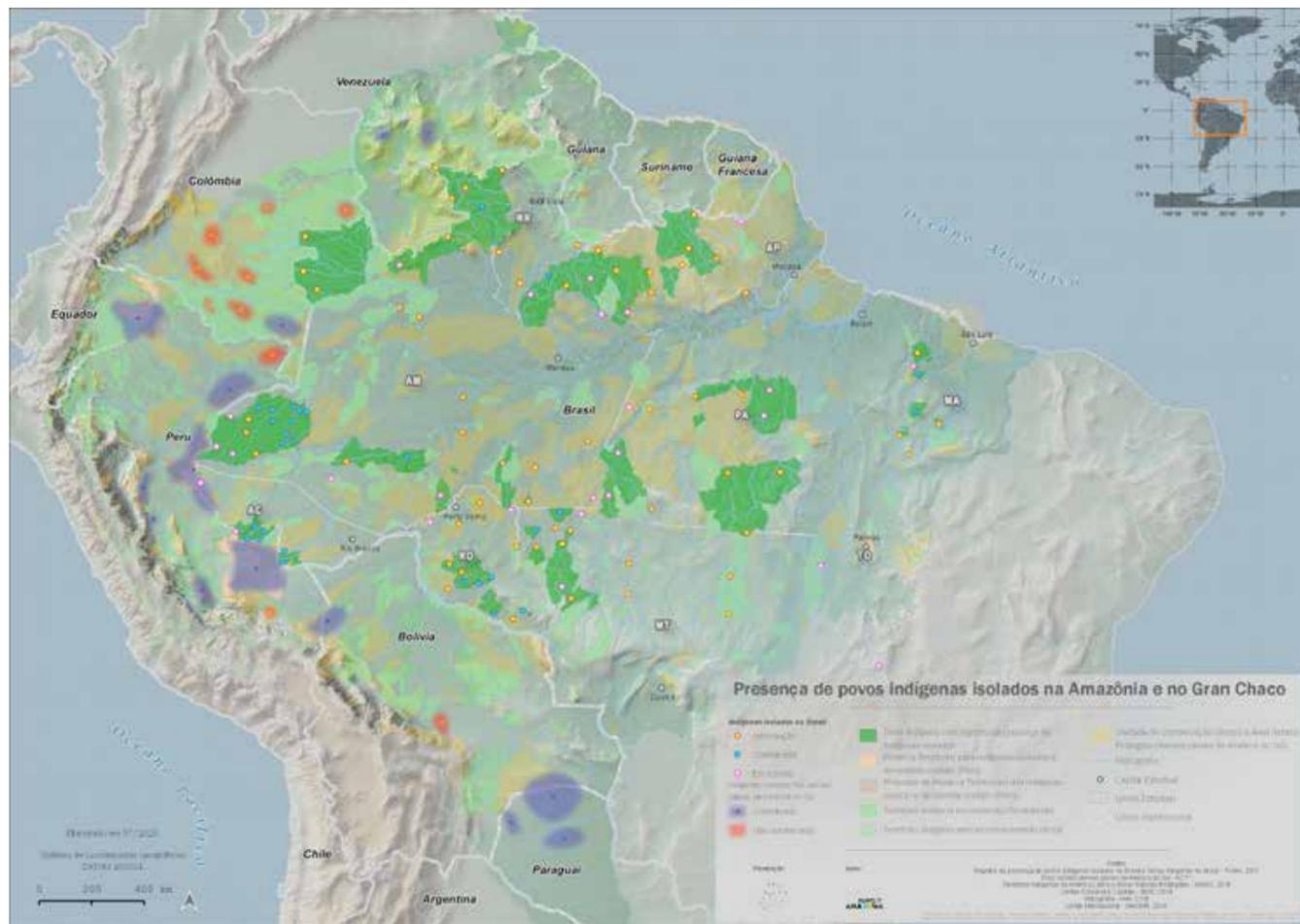
6. Disponível no endereço <https://bityli.com/azFA3>.

7. Disponível no endereço <https://bityli.com/pgwp5>.



Participantes do I Encontro Internacional sobre Povos Indígenas Isolados da Amazônia ("Encontro de Belém"), realizado pela CTI em parceria com a então Coordenação Geral de Índios Isolados da Funai em 2005 na capital do estado do Pará.

Realizado pelo CTI, Cipiacti e Fenamad em 2008, o Encontro de Pucallpa foi o primeiro evento a reunir representantes de organizações indígenas, indigenistas e órgãos governamentais do Brasil e Peru para discutir especificamente a situação dos povos indígenas isolados na fronteira entre os dois países.



A Terra Comunitária de Origem (TCO) Tacana II é uma das áreas onde há registro sobre a presença de indígenas isolados na Bolívia.

PANORAMA DA PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS NA REGIÃO⁸

BOLÍVIA

No território boliviano há atualmente 09 registros de povos indígenas em isolamento, dois deles confirmados, localizados no Parque Nacional Kaa Iya, no Parque Nacional Otuquis, na Terra Comunitária de Origem (TCO) Tacana II, na TCO Araona, na TCO Ese Ejja e na Zona Intangível de Proteção Integral de Reserva Absoluta Toromona (ZRAT) no Parque Nacional e Área Natural de Manejo Integrado Madidi, segundo o já mencionado *Informe Regional Pueblos Indígenas em Aislamiento – Territorios y desarrollo em la Amazonía y Gran Chaco*.

Entre 2006 e 2013, foram elaborados estudos e publicações sobre o tema, em um contexto político favorável, marcado pelo reconhecimento da autonomia e dos direitos territoriais indígenas consagrados pela *Constituição Política do Estado Pluriacional da Bolívia (2009)*. Após 2013 verificou-se o arrefecimento de ações, tanto por parte do Estado quanto por parte da sociedade civil, comprometendo a conclusão de trabalhos de verificação das áreas com registros da presença de povos indígenas isolados e a implementação de medidas efetivas para a sua proteção.

8. Embora não exista uma metodologia unificada de pesquisa sobre a presença de povos indígenas isolados nos diferentes países da região, optou-se por utilizar a expressão 'registro' como unidade de referência desses dados, a exemplo do *Informe Regional Pueblos Indígenas em Aislamiento – Territorios y desarrollo em la Amazonía y Gran Chaco* (Land is Life, 2019). Além do referido informe regional, o panorama apresentado a seguir se baseia em informações produzidas por Aídesep e Beatriz Huertas (Peru), ACT/Colombia, Iniciativa Amotocodie (Paraguai), Nawe (Equador), TCO Tacana II (Bolívia) e Wataniba (Venezuela), dentre outras fontes.

Atualmente há um patente conflito entre a proteção dos direitos desses povos – amparados pelas convenções internacionais das quais a Bolívia é signatária, pelo Artigo 31 da *Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia e pela Lei de Proteção a Nações e Povos Indígenas Originários em Situação de Alta Vulnerabilidade* (Lei n° 450/2013) – e os projetos de exploração de hidrocarbonetos e de infraestrutura promovidos pelo Estado em seus territórios, elaborados sem conhecimento socioambiental suficiente ou observância das salvaguardas necessárias. A aprovação da Lei n.º 450/2013, embora tenha contemplado os povos indígenas isolados e de recente contato e criado a *Direção Geral de Proteção às Nações e Povos Indígenas Originários*, não foi seguida da adequada implementação desse órgão e das medidas previstas para a proteção desses povos.

Uma das situações mais críticas verificada em anos recentes é a constatação de vestígios de um povo indígena vivendo em isolamento voluntário ao sul da Tierra Comunitaria de Origen (TCO) Tacana II, situada no norte da Amazônia boliviana, no departamento de La Paz, em área impactada pela execução de projeto de prospecção sísmica de hidrocarbonetos.

BRASIL

O Estado brasileiro reconhece a existência de 114 registros de povos indígenas isolados, dos quais 28 são confirmados. Os 86 registros não confirmados se encontram em diferentes fases de pesquisa documental e de campo pela Funai (60 informações e 26 referências em estudo). Parte expressiva dos registros de índios isolados que constam na base de dados da Funai ainda carece, portanto, de estudos conclusivos sobre a existência dos respectivos povos/grupos, bem como de ações protetivas por parte do Estado. Destes, 33 se encontram fora de Terras Indígenas reconhecidas (24 informações e 9 referências em estudo), alguns deles em regiões com altas taxas de desmatamento e/ou afetadas por projetos de infraestrutura, além de atividades ilícitas como o garimpo, a caça e pesca ilegais⁹. Além disso, há 02 registros confirmados fora de TI reconhecida, na Estação Ecológica Chandless (AC) e em área limítrofe à TI Vale do Javari (AM).

Há registros de indígenas isolados em pelo menos 50 TIs no Brasil (39 regularizadas, 01 homologada, 02 declaradas, 02 delimitadas e 06 sob restrição de uso) e em 20 delas sua presença é confirmada. Além das 06 TIs sob restrições de uso, outras 04 TIs são habitadas exclusivamente por indígenas em isolamento (as TIs Alto Tarauacá, no Acre; Hi Merimã, no Amazonas; Kawahiva do Rio Pardo, no Mato Grosso; e Massaco, em Rondônia).

Diversos registros estão situados nas regiões de fronteira com o Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, com o possível ou comprovado trânsito desses grupos entre os dois países. Esses contextos demandam articulação interinstitucional transfronteiriça para a efetiva proteção desses povos. Também há registros situados na faixa de fronteira com a Bolívia, no Vale do Guaporé, mas não há informações sobre seu trânsito entre os dois países na atualidade.

As Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) da Funai atuam diretamente junto a 14 povos de recente contato: Akuntsu, Arara, Araweté, Awa-Guajá, Kanoê, Korubo, Parakanã, Piripkura, Povo de Recente Contato do Igarapé Xinane, Suruwahá, Yanomami e Ye'kuana, Waimiri Atroari e Zo'é. Além disso, a Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Funai presta apoio técnico e financeiro a Coordenações Regionais do órgão que atuam junto aos Avá-Canoeiro, Pirahã, Juma, Dâw, Nadëb, Hupd'äh, Yuhupdeh, Tyohom Dyapá, Madiha (Kulina) e Enawenê-nawê. Apesar de significativos avanços nos últimos anos, a consolidação e a implementação de políticas específicas de pós-contato seguem sendo um desafio para o Estado brasileiro, assim como a extensão de ações específicas para outros povos que se enquadram nos critérios utilizados pela Funai para considerar um povos como de 'recente contato'¹⁰. Diversos povos de recente contato também são impactados no presente por empreendimentos de infraestrutura, atividades ilícitas em seus territórios e a ação proselitista missionária.

9. Levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental (Isa) identificou 56 obras de infraestrutura em operação impactando 28 TIs, 13 unidade de conservação (UC) federais, 04 UCs estaduais e 05 áreas sem proteção, territórios onde a Funai reconhece 67 registros de povos indígenas isolados – 09 confirmados, 15 em estudo e 44 informações. O mesmo estudo apurou que 900 mil hectares foram desmatados até 2018 nas áreas com presença de indígenas isolados; que a metade dos registros confirmados sofre alguma pressão ilícita (garimpo, extração madeireira, grilagem de terras, dentre outras atividades) ou tem interesses minerários incidentes sobre seus territórios (Cercos e resistências: povos indígenas isolados na Amazônia Brasileira, Instituto Socioambiental, 2019, disponível no endereço <https://bit.ly.com/01oNj>).

10. Segundo a Funai, são considerados de recente contato “aqueles povos ou grupos indígenas que mantêm relações de contato permanente e/ou intermitente com segmentos da sociedade nacional e que, independentemente do tempo de contato, apresentam singularidades em sua relação com a sociedade nacional e seletividade (autonomia) na incorporação de bens e serviços. São, portanto, grupos que mantêm fortalecidas suas formas de organização social e suas dinâmicas coletivas próprias, e que definem sua relação com o Estado e a sociedade nacional com alto grau de autonomia” (<https://bit.ly.com/bMOIE>). O número de povos que se enquadra nesses critérios é bem superior ao número de povos que efetivamente contam com atuação direta ou indireta da CGIIRC/Funai, bem como de atenção específica por parte da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) devido à sua vulnerabilidade epidemiológica.

Habitacões de indígenas
isolados na Terra Indígena
Vale do Javari (Brasil).



A política do Estado brasileiro para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato é definida por um conjunto de portarias por meio das quais foi instituído o Sistema de Proteção ao Índio Isolado, aprimorado posteriormente por meio de outros atos administrativos do órgão indigenista, decretos relacionados à estrutura do órgão indigenista e portaria conjunta com o Ministério da Saúde¹¹.

Mudanças na política indigenista brasileira após a Constituição de 1988 conferiram ao Brasil papel de destaque no desenvolvimento de políticas públicas de proteção e promoção dos direitos de povos indígenas isolados, servindo de referência para outros países da América do Sul e para a elaboração de recomendações e diretrizes sobre o tema no plano internacional. O fim do regime tutelar que vigorava até então, o estabelecimento da não obrigatoriedade de contatar povos em isolamento e a reorientação das práticas e metodologias de “atração” desses povos para o desencadeamento de ações de localização, monitoramento e proteção respeitando a manifesta vontade de isolamento são alguns exemplos dessas mudanças.

Embora os avanços mencionados não tenham sido suficientes para reverter o histórico de violações de direitos contra os povos indígenas isolados e de recente contato no país, e tampouco tenham se traduzido em ações efetivas de maneira uniforme em todas as regiões por eles habitadas, o contexto de implementação da política de proteção e promoção dos seus direitos foi relativamente favorável até meados da década de 2010.

Em anos recentes, contudo, esse quadro se deteriorou. A atual conjuntura brasileira é a mais desfavorável aos direitos indígenas desde a ditadura civil-militar nos anos 1960/80. O recrudescimento de ataques a esses direitos, o aumento de pressões sobre as terras indígenas, o acirramento de conflitos envolvendo povos indígenas, o enfraquecimento da Funai e da política indigenista têm impactado severamente os povos indígenas isolados e de recente contato, e constituem riscos para sua sobrevivência.

COLÔMBIA

A Colômbia reconhece oficialmente a existência de dois registros de povos indígenas isolados dentro do Parque Nacional Natural Rio Puré, porém existem outros quinze 15 registros ainda não confirmados em outras partes da Amazônia colombiana. Além do PNN Rio Puré e do Resguardo Indígena Curare Los Ingleses, há informações sobre a presença de indígenas em isolamento no PNN Serranía de Chiribiquete – que conta com área declarada intangível devido a estes indícios não confirmados, adotando o princípio de precaução.

11. Em ordem cronológica: Portaria Funai nº 1900/87, que estabelece as diretrizes para o então Departamento de Índios Isolados – DII (substituída pela Portaria Funai nº 281/2000); Portaria Funai nº 1901/87, que cria o Sistema de Proteção ao Índio Isolado – SPII e aprova competência do então Departamento de Índios Isolados (substituída pela Portaria Funai nº 290/2000, que estabelece que a execução da política de localização e proteção de índios isolados seja efetivada pela Frentes de Proteção Etnoambiental, dentre outras providências); Portaria Funai nº 1047/88, que regulamenta o Sistema de Proteção ao Índio Isolado; Portaria Funai nº 277/2000, de 20 de abril de 2000, que altera a nomenclatura das Frentes de Contato para Frentes de Proteção Etnoambiental; Portaria Funai nº 230/2006, que constitui o Comitê de Gestão com a finalidade de apoiar, coordenar e assessorar nas atividades, a nível nacional, pertinentes à localização e proteção dos grupos indígenas isolados e de recente contato; Portaria Funai nº 501/2016, que institui o Conselho da Política de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato; Portaria Funai nº 148/2017, que nomeia os membros do conselho mencionado anteriormente; Decreto nº. 9.010, de 23 de março de 2017, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio; Portaria Funai nº 666, de 17 de julho de 2017, que aprova o Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio; Portaria Conjunta Ministério da Saúde e Funai nº 4.094, de 20 de dezembro de 2018, que define princípios, diretrizes e estratégias para a atenção à saúde dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Assim como diversos espaços de participação da sociedade civil relacionados a políticas públicas do Governo Federal, o Conselho PIIRC foi extinto na gestão do presidente Jair Bolsonaro.

Povo indígena
isolado Yuri-Passé,
no Parque Nacional
Natural Rio Puré
(Colômbia).

Com relação ao marco normativo para a proteção desses povos, em 2018 foi publicado decreto que estabelece medidas especiais de prevenção e proteção dos direitos dos povos indígenas em isolamento ou estado natural, e cria um sistema nacional com esta finalidade (Decreto 1232/2018). Resultado de esforços conjuntos entre organizações indígenas, da sociedade civil e o governo colombiano, foi elaborado por meio de um processo de consulta que envolveu diversas organizações e comunidades indígenas, e levou em conta experiências desenvolvidas em outros países da região, além de recomendações internacionais sobre o tema. Este processo e as experiências de proteção de indígenas isolados desenvolvidas por comunidades indígenas em parceria com o PNN Rio Puré são exemplos de boas práticas a serem disseminados.

A implementação do Decreto 1232 é um dos principais desafios relacionados à proteção dos povos indígenas isolados na Colômbia no presente, o que envolve o estabelecimento de protocolos e metodologias de pesquisa para a confirmação de sua existência. Outra necessidade urgente é assegurar a proteção de povos indígenas de recente contato, como os Nükak – que vêm sendo afetados por conflitos armados nas últimas décadas no departamento de Guaviare – e os Mapayerri que vivem no departamento de Vichada.

Nos últimos anos, as reconfigurações dos grupos armados e as discussões emergentes a partir dos acordos de paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc) têm impactado os povos em isolamento e as comunidades indígenas vizinhas aos seus territórios na Amazônia colombiana. Há um aumento de ações de grupos dissidentes das Farc associados a atividades ilegais de garimpo e tráfico de drogas no baixo rio Caquetá, nos rios Miriti, Apaporis e Puré, bem como nas áreas limítrofes com a Venezuela e o Brasil. Além de afetar as comunidades indígenas da região, causando deslocamentos, ameaças e outras formas de violência, esses fatores representam riscos de contato com isolados no rio Puré.

EQUADOR

O Equador reconhece oficialmente 3 registros confirmados de indígenas em isolamento (Tagaeri, Dugakairi e Taromenane), situados na Zona Intangível Tagaeri Taromenane (ZITT) no Parque Nacional Yasuní, além de 4 registros ainda não confirmados. A intensa atividade petrolífera, a exploração da madeira, a caça ilegal e a ocupação de colonos na região vêm afetando esses povos há décadas, e também ao povo Waorani¹².

As pressões territoriais já geraram diversos conflitos com mortes entre isolados, Waorani e colonos. Os mais graves, registrados em 2003 e 2013, resultaram em dezenas de isolados mortos. A Zona Intangível delimitada pelo Estado para frear o avanço da atividade petrolífera no Parque Yasuni não corresponde à totalidade do território tradicional dos isolados, registrando-se vários sinais de sua presença, deslocamentos e conflitos fora da ZITT. Assegurar o reconhecimento e a intangibilidade dessas áreas de acordo com a territorialidade desses povos é, portanto, um dos desafios para sua proteção no presente.



Habitação de indígenas isolados Tagaeri Taromenane na Zona Intangível Parque Nacional Yasuní (Equador).

Embora a proteção dos povos isolados no Equador conte com um marco normativo favorável, inclusive em sua Constituição (Artigo 57¹³) e com o início de uma discussão sobre uma proposta de política pública de proteção aos povos isolados, seus territórios permanecem desprotegidos e intensamente pressionados por atividades extrativas legais e ilegais, como a exploração de petróleo e madeira, projetos de infraestrutura, proselitismo missionário e atividades agropecuárias. Essas pressões afetam também o povo Waorani, gerando riscos de novos conflitos.

Em agosto de 2017, foi assinada a normativa técnica “Protección de Salud para los Pueblos Indígenas en Aislamiento Voluntario y en Contacto Inicial”, com o objetivo de estabelecer mecanismos específicos para o tratamento de doenças nas comunidades do entorno dos isolados. Ainda em processo de socialização, faltam recursos para sua implementação. Um trabalho coordenado entre as diversas instituições do Estado também é necessário para a execução de medidas eficientes de proteção aos povos isolados no Equador.

12. Segundo o já mencionado *Informe Regional Pueblos Indígenas em Aislamiento – Territórios y desarrollo en la Amazonía y Gran Chaco* (Land is Life, 2019), os Tagaeri e Dugakairi são grupos da nacionalidade Waorani.

13. Dentre outros direitos, o referido artigo estabelece que “los territorios de los pueblos en aislamiento voluntario son de posesión ancestral irreductible e intangible, y en ellos estará vedada todo tipo de actividad extractiva. El Estado adoptará medidas para garantizar sus vidas, hacer respetar su autodeterminación y voluntad de permanecer en aislamiento, y precautelar la observancia de sus derechos. La violación de estos derechos constituirá delito de etnocidio, que será tipificado por la ley” (Artigo 57 da Constituição da República do Equador).

O território tradicional do povo Ayoreo está localizado na porção norte da região do Gran Chaco, entre o Paraguai e a Bolívia. Os Ayoreo em isolamento estão extremamente ameaçados pelo desmatamento acelerado, especulação fundiária, grilagem de terras e avanço do agronegócio em seu território.



PARAGUAI

Os territórios dos povos isolados no Paraguai estão localizados na região do Grande Chaco, onde se registra atualmente a presença de pelo menos 02 grupos confirmados do povo Ayoreo em isolamento na região de fronteira com a Bolívia, 04 registros ainda não confirmados e ainda indígenas Ayoreo em contato inicial vivendo em 24 assentamentos dispersos que somam aproximadamente 200 mil ha (que correspondem a menos de 2% da área total estimada do seu território tradicional).

Esses grupos se encontram extremamente pressionados pelo desmatamento acelerado, especulação fundiária, grilagem de terras e avanço do agronegócio sobre seus territórios, especialmente a atividade pecuária. Estudos indicam que entre 2014 e 2016 se registrou uma média diária de 780 hectares de desmatamento no Chaco paraguaio, uma das maiores taxas de deflorestação do mundo, a maior parte no território do povo Ayoreo.

Desde o início da década de 1990 os Ayoreo em contato inicial reivindicam o reconhecimento de parte de seu território tradicional no Departamento do Alto Paraguai. No entanto, a área permanece extremamente impactada pela pecuária, mineração, exploração petrolífera, tráfico de animais silvestres, a abertura de estradas e ação proselitista missionária. Ao longo das últimas décadas, o grupo local Ayoreo Totobiegosode logrou o reconhecimento de cerca de 1/5 de seu território tradicional reivindicado, mas mesmo o reconhecimento do Patrimônio Natural e Cultural Ayoreo Totobiegosode (PNCAT) pelo Estado não impediu a concessão de licenças para a pecuária

extensiva em seu interior, sem qualquer processo de consulta e ignorando as reivindicações territoriais ayoreo.

Diante das invasões e do avanço do desmatamento, a Organização Payipie Ichadie Totobiegosode (Opit) solicitou medidas cautelares à CIDH em 2013, resultando em um processo de negociação com o Estado Paraguaio que ainda se encontra em curso, voltado à implementação de medidas de salvaguarda e do Protocolo de Atuação, Prevenção e Contingência para Povos Indígenas em Situação de Isolamento e/ou Contato Inicial no PNCAT.

Atualmente também há informações sobre a existência de indígenas em isolamento no Parque Nacional Defensores del Chaco, no Parque Nacional Médanos del Chaco, na Reserva Natural Cerro Cabrera-Timane, no Parque Nacional Teniente Agripino Enciso, no Parque Nacional Chovoreca e na Reserva Natural Privada de domínio Ayoreo Punie Paesoi.

Apesar do Paraguai ter ratificado tratados básicos internacionais e regionais de direitos humanos, como a Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e a sua Constituição reconhecer a preexistência e os direitos dos povos indígenas, não existem leis específicas, marco jurídico, nem uma política



Foto antiga do Ayoreo Oigajnuí Picanerai colhendo mel no tronco de uma árvore (ao lado). Líderes Ayoreo Jonoine Picanerai e Pojone Chiquenoi, em foto tirada nos anos 1960, pouco após o contato de seu grupo. (abaixo)



PERU

O Peru é o segundo país da América do Sul com maior quantidade de registros de povos indígenas isolados e de recente contato. O Estado peruano reconhece a existência de 20 povos em isolamento e considera os seguintes povos em contato inicial: Chitonahua, Yora (ou Nahua), Mastanahua, Isconahua e Matsiguenga.

Esses povos habitam os departamentos de Ucayali, Madre de Dios e Cusco. Em todos os casos, o contato com diversos atores foi motivado por pressões sobre seus territórios, principalmente por parte de madeireiros, missionários e da exploração petrolífera. Eles enfrentam situações de extrema vulnerabilidade devido à alta recorrência de doenças infecciosas e contagiosas, poluição, anemia, desnutrição, perda territorial, ingerência externa na tomada de decisão, bem como falta de proteção e abandono em geral.

Ao longo das últimas décadas, a luta pelo reconhecimento dos direitos dessas populações foi protagonizada pelas organizações indígenas e da sociedade civil, influenciando o Estado peruano a avançar na formulação de leis e políticas públicas protetivas a esses povos.

De acordo com a lei para a proteção de povos indígenas em situação de isolamento voluntário e contato inicial (Lei nº 28736/2006) e sua regulamentação, a aprovação dos Estudos Prévios de Reconhecimento de Povos Indígenas em Situação de Isolamento e em Situação de Contato Inicial é a primeira etapa do processo de reconhecimento e regularização. A avaliação destes estudos é feita por uma Comissão Multissetorial, atualmente presidida pelo Ministério da Cultura e composta por representantes de outros órgãos governamentais e organizações indígenas. A última etapa é a aprovação do Estudo Adicional de Categorização de Reservas Indígenas.

As Reservas Indígenas no Peru são terras delimitadas pelo Estado a favor dos povos isolados, de caráter intangível e para uso exclusivo dos mesmos. Contudo, sua intangibilidade é transitória, ou seja, deve vigorar apenas enquanto se mantenha a situação de isolamento ou contato inicial dos povos em questão. Mesmo nestes casos, a intangibilidade das Reservas Indígenas é relativa, já que a mesma lei prevê o aproveitamento de recursos naturais por terceiros, desde que “mediante métodos que não afetem os direitos dos povos indígenas em situação de isolamento ou em situação de contato inicial”, ou quando sua exploração “resulte de necessidade pública para o Estado”. A falta de reconhecimento, categorização e proteção das propostas de Reserva Territorial¹³ Yavarí Tapiche, Yavarí Mirim, Sierra del Divisor Occidental, Napo-Tigre e Kakataibo, solicitadas

pelas organizações indígenas em favor de povos isolados a partir da década de 1990, facilitou a invasão dessas áreas por atores ilegais e sua sobreposição por concessões para a exploração de recursos naturais em favor de terceiros. Mesmo as cinco reservas territoriais já reconhecidas – RT Madre de Dios, RT Kugapakori, Nahua, Nanti y Otros, RI Mashco Piro, RI Isconahua e RI Murunahua (as três últimas, recentemente caracterizadas como Reservas Indígenas) estão desprotegidas. Além das reservas mencionadas, recentemente a Organización Regional de Los Pueblos Indígenas del Oriente (Orpio) solicitou a criação da Reserva Indígena Atacuari, próximo à fronteira Peru-Colômbia, com base em evidências da presença de indígenas isolados na região.

Atualmente, diversas atividades extrativistas e ilegais como o tráfico de drogas estão ocasionando encontros, contatos forçados, ataques e deslocamentos de populações

13. Reserva Territorial (RT) é uma figura surgida no marco da Ley de Comunidades Nativas y de Desarrollo Agrario de la Selva y Ceja de Selva (1978), com o objetivo de garantir territórios a povos indígenas em isolamento e contato inicial. A Lei 28736/2006 instituiu a figura de Reserva Indígena, daí a necessidade de adequação das RTs por meio de estudo adicional de categorização.

em isolamento, bem como a redução de seus territórios. Os povos isolados na Amazônia peruana estão constantemente ameaçados, seja pelas concessões de exploração oferecidas pelo próprio Estado, seja pelas inúmeras iniciativas ilícitas que afetam em seus territórios.

Em 2019, foi aprovado o Decreto Supremo N° 010-2019-MC, que permitirá ao Ministério de Cultura supervisionar, fiscalizar e aplicar penalidades a quem vulnere os direitos dos povos indígenas em isolamento e contato inicial e não cumpra com a normativa estabelecida pelo Estado para a prevenção de ações que ponham em risco sua sobrevivência física e integridade. O regulamento é mais um resultado do processo de incidência política das organizações indígenas peruanas na luta em defesa desses povos.

Isolados Mashco registrados por armadilha fotográfica em um posto de controle do Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas do Peru (Sernanp) no rio Tahuamanu, em 2019.



Xamãs dos povos Uwottüja (ao lado, com maloca ao fundo) e Yanomami (acima). Há grupos em isolamento relativo ou com pouco contato de pelo menos três povos na Venezuela: os Uwottüja, os Yanomami e os Jödi.



VENEZUELA

Registra-se a existência de grupos em isolamento relativo ou com pouco contato de pelo menos três povos indígenas: os Hoti (Jödi), cuja população total é de cerca de mil pessoas em 25 comunidades, com cerca de 40% vivendo em relativo isolamento na região chamada *Serranía de Maigualida*; os Yanomami, cuja população total na Venezuela é de 12 a 15 mil pessoas, distribuídas em cerca de 250 a 300 comunidades, com cinco áreas em isolamento; e os Piaroa (Uwottüja), que habitam áreas nos estados Amazonas e Bolívar, e que segundo o censo de 2011 são mais de 19 mil pessoas, das quais cerca de 200 vivem em isolamento no Alto Cuao e Guayapo.

No entanto, nenhuma das normas que reconhecem os direitos dos povos indígenas faz referência expressa à presença de grupos indígenas isolados e à necessidade de implementar medidas especiais para a sua proteção. Sem um marco legal específico para povos isolados e de recente contato, tampouco uma política pública de proteção formalizada, o Estado venezuelano não reconhece oficialmente a existência desses povos em seu território¹⁴.

Outro desafio para a proteção destes povos é a conclusão dos processos de demarcação de territórios indígenas, especialmente aqueles solicitados por meio da autodemarcação nos estados da Amazonas e Bolívar. As áreas onde vivem esses grupos isolados estão sendo invadidas sistematicamente por garimpeiros do Brasil, Colômbia e Venezuela, que exploram ouro e outros minerais. A mobilidade permanente de garimpeiros coloca os grupos em uma situação vulnerável, devido à introdução de doenças endêmicas e epidêmicas, como malária e hepatite; a contaminação dos rios com o mercúrio e a destruição do seu habitat; e a redução do espaço para suas atividades tradicionais de subsistência.

Devido aos seus impactos ambientais e socioculturais, o projeto governamental denominado “Arco Minero del Orinoco” também representa uma séria ameaça às comunidades indígenas em várias de suas áreas, incluindo as comunidades Hoti (Jödi) de Alto Cuchivero e Sanemá (subgrupo Yanomami) do Alto Caura em condições de isolamento relativo.

14. Apesar da Defensoria do Povo venezuelana já ter afirmado que existem comunidades dos povos Hoti, Yanomami e Piaroa “em certo isolamento relativo ou contato inicial”.



DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS EM REGIÕES DE FRONTEIRA

ENTREVISTA COM **BEATRIZ HUERTAS**

A antropóloga Beatriz Huertas trabalha desde 1994 assessorando organizações indígenas na América do Sul, como a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (Aidesepe), a Federação Nativa do Rio Madre de Dios e Afluentes (Fenamad), a Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente (Orpio) e o Comitê Indígena Internacional para a Proteção dos Povos em Isolamento e em Contato Inicial da Amazônia, Gran Chaco e da Região Oriental do Paraguai (Cipiaci). Em 2015, concedeu uma entrevista ao Boletim Povos Isolados na Amazônia em que abordou os desafios para a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato em âmbito regional e, mais especificamente, na fronteira Brasil-Peru.

Como se dá o trânsito dos grupos isolados nas regiões de fronteira e em que sentido esses deslocamentos transfronteiriços estão conectados aos impactos advindos das políticas específicas de cada Estado-Nação?

A maior parte dos povos que se encontram em isolamento nessas zonas se desloca alternadamente em ambos os lados da fronteira. Suas viagens são marcadas principalmente pelas estações do ano, normalmente permanecendo nas cabeceiras dos rios nas temporadas de chuvas e se deslocando a jusante em épocas de seca. Estas visitas permitem que eles se abastecem dos diversos recursos de que necessitam para viver. Trata-se de territórios em que habitam há séculos, que conhecem muito bem e que são parte de sua identidade cultural. Sabemos que durante essas excursões são comuns encontros com parentes e membros de outros povos isolados. Da mesma forma, eles se aproximam de comunidades ou aldeias já contatadas, de onde obtêm objetos de metal. Estes são os momentos em que possivelmente ocorrem tensões.

As dinâmicas econômica, política e social dessas nações têm sim muito a ver com as dinâmicas de deslocamento dos povos isolados. Temos visto como a pressão territorial pode alterar suas rotas de deslocamento, dificultar o abastecimento de recursos para sua subsistência e afetar

suas vidas de modo geral. São essas coisas que podem aguçar os conflitos entre os isolados e as populações vizinhas. Por isso, é necessário que as autoridades entendam a importância do território para os isolados, as dinâmicas de deslocamento desses povos, os fatores que influenciam ou alteram essas dinâmicas, e as consequências dessas alterações. Somente tendo em conta todas essas informações e as implicações das pressões territoriais é que se poderá ter uma ideia real da situação e, a partir daí, direcionar ações para uma melhor proteção desses territórios e desses povos.

Do ponto de vista da diplomacia necessária, os governos têm conseguido agir no sentido de uma gestão compartilhada da política de proteção desses territórios?

Temos uma longa experiência de pressão junto ao Ministério de Relações Exteriores do Peru para que trabalhe de maneira conjunta com o Brasil e se aborde a problemática da fronteira com relação à situação dos povos isolados. Mas nesse âmbito a temática dos povos indígenas ainda é desconhecida e distante. Estamos há muitos anos tentando que haja um trabalho binacional, onde os Estados de cada país conversem, abordem os temas e exerçam uma proteção baseada no respeito aos direitos dos povos isolados de maneira conjunta. Mas até hoje não houve um avanço digno de ser mencionado.

O Ministério da Cultura do Peru [órgão de Estado peruano responsável pelas questões indígenas] tem um termo de cooperação com Funai [formalizado em março de 2014], mas que ainda não foi implementado. Eles têm dificuldades para se comunicar e, portanto, para avançar num trabalho conjunto. Assim, prevalece a sensação de que, por esse caminho, o relacionamento binacional com o Brasil para uma proteção transfronteiriça pode ser muito longo e burocrático.

Por outro lado, sobretudo no último ano, as organizações indígenas do Peru que propuseram o reconhecimento e a proteção do corredor territorial* têm avançado muito suas relações com as organizações indígenas do Acre (dos povos Manchineri, Huni Kuin e Ashaninka). Elas se uniram para levar adiante a proposta e conseguir a efetiva proteção dos povos isolados da fronteira Brasil-Peru. Nesse processo, também tem havido uma aproximação com as autoridades do Estado do Acre.

Você avalia que houve avanços nas políticas de proteção aos isolados no âmbito da América do Sul desde o primeiro encontro internacional sobre povos indígenas isolados, realizado em Belém em 2005, para cá? Algum retrocesso?

Houve avanços em termos legislativos em países como Bolívia, Equador, Peru e Brasil. Nota-se que há mais instrumentos normativos onde a temática é mencionada de alguma maneira. Mas também, paralelamente a isso, estão avançando os instrumentos normativos que promovem a exploração dos recursos naturais nas áreas habitadas por esses povos. Há mais normas que facilitam, promovem e impulsionam as ingressões em seus territórios. Então, há uma contradição muito grande.

A temática se fez mais visível, isso é certo. Em todos os países se fala mais dos povos em isolamento voluntário. Na Bolívia se tratou desse tema por um tempo, inclusive foram realizados eventos internacionais muito importantes junto às Nações Unidas, mas não existe uma política de Estado e menos ainda avanços em termos de proteção territorial. No Equador a temática está centrada no [Parque Nacional] Yasuni, em toda a problemática em torno da exploração de lotes petrolíferos naquela área e nos graves impactos sobre seus povos isolados, tanto histórica quanto atualmente.

Na Colômbia temos alguns avanços importantes na produção de informações e na gestão das áreas naturais protegidas. Não é que exista um sistema estabelecido, mas há pessoas que impulsionam esse debate [quando a entrevista foi realizada, o decreto que estabelece medidas especiais de prevenção e proteção dos direitos dos povos indígenas em isolamento ou estado natural na Colômbia ainda não havia sido publicado¹⁵]. No Paraguai, finalmente as autoridades passaram a reconhecer a existência de uma diversidade de grupos Ayoreo em isolamento, quando antes falava-se de apenas um. No entanto, grandes extensões de floresta na região do Chaco, território em que habitam, estão sendo destruídas dia após dia. E temos que ter em mente também que o Paraguai é um dos países com as maiores taxas de desmatamento da América do Sul.

Quais são os principais desafios e ameaças em âmbito regional?

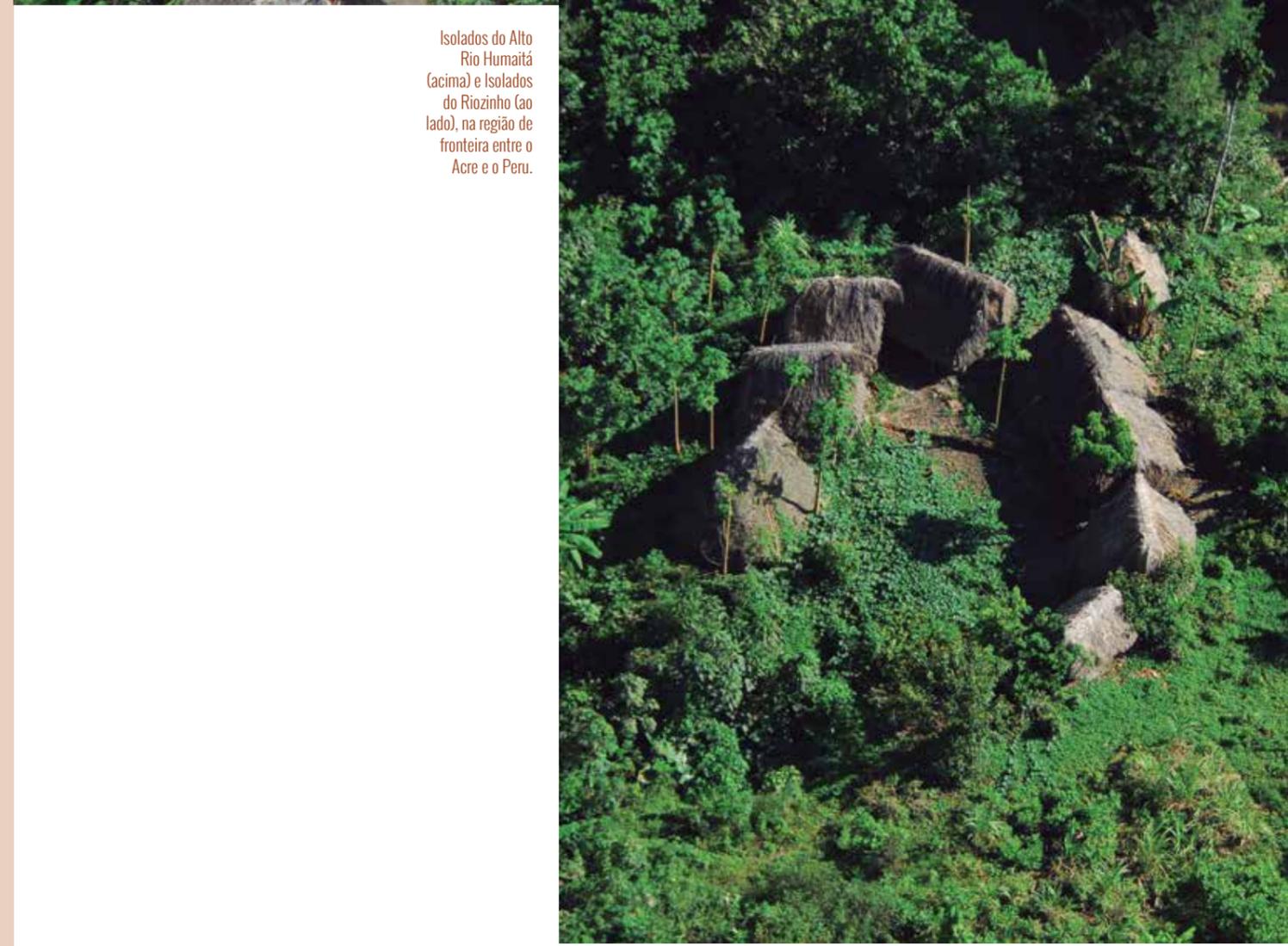
A política em âmbito regional é a mesma: impulso às atividades econômicas que afetam diretamente a vida, os territórios e os direitos dos povos indígenas em geral e, ainda mais sensivelmente, dos isolados. Essas são políticas internacionais, estabelecidas pela demanda internacional por recursos naturais, como a busca por madeira, minério e biocombustíveis. Nesse aspecto, não houve uma mudança maior, e esse é um grande problema que afeta ao conjunto dos países. A fragilização das legislações que amparam os direitos dos povos indígenas e das instituições que têm obrigação de garantir esses direitos também é um fenômeno que se vê em todos os países.

Quais as principais e mais efetivas medidas que devem ser tomadas para a proteção dos isolados? Como a sociedade civil pode atuar para fortalecer esse trabalho?

Acho que existem vários eixos principais de atuação: informação e sensibilização da sociedade como um todo; pressão sobre o Estado para trazer segurança jurídica e proteção efetiva do território; produção de mecanismos para prevenção de contatos forçados; e atenção a situações de emergência que demandem o contato, e suas consequências. Quanto à sociedade civil, já há muitas organizações que estão sensibilizadas, mas não sabem muito como se articular, então é necessário melhorar a articulação entre elas para trabalharem todas juntas pela proteção desses povos.

Com relação às organizações indígenas, se faz necessário um trabalho mais forte com as comunidades de base, a fim de que elas continuem desenhando e implementando mecanismos de proteção. As comunidades estão ali, vizinhas aos isolados, e têm um papel fundamental na proteção desses grupos e de si mesmas. Também é necessário fortalecer essas organizações quanto às tentativas de divisão por parte de empresas e Estados toda vez que defendem os direitos indígenas frente a grandes projetos ou megaprojetos de infraestrutura.

As alianças que estão sendo estabelecidas entre organizações indígenas do Brasil e Peru na zona de Acre-Ucayali-Madre de Dios é um avanço muito importante. É muito difícil que uma organização indígena, que já tem tantos problemas em seu próprio território, olhe para além de suas fronteiras. Mas é isso que está acontecendo: elas estão olhando para além de suas fronteiras. E estão entendendo a importância de ter em mãos todas as informações sobre as dinâmicas territoriais dos isolados para protegê-los de fato.



Isolados do Alto Rio Humaitá (acima) e Isolados do Riozinho (ao lado), na região de fronteira entre o Acre e o Peru.

15. Ver, a seguir, o box *Proteção de povos em isolamento na Colômbia – entrevista com a liderança indígena Robinson López Descanse*.



PROTEÇÃO DE POVOS EM ISOLAMENTO NA COLÔMBIA

ENTREVISTA COM A LIDERANÇA INDÍGENA **ROBINSON LÓPEZ DESCANSE**
(IN MEMORIAM)

No dia 17 de junho de 2018, o governo colombiano assinou o Decreto nº 1232/2018, que estabelece medidas especiais de prevenção e proteção dos direitos dos povos indígenas em isolamento ou estado natural, e cria um sistema nacional com esta finalidade. A norma é resultado de esforços conjuntos de organizações indígenas, da sociedade civil e do governo, e foi construída por meio de um processo de consulta inédito, iniciado em 2013, com a participação direta de lideranças, comunidades e organizações indígenas na Colômbia.

Em entrevista para o Boletim Povos Isolados na Amazônia em agosto de 2018¹⁶, Robinson Lopez Descanse, do povo Inga e então coordenador de Direitos Humanos e Paz da Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (Opiac), comentou essa recente conquista do movimento indígena colombiano, e os próximos passos para a efetivação de uma política pública de proteção aos povos indígenas isolados no país.

O que significa essa conquista? Em que medida favorece a vida dos povos indígenas isolados na Colômbia?

Significa que o Estado colombiano a partir de agora reconhece oficialmente a existência de povos indígenas em estado natural ou isolados. Isso implica que agora o Estado tem o dever de dar a esses povos e seus territórios uma proteção especial denominada intangibilidade, a qual se declara

administrativamente uma vez que se confirma a existência desses povos e seu âmbito territorial. Essa figura é distinta à do resguardo indígena e é mais rigorosa que a das áreas protegidas, já que proíbe qualquer tipo de intervenção ou ingresso de toda pessoa, natural ou jurídica, para o desenvolvimento de programas, políticas, explorações ou usos.

Além disso, estabelece que para declarar a intangibilidade territorial o Estado tem o dever de fazer um processo de registro, com o fim de adiantar a investigação a partir dos indícios de existência de povos isolados. Esse registro garante a adoção de medidas de prevenção e proteção para evitar danos e afetações aos direitos dos isolados antes que seus territórios sejam declarados intangíveis.

Também favorece que as investigações não sejam invasivas e contem com a participação dos povos indígenas que vivem no entorno dos isolados, o que dá um componente espiritual e cultural aos indícios e às metodologias para determinar a existência e a territorialidade dos povos isolados.

Que papel teve o movimento indígena para que o decreto fosse assinado?

Teve um papel fundamental. Em nível mundial é a primeira vez que se faz uma consulta prévia com organizações indígenas para proteger aos povos em estado natural. Isso permitiu à Opiac convocar as organizações indígenas locais e as autoridades tradicionais nos territórios para que contribuíssem com elementos fundamentais para a proteção. Nesse sentido, além da intangibilidade, foram formados comitês locais para desenhar as medidas de prevenção, proteção e contingência, emissão de alertas de nível de risco médio, alto ou iminente de contato e, de acordo com o contexto local, como ativar a resposta governamental diante de ocasiões que os coloquem em risco.

Dentro das medidas de prevenção, se abriu a oportunidade de fortalecer os povos indígenas que vivem no entorno dos isolados em matéria de saúde e educação, pois se parte do princípio de que se os povos indígenas que vivem no entorno dos isolados contam com uma infraestrutura adequada de saúde e educação, poderão dar a resposta efetiva aos riscos de vulnerabilidade dos direitos dos povos isolados. Isso é muito importante porque a grande maioria dos povos indígenas da Amazônia colombiana não conta com postos de saúde, nem sistemas eficazes de medicina preventiva ou paliativa, nem mesmo conta com programas de educação para profissionais da saúde ou de fortalecimento cultural para a proteção de seus territórios.

Quais são os próximos passos que deverão ser dados pelo Movimento Indígena e por parte do governo para garantir a proteção dos povos indígenas isolados?

Deve ser iniciado um processo de articulação institucional e intercultural para colocar em funcionamento o Sistema de Prevenção e Proteção para Povos Isolados. Isso envolve participação dos órgãos centrais, das entidades territoriais e das entidades descentralizadas do Estado com fim de avançar a declaração de intangibilidade sobre os territórios de isolados. O Ministério do Interior deve ter uma equipe técnica que se encarregará de fazer avançar as investigações sobre os indícios da existência de isolados e projetar as ferramentas básicas para a emissão de medidas de prevenção e proteção.

O Estado colombiano deve também adotar as diretrizes das organizações internacionais, como a OTCA [Organização do Tratado de Cooperação Amazônica], a Organização das Nações Unidas [ONU] e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos para assegurar que a proteção seja abrangente e para assegurar que os povos e organizações indígenas que vivem em torno de isolados fortaleçam sua capacidade de executar decisões de proteção aos isolados.

16. A entrevista foi publicada na edição #11 do Boletim Povos Isolados na Amazônia e está disponível no endereço <https://bitly.com/HepxC>.



INICIATIVAS INDÍGENAS PARA A PROTEÇÃO DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS

Diversas iniciativas voltadas à proteção territorial e defesa dos direitos de povos isolados têm sido desenvolvidas por comunidades indígenas vizinhas e suas organizações nos últimos anos. Suas estratégias, informadas pelas políticas indígenas e relações históricas que mantêm com esses grupos – perpassando aspectos sociocosmológicos e, não raras vezes, relações de parentesco e aliança – têm trazido soluções criativas para novos e velhos desafios relacionados às pressões externas e às transformações nas dinâmicas territoriais em áreas compartilhadas com isolados. Constituem, portanto, importantes contribuições para o aprimoramento das políticas públicas.

Alguns exemplos dessas boas práticas são: a experiência de proteção de indígenas isolados no Parque Natural Nacional do Rio Puré realizada pelas comunidades do Resguardo Indígena Curare Los Ingleses em parceria com o órgão Parques Nacionales Naturales de Colombia; o monitoramento de isolados Mashco realizado pelos Manchineri na TI Mamoadate (AC) em diálogo com os Yine no Peru; Iniciativas dos Huni Kuin da TI Kaxinawa do Rio Humaitá (AC) para a proteção de indígenas isolados, envolvendo diferentes estratégias de monitoramento da sua presença, vigilância da TI, conscientização de comunidades não indígenas do entorno e ressarcimento de saques realizados pelos isolados; articulação binacional do povo Matsés frente aos principais problemas que afetam seus territórios e isolados na região de fronteira entre Loreto (Peru) e Amazonas (Brasil), além da realização de atividades de vigilância por suas comunidades no alto rio Jaquirana e no rio Pardo (TI Vale do Javari); trabalhos desenvolvidos pelos Agentes Ambientais Indígenas *Wazayzar* do povo Guajajara na TI Araribóia para a proteção dos Awa em isolamento; monitoramento de isolados Ayoreo por comunidades desse povo no Chaco paraguaio; iniciativas comunitárias de controle territorial e vigilância articuladas pela Federación Nativa del Río Madre de Dios (Fenamad) e pela Organización Regional Aidesep Ucayali (Orau) no Peru; propostas de Corredores de Proteção dos Povos em Isolamento e Contato Inicial na fronteira Brasil-Peru (“Pano-Arawak e Outros” e “Yavarí-Tapiche”) elaboradas por uma rede de organizações indígenas.

O fortalecimento de algumas dessas iniciativas, o intercâmbio de experiências e a promoção do diálogo entre políticas indígenas e as políticas de Estado são aspectos fundamentais para a garantia dos direitos de povos indígenas isolados na América do Sul, e constituem um dos focos de atuação do CTI nos últimos anos.

3.2 AÇÕES DO PROJETO

A ampliação da participação de organizações indígenas e da sociedade civil nas políticas de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato e o fortalecimento de agendas regionais voltadas à defesa e afirmação dos direitos desses povos constituíram um dos principais objetivos do projeto. Conforme apontado anteriormente, desde 2005 diversos espaços de debate e experiências de trabalho de organizações indígenas e da sociedade foram decisivos para o estabelecimento de marcos normativos e políticas públicas para a proteção de povos indígenas isolados na América do Sul.

Por um lado, foi possível estabelecer um consenso sobre a necessidade de respeitar a decisão de permanecer em isolamento como um direito à livre determinação desses povos, com reflexos positivos sobre normas nacionais e internacionais, metodologias e estratégias de reconhecimento e proteção territorial. Por outro lado, diferentes situações têm colocado em evidência limitações e desafios das políticas adotadas até o momento, e a necessidade de ampliação do debate sobre o tema, visando ao aprimoramento das políticas voltadas à proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato.

Resguardadas as muitas diferenças entre os contextos em que vivem esses povos e respectivas medidas adotadas em cada país para a sua proteção, a ampliação e fortalecimento da participação indígena nessas políticas – e do diálogo entre as políticas públicas e as diferentes políticas indígenas, em diferentes escalas e âmbitos – é uma questão central para o seu êxito e segue sendo um desafio. Por esta razão, e tendo em vista que em anos recentes alguns espaços de diálogo regional nesta temática privilegiaram o compartilhamento de informações e intercâmbios entre quadros técnicos de órgãos de Estado, as ações desenvolvidas tiveram um enfoque prioritário na troca de experiências entre lideranças e representantes de povos e organizações indígenas.

Com este propósito, foram realizados dois encontros internacionais e doze intercâmbios, envolvendo diversos povos e contextos representativos do tema na América do Sul, e parcerias com diferentes instituições (organizações indígenas, organizações da sociedade civil, órgãos de Estado e organismos multilaterais). As atividades buscaram potencializar fóruns já existentes e fortalecer a incidência política de organizações indígenas em agendas estratégicas para a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato.

ESPAÇOS DE ARTICULAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA E INCIDÊNCIA POLÍTICA

GTT ISOLADOS ACRE-MADRE DE DIOS

Em vista das recentes situações de contato e da vulnerabilidade de povos isolados no Acre (Brasil) e na bacia do rio Madre de Dios (Peru) e de situações de contato com povo que habita o alto rio Envira e com grupos Mashco nos anos de 2014 e 2015, uma das ações apoiadas pelo projeto foi a realização da *IV Reunião do Grupo Técnico de Trabalho para o Monitoramento Georreferenciado de Isolados na Região Acre-Madre de Dios*. O GTT tem o objetivo de consolidar a troca e o nivelamento de informações geográficas sobre a presença de indígenas isolados na região, e de contribuir para a elaboração e implementação de estratégias de proteção com enfoque transfronteiriço.

A reunião aconteceu em agosto de 2015 e contou com a participação de representantes de comunidades e organizações indígenas de diferentes terras indígenas no Acre e comunidades nativas no Peru. Na ocasião, foram discutidas estratégias de monitoramento e ações voltadas à proteção territorial dos povos indígenas isolados nesta região de fronteira.

FÓRUM BINACIONAL YANOMAMI E YE'KWANA

Outro espaço de debate e articulação fortalecido durante o projeto foi o Fórum Binacional Yanomami e Ye'kwana. Este fórum foi criado em 2014 e constitui um espaço de intercâmbio, construção e pactuação de agendas de trabalho comuns entre as organizações indígenas, aliados e órgãos governamentais sobre temas importantes para os povos Yanomami e Ye'kwana, cujo território está localizado na região de fronteira Brasil-Venezuela.

As massivas e continuadas invasões de garimpeiros e os impactos desta atividade têm afetado há décadas esses povos, incluindo grupos em isolamento, e constituem um dos focos prioritários de atuação de suas organizações e de instituições parceiras. A partir de demanda apresentada pela CGIIRC/Funai, o CTI apoiou, em 2015, a realização da *III Reunião do Fórum Binacional Yanomami e Ye'kwana*, em articulação com os principais promotores do evento – a Hutukara Associação Yanomami (HAY), o Instituto Socioambiental (ISA), a



IV Reunião do GTT Isolados Acre-Madre de Dios, em Rio Branco (AC).



Horonami Organización Yanomami (HOY) e o Grupo de Trabajo Socioambiental de la Amazonía – Wataniba. O evento possibilitou a ampliação do debate sobre as políticas de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato. A partir de denúncia apresentada pela Hutukara sobre a presença de garimpeiros em área habitada por grupo isolado conhecido como Moxi Hatëtëma (e onde uma base da Funai voltada à sua proteção fora desativada), o projeto também apoiou sobrevoo conjunto entre esta organização indígena e a Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY/Funai).

A reunião foi realizado no Lago Caracaranã, TI Raposa Serra do Sol (RR), e contou com a participação de diversas associações indígenas, organizações da sociedade civil, órgãos governamentais do Brasil e Venezuela e da Organização Panamericana de Saúde (Opas).

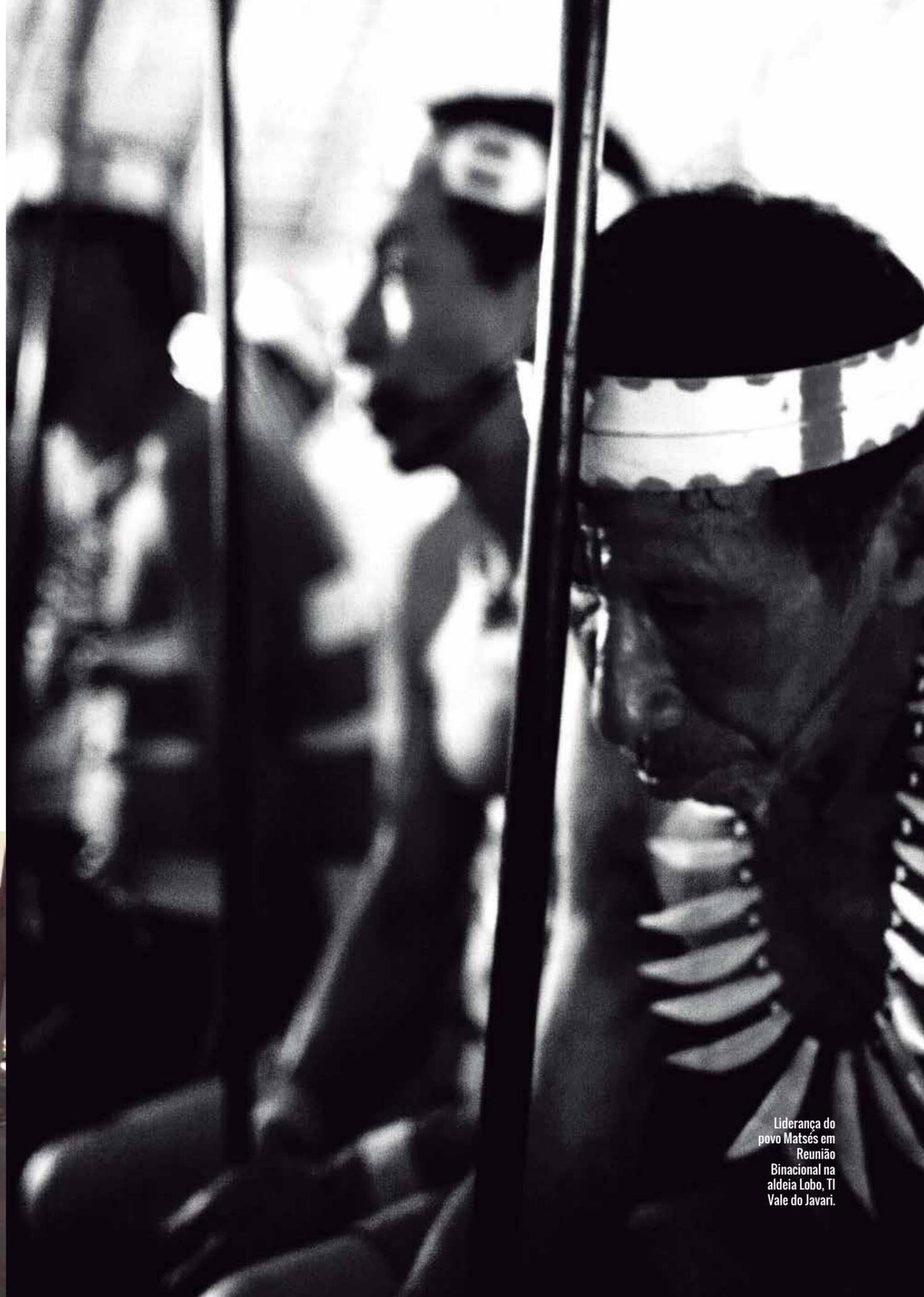
REUNIÕES BINACIONAIS MATSÉS BRASIL-PERU

O projeto possibilitou a continuidade do apoio do CTI às reuniões binacionais do povo Matsés, iniciadas em 2009 como resposta às questões que afetam o seu território nos dois lados da fronteira entre o estado do Amazonas, no Brasil, e o departamento de Loreto, no Peru. As reuniões constituem hoje um importante fórum de discussão e articulação deste povo, e têm cumprido um relevante papel para a aproximação e diálogo entre as comunidades e suas organizações nos dois países (OGM e CNM sendo as principais articuladoras no Brasil e Peru, respectivamente), fortalecendo alianças, relações políticas e de parentesco – impactadas pelo processo histórico de construção e consolidação de limites e da organização político-administrativa dos Estados peruano e brasileiro.

A Aldeia Trinta e Um, situada no Rio Jaquirana, na TI Vale do Javari, no Brasil, foi escolhida pelo povo Matsés para reunir caciques e lideranças para a VI Reunião Binacional Matsés Brasil-Peru, realizada entre os dias 05 e 07 de abril de de 2016. O documento final trouxe uma série de reivindicações e propostas frente às questões



III Reunião do Fórum Binacional Yanomami e Ye'kuana, no Lago Caracaranã, TI Raposa Serra do Sol.



Liderança do povo Matsés em Reunião Binacional na aldeia Lobo, TI Vale do Javari.

que afetam sua integridade territorial e bem-estar, com destaque para os impactos da atividade petrolífera. Esta edição contou pela primeira vez com a participação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do Presidente da Funai, marcando a primeira visita de um presidente do órgão à região e à TI Vale do Javari. Os Matsés comemoraram como resultado positivo de sua articulação.

A VII Reunião Binacional Matsés Brasil-Peru foi realizada na aldeia Lobo, no alto rio Jaquirana, na TI Vale do Javari, entre os dias 8 e 10 de junho de 2018. Reuniu lideranças de diversas aldeias no Brasil e Peru e representantes da Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente (Orpio), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), do Ministério da Cultura peruano (presente pela primeira vez em uma edição da reunião binacional), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e da Funai. Os direitos indígenas na atual conjuntura política e os impactos sobre os territórios do povo Matsés e de indígenas isolados foram alguns dos principais temas tratados.

INTERCÂMBIO BRASIL – COLÔMBIA – PERU

Em 2017, o CTI promoveu, em parceria com a ACT/Colombia um intercâmbio entre organizações indígenas da Colômbia, Brasil e Peru sobre a proteção de povos indígenas isolados, com o intuito de fomentar a troca de experiências sobre o tema. Realizada na região do baixo rio Caquetá, na Colômbia, a atividade também contou com a participação de organizações da sociedade civil, de órgãos de Estado da Colômbia e Peru e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)¹⁷.

O intercâmbio compreendeu reuniões na cidade de Leticia (Departamento do Amazonas, Colômbia) e na localidade La Pedrera, além de atividades nas comunidades

17. Instituições que participaram do intercâmbio: Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de La Pedrera Amazonas (Aipea), Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas Bora Miraña (Piine Aiiyveju Niimue Iachimua – Pani), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (Aidesep), Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (Fenamad), CTI, Ministerio de Cultura del Perú (MinCu), Ministerio del Interior de Colombia (MinInterior), Parques Nacionales Naturales de Colombia (PNNC), PNN Río Puré, PNN Cahuinari, PNN Chiribiquete, Organización do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Amazon Conservation Team – Colombia (ACT/Colombia).

indígenas Curare, Borikada, Manacaro e nos postos de controle e Vigilância Puerto Caimán e El Bernardo. As discussões permitiram avançar no diálogo interinstitucional transfronteiriço, conhecer situações diferenciadas e gerar reflexões importantes para o desenho de estratégias a favor da proteção dos povos indígenas isolados.

Foi destacada a importância das alianças entre as comunidades e organizações indígenas, a sociedade civil e instituições governamentais desses países para avançar na proteção de povos indígenas isolados e de recente contato em âmbito local e em escala nacional e regional.

Esta aliança é particularmente importante para fazer frente a conjunturas de retrocesso dos direitos indígenas e das políticas de proteção aos povos isolados e de recente contato. Recomendou-se ainda aos governos e aliados dos povos e organizações indígenas incorporarem em suas ações estratégias a promoção de intercâmbios de experiência como uma ferramenta fundamental para processos de formação e para a produção de conhecimento.

DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE POVOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO NA AMAZÔNIA

Em julho de 2016, aconteceu o evento regional *Desafíos para la protección de los derechos de los Pueblos Indígenas en Aislamiento y en Contacto Inicial en la región Amazónica*, organizado pelo Ministério da Cultura e Centro de Saúde Intercultural do Ministério de Saúde do Peru, em colaboração com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Pontifícia Universidade Católica do Peru e WWF.

A partir de articulação estabelecida com os organizadores do evento, o projeto viabilizou a participação de comitiva composta por três representantes de povos indígenas que vivem em regiões de fronteira no Brasil onde há presença de grupos isolados e de recente contato (Manchineri, Matsés e Kaxuyana, cujos territórios estão localizados nos estados do Acre, Amazonas e Pará, respectivamente) na reunião de trabalho com



Intercâmbio entre organizações indígenas do Brasil, Colômbia e Peru sobre a proteção de povos indígenas isolados, realizado na região do baixo rio Caquetá (Colômbia).



Reunião sobre diretrizes e recomendações internacionais para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato, realizada em Lima (Peru).

representantes dos países membros da OTCA e de organizações da sociedade civil.

O evento promoveu o debate sobre importantes aspectos da proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato: avanços e desafios enfrentados pelos Estados amazônicos; a apresentação de experiências de atenção à saúde junto a povos de recente contato; e a discussão sobre casos envolvendo o manejo de conflitos no contexto de trabalho de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato. A comitiva indígena brasileira destacou a necessidade de se fortalecer e ampliar esses espaços de intercâmbio internacional, e de assegurar a devida participação dos povos e organizações indígenas nesses espaços.

REUNIÃO SOBRE DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS PARA A PROTEÇÃO DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

Passados cerca de cinco anos desde a aprovação das Diretrizes de proteção dos povos indígenas em isolamento voluntário e em contato inicial da região amazônica, o Gran Chaco e a região oriental do Paraguai pela ONU (2012) e da publicação de informe da CIDH com recomendações para o respeito aos direitos humanos desses povos (2013), e tendo em vista a situação de extrema vulnerabilidade em que ainda se encontram os povos isolados nessas regiões, a Relatora Especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, o Escritório Regional para América do Sul do ACNUDH e o Relator sobre os Direitos dos Povos Indígenas da CIDH sobre os direitos dos povos indígenas, com apoio do Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas (Iwgia, na sigla em inglês), propuseram a realização de uma reunião de trabalho entre representantes de instituições públicas, de organizações indígenas, de organizações da sociedade civil, de mecanismos internacionais, regionais e nacionais de direitos humanos e especialistas.

Em vista da relevância desse espaço para o tema, o CTI apoiou a realização do evento *Normas de direito internacional sobre os direitos humanos dos povos indígenas em isolamento voluntário e em contato inicial na Amazônia e Gran Chaco: revisão e propostas para a ação*, viabilizando a participação de líderes indígenas do Brasil (Ângela Kaxuyana, da Coiab; Paulo Marubo, da Univaja; e Lucas Manchineri, da TI Mamoadate, Acre), além de membro da equipe do projeto.

A reunião, que aconteceu em junho de 2017 na cidade de Lima (Peru), teve o intuito de promover uma reflexão e avaliação sobre até que ponto as diretrizes e recomendações têm se traduzido em políticas públicas e medidas implementadas pelos países para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato; e sobre o quão efetivo tem sido o trabalho desenvolvido pela ONU e pelo Sistema Interamericano para este propósito.

Dentre outros pontos, o evento proporcionou a socialização de informações atualizadas sobre a situação dos direitos desses povos em cada país da região, os principais desafios para a implementação das diretrizes e a proposição de medidas no âmbito dos sistemas interamericano e das Nações Unidas. Na ocasião, a comitiva indígena do Brasil teve a oportunidade de expor os graves retrocessos nos direitos indígenas no país e os impactos da atual conjuntura sobre os povos isolados e de recente contato.



Paulo Marubo (Coordenador Geral da Univaja) e Angela Kaxuyana (Coordenadora Tesoureira da Coiab) integraram a comitiva de representantes indígenas do Brasil que participou da reunião sobre diretrizes e recomendações internacionais para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato.

AUDIÊNCIA TEMÁTICA DA CIDH

Em outubro de 2017, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) realizou a audiência temática *Situação de direitos humanos dos povos em isolamento voluntário e contato inicial na Amazônia e Gran Chaco*, no âmbito do seu 165º Período de Sessões, na cidade de Montevideu (Uruguai). A audiência foi solicitada por um conjunto de organizações indígenas e da sociedade civil do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela¹⁸, como desdobramento de articulações prévias voltadas à defesa dos direitos desses povos. Em parceria com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Coiab, o CTI viabilizou a participação de lideranças indígenas da Amazônia brasileira e elaborou relatório sobre a situação dos povos indígenas isolados e de recente contato no país, encaminhado à CIDH durante a audiência¹⁹.

Na ocasião, foram apresentadas recomendações e questionamentos aos Estados nacionais a respeito das situações de vulnerabilidade em que se encontram esses povos na Amazônia e no Gran Chaco. Entre as recomendações ao Estado brasileiro, estão a garantia de recursos financeiros e humanos necessários para a implementação de planos de contingência e o adequado manejo de situações de contato, surtos e epidemias; a publicação de portaria que defina os princípios, diretrizes e estratégias para a atenção à saúde dos povos isolados e de recente contato; a reativação em caráter de urgência das Bases de Proteção Etnoambiental da Funai nas áreas onde pesam denúncias de genocídio; e a conclusão dos processos de regularização fundiária das terras com presença confirmada de indígenas isolados.

18. A audiência foi solicitada pelas seguintes organizações: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), International Work Group for Indigenous Affairs (Iwgia), Asociación Interétnica para el Desarrollo de la Selva Peruana (Aidesep), Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente (Orpio), Conselho Indigenista Misionário (Cimi), Nacionalidad Waorani del Ecuador (Nawe), Iniciativa Amotocodie (IA), ACT/Colombia e Land is Life, Centro de Derechos Económicos y Sociales (CDES), Central de Comunidades Indígenas Tacana II Río Madre De Dios (CITRMD), Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de La Pedrera Amazonas (Aipea), Acción Ecológica, Federación para la Autodeterminación de los Pueblos Indígenas (Fapi), Organización Payipie Ichadie Totobiegosode (Opit), Grupo de Trabalho Socioambiental de la Amazonia (Wataniba), Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA). Também contou com a participação da Associação Juizes para a Democracia (AJD), da Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério Público Federal (MPF) do Brasil.

19. Disponível no endereço <https://bit.ly.com/QxBOV>.



Audiência temática
Situación de direitos
humanos dos povos
em isolamento
voluntário e contato
inicial na Amazônia
e Gran Chaco,
durante o 165º
Período de Sessões
da CIDH.



Delegação da sociedade civil apresenta informações sobre a situação dos povos indígenas isolados e de recente contato na América do Sul durante audiência da CIDH. Composto a mesa (da esquerda para a direita): Alicia Waorani (Nawe/Equador), Neri Zapata (Aidesep/Peru) e Nara Baré (Coiab/Brasil).

Diante da conjuntura de crescentes ataques aos direitos indígenas e retrocessos nas políticas públicas voltadas à efetivação desses direitos no Brasil, esta ação do projeto contribuiu para o fortalecimento de ações de incidência junto ao sistema interamericano de direitos humanos, bem como de alianças regionais voltadas à defesa e afirmação dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato na América do Sul.

ATIVIDADE TEMÁTICA NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2018

A programação indígena do Fórum Social Mundial, realizado em março de 2018 na cidade de Salvador, compreendeu uma mesa de discussão sobre a promoção dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato, a exibição do filme Piripkura (sobre o povo de recente contato homônimo) e exposição do fotógrafo Sebastião Salgado sobre o povo Korubo.

O evento foi realizado pela Universidade Federal da Bahia em parceria com a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COIAB) e CGIIRC/Funai, e contribuiu para dar visibilidade ao tema junto a um público abrangente, como movimentos sociais, comunidade acadêmica, e organizações da sociedade civil.

A partir de uma demanda da COIAB, o CTI apoiou o evento viabilizando a participação de Beto Marubo, indígena da TI Vale do Javari com experiência no trabalho de proteção de povos isolados e de recente contato (que inclui a coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental da Funai que atua nessa região), que foi um dos palestrantes.

Durante o debate, foi apresentado um panorama sobre a situação dos povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil, bem como sobre a política do Estado brasileiro para proteção desses povos, além de experiências da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari e desafios enfrentados atualmente.

OLHARES SOBRE AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO AOS POVOS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

Nos anos de 2017 e 2018 o CTI promoveu, em parceria com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a realização de dois encontros internacionais entre organizações indígenas e da sociedade civil de diferentes países da América do Sul para debater as políticas de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato na região. Os encontros “Olhares Sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato” tiveram como principal objetivo debater as diferentes perspectivas indígenas sobre suas relações com povos indígenas isolados e de recente contato na bacia amazônica e no Gran Chaco, com vistas à construção de subsídios e orientações para o fortalecimento das políticas públicas de proteção e promoção dos direitos desses povos.

Desde a interrupção dos trabalhos do Cipiaci²⁰, em 2012, os diferentes espaços de articulação e intercâmbio entre organizações indígenas sobre o tema estiveram focados em seus contextos de atuação, ou circunscritos a áreas específicas de fronteira entre países da região. No caso do Brasil, país com o maior número de registros de isolados e povos de recente

20. Criado em 2006, o *Comité Indígena Internacional para la protección de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial de la Amazonia y el Gran Chaco* (Cipiaci) foi a primeira iniciativa regional de organizações indígenas para a proteção e defesa dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato na América do Sul.



Participantes do II Encontro Internacional Olhares Sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato.

contato, o tema permaneceu relativamente marginal às conquistas de protagonismo dos povos indígenas e às pautas de suas organizações nas últimas décadas, com uma participação pouco expressiva nos principais fóruns regionais.

Articulada a outras ações do projeto, a iniciativa contribuiu para reativar uma agenda regional indígena sobre a proteção dos povos isolados e de recente contato na América do Sul, fomentar o intercâmbio de experiências, ampliar a participação de povos e organizações do Brasil e fortalecer alianças e a incidência sobre as políticas públicas relacionadas ao tema.

I ENCONTRO INTERNACIONAL

Representantes de diversos povos e organizações indígenas, além de organizações da sociedade civil do Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela se reuniram em Brasília, entre os dias 19 e 22 de junho de 2017, para reafirmar o compromisso que têm na proteção e afirmação dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato.

Participaram do *I Encontro Internacional Olhares Sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato* representantes dos povos Katxuyana, Wai Wai, Hexkaryana, Kahyana, Tunayana, Zo'é, Manchineri, Huni Kuin, Jaminawa, Apurinã, Jamamadi, Ashaninka, Guajajara, Awá Guajá, Kanamari, Kulina-Pano, Matsés, Matis, Marubo, Yanomami, Galibi-Marworno, Karipuna, Baré, Kamejeyá (Yucuna), Yaimajã (Tanimuca), Ide-masã (Macuna), Yine, Uwottüja (Piaroa) e Shipibo; e de organizações indígenas e da sociedade civil do Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela.

Um dos objetivos do evento foi o estabelecimento de diálogos entre as políticas públicas voltadas à proteção e defesa dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato e diferentes políticas indígenas que pautam as relações com esses povos.

As mesas de debate foram importantes momentos de troca de experiências sobre essas relações e também sobre as estratégias adotadas por comunidades e organizações indígenas para a proteção desses povos em diferentes regiões da Amazônia.

O encontro também promoveu a disseminação de informações sobre os principais desafios enfrentados nas regiões onde há a presença de povos isolados e de recente contato na América do Sul, a identificação de lacunas nas políticas públicas e a proposição de medidas voltadas à proteção desses povos.

FRONTEIRA BRASIL-PERU

A fronteira Brasil-Peru foi um dos temas das mesas de debate. Informações sobre a situação atual, experiências desenvolvidas na região e as diferentes perspectivas sobre a relação com povos isolados e de recente contato foram apresentadas por indígenas do Vale do Javari e da região entre o Acre e Madre de Dios, no Peru. As discussões tiveram como enfoque o desafio das políticas de proteção em um cenário de intensificação das ameaças aos direitos indígenas no campo político e de constantes pressões em seus territórios.

A falta de uma política do Estado peruano na proteção de isolados e as concessões para exploração de riquezas nos territórios indígenas foram criticadas por Julio Cusurichi, liderança Shipibo e presidente da Federação Nativa do Rio Madre de Dios e Afluentes (Fenamad) do Peru. “Ainda não existe uma política pública para atender a estes povos. Existe a ameaça de pessoas externas, como madeireiros, e as reservas criadas nesta região não são intangíveis. Se o governo decide, pode outorgar direitos [a terceiros]. Já existe o interesse de rodovias que podem afetar os territórios de isolados”.

Adauto Kulina, da Associação Indígena Kulina do Vale do Javari (Aikuvaja) é outro que chama atenção para o risco constante de encontros com invasores: “A qualquer momento se eles virem caçadores pescadores e madeireiros, que são muitos no rio Curuçá, com certeza vai haver conflito. Eles não conhecem as pessoas, eles pensam que vai voltar tudo outra vez, os massacres que os antepassados deles tiveram”.

Lucas Artur Brasil Manchineri, liderança da TI Mamoodate, no Acre, explicou que “quando cresceu a questão de madeiras ilegais no lado peruano chegou a ter quase cinco mil madeireiros ilegais no rio Las Pedras. Os parentes isolados andam nessa área e começaram a ir cada vez mais para o lado brasileiro, chegando perto da nossa terra”.

Os participantes da mesa relataram o aumento de situações de avistamento de isolados nas aldeias. Os debates reforçaram a necessidade do respeito ao direito de isolamento e à autonomia desses povos. “Os isolados aparecem nas aldeias e mexem nas nossas coisas, pegam macaxeira, banana. Mas nós temos de respeitar, não podemos mexer com eles”, comentou Ricardinho Kampa, da aldeia Nova Floresta, na TI Kampa e Isolados do rio Envira.

Iva Rapa Matis, liderança da aldeia Bukuak, na TI Vale do Javari, falou sobre as aparições dos isolados e a preocupação de seu povo: “Não chegamos perto dos isolados, sabemos que hoje em dia temos doenças e não podemos levar isso para eles. Mas eles podem aparecer em nossas aldeias, e quanto a isso não podemos fazer nada. Fico triste sem saber o que vamos fazer, pois são nossos parentes”.

Para fazer valer esse respeito ao isolamento, diversas comunidades vizinhas de grupos isolados na fronteira Brasil-Peru têm buscado seus próprios acordos e estratégias para garantir a proteção. Essas estratégias passam pela forma como elas utilizam territórios compartilhados com esse grupos.

Durante a elaboração do Plano de Gestão Territorial da TI Mamoodate, os povos Manchineri e Jaminawa decidiram reservar uma parte de seu território tradicional para os isolados, já que os madeireiros estão encurralando esses grupos. “Nós dividimos essa área para que eles possam fazer as caçadas deles, a pescaria, seus roçados. Não

andamos nessa área para respeitar e evitar o conflito com nossos parentes isolados daquela região”, explicou Lucas Manchineri.

Os debates sobre as dinâmicas territoriais dos isolados na fronteira Brasil-Peru também ressaltaram a importância das alianças entre as organizações indígenas do Peru e do Brasil. Lucas Manchineri e Julio Cusurichi relataram os encontros que o povo Manchineri tem realizado no Brasil e Peru para trocar experiências sobre o tema.

MARANHÃO

Em outra mesa de debate, representantes dos povos Guajajara e Awá Guajá discutiram as principais ameaças aos povos isolados no estado do Maranhão, no Brasil. Manatiká Guajá, indígena Awá de recente contato que vive na TI Caru, mencionou encontros com isolados na mata: “Quando a gente caça, eu mesmo que vivo da caçada, meu irmão, meu avô, tem índio isolado. Tem aquele que gosta de andar dentro do mato”.

Antônio Wilson Guajajara, jovem liderança da TI Caru, explicou sobre o trabalho empreendido pelo coletivo indígena Guardiões da Floresta para proteger os territórios dos isolados, ameaçados por madeireiros e outros invasores: “Já deparamos com 70 tratores devastando dentro da nossa terra. Madeireiro, organização criminosa. No meio desse conflito, foi criado um grupo de pessoas, que se chama guardiões, e que está fazendo a vigilância. Todas as informações eles passam ao Ministério Público Federal, Polícia Federal, mas infelizmente a gente não tem resposta deles. Então, enquanto não vem a resposta, a gente está encarando com fé e coragem”.

Antônio lembrou ainda quando os Awá Guajá isolados ficaram cercados pelo fogo, durante os incêndios que devastaram a floresta da região em 2015, afetando gravemente a vida dos isolados.

Franciel Guajajara, Agente Ambiental Indígena da TI Araribóia, relatou a preocupação com os Awa isolados nesta terra indígena, intensamente pressionada pela atividade madeireira e também severamente afetada por incêndios em 2015 e 2016: “Nós, os guardiões junto com os caciques, a gente conscientiza os parentes para que não matem certo tipo de caça que custa para produzir, que nem anta e mutum. A gente tem calendário do dia que as caças produzem, e proíbe, para poder aumentar as caças para os isolados. Proibimos também derrubar pé de bacaba, açai, anajá, tucum, porque eles [isolados] vivem disso.”

NORTE DO PARÁ

A mesa de debate do Norte do Pará debateu sobre a presença de isolados na região, as relações de parentesco que têm com esses grupos e os seus próprios protocolos em possíveis situações de encontros e contatos. “Nós fomos tirados da nossa região. Mas muita gente ficou e esse pessoal que ficou, que não quis se juntar com os outros povos, estão lá... Então, a gente considera esses povos parentes da gente”, explica Juventino Katxuyana, da Associação Indígena Kaxuyana Tunayana e Kahyana (Aikatuk).

A liderança João do Vale Katxuyana narrou o contato com um grupo isolado denominado Inkarĩni nos anos 1970 e 1971. Segundo ele, foram oito pessoas em duas canoas, remando por mais de um mês. “Foi uma viagem muito longa, a distância era muita.

Foram 42 dias a remo até chegarmos lá. Íamos pedindo informação aos quilombolas, que indicavam os lugares, igarapés. Usávamos o GPS da nossa mente. O GPS era o sol e as estrelas”.

Segundo o relato do João do Vale, havia um ancião entre eles que sabia como se portar em uma situação de contato, e os orientou nessa empreitada. Na ocasião, o grupo que encontraram era apenas de seis adultos velhos. De manhã, o velho acordou e falou: “meus netos, primos, quando a gente encontra com nossos parentes que a gente nunca viu, tem que cantar, gritar assim. Eles vão saber que não somos inimigos. As mulheres foram na frente e ele atrás delas, enfeitado com braceletes e cocar de palmeira”, descreveu João do Vale.

Angela Katxuyana, da Coiab, problematizou o conceito de indígena isolado e a atuação do Estado: “Estamos falando dos nossos parentes, do nosso sangue. Quando ele falou de Ingarũne, ele está falando dos tios dele, dos pais dele e dos meus avós, Ingarũne também. Quando falamos de isolados, eles não se isolaram porque não queriam mais ficar perto da gente. Isso aconteceu porque o Estado nos retirou de perto deles. Falar de isolados na Calha Norte é falar da nossa retirada de lá, da violência com que isso foi feito”.

Durante o encontro, Angela defendeu a participação efetiva das comunidades e organizações indígenas na política pública de proteção aos povos indígenas isolados, não apenas como tradutores, membros de expedições e em outras atividades de campo, mas também nos processos de tomada de decisão e de definição da política. Segundo ela, os indígenas têm seus próprios protocolos de relacionamento com esses povos, e é preciso ampliar o diálogo com a Funai, mesclar os protocolos oficiais com esses protocolos que os povos indígenas utilizam.



Mesa de abertura do I Encontro Internacional Olhares Sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato.

Mesa de debate sobre a região de fronteira Brasil-Peru. Composto a mesa, da esquerda para a direita: Ricardinho Ashaninka (Aspare), Nilson Tuwe Huni Kuin (Aspirh), Julio Cusurichi (Fenamad) e Lucas Manchineri (Mapkaha).

CARTA DE BRASÍLIA MANIFESTO EM DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO NA BACIA AMAZÔNICA E GRAN CHACO

Nós, representantes dos povos Katxuyana, Wai Wai, Hexkaryana, Kahyana, Tunayana, Zo'é, Manchineri, Huni Kui, Jaminawá, Apurinã, Jamamadi, Ashaninka, Guajajara, Awa Guajá, Kanamari, Kulina-Pano, Matsés, Matis, Marubo, Yanomami, Galibi-Marworno, Karipuna, Baré, Kamejeyá (Yucuna), Yaimajã (Tanimuca), Ide-masã (Macuna), Yine, Uwottüja (Piaroa), Shipibo; e das organizações indígenas e organizações da sociedade civil do Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela reunidos no **Encontro Internacional Olhares sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato**, em Brasília - DF, nos dias 19 a 22 de junho de 2017, reafirmamos nossos compromissos conjuntos pela garantia da proteção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato.

Enfatizamos nossa preocupação diante dos retrocessos dos direitos indígenas nesses países, por meio de um conjunto de iniciativas legislativas, do executivo e também no âmbito do poder judiciário que têm contribuído e fomentado um aumento exponencial de violências e formas de discriminações contra os povos indígenas.

Diante da crítica situação em que se encontram os povos isolados e de recente contato e da falta de segurança jurídica e política de seus territórios, assim como a afetação dos mesmos por atividades ilegais e a concessão de direitos para a realização de diversos tipos de empreendimentos de exploração de seus recursos naturais, exigimos das autoridades dos governos do Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru e Venezuela o compromisso no atendimento das propostas e demandas direcionadas aos Estados nacionais.

Reafirmamos o fortalecimento e ampliação das alianças entre povos e organizações indígenas e das organizações da sociedade civil aqui presentes, para fazer respeitar os nossos direitos e os direitos fundamentais para a sobrevivência dos povos isolados e de recente contato. Neste sentido, tornamos público o seguinte pronunciamento e propostas.

Consideramos que são princípios básicos para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato:

- o reconhecimento e regularização de seus territórios por parte dos Estados nacionais;
- a intangibilidade destes territórios, não devendo ser autorizadas quais quer atividades extrativistas ou concessões a favor de terceiros em seu interior ou que, mesmo fora deles, afetem sua integridade;
- o respeito a sua autonomia e suas formas de relação com outros povos ou grupos, sobretudo sua opção pelo isolamento, cabendo a eles a

decisão sobre com quem e em que momento estabelecer contatos, devendo ser desenvolvidas políticas públicas para que isso seja assegurado;

- o reconhecimento de que outros povos indígenas que vivem no entorno de seus territórios também têm suas políticas de proteção e relações com estes povos que são anteriores à própria existência dos Estados nacionais, devendo ser consideradas e respeitadas pelas políticas públicas voltadas à proteção de povos indígenas isolados e de recente contato;
- a ampla participação e envolvimento de povos indígenas, suas comunidades e organizações nos espaços de coordenação, tomada de decisão e implementação destas políticas, conforme previsto na convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), no artigo 26 da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, nas Diretrizes de proteção para os povos indígenas em isolamento e em contato inicial da ONU e nas recomendações da CIDH - OEA (Comissão Interamericana de Direitos Humanos – Organização dos Estados Americanos) sobre o tema, de 2013;
- o respeito à decisão dos povos indígenas que não querem a atuação missionária em suas terras, e a proibição da atuação missionária junto aos povos isolados e de recente contato.

Como resultado dos debates realizados nesta ocasião, apresentamos as seguintes propostas:

1. DIREITOS TERRITORIAIS

- Que as autodemarcações sejam reconhecidas pelos Estados como estratégia de proteção territorial.
- Estados devem adotar medidas urgentes para a conclusão dos processos de reconhecimento e regularização de territórios de povos indígenas isolados e de recente contato. Sobre esta questão, enfatizamos a necessidade de demarcação das terras indígenas Katxuyana-Tunayna, Okoymoyana-Xowyana, Kawahiva do Rio Pardo, Piripkura, Pirititi, Apiaká do Pontal e Isolados, Sawré Maybu, Ituna/Itatá, Tanaru, Tapayuna, Apurinã do Igarapé Grande (Brasil); dos Habitats e Terras Indígenas Yanomami, Yekuana e Uwottüja (Piaroa) (Venezuela); das reservas indígenas Yavarí-Tapiche, Yavarí-Mirim, Sierra del Divisor Occidental, Napo-Tigre, Kakataibo, Madre de Dios, Kugapakori Nahua Nanti e Outros (Peru); do território do povo Ayoreo (Paraguai); e do território do povo Mapayerri (Colômbia).
- Devem ser implementadas medidas e mecanismos de proteção de povos isolados e de recente contato mesmo em casos em que seus direitos territoriais ainda não tenham sido plenamente reconhecidos.

2. SAÚDE

- Melhorar e intensificar o atendimento à saúde nas comunidades indígenas e demais populações que vivem no entorno dos territórios de povos isolados e de recente contato.
- A mesma qualidade e estrutura de trabalho existente no atendimento à saúde aos povos de recente contato devem ser garantidas para os demais povos indígenas no Brasil.
- Respeitar as medicinas tradicionais dos povos indígenas e promover a interculturalidade.
- Implementar efetivamente as normas e planos de prevenção e contingência em situações de contato e pós contato;
- Desenhar e implementar políticas diferenciadas de saúde para povos de recente contato.

3. ALIANÇAS E ARTICULAÇÕES

- Reativar plataformas indígenas de articulação e discussão sobre proteção aos povos isolados e de recente contato, considerando experiências anteriores como, por exemplo, o CIPIACI (Comitê Internacional para a Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial da Amazônia, o Gran Chaco e a Região Oriental do Paraguai).
- Promoção de intercâmbios e cooperação técnica entre os atores envolvidos na proteção dos povos isolados e de recente contato.
- Promover a colaboração de especialistas e acadêmicos com as políticas de proteção aos povos isolados e de recente contato, e garantir o retorno dos resultados dos trabalhos realizados para as comunidades/territórios.
- Criação de um espaço de diálogo permanente sobre a temática dos povos isolados com a participação das populações indígenas que convivem com esses povos, de modo a garantir uma atenção especial do Estado para essas populações do entorno.
- Fortalecimento de fóruns internacionais para debater a situação dos povos isolados e de recente contato em contextos transfronteiriços.
- Buscar instrumentos que possibilitem a salvaguarda e segurança de organizações e seus dirigentes, funcionários do Estado, lideranças e comunidades indígenas ameaçados em função de seu trabalho de defesa dos direitos e proteção de povos isolados e de recente contato.

4. GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

- Fortalecer a elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental, Planos de Vida e outros planos similares dos povos indígenas vizinhos como estratégia fundamental para a proteção de povos isolados e de recente contato.

- Promoção de acordos territoriais e diálogos com outras populações do entorno dos territórios destes povos para a criação de zonas-tampão. O bem-estar dos povos isolados e de recente contato depende necessariamente do bem-estar das comunidades vizinhas.
- Promover a formação de indígenas e comunidades do entorno comprometidas com a proteção dos isolados em novas tecnologias e metodologias de trabalho para a realização de ações de proteção territorial.
- Fortalecer canais de comunicação entre as comunidades e postos de vigilância ou bases de proteção etnoambiental existentes, como uma ferramenta estratégica para a proteção, vigilância e monitoramento dos territórios.
- Promover iniciativas de proteção que contemplem diversas categorias territoriais, com enfoque transfronteiriço quando couber, como estratégia para a proteção de povos isolados e de recente contato. Neste sentido, foi reforçada a necessidade de criação do Mosaico de Áreas Protegidas da Calha Norte do Pará, Mosaico do Gurupi, corredores territoriais para a proteção de povos isolados e de recente contato na fronteira Brasil-Peru (Corredor Pano Arawak e outros, e corredor Yavarí-Tapiche) e corredores bioculturais transfronteiriços (Paraguai-Bolívia).

5. POLÍTICAS INDÍGENAS E POLÍTICAS DE ESTADO

- Elaboração de protocolos de consulta próprios para povos de recente contato, com a participação e acompanhamento de lideranças indígenas e membros de organizações indígenas.
- Intervenção dos Estados brasileiro, venezuelano, colombiano, paraguaio, peruano e boliviano com medidas de proteção às ameaças aos territórios indígenas (mineração, atividade madeireira, narcotráfico, grupos armados, grilagem, agronegócio).
- Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Brasil (PNGATI).
- Garantir e ampliar a participação dos povos, comunidades e organizações indígenas nos espaços de discussão e tomadas de decisão sobre as políticas de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato (conselhos, encontros regionais, intercâmbios etc.).
- Reconhecimento do Estado sobre as maneiras de cada povo identificar a presença de isolados, assim como o reconhecimento e respeito por parte dos Estados em relação aos protocolos e maneiras indígenas de manejar situações envolvendo povos isolados, sempre respeitando os princípios de autodeterminação e não contato.
- Criar espaços de discussão e reflexão sobre as políticas para povos de recente contato e políticas de pós-contato com a participação indígena

- Os procedimentos de consultas livres, prévias e informadas sobre políticas públicas para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato devem considerar a decisão das comunidades/aldeias de quererem ou não tratar sobre este tema. Essa decisão cabe às autoridades indígenas destas comunidades/aldeias, que devem ser consultadas.
- Os governos devem fortalecer estratégias comunitárias de proteção territorial aos povos indígenas isolados e de recente contato.
- Os órgãos de Estado devem identificar situações de iminente contato ou conflitos e ir às comunidades para dialogar e obter orientações mútuas, bem como elaborar conjuntamente planos de contingência em cada caso específico.
- Situações de contato devem ser consideradas casos de emergência similares a casos de calamidade pública, em que se dispõe de mecanismos e instrumentos que agilizam a ação de órgãos de Estado.
- Fortalecimento da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e suas Frentes de Proteção Etnoambiental, por meio de mais recursos humanos e financeiros; contratação de indígenas para as Bases de Proteção Etnoambiental e de profissionais com experiência específica e vínculo regional; parceria e participação de povos, comunidades e organizações indígenas nos espaços de coordenação e tomada de decisão.
- Disponibilizar linhas de financiamento provenientes de fontes públicas e privadas de para ações de proteção territorial realizadas pelas comunidades indígenas e/ou organizações.
- Exigir do governo colombiano que decrete o marco normativo para a proteção dos povos isolados, conforme consulta realizada com as comunidades indígenas.
- Que seja considerado crime de genocídio a omissão de políticas de proteção territorial e a invasão de terras de povos indígenas isolados e de recente contato.
- Exigir dos governos o cumprimento das medidas cautelares e outras medidas de proteção outorgadas em favor dos povos indígenas isolados;
- Exigir do estado peruano a elaboração de uma política nacional de proteção de povos indígenas isolados, com a participação indígena, por meio de consultas livres, prévias e informadas;
- Solicitar à CIDH e à ONU a observação e acompanhamento de políticas públicas de proteção aos povos isolados e de recente contato.

6. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

- Elaborar e viabilizar a realização de campanhas internacionais sobre os povos indígenas isolados e de recente contato, com ênfase nas ameaças de genocídio desses povos nos contextos de políticas desenvolvimentistas dos Estados Nacionais.

- Visibilizar a presença de povos isolados nos Estados Nacionais onde não existe esse reconhecimento formal, por meio de campanhas informativas e divulgação nos meios de comunicação.
- Estabelecimento de estratégias conjuntas de organizações indígenas e indigenistas para ações de comunicação sobre as políticas de proteção aos povos isolados e de recente contato.

Brasília – DF, 22 de junho de 2017

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB
 Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB
 Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana – AIDSESP
 Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes – FENAMAD
 Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente – ORPIO
 Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de La Pedrera Amazonas – AIPEA
 Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus – FOCIMP
 União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – UNIVAJA
 Associação Kanamari do Vale do Javari – AKAVAJA
 Associação Ibá Kulina do Vale do Javari – AIKUVAJA
 Associação Indígena Matis – AIMA
 Organização das Aldeias Marubo do Rio Ituí – OAMI
 Organização Geral Mayoruna – OGM
 Associação do Povo Ashaninka do Rio Envira – ASPARE
 Associação dos Povos Indígenas do Humaitá – ASPIRH
 Associação Indígena Comunitária dos Guajajara da Terra Indígena Caru – Wirazu
 Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Araribóia – COCALITIA
 Associação Indígena Katxuyana, Tunayana e Kahyana – AIKATUK
 Associação dos Povos Indígenas do Mapuera – APIM
 Hutukara Associação Yanomami – HAY
 Organización Indígena Pueblo Uwottüja del Sipapo – OIPUS
 Centro de Trabalho Indigenista – CTI
 Comissão Pró Índio do Acre – CPI/AC
 Iniciativa Amotocodie
 Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – IEPÉ
 Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
 Grupo de Trabajo Socioambiental de la Amazonía – Wataniba
 Amazon Conservation Team – ACT/Colombia
 Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB



Mesa de debate sobre instrumentos e estratégias de gestão territorial e a proteção de povos isolados e de recente contato. Compondo a mesa (da esquerda para a direita): Paulo Marubo (da Univajá), Mateo Sobode Chiquenoi Ayoreo e Manoel Sabóia Huni Kuin (da Aspirh).

II ENCONTRO INTERNACIONAL

Nos dias 11 a 14 de junho de 2018, o CTI e a COIAB realizaram o *II Encontro Internacional Olhares Sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato*. O evento ocorreu novamente em Brasília, com a participação de organizações indígenas e da sociedade civil do Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru, Venezuela, Equador e Bolívia, e de representantes dos povos Tapayuna, Tenharin, Uru-Eu-Wau-Wau, Jamamadi, Zo'é, Waiwai, Katxuyana, Huni Kuin, Manchineri, Ashaninka, Waorani, Uwottüja (Piaroa), Ayoreo, Kukama Kukamiria, Cubeo, Inga, Tenetehara, Tacana, Hixkaryana, Kahyana, Kulina-Pano, Marubo, Matis, Kanamari, Awá Guajá, Harakbut e Shipibo.

Além de um balanço geral sobre a situação dos povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia e Gran Chaco, tendo como referência as propostas apresentadas no evento anterior e a conjuntura regional, o segundo encontro promoveu o debate sobre as interfaces entre a proteção de povos em isolamento e de recente contato e diferentes estratégias, acordos e instrumentos dos povos indígenas vizinhos a eles para a gestão de seus territórios – como, por exemplo, planos de gestão territorial e ambiental (PGTAs), planos de vida, corredores territoriais e mosaicos de áreas protegidas.

O encontro também teve o objetivo de intercambiar experiências e apontar subsídios para processos de consulta e consentimento prévio, livre e informado junto a povos indígenas de recente contato, bem como para mecanismos de participação e

pressão por parte das organizações indígenas e indigenistas em processos que envolvem povos em isolamento – partindo do pressuposto de que estes povos não podem/devem ser consultados, em respeito à sua autonomia e opção pelo isolamento.

Constatou-se que, desde o evento anterior, a situação dos povos isolados e recente contato se agravou, com o aumento de violações, violências e da vulnerabilidade de seus territórios no Gran Chaco e na Amazônia, e o enfraquecimento de políticas públicas voltadas à sua proteção em alguns dos países.

A mesa de abertura resgatou os principais pontos debatidos no I Encontro Internacional, em diálogo com a conjuntura nos diferentes países da região. Angela Katxuyana (Coiab) afirmou que “o Estado [brasileiro] sempre discutiu de forma muito fechada, essa questão de povos isolados e de recente contato sempre foi uma pauta vista como propriedade do Estado. Propriedade porque se se discutisse no movimento indígena ou com outras organizações era visto como ameaça. E a gente tem quebrado esse conceito de que o assunto dos povos isolados é de propriedade do Estado, como eu falei na vez passada. É nosso, enquanto indígenas, porque a gente está falando da vida dos nossos parentes”.

Angela Arriola, antropóloga coordenadora do Programa Nacional de Povos em Isolamento e Contato Inicial da Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (Aidesep), ressaltou que a falta de interesse político tem postergado a garantia dos direitos dos povos isolados e de recente contato no Peru: “Temos leis em processo de criação há mais de 15 anos e enquanto estamos esperando, acontecem sobreposições de direitos. É muito mais rápido o mecanismo para criar lotes [de exploração de petróleo], é muito mais rápido o mecanismo para dar concessões florestais, para criar megaprojetos sobre esses espaços nos quais já está sendo reconhecida a presença de povos em isolamento e contato inicial”.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

A segunda mesa debateu estratégias, acordos e instrumentos construídos por povos indígenas para a gestão de seus territórios e como as discussões sobre os povos isolados têm sido conduzidas no âmbito da construção e implementação destas iniciativas. As experiências apresentadas tiveram como referência em comum o compartilhamento/vizinhança territorial entre povos isolados e outros povos indígenas, e iniciativas como acordos territoriais, Planos de Vida, Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e mosaicos de áreas protegidas.

Carlos Ducubide Picanerai e Mateo Sobode Chiquenoi, representantes do povo Ayoreo, falaram sobre a situação de grupos isolados e de recente contato do seu povo no Paraguai, as pressões sobre seus territórios e iniciativas de comunidades indígenas vizinhas para sua proteção.

Manoel de Paula Saboia, do povo Huni Kuin, contou sobre o processo de construção do PGTA da TI Kaxinawa do Rio Humaitá, que envolveu acordos sobre a não utilização de áreas no alto curso deste rio. “Há muito tempo a gente convive com esses isolados. Mas nós nunca identificamos que povo é. Nós convivemos juntos há muito tempo sem nenhum conflito, nenhum problema. A gente começou a pensar de

compartilhar [a Terra Indígena] com eles. Então a gente vai trabalhar para conviver junto com esse povo isolado e manter essas pessoas importantes dessa terra, dessa região, e desse ambiente”.

Juventino Katxuyana ressaltou que “o plano de gestão da Terra Indígena é agora uma ferramenta de proteção, que vai ajudar a proteger os nossos parentes que estão isolados”. Oswaldo Silva Martinez, do povo Cubeo da Colômbia, destacou que “é importante ver exemplos de como os outros países estão implementando a proteção dos povos indígenas”.

A terceira mesa prosseguiu abordando as discussões em torno das estratégias, acordos e instrumentos de gestão territorial, mas com enfoque em povos indígenas de recente contato e em políticas (e contextos) de pós contato. Uma das referências para o debate foi o processo de construção do PGTA da TI Zo'é, o primeiro instrumento dessa natureza elaborado junto a um povo de recente contato. A apresentação dessa experiência por dois jovens do povo de recente contato Zo'é contou com a tradução de dois linguistas do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) e também com a participação da antropóloga Dominique Gallois, que tem acompanhado esse processo e trabalha há muitos anos com este povo. A mesa também contou com a participação de representantes dos povos Uru Eu Wau Wau e Tapayuna.

CONSULTA E PARTICIPAÇÃO INDÍGENA

A quarta e última mesa discutiu processos de consulta prévia em contextos que envolvem povos indígenas isolados e de recente contato, com foco em políticas públicas – tendo como exemplo o processo de construção da política de proteção de povos isolados na Colômbia – , empreendimentos e outras atividades econômicas que afetam esses povos e seus territórios.

Amelia Conde, do povo Uwottüja da Venezuela, comentou que a falta de participação indígena nas decisões que afetam seu povo tem servido para facilitar a entrada de empresas em seus territórios na Venezuela. “Seja o governo, sejam empresas, querem fazer atividades ou projetos em nossas comunidades sem consultar. Chegam com os projetos prontos nas comunidades. Dizem que vieram consultar, mas chegam para executar projetos já elaborados. Nós queremos que antes de fazer os projetos consultem as comunidades”.

A demanda por uma maior participação das comunidades e organizações indígenas que vivem no entorno dos territórios de indígenas isolados nas políticas de Estado foi novamente destacada por Angela Kaxuyana como uma questão para efetivar direitos que têm sido negligenciados pelos diferentes governos nos países da Bacia Amazônica e do Gran Chaco: “Agora estamos em um momento das organizações indígenas também trazerem suas políticas de proteção e as políticas de convivência dentro dos próprios territórios. Nós sempre tivemos as nossas políticas, os nossos protocolos, nossas formas de conviver e proteger esses povos. O nosso desafio é que o próprio Estado veja as nossas políticas como uma política de proteção complementar”.



Plenária do II Encontro Internacional (com o microfone, Jose Antonio Dumas, da Fenamad/Peru).



João Sena Tenharin (em pé) e Otaciano Tenharin na mesa de debate sobre processos de consulta e povos isolados e de recente contato.

Orengo Tapayuna (de pé) e demais participantes da mesa de debate sobre gestão territorial e povos indígenas de recente contato.



DOCUMENTO FINAL DO II ENCONTRO INTERNACIONAL OLHARES SOBRE AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO

Nós, lideranças e autoridades dos povos Tapayuna, Tenharin, Uru-Eu-Wau-Wau, Jamamadi, Zo' é, Waiwai, Katxuyana, Huni Ku , Manchineri, Ashaninka, Waorani, Uwottüja (Piaroa), Ayoreo, Kukama Kukamiria, Cubeo, Inga, Tenetehara, Tacana, Hixkaryana, Kahyana, Kulina-Pano, Marubo, Matis, Kanamari, Awa Guajá, Harakbut, Shipibo; e das organizações indígenas e organizações da sociedade civil do Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru, Venezuela, Equador e Bolívia reunidos no **II Encontro Internacional Olhares sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, em Brasília - DF**, nos dias 11 a 14 de junho de 2018, reafirmamos nossos compromissos conjuntos pela garantia da proteção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato.

O objetivo deste documento é indicar os principais pontos abordados durante o II Encontro relativos às estratégias dos povos e organizações indígenas presentes para a proteção territorial, que igualmente resguardam os povos em isolamento vizinhos, respeitando sua decisão pelo isolamento.

No documento elaborado e aprovado no I Encontro, enfatizamos o quadro de retrocessos dos direitos dos povos indígenas nesses países, com efeitos particularmente graves para os povos em isolamento e contato inicial. Constatamos que essa situação se agravou drasticamente, com o aumento das violações e violências, e da vulnerabilidade de seus territórios no Gran Chaco e na Bacia Amazônica.

Evidenciamos hoje a falência das políticas públicas de afirmação dos direitos dos povos indígenas em todos os países e, pior, de negação destes direitos. Diante dessa conjuntura, nós, os povos indígenas aqui presentes, expomos as medidas que estamos pondo em prática para a proteção de nossos territórios e dos povos em isolamento e em contato inicial.

Medidas concretas de vigilância, medidas cautelares junto a organismos internacionais de proteção de direitos humanos, ações locais e regionais de proposições de protocolos de consulta prévia que intimam os governos a respeitarem a autonomia destes povos indígenas em seus territórios tradicionais.

As propostas apresentadas em 2017, relacionadas principalmente aos direitos territoriais, saúde, gestão ambiental e territorial, políticas indígenas e políticas de Estado permanecem atuais, uma vez que não foram minimamente atendidas e, na maioria dos casos, sequer consideradas. Ademais, tornamos público o seguinte pronunciamento e propostas, como resultado dos debates realizados durante o II Encontro.

- Devem ser reconhecidas e apoiadas as estratégias próprias dos povos e

organizações indígenas para a proteção de povos isolados e de recente contato. Demandamos, neste sentido, o reconhecimento formal pelos países das políticas indígenas em relação a este tema.

- Conclamamos o Estado Venezuelano a reconhecer formalmente a existência de povos indígenas isolados e de recente contato, e de estabelecer marcos legais para a sua proteção territorial.

- Reiteramos a exigência ao Governo Colombiano para que decrete o marco normativo para proteção dos povos isolados, conforme consulta realizada com as comunidades indígenas.

- Exigimos ao Estado Equatoriano o reconhecimento da Nação Waorani como povos indígenas de recente contato.

- Exigimos ao Estado Equatoriano, no marco do processo de ampliação dos limites da Zona Intangível Tagaeri-Taromenani, em concordância com o princípio de precaução –que deve primar pelo respeito dos direitos humanos – proteger de maneira integral o território ancestral Waorani-Tagaeri-Taromenani, que inclui os territórios do Parque Nacional Yasuní que não foram ocupados por outros povos. Esta proteção deve incluir uma restrição diante do avanço da fronteira extrativista sobre estes territórios.

- Todas as estratégias de proteção das comunidades indígenas, suas organizações e dos Estados devem ter como premissa o respeito à autodeterminação dos povos isolados e de recente contato e a proteção dos seus territórios e modo de vida.

- Deve ser assegurada a participação efetiva dos povos indígenas e suas organizações na elaboração e implementação das estratégias de proteção, tanto no planejamento e na formulação das políticas e leis voltadas aos povos indígenas isolados e de recente contato, como na sua implementação.

- A formulação e implementação de políticas de proteção deve respeitar as formas de autogoverno dos povos indígenas, as territorialidades e modos de vida específicos dos povos isolados e de recente contato.

- O desenvolvimento de agendas e trabalhos nesta temática também deve considerar as Diretrizes de Proteção para os Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Região Amazônica, Gran Chaco e a Região Oriental do Paraguai, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, assim como as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos para este tema.

- Os Estados devem acatar as propostas e iniciativas por parte das organizações indígenas e da sociedade civil que preveem a conexão entre territórios indígenas e áreas de proteção ambiental, inclusive de caráter transfronteiriço, sempre assegurando aos povos indígenas isolados e de recente contato a intangibilidade e uso exclusivo de seus territórios (especialmente o Corredor

Territorial Pano Arawak, o Corredor Territorial e de Bosques Contínuos Javari-Tapiche, o Corredor Biocultural Transfronteiriço do Povo Ayoreo Paraguai-Bolívia e a Proposta de Reserva Indígena Napo-Tigre).

• O estabelecimento de parcerias entre comunidades e organizações indígenas, outras organizações da sociedade civil e instâncias governamentais para execução de ações e trocas de informações é fundamental para proteção territorial dos povos isolados; Neste sentido, destacamos a necessidade de:

– Garantir os meios para a implementação de planos de vida, planos de gestão territorial e ambiental e outras ferramentas que vêm sendo construídas pelos povos indígenas para o controle e autogoverno de seus territórios.

– Fortalecer iniciativas intersetoriais para a discussão das políticas públicas de proteção e promoção dos direitos dos povos isolados e de recente contato.

– Realizar encontros, seminários e intercâmbios nas escalas local, nacional, regional e internacional sobre experiências e estratégias de ação para o enfrentamento dos problemas, desafios e questões relacionados à proteção e promoção dos direitos dos povos isolados e de recente contato.

– Apoiar as organizações indígenas locais e suas agendas de trabalho voltadas para a proteção e promoção dos direitos dos povos isolados e de recente contato, por meio de parcerias de longo prazo.

– Apoiar a formação de indígenas, principalmente jovens homens e mulheres, em temas políticos, jurídicos e outros temas relevantes para a garantia de seus direitos e dos povos isolados e de recente contato, entendendo a formação como ferramenta importante de luta continuada na defesa dos direitos indígenas.

– Apoiar também a formação de indígenas de recente contato, focando em questões de gestão e proteção territorial e ambiental e de saúde.

– Apoiar processos organizativos e formativos nas comunidades indígenas e a sensibilização de comunidades não indígenas do entorno dos territórios de povos isolados e de recente contato como passo fundamental para orientar articulações em instâncias e escalas mais abrangentes.

– Estruturar mecanismos de apoio para a realização das agendas de articulação entre povos e associações indígenas e ações de proteção aos povos indígenas isolados e de recente contato, tais como: criação de um fundo permanente de apoio por parte das instituições parceiras nacionais e da cooperação internacional, e acordos formais interinstitucionais entre órgãos de Estado, sociedade civil e povos indígenas.

• Enfatizamos que a condição de autonomia e isolamento dos povos indígenas já é sua manifestação livre e informada perante as sociedades e Estados nacionais, e deve ser respeitada.

• Enfatizamos que os processos de relacionamento com povos em contato inicial devem ter como premissa:

– Cumprir os protocolos de saúde requeridos.

– O respeito à cosmovisão, aos modos de organização e de vida próprios destes povos.

– Sua realização nos territórios, para a ampla participação das comunidades indígenas em questão.

– O respeito às línguas, ao tempo, à oralidade e formas próprias de deliberação e decisão.

• Para a devida observação destas premissas, também devem ser concentrados esforços políticos na elaboração de protocolos próprios de consulta e consentimento prévio, livre e informado para cada caso específico. Deve-se contemplar a participação de povos com afinidades culturais, de organizações indígenas, de atores e organizações parceiras da sociedade civil sempre que demandado pelo povo em questão. Rechaçamos, portanto, qualquer iniciativa de consulta que não siga as premissas indicadas e as premissas estabelecidas pela Convenção 169 da OIT.

Reafirmamos a fundamental importância do tema da saúde para a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato. Os Estados nacionais e outros organismos que atuam nesta área devem envidar todos os esforços para implementar barreiras sanitárias no entorno dos territórios destes povos, assim como ações permanentes e especiais de atenção à saúde junto a povos de recente contato.

Em vista da atual conjuntura no Gran Chaco e Amazônia, conclamamos a opinião pública e organismos internacionais a observar e acompanhar em caráter permanente a situação dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato e em nossos países.

Reafirmamos, por fim, nossa disposição em seguir fortalecendo redes de alianças entre organizações indígenas, indigenistas e ambientalistas para a defesa e afirmação desses direitos.

Brasília – DF, 14 de junho de 2018

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB/Brasil
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB/Brasil
Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana – AIDSESP/Peru
Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes – FENAMAD/Peru
Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente – ORPIO/Peru
Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de La Pedrera Amazonas – AIPEA/Colômbia
Organización Nacional de Los Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana – OPIAC/Colômbia
Nacionalidad Waorani del Ecuador – NAWA/Equador
Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus – FOCIMP/Brasil
Associação do Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau Jupaú/Brasil
União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – UNIVAJA/Brasil
Coordenação Indígena Kanamari – COIKA/Brasil
Associação Iba Kulina do Vale do Javari – AIKUVAJA/Brasil
Associação Indígena Matis – AIMA/Brasil
Organização das Aldeias Marubo do Rio Ituí – OAMI/Brasil
Associação do Povo Ashaninka do Rio Envira – ASPARE/Brasil
Associação dos Povos Indígenas do Rio Humaitá – ASPIRH/Brasil
Organização Manxinerune Ptohi Kajpaha Hajene – MAPKAHA/Brasil
Associação Indígena Comunitária Wirazu/Brasil
Coordenação da Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Araribóia – CCOCALITIA/Brasil
Associação Indígena Katxuyana, Tunayana e Kahyana – AIKATUK/Brasil
Associação dos Povos Indígenas do Mapuera – APIM/Brasil
Conselho Geral do Povo Hexkaryana – CGPH/Brasil
Associação do Povo Indígena Tenharin Morangitã – APITEM/Brasil
Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto – APITIPRE/Brasil
Organización de las Mujeres Indígenas del Autana – OMIDA/Venezuela
Organización de los Pueblos Indígenas del Amazonas – ORPIA/Venezuela
Organización Payipie Ichadie Totobiegosode – OPIT/Paraguai
Unión de Nativos Ayoreos del Paraguay – UNAP/Paraguai
Centro de Trabalho Indigenista – CTI/Brasil
Comissão Pró-Índio do Acre – CPI –Acre/Brasil
Iniciativa Amotocodie – IA/Paraguai
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - Iepé/Brasil
Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN/Brasil
Instituto Socioambiental – ISA/Brasil
Grupo de Trabajo Socioambiental de la Amazonía – Wataniba/Venezuela
Amazon Conservation Team – ACT/Colombia
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB/Brasil
Operação Amazônia Nativa – OPAN/Brasil
Conselho Indigenista Missionário – CIMI/Brasil
Fundación Tierra/Bolívia
Comunidades Indígenas Tacana II Rio Madre de Dios/Bolívia
Land is Life/Equador
Associação Brasileira de Antropologia – ABA/Brasil



CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

CAPA Aldeia de indígenas isolados na TI Vale do Javari. Foto: Peetsaa / Acervo CTI.

PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO NA AMAZÔNIA

- p. 4-5 Meninos Awa Guajá com arco e flecha. Foto: Uirá Garcia.
- p. 6 Foto: Hilton Nascimento / Acervo ACT.
- p. 14-15 Malocas do povo Korubo, TI Vale do Javari. Foto: Peetsaa / Acervo CTI.
- p. 19 Família Zo’ê. Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 19 Reunião da FPEYV/Funai com os Yanomami. Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 19 Homem Awa preparando flecha. Foto: Uirá Garcia.
- p. 20 Equipe da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema/Funai em expedição de localização realizada em 2015. Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 22-23 Garimpo na bacia do Tapajós (PA). Foto: Marizilda Cruppe / Greenpeace.
- p. 22-23 Balsa de garimpeiros no rio Jandiatuba (AM). Foto: Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 22-23 Toras de madeira no pátio de serraria em Colniza (MT). Foto: Gilberto Azanha / Acervo CTI.
- p. 22-23 Garimpo na bacia do Tapajós (PA). Foto: Marizilda Cruppe / Greenpeace.
- p. 22-23 Serraria próximo à TI Alto Turiaçu. Foto: Fábio Nascimento / Greenpeace.
- p. 22-23 Incêndio florestal na TI Araribóia, 2015. Foto: Marizilda Cruppe / Greenpeace.
- p. 22-23 Desmatamento próximo à TI Alto Turiaçu. Foto: Fábio Nascimento / Greenpeace.
- p. 22-23 Apreensão de carne de caça, quelônios e pescado retirados ilegalmente da TI Vale do Javari. Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 24 Registro fotográfico do contato entre indígenas do Povo de Recente Contato do Igarapé Xinane e os Ashaninka da aldeia Simpatia, no alto rio Envira, em 2014. Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 25 Maloca e roçado de um grupo do povo Korubo na TI Vale do Javari, 2011. Foto: Peetsaa / Acervo CTI.

2.1 ACRE

- p. 46-47 Isolados do Riozinho, TI Riozinho do Alto Envira. Foto: Gleilson Miranda / Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 52-53 Aldeia Nova Floresta, TI Riozinho do Alto Envira, 2016. Foto: Diego Builes / Acervo CTI.
- p. 54 Base Xinane, da Frente de Proteção Etnoambiental Envira (FPPE/Funai), na TI Kampa e Isolados do Rio Envira. Foto: Gleilson Miranda / Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 56 Isolados do Alto Rio Humaitá. Foto: Gleilson Miranda / Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 59 Registro fotográfico do contato entre indígenas do Povo de Recente Contato do Igarapé Xinane e os Ashaninka da aldeia Simpatia, no alto rio Envira, em 2014. Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 60 Caminhões com toras de madeira no Peru, na região da estrada Interoceânica Sul (Estrada do Pacífico). Foto: Maria Emilia Coelho.
- p. 61 Garimpo em Madre de Dios (Peru), próximo à estrada Interoceânica Sul (Estrada do Pacífico). Foto: Maria Emilia Coelho.
- p. 64-65 Jovens Ashaninka durante oficina nas aldeias no alto rio Envira. Foto: Diego Builes / Acervo CTI.
- p. 69 Isolados do Alto Rio Humaitá. Foto: Gleilson Miranda / Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 71 Oficina de associativismo para o fortalecimento da Associação do Povo Ashaninka do Rio Envira (Aspare). Foto: Janaína Oliveira / Acervo CTI.
- p. 72-73 Oficinas nas aldeias Ashaninka no rio Envira. Fotos: Diego Builes / Acervo CTI.
- p. 75 Atividade de monitoramento da presença de indígenas isolados na Terra Indígena Mamoodate, realizada pelos Manchineri com a Frente de Proteção Etnoambiental Envira (FPPE/Funai) em 2017. Foto: Lucas Manchineri / Acervo CTI.
- p. 76-77 Vestígios (pegadas) de isolados Mashco na TI Mamoodate, registradas durante atividade de monitoramento conjunta dos Manchineri com a FPPE/Funai em 2017. Foto: Lucas Manchineri / Acervo CTI.
- p. 78 Intercâmbio entre Agentes Agroflorestais Indígenas das TIs no Jordão e a Funai, realizada pelo CTI em parceria com o órgão indigenista, a Associação do Movimento de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAI-AC) e a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) em 2016. Foto: Nathália Clark / Acervo CTI.
- p. 80 Indígenas Mashco nas proximidades da comunidade Monte Salvado, no rio Las Piedras (Madre de Dios, Peru). Acervo Fenamad, 2017.
- p. 81 Colar Mashco. Foto: Diego Builes / Acervo CTI.

2.2 MÉDIO PURUS – MADEIRA

- p. 82-83 Foto aérea de aldeia do povo Suruwaha, TI Suruwaha, 2011. Foto: Peetsaa / Acervo CTI.
- p. 86-87 Foto aérea de um afluente do rio Purus. Foto: Peetsaa / Acervo CTI.
- p. 90 Dança durante Assembleia da Federação das Organizações Indígenas do Médio Purus (Focimp) em 2016. Acervo CTI.
- p. 90 Menino tocando flauta durante o Encontro Kagwahiva, aldeia Marmelos, TI Tenharim Marmelos, 2018. Foto: Karen Shiratori / Acervo CTI.
- p. 90 Bido (ou “Bidu”), liderança do povo Banawá. Foto: Miguel Aparício / Acervo CTI.
- p. 91 Criança Jamamadi com cocar. Foto: Paula Sobral / Acervo CTI.
- p. 92 Retirada ilegal de madeira e quelônios apreendidos em ação de fiscalização na região do Médio Purus. Fotos: Arquivo CR Médio Purus/Funai.
- p. 94 Avanço do desmatamento no sul do Amazonas. Acervo CTI.
- p. 99 Atxu, membro de um grupo de dez Hi Merimã que estabeleceu contato com ribeirinhos em 1986. Seis membros do grupo morreram nos meses seguintes ao contato e as quatro crianças sobreviventes foram adotadas por ribeirinhos. Atxu auxiliou os trabalhos de localização dos Hi Merimã realizados pela antiga Frente de Contato Rio Purus, da Funai. Fotos extraídas do filme “Isolados no Purus” (1991, disponível no endereço https://cutt.ly/Za24urA).
- p. 99 Uma das sobreviventes do povo Juma em registro realizado pela Frente de Contato Rio Purus/Funai no início da década de 1990. Fotos extraídas do filme “Isolados no Purus” (1991, disponível no endereço https://cutt.ly/Za24urA).
- p. 99 Atxu Hi Merimã e o indigenista da Funai Adolpho Kilian, que coordenava a Frente de Contato Rio Purus, observam vestígio dos Hi Merimã isolados. Foto extraída do filme “Isolados no Purus” (1991, disponível no endereço https://cutt.ly/Za24urA).
- p. 100 Indígenas Suruwaha pescando com arco e flecha. Foto: Tim Noonan / Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 101 Indígenas Suruwaha em canoa. Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 103 Família Suruwaha em pescaira. Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 106-107 Oficinas de construção dos planos de vigilância dos povos Banawá, Jamamadi e Jarawara. Fotos: Paula Sobral e Tito Tavares / Acervo CTI.
- p. 108 Reunião e oficina com os Banawá. Fotos: Paula Sobral e Tito Tavares / Acervo CTI.
- p. 111 Curso de vigilância com o povo Jarawara, em parceria com a Funai e a Focimp, na TI Jarawara/Jamamadi/Kanamati. Fotos: Paula Sobral / Acervo CTI.

- p. 112 Oficina na aldeia São Francisco, do povo Jamamadi, em 2015. Foto: Tito Tavares / Acervo CTI.
- p. 115 Mulheres Jamamadi. Foto: Paula Sobral / Acervo CTI.
- p. 117 Encontro Diálogos sobre isolamento e contato- os Hi Merimã e os povos do entorno, na Base Rio Piranhas (da FPEMP/Funai), em 2016. Foto: Camila Habre / Acervo CTI.
- p. 122 Cerâmica dos Hi Merimã. Foto: Daniel Cangussu / Acervo FPEMP-Funai.
- p. 122 Cesto dos Hi Merimã. Foto: Daniel Cangussu / Acervo FPEMP-Funai.
- p. 122 Patauá derrubado pelos Hi Merimã. Foto: Daniel Cangussu / Acervo FPEMP-Funai.
- p. 125 Jovens dançando e tocando flautas durante o Encontro Kagwahiva, na TI Tenharim Marmelos, em 2018. Foto: Karen Shiratori / Acervo CTI.

2.3 MADEIRINHA – JURUENA

- p. 126-127 Vestígio dos Piripkura Kawahiva. Foto: Bruno Jorge.
- p. 130-131 Mata alagada na TI Piripkura (MT). Foto: Bruno Jorge.
- p. 133 Isolados Kawahiva do Rio Pardo em registro feito pela Frente de Proteção Madeirinha-Juruena (FPEMI/Funai), TI Kawahiva do Rio Pardo. Fotos extraídas de vídeo filmado por Jair Candor / Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 134 Tapiri dos isolados Kawahiva do Rio Pardo. Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 137 Tapiri dos Kawahiva do Rio Pardo. Arquivo CGIIRC-Funai.
- p. 138 Serra Três Dedos, TI Kawahiva do Rio Pardo. Acervo CTI.
- p. 142 Desmatamento, avanço da pecuária e estradas que levam madeira retirada ilegalmente de dentro da TI Kawahiva do Rio Pardo. Acervo CTI.
- p. 144-145 Tamandua e Pakyí Piripkura. Foto: Bruno Jorge.
- p. 147 Tapiri tipo “rabo de jacu” dos Piripkura, na TI Piripkura (MT). Foto: Dado Carlin.
- p. 151 Estrada de madeiros. Foto: Leila Sotto-Maior.
- p. 151 Serraria em Colniza (MT). Acervo CTI.
- p. 152 Reuniões com extrativistas da Resex Guariba Roosevelt. Fotos: Edison Rodrigues / Acervo CTI.
- p. 155 Fragmento de cerâmica indígena encontrado na região do entorno da TI Kawahiva do Rio Pardo (MT). Foto: Edison Rodrigues / Acervo CTI.
- p. 155 Corte de seringueira na Colocação Bastos. Foto: Edison Rodrigues / Acervo CTI.
- p. 155 Casa de moradores da Resex Guariba Roosevelt. Edison Rodrigues / Acervo CTI.
- p. 157 Rio Guariba e vistas da comunidade Zig Zag. Fotos: Edison Rodrigues / Acervo CTI.
- p. 159 Oficina com moradores da Resex Guariba Roosevelt. Fotos: Edison Rodrigues / Acervo CTI.
- p. 163 Base Kawahiva, da FPEMI/Funai, na TI Kawahiva do Rio Pardo. Foto: Guariba Roosevelt. Fotos: Edison Rodrigues / Acervo CTI.
- p. 163 Oficina de cartografia com moradores da Resex Guariba Roosevelt. Fotos: Edison Rodrigues / Acervo CTI.
- p. 163 Participantes do encontro entre moradores da Resex Guariba Roosevelt e equipe da FPEMI/Funai, na Base Kawahiva. Foto: Edison Rodrigues / Acervo CTI.

2.4 MARANHÃO

- p. 164-165 Desmatamento no limite da Terra Indígena Alto Turiaçu, no Maranhão. Foto: Fábio Nascimento / Greenpeace.
- p. 168-169 Serraria próximo à TI Alto Turiaçu. Foto: Fábio Nascimento / Greenpeace.
- p. 173 Estrada madeireira na parte norte da TI Caru. Foto: Uirá Garcia.
- p. 174-175 Homem Awa retesando a corda do seu arco. Foto: Uirá Garcia.
- p. 178 Awa Guajá da TI Caru interditam a Estrada de Ferro Carajás em protesto contra os impactos sobre sua vida e território. Acervo CTI.
- p. 181 Operação de combate a incêndios florestais em terras indígenas no Maranhão. Acervo Wayzazar.
- p. 182-183 Incêndios florestais na TI Araribóia em 2015. Foto: Marizilda Cruppe / Greenpeace.
- p. 185 Madeira retirada ilegalmente da TI Araribóia. Acervo Wayzazar.
- p. 186 Lideranças das TIs Caru, Awa e Alto Turiaçu discutem a ocupação e proteção do seu território. Foto: Guilherme Cardoso / Acervo CTI.
- p. 187 Reunião na aldeia Lagoa Quieta com a Comissão de Caciques e Lideranças e os Guardiões da TI Araribóia. Foto: Kleber Karipuna / Acervo CTI.
- p. 188 Assessoria aos Awa em oficina do Plano Básico Ambiental/Componente Indígena (PBAC) da duplicação da Estrada de Ferro Carajás, em 2016. Foto: Guilherme Cardoso / Acervo CTI.
- p. 191 Pirama’a Awa em sua rede. Foto: Uirá Garcia.
- p. 191 Amyparanawáj Awa com macaco aranha no colo. Foto: Uirá Garcia.
- p. 191 Jui’i e Juma’ã Awa durante coleta de bacaba na aldeia Juriti. Foto: Uirá Garcia.
- p. 192-193 Crianças Awa em retiro de caça na TI Caru. Os Awa chamam esses locais de “casa na mata”. Foto: Uirá Garcia.
- p. 194-195 Assembleia da CCOCALTIMA em 2016. Fotos: Kleber Karipuna / Acervo CTI.
- p. 197 Equipe de brigadistas combate incêndios florestais na TI Araribóia em 2015. Foto: Marizilda Cruppe / Greenpeace.
- p. 198-199 Casa queimada pelos incêndios florestais no Maranhão em 2015. Foto: Marizilda Cruppe / Greenpeace.
- p. 200-201 Incêndios florestais na TI Alto Turiaçu em 2015. Fotos: Marizilda Cruppe / Greenpeace.
- p. 202-203 Atividades de assessoria aos Awa em agendas com a empresa Vale. Fotos: Guilherme Cardoso / Acervo CTI.
- p. 204-205 Oficinas de associativismo com os Awa. Fotos: Guilherme Cardoso / Acervo CTI.
- p. 206 Leitura e discussão do Estatuto da Associação Arari na aldeia Awa, em 2017. Foto: Guilherme Cardoso / Acervo CTI.
- p. 209 Encontro pedagógico Awa em 2017. Foto: Guilherme Cardoso / Acervo CTI.
- p. 210 Participantes da oficina Gestão Integrada da Amazônia Maranhense (Mosaico Gurupi), realizada em 2017 em Santa Inês (MA). Acervo CTI.

2.5 NORTE DO PARÁ

- p. 212-213 Rio Cachorro, em trecho da Serra do Chapéu. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.
- p. 216-217 Reunião na aldeia Kabpakuru, Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.
- p. 220 Festa Kahyana na aldeia Purhó Miti. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.
- p. 221 Mulheres Hexkaryana chegam para reunião na aldeia Kassawá, rio Nhamundá. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.
- p. 222 Família Okoymoyana (Eduardo Gomes Warakatu e Geseuma Eyka) na aldeia Nova Bacaba, rio Jatapu. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.
- p. 225 Grupo Hexkaryana fotografado na primeira metade da década de 1950 no rio Nhamundá. Foto: Protásio Frikel / Arquivo CEDI.
- p. 225 Base da empresa Andrade Gutierrez em Cachoeira Porteira, em 1976. Arquivo Nacional.
- p. 225 Missionários Franciscanos e militares da Força Aérea Brasileira na Missão Tiriyós, em 1963. Foto: Angelo Machado / Arquivo CEDI.
- p. 225 Trecho da BR 210 aberto pela empresa Andrade Gutierrez na década de 1970 entre Cachoeira Porteira e o km 126 da rodovia Perimetral Norte, na bacia do Trombetas. Arquivo Nacional.

p. 225 Aeroporto de Cachoeira Porteira e abertura de rodovia que alcançaria a Perimetral Norte. Arquivo Nacional.

p. 228 Construção de casa grande (maya) no rio Nhamundá. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.p. 235 Cachoeira Santa Maria (Kamana), no rio Jatapu. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 239 Casa Grande Hexkaryana fotografada em 1951. Foto: Protásio Frikel / Arquivo CEDI.

p. 239 Indígena Tiriýó faz a leitura de textos bíblicos e o sermão durante a missa na Missão Tiriós, em 1978. Foto: Henri Stahl / Arquivo CEDI.

p. 239 Indígenas Wai Wai fotografados na primeira metade da década de 1950. Foto: Protásio Frikel / Arquivo CEDI.

p. 239 Celebração de missa na Missão Tiriós, em 1978. Foto: Henri Stahl / Arquivo CEDI.

p. 239 Mãe e criança Kabxuyana na Missão Tiriós, em 1972. Foto: René Fuerst / Arquivo CEDI.

p. 241 Sebastião Amâncio, sertanista da Funai, apresenta cerâmica dos Karapawyana que foi encontrada em uma aldeia abandonada, durante expedição do órgão indigenista que tentou contatar esse grupo em 1982. Junto com Sebastião Amâncio, aparecem na foto a liderança Ewka e outros indígenas Wai Wai. Arquivo CEDI.

p. 241 Detalhe de aldeia Karapawyana abandonada, no rio Icwawawa, em 1982. Foto: Sebastião Amâncio / Arquivo Funai.

p. 241 Maloca abandonada dos Karapawyana, em 1982. Foto: Sebastião Amâncio / Arquivo Funai.

p. 244 Corredeiras no rio Mapuera. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 245 Casa na aldeia Katxpakuru, na TI Kaxuyana-Tunayana. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 246 Aldeia Araçá, no rio Trombetas, TI Kaxuyana-Tunayana. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 249 Oficina na aldeia Cafezal, rio Nhamundá, TI Nhamundá/Mapuera. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 250 Oficina na aldeia Ponkuru, rio Mapuera, TI Nhamundá/Mapuera. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 250 Lideranças Kabxuyana e Kahyana revisam mpa com suas antigas aldeias durante reunião de encerramento do projeto em Oriximiná (PA). Foto: Conrado R. Octavio / Acervo CTI.

p. 255 Reunião na aldeia Kassawá, rio Nhamundá, em 2015. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 255 Mulheres fazendo farinha no rio Nhamundá. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 256 Construção de casa grande (maya) no rio Nhamundá. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 260 Balsa extraindo seixo ilegalmente no rio Nhamundá, TI Kaxuyana-Tunayana. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 261 Confeção de cobertura da casa grande (maya) da aldeia Cupiúba, no rio Nhamundá. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 264 Oficina na aldeia Ponkuru, rio Mapuera. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 265 Aldeia Ayaramá, no rio Trombetas. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 268 Transporte entre Cachoeira Porteira e Km 31, que dá acesso ao rio Trombetas. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 268 Festa na aldeia Araçá para comemorar o retorno ao rio Trombetas. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 270 Viagem de monitoramento territorial dos Kahyana ao alto rio Katxpakuru, TI Kaxuyana-Tunayana. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 272 Balsa e pista de pouso de garimpo ilegal no alto rio Trombetas, no interior da Estação Ecológica (Esec) Grão Pará, em 2017 / Acervo CTI.

p. 274 Ronaldo Mentiyuman, da aldeia Santa Maria (no rio Jatapu), mostra antigo buritizal onde foi avistado um indígena isolado. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 274 Aldeia Nova Bacaba, no rio Jatapu. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 276 Viagem de monitoramento territorial dos Kabxuyana ao alto rio Cachorro, TI Kabxuyana-Tunayana. Fotos: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 277 Assembleia Karib em 2018, na aldeia Tawana, rio Mapuera. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 278 Reunião na aldeia Puirhó Miti, rio Trombetas, durante preparação da festa Kahyana. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 279 Aldeia Yururu, rio Cachorro. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 280 Oficina “Protocolos de relação com povos isolados”, realizada em 2018 em Oriximiná (PA). Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

p. 282-283 Cachoeira do Mel, no rio Erepecuru, em 2017. Foto: Victor Alcantara e Silva / Acervo CTI.

2.6 VALE DO JAVARI

p. 284-285 Aldeia Rio Novo, do povo Marubo, no rio Ituí. Foto: Hilton S. Nascimento / Acervo CTI.

p. 288-289 Criações jogando bola em aldeia Kanamari. Foto: Hilton S. Nascimento / Acervo CTI.

p. 291 Mulheres Matsés dançando. Foto: Hilton S. Nascimento / Acervo CTI.

p. 292-293 Criações Kanamari com adornos de festa. Foto: Hilton S. Nascimento / Acervo CTI.

p. 296 Placas de sinalização da demarcação da Terra Indígena Vale do Javari em aldeia do povo Matsés. Foto: Hilton S. Nascimento / Acervo CTI.

p. 296 Base Ituí-Itaquai, da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari. Arquivo CGIIRC-Funai.

p. 299 Balsa com toras de madeira em Islândia (Peru), baixo rio Javari. Foto: Hilton S. Nascimento / Acervo CTI.

p. 299 Guindaste manobra toras de madeira em frente a serraria em Islândia (Peru), no baixo rio Javari. Foto: Hilton S. Nascimento / Acervo CTI.

p. 300 Mantas de pirarucu secando ao sol. Foto: Hilton S. Nascimento / Acervo CTI.

p. 300 Flutuante anuncia compra de pescado na triplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru. Foto: Hilton S. Nascimento / Acervo CTI.

p. 302-303 Jovens Matsés em reunião binacional do seu povo na aldeia Lobo, TI Vale do Javari. Fotografias: Lucas Bonolo / Acervo CTI.

p. 305 Lideranças do povo Matsés em intercâmbio com o povo Achuar no rio Corrientes (Peru), em 2014. Foto: Conrado R. Octavio / Acervo CTI.

p. 305 Trabalhadores a serviço da empresa petrolífera Pacific Stratus durante a realização de atividades de prospeção sísmica no Lote 135 (Peru). Foto: Hilton S. Nascimento / Acervo CTI.

p. 307 Grupo do povo Korubo durante processo de contato com a Funai em 2015. Arquivo CGIIRC-Funai.

p. 308 Indígena Matis (na canoa) se comunica com isolados Korubo às margens do rio Ituí durante avistamento em 2005. Foto: Conrado R. Octavio / Acervo CTI.

p. 311 Wahpaka, Bawai e Wahmaram Tyohom-Dyapa na aldeia Jarinal, em 2015. Foto: Victor Gil / Acervo CTI.

p. 313 Povo Tyohom Dyapá. Foto: Victor Gil / Acervo CTI.

p. 316-317 Aldeia de grupo isolado do povo Korubo. Foto: Peetsaa / Acervo CTI.

p. 318-319 Oficina com os Matis. Fotos: Lionel Rossini / Acervo CTI.

p. 321 Oficina de monitoramento territorial com os Matis. Foto: Lionel Rossini / Acervo CTI.

p. 321 Apoio ao estabelecimento da aldeia Kudaya, no rio Branco. Fotos: Micherlângelo Neves / Arquivo Funai.

p. 322 Potes de pëxo, veneno utilizado pelos Matis nas setas de suas zarabatanas. Foto: Manuella Rodrigues de Sousa / Acervo CTI.

p. 323 Sinal de isolados próximo à aldeia São Joaquim, do povo Marubo, no rio Ituí. Fotos: Agentes Ambientais Marubo / Acervo CTI.

p. 325 Atividades de vigilância e monitoramento territorial realizadas pelos Matsés. Fotos: Victor Gil / Acervo CTI.

p. 326 Waki Mayuruna, liderança do povo Matsés. Foto: Lucas Bonolo / Acervo CTI.

p. 330-331 Aldeia Lobo, do povo Matsés, no rio Jaquirana. Foto: Lucas Bonolo / Acervo CTI.

p. 332 Atividade durante oficina nas aldeias Matis no rio Branco. Foto: Lionel Rossini / Acervo CTI.

p. 335 Oficina com os Kanamari e Tyohom-Dyapa na aldeia Jarinal, alto rio Jutai. Foto: Manuella Rodrigues de Sousa / Acervo CTI.

p. 335 Oficina na Terra Indígena Mawetek sobre a política de proteção de povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil. Foto: Manuella Rodrigues de Sousa / Acervo CTI.

p. 336 Maromhi Kanamari, da Associação da Comunidade Kanamari de Flecheira, e Kaiawi Kanamari, do Conselho Indígena dos Kanamari dos rios Jutai e Juruá assinam

documento final do Encontro Geral do Povo Kanamari na aldeia São Luís, TI Vale do Javari, em 2016. Foto: Mariana Guimarães / Acervo CTI.

p. 337 Encontro Geral do Povo Kanamari na aldeia São Luís, médio rio Javari, 2016. Foto: Mariana Guimarães / Acervo CTI.

p. 338-339 Maloca do povo Korubo. Foto: Peetsaa / Acervo CTI.

3. OLHARES E FRONTEIRAS

342-343 Lideranças do povo Matsés. Foto: Lucas Bonolo / Acervo CTI

p. 348 Participantes do I Encontro Internacional sobre Povos Indígenas Isolados da Amazônia (“Encontro de Belém”), realizado pelo CTI em parceria com a então Coordenação Geral de Índios Isolados da Funai, em 2005, na capital do estado do Pará. Acervo CTI.

p. 349 Realizado pelo CTI, Cipiaci e Fenamad em 2008, o Encontro de Pucallpa foi o primeiro evento a reunir representantes de organizações indígenas, indigenistas e órgãos governamentais do Brasil e Peru para discutir especificamente a situação dos povos indígenas isolados na fronteira entre os dois países. Foto: Hilton S. Nascimento / Acervo CTI.

p. 351 A Terra Comunitária de Origem (TCO) Tacana II é uma das áreas onde há registro sobre a presença de indígenas isolados na Bolívia. Foto: Adamo Diego Cusi / CINTRMD Territorio Indígena Tacana II.

p. 353 Habitações de indígenas isolados na Terra Indígena Vale do Javari. Foto: Peetsaa / Acervo CTI.

p. 355 Povo indígena isolado Yuri-Passé, no Parque Nacional Natural Río Puré (Colômbia). Foto: Cristobal von Rothkirch / Acervo ACT.

p. 357 Habitação de indígenas isolados Tagaeri Taromenane na Zona Intangible Parque Nacional Yasuni (Equador). Foto: José Proaño.

p. 358 Foto aérea de paisagem do Chaco paraguaio, onde vivem grupos em isolamento do povo Ayoreo. Foto: Luis Vera / Base de Dados Iniciativa Amotocodie.

p. 359 Foto antiga de Oigajunui Picanerai Ayoreo colhendo mel no tronco de uma árvore. Arquivo da Colônia Menonita Fernheim / Base de Dados Iniciativa Amotocodie.

p. 359 Líderes Ayoreo Jonoine Picanerai e Pojone Chiquenoi em foto tirada nos anos 1960, pouco após o contato de seu grupo. Arquivo da Colônia Menonita Fernheim / Base de Dados Iniciativa Amotocodie.

p. 361 Indígenas Mashco registrados por armadilha fotográfica instalada pelo Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas do Peru em um posto de controle do órgão no rio Tahuamanu, em 2019. Sernanp / Acervo Fenamad.

p. 362-363 Xamãs dos povos Uwottitija e Yanomami. Fotos: Chucho Sosa / Acervo Wataniba.

p. 364 Beatriz Huertas, antropóloga que trabalha desde 1994 assessorando organizações indígenas para a proteção e defesa dos direitos de povos indígenas isolados e de recente contato. Foto: Rafael Nakamura / Acervo CTI.

p. 367 Isolados do Alto Rio Humaitá e Isolados do Riozinho, na região de fronteira do estado do Acre com o Peru. Fotos: Gleilson Miranda / Acervo CGIIRC-Funai.

p. 368 Robinson Lopez Descanse (in memoriam), liderança indígena da Colômbia, durante o II Encontro Internacional Olhares sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Acervo CTI.

p. 370 Xamã do povo Uwottitija (Venezuela). Foto: Chucho Sosa / Acervo Wataniba.

p. 373 Jocemir Sabóia Huni Kuin (da TI Kaxinawa do Rio Humaitá e Associação dos Povos Indígenas do Rio Humaitá - ASPIRH), Pedro Monteluisa (da equipe do Posto de Controle da Reserva Territorial Murunahua, no Peru) e outros participantes da IV Reunião do GTT Isolados Acre-Madre de Dios, em Rio Branco (AC). Fotos: Diego Builes / Acervo CTI.

p. 374 III Reunião do Fórum Binacional Yanomami e Ye'kwana, no Lago Caracaraná, TI Raposa Serra do Sol. Foto: Conrado R. Octavio / Acervo CTI.

p. 375 Liderança do povo Matsés em Reunião Binacional na aldeia Lobo, TI Vale do Javari. Foto: Lucas Bonolo / Acervo CTI.

p. 376 Participantes do intercâmbio entre organizações indígenas do Brasil, Colômbia e Peru sobre a proteção de povos indígenas isolados, realizado na região do baixo rio Caquetá (Colômbia). Foto: Daniel Aristizabal / ACT.

p. 377 Reunião sobre diretrizes e recomendações internacionais para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato realizada pelo ACNUDH, CIDH, e IWGIA em Lima (Peru). Foto: Alejandro Parellada / IWGIA.

p. 379 Paulo Marubo (Univaja) e Angela Kaxuyana (Coiab) integraram a comitiva de representantes indígenas do Brasil que participou da reunião sobre diretrizes e recomendações internacionais para a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato, realizada em Lima (Peru). Foto: Alejandro Parellada / IWGIA.

p. 380 Audiência temática “Situação de direitos dos povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial na Amazônia e Gran Chaco”, durante o 165º Período de Sessões da CIDH, em Montevidéu (Urugua). Fotos: Eduardo López / CIDH.

p. 382 Participantes do II Encontro Internacional Olhares sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Acervo CTI.

p. 385 Ricardinho Ashaninka (Aspare), Nilson Tuwe Huni Kuin (ASPIRH), Julio Cusurichi (Fenamad) e Lucas Manchineri (Mapkaha) em mesa de debate sobre a região de fronteira Brasil-Peru, durante o I Encontro Internacional Olhares sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Foto: Rafael Nakamura / Acervo CTI.

p. 385 Mesa de abertura do I Encontro Internacional Olhares sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Foto: Rafael Nakamura / Acervo CTI.

p. 392 Paulo Marubo (Univaja), Mateo Sobode Chiquenoi Ayoreo e Manoel Sabóia Huni Kuin (TI Kaxinawa do Rio Humaitá) em mesa de debate sobre instrumentos e estratégias de gestão territorial e a proteção de povos indígenas isolados e de recente contato, durante o II Encontro Internacional Olhares sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Acervo CTI.

p. 395 Intervenção de Antonio Dumas (Fenamad) durante plenária do II Encontro Internacional Olhares sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Acervo CTI.

p. 395 Orengo Tapayuna e demais participantes da mesa de debate sobre gestão territorial e povos de recente contato - II Encontro Internacional Olhares sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Acervo CTI.

p. 395 João Sena e Otaciano Tenharin em mesa de debate sobre processos de consulta e povos indígenas isolados e de recente contato - II Encontro Internacional Olhares sobre as Políticas de Proteção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. Acervo CTI.

p. 401 Mulheres Matsés em Reunião Binacional na aldeia Lobo, TI Vale do Javari. Foto: Lucas Bonolo / Acervo CTI.

GUARDA DO LIVRO Foto: Hilton Nascimento/Acervo CTI

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 1979, constituída por profissionais comprometidos com o presente e o futuro dos povos indígenas. Tem como finalidade contribuir para a autodeeterminação dos povos indígenas, colaborando para que exerçam o controle territorial e a gestão ambiental de seus territórios, além de apoiar sua afirmação étnica e cultural.

Conselho Estratégico: Andréia Bavaresco (presidência), Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, Maria Elisa Ladeira, Maria Inês Ladeira, Juliana Noleto e Eliza Castilla

Coordenação Executiva: Jaime Siqueira

Coordenação Geral: Eliza Castilla, Helena Ladeira, Jaime Siqueira, Juliana Noleto, Priscila Pessoa Chianca, Renato Bahia Bock, Teresa Paris, Victor Gil

Projeto Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e Recente Contato na Amazônia

Coordenação: Conrado R. Octavio, Gilberto Azanha, Juliana Noleto, Priscila Pessoa Chianca, Renato Bahia Bock.

Equipe: Carolina Boccato Dias de Góes, Daiane Aparecida Camargo, Diego Fernando Builes Puertas, Edison de Souza, Ennio Salvador, Ester de Souza Oliveira, Guilherme R. Cardoso, Hermes Junior (in memoriam), Hugo Paiva, Ilana Araújo, Irison Neves, Ivan Nassif Pacca, Jaime Garcia Siqueira, Janaína de Oliveira, Juliana Dutra, Kleber Karipuna, Letícia Leal, Manuella Rodrigues de Sousa, Marcos Martins, Mariana Azevedo, Mariana Guimaraes, Mauro Angelo Soave Jr., Nathália Clark, Nicole Soares, Patrícia Ribeiro de Carvalho, Paula Sobral, Raimundo Lira Filho “Tinga” (in memoriam), Rafael Chaves Nakamura, Raquel Antunes Daldegan, Susana Raquel Araújo, Tito Tavares, Victor Alcantara e Silva, Victor Gil.

Consultora(s) colaboradora(s): Ana Carolina Formiga, Antenor Vaz, Beatriz Huertas Castillo, Bruno Walter Caporrino, Carlos Aparecido Fernandes, Diego Moreira Carvalho, Hilton S. Nascimento, Igor Richwin Ferreira, Karen Shiratori, Laura Pérez Gil, Leandro Souza Celes, Leila Silvia Burger Sotto-Maior, Leonardo Lenin, Lilian Bulbarelli Parra, Lucas Bonolo, Luísa G. Girardi, Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, Maria Emilia Coelho, Miguel Aparicio, Neide Costa da Silva, Sílvia Moan, Thiago Mota Cardoso, Uirá Felipe Garcia, Vinicius Melgarejo Montenegro Silveira.

Parcerias e/ou colaboração em atividades: Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (Aidesepe), Associação Indígena Katxuyana, Tunayana e Kahyana (Aikatuk), Associação Ibá Kulina do Vale do Javari (Aikuvaja), Associação Indígena Matis (Aima), Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de La Pedrera Amazonas (Aipea), Associação do Povo Kanamari do Vale do Javari (Akavaja), Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (Amaaiac), Associação Marubo de São Sebastião (Amas), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (Apim), Associação do Povo Indígena Tenharin Morangitã (Apitem), Associação do Povo Indígena Tenharin do Igarapé Preto (Apitipre), Associação Ashaninka do Rio Amônia (Apiwtxa), Associação de Desenvolvimento Comunitário do Alto Rio Curuçá (Asdec), Associação do Povo Ashaninka do Rio Envira (Aspare), Associação dos Povos Indígenas do Rio Humaitã (Aspirh), Associação do Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau Jupauí (Associação Jupauí), Coordenação da Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Araribóia (CCOCALITIA), Conselho Geral dos Povos Hexkaryana (CGPH), Conselho Indígena dos Kanamari do Juruá e Jutai (Cikaju), Comunidad Nativa Matsés (CNM), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (Fenamad), Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp), Hutukara Associação Yanomami (HAY), Organização Manxinerune Ptohi Kajpaha Hajene (Mapkaha), Nacionalidad Waorani del Ecuador (Nawe), Organização das Aldeias Marubo do Rio Ituí (Oami), Organização Geral dos Mayuruna (OGM), Organización Indígena Pueblo Uwottúija del Sipapo (Oipus), Organización de las Mujeres Indígenas del Autana (Omida), Organización Nacional de los Pueblos Indígenas de la Amazonia Colombiana (Opia), Organización Paypie Ichadie Totobigosode (Opit), Organización de los Pueblos Indígenas del Amazonas (Orpia), Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente (Orpio), Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas Bora Miraña - Piine Aiiyveju Niimue Iachimua (Pani), Comunidades Indígenas Tacana II Río Madre de Dios (CITRMD/Tacana II), Unión de Nativos Ayoreos del Paraguay (Unap), União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Agentes Ambientais Wayzazar (Wayzazar), Associação Indígena Comunitária Wirazu (Wirazu): Associação de Moradores Agroextrativistas da Resex Guariba-Roosevelt (AMORARR), Associação dos Produtores Rurais e Preservadores da Comunidade São Rafael (APRPCS): Amazon Conservation Team/Colombia (ACT/Colombia), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), Fundación Tierra, Iniciativa Amotocodie (IA), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepê), Instituto Socioambiental (Isa), Instituto Sociedade, População e Natureza (ISP), International Workgroup for Indigenous Affairs (IWGIA), Land is Life (LIL), Operação Amazônia Nativa (Opan), Grupo de Trabajo Socioambiental de la Amazonia (Wataniba): Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (Nesam), Fundação Nacional do Índio (Funai), Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão (CBMMA), Defensoria Pública da União (DPU), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministerio de Cultura del Perú (MinCu/Peru), Ministerio del Interior de Colombia (MinInterior/Colômbia), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério Público Federal (MPF), Parques Nacionales Naturales de Colombia (PNNC), Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão (SEDIHPOP), Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (Sema/AC): Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Comissão Interamericana de Direitos Humanos/OEA (CIDH), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPDI), Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Maranhão (Coepi), Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (Coneei), Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNS).

Texto (a partir de relatórios, conteúdos do Boletim Povos Isolados na Amazônia e outros produtos do projeto): Conrado R. Octavio, Maria Emilia Coelho e Victor Alcântara e Silva.

Revisão: Conrado R. Octavio, Gilberto Azanha, Hilton Nascimento, Juliana Noleto, Priscila Chianca, Rafael Nakamura e Victor Alcântara e Silva.

Edição Final: Conrado R. Octavio.

Mapas: Carolina Boccato Dias de Góes.

Projeto Gráfico, editoração e tratamento de imagem: Agência MOC

Agradecimentos: A todos os povos, comunidades e organizações indígenas, consultora(e)s e demais pessoas e instituições que participaram das atividades e colaboraram para o desenvolvimento do projeto: às equipes das Frentes de Proteção Etnoambiental (FPes), da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIRC), das Coordenações Regionais (CRs), da Coordenação Geral de Geoprocessamento (CGGEO) e da Coordenação de Tecnologia da Informação (Cogeti) da Funai: a Alejandro Parellada, Angela Kaxuyana, Arquimimo Amaral, Beatriz Huertas Castillo, Carlos Lisboa Travassos, Cleber Buzatto, Danicley de Aguiar, Daniel Aristizabal, Daniel Rodriguez, Daniela Batista de Lima, Dominique Tilkin Gallois, Elias Bigio, Hilton Nascimento, Idnilda Obando de Oliveira, Janekelly D’ávila, José Proaño, Julio Cesar Gomes Pinho, Kleber Karipuna, Leila Silvia Burger Sotto-Maior, Leonardo Lenin, Lucas Bonolo, Luis Jesús Bello, Marcelo Piedrafita Iglesias, Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, Maria Bernadette Nogueira Franceschini, Maria Luiza Pinedo Ochoa, Maria Teresa Quispe Vargas, Mariana Oliva, Miguel Angel Alarcon Bobadilla, Miguel Lovera, Nara Baré, Pedro Henrique Coelho Raposo, Robinson López Descanse (in memoriam), Ruben Caixeta de Queiroz, Sonia Bone Guajajara, Thiago Arruda, Uirá Garcia, Vera Olinda Sena: à equipe técnica do Fundo Amazônia/BNDES responsável pelo acompanhamento do projeto ao longo de sua execução: Ana Paula de Almeida Silva, Ana Paula Donato de Aquino, Claudia Nessi Zonenschain, Elisa Junqueira de Andrade, Isabela Yumi Ribeiro Kitajima Chan, Ludmila Costa da Silva, Mariana Guimaraes Lima, Thássio G. Ferreira: aos membros do extinto Conselho da Política de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil: aos membros do GTI-PIACI.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Proteção e isolamento em perspectiva : experiências do projeto proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia / organização Conrado Rodrigo Octavio, Maria Emilia Coelho, Victor Alcântara e Silva. -- 1. ed. -- Brasília : Centro de Trabalho Indigenista, 2020.	
ISBN 978-65-992926-0-6	
1. Amazônia - Condições sociais 2. Antropologia social 3. Áreas protegidas - Amazônia 4. Brasil - Amazônia - Aspectos socioambientais 5. Desmatamento - Brasil - Amazônia 6. Índios - Direitos fundamentais 7. Políticas públicas 8. Povos indígenas isolados - Amazônia 9. Povos indígenas - Territórios I. Octavio, Conrado Rodrigo. II. Coelho, Maria Emilia. III. Silva, Victor Alcântara e.	
20-48889	CDD-981.00498

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Amazônia : Povos indígenas isolados 981.004981

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

CTI São Paulo

Rua General Jardim
660, sala 71
Vila Buarque
São Paulo - SP
CEP 01223-010

CTI Brasília

SCLN 210 Bloco C
Salas 209/212
Asa Norte
Brasília - DF
CEP 70862-530

CTI Maranhão

Rua Palmério de Souza,
485 B
Centro
Carolina - MA
CEP 65980-00

CTI Amazonas

Travessa da Ajuricaba, 05
Comunicações
Tabatinga - AM
CE 69640-000



NA AMAZÔNIA BRASILEIRA VIVE O MAIOR NÚMERO DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO CONHECIDO NO PLANETA. SEGUNDO DADOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI), HÁ 114 REGISTROS DA PRESENÇA DE INDÍGENAS EM ISOLAMENTO NO PAÍS, 28 DELES CONFIRMADOS, E MAIS DE 20 POVOS CONSIDERADOS DE RECENTE CONTATO. SEUS MODOS DE VIDA E TERRITÓRIOS SE ENCONTRAM PRESSIONADOS E AMEAÇADOS PELA EXPANSÃO DE FRONTEIRAS EXTRATIVISTAS E DO AGRONEGÓCIO, PELA EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA DA FLORESTA, PELA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA, PELO PROSELITISMO RELIGIOSO E PELO RISCO DE CONTÁGIO DE DOENÇAS ASSOCIADO A A ATIVIDADES.

IMPLEMENTADO ENTRE 2015 E 2019, O PROJETO PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO TEVE COMO OBJETIVO O APOIO À PROTEÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO E DE SEUS TERRITÓRIOS NA AMAZÔNIA. A PRESENTE PUBLICAÇÃO APRESENTA AS PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS DESSE TRABALHO, QUE ENVOLVEU DIVERSOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PESQUISADORES, ESPECIALISTAS, ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E ORGANISMOS MULTILATERAIS. ESPERAMOS QUE AS INFORMAÇÕES AQUI APRESENTADAS CONTRIBUAM PARA FOMENTAR O DEBATE E A REFLEXÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO NA AMÉRICA DO SUL, E PARA O APRIMORAMENTO DE AÇÕES VOLTADAS À SUA PROTEÇÃO.



REALIZAÇÃO



APOIO

